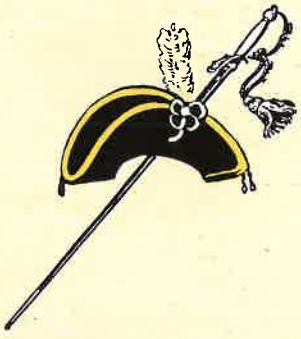
Anna Ribeiro
de Goes Bittencourt

LONGOS SERÕES DO CAMPO

VOLUME 1

O Major Pedro Ribeiro



EDITORA
NOVA FRONTEIRA

Longos Serões do Campo

VOLUME 1

O Major Pedro Ribeiro

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt

LONGOS SERÕES DO CAMPO

VOLUME 1

O Major Pedro Ribeiro

Organização e notas
Maria Clara Mariani Bittencourt

EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

Direitos desta edição reservados à

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.
Rua Bambina, 25 – CEP 22251
Botafogo – Tel. 286-7822
Endereço telegráfico: NEOFRONT
Telex: 34695 ENFS BR
Rio de Janeiro, RJ

Atualização do texto da autora e dos documentos
Antônio Guimarães

Transcrição do documentos da Biblioteca Nacional
Jaime Mendes

Transcrição dos documentos do Arquivo do Estado da Bahia
Rita Cruz da Silva

Capa
Victor Burton

Cip-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Bittencourt, Anna Ribeiro de Goes, 1843–1930
B542L Longos serões do campo / Anna Ribeiro de Goes Bittencourt ; organização e
2 v. notas Maria Clara Mariani Bittencourt. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.
2 v.

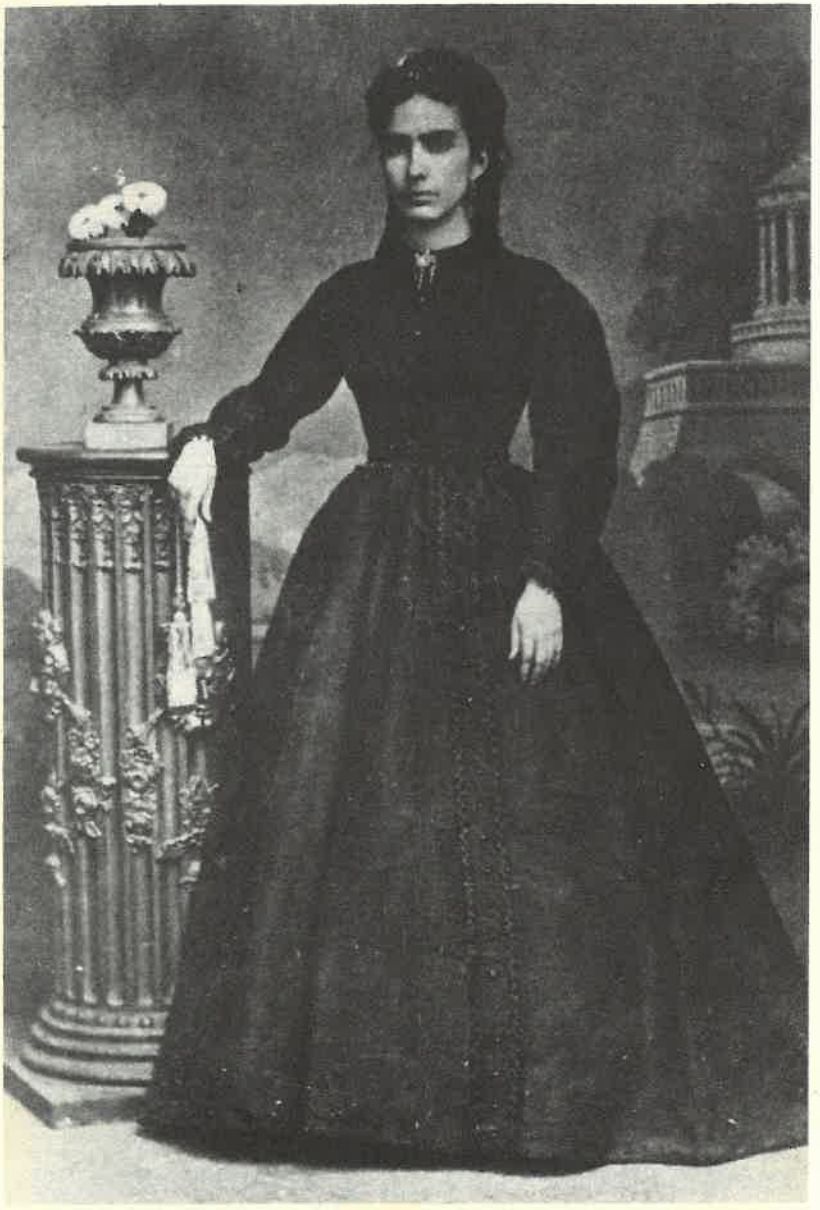
Conteúdo: v. 1. O major Pedro Ribeiro – v. 2. Infância e juventude.
Bibliografia.
ISBN 85-209-0370-3 (v. 1) – 85-209-0367-3 (v. 2)

1. Ribeiro, Pedro – Biografia. 2. Ribeiro (Família). 3. Araújo, Ribeiro de (Família). 4. Goes, Ribeiro (Família). 5. Bittencourt, Anna Ribeiro de Goes, 1843–1930 – Biografia. 6. Bahia – História – Séculos XVIII e XIX. I. Título.

CDD – 929.2
92-0312 CDU – 929.2

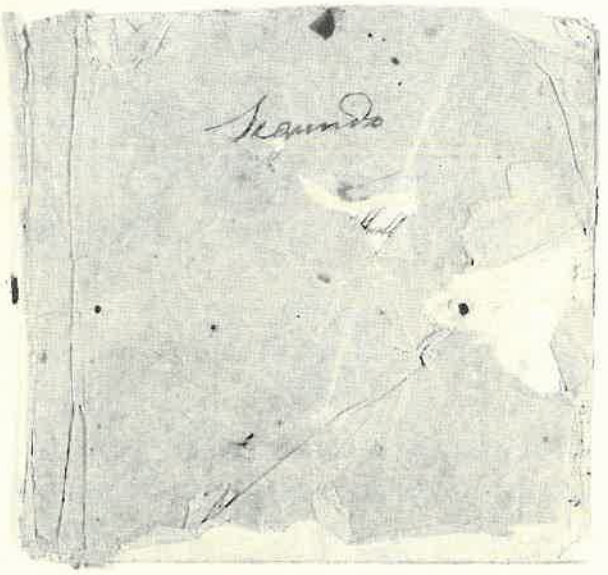
BBM

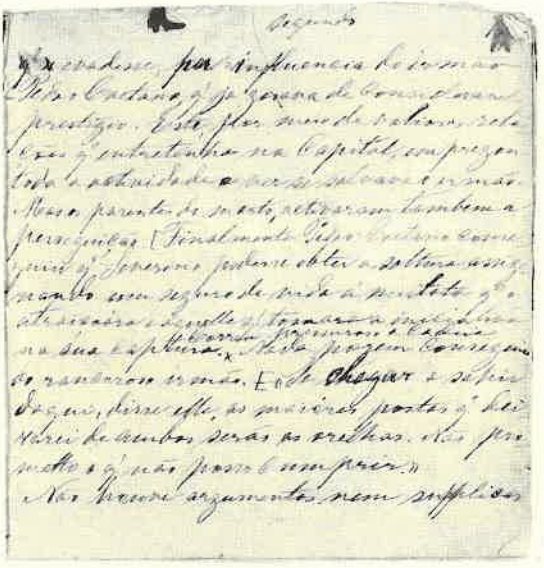
Este livro foi patrocinado pelo Banco da Bahia Investimentos S.A.



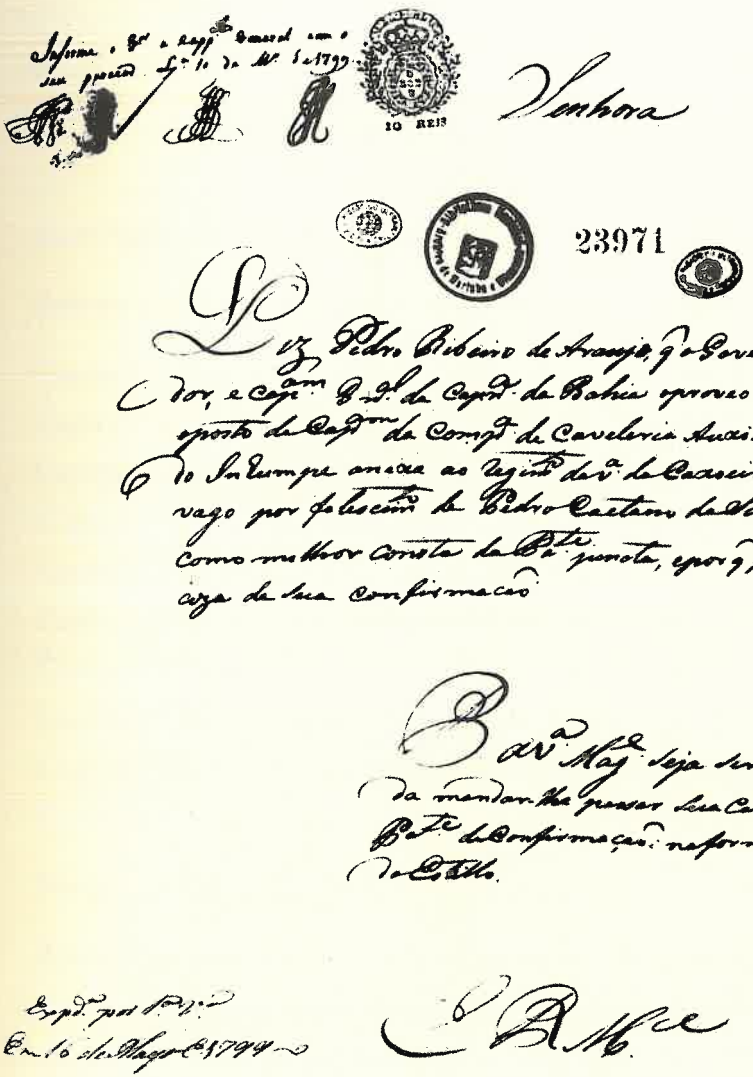
D. Anna aos 30 anos de idade.

D. Anna aos 75 anos de idade.





Caderno segundo dos originais de D. Anna.



Doc. I.2, reproduzido à p. 296 deste volume.

Sumário

Introdução 1

Prólogo 9

Capítulo I 11
Capítulo II 21
Capítulo III 39
Capítulo IV 49
Capítulo V 75
Capítulo VI 89
Capítulo VII 105
Capítulo VIII 133
Capítulo IX 157
Capítulo X 171

Notas 189

Anexo I 295
Anexo II 301
Anexo III 313
Anexo IV 331
Anexo V 335

Anexo VI 359
Anexo VII 373
Anexo VIII 379
Anexo IX 389
Anexo X 403

Bibliografia 405

Introdução

Os mais conhecidos testemunhos sobre o cotidiano brasileiro do século XIX foram escritos por estrangeiros, fossem comerciantes que, de volta à pátria, tiravam algum partido literário da incursão aos trópicos, ou naturalistas, treinados para o ofício da observação. O texto de D. Anna Ribeiro de Góis Bittencourt (1843–1930) pertence a uma terceira vertente, da qual são poucos os exemplos conhecidos: as memórias familiares, redigidas para manter viva a lembrança dos antepassados.

Preservadas pelo acaso ou pelo cuidado de algum descendente do autor, essas memórias, ao serem redescobertas e eventualmente publicadas, tornam-se preciosas fontes de informação sobre o cotidiano de cada época. O texto de D. Anna, em que é nítido o prazer de registrar as histórias da família e característica a parcialidade no trato das questões polêmicas, ultrapassa o âmbito doméstico ao qual fora inicialmente destinado, revelando aspectos pouco lembrados da Bahia dos séculos XVIII e XIX.

Editadas em dois volumes com o título geral de *Longos serões no campo*, as memórias, que misturam histórias e história, vão, setenta anos depois de escritas, "afrontar a crítica", para a qual D. Anna não as tinha preparado, conforme observa no Prólogo, que também contém ressalvas quanto a omissões e imprecisões. Mas elas não são tão freqüentes ou graves. Revela a autora, ao contrário, surpreendente capacidade de organizar seqüencialmente os fatos que narra, considerando-se a idade avançada em que

escreveu sua narrativa — cerca de oitenta anos — e o tempo transcorrido entre aquele momento e a época em que tais fatos lhe foram relatados por sua mãe ou testemunhados por ela própria em sua infância e juventude.

No primeiro volume, *O Major Pedro Ribeiro*, está registrada a história dos antepassados de D. Anna. Ao escrevê-la, seu principal objetivo era resgatar a participação do avô na campanha da Independência, que, a seu ver, fora subestimada pelos cronistas da época. Leitora ávida de autores dos séculos XVIII e XIX, sabia D. Anna da conveniência de recuar no tempo para fazer sua história mais atraente. Diferenciando-se de tantos brasileiros que, ao construírem suas genealogias, arrolam nobres, fidalgos ou heróicos desbravadores de terras virgens, D. Anna atribui ao *founding father* da família uma atividade modesta: trata-se de um lavrador — afugentado da ilha da Madeira por dificuldades econômicas no início do século XVIII — que se torna, graças à disposição para o trabalho, não um senhor de engenho opulento, mas um fazendeiro apenas abastado no Agreste baiano.

A história dos filhos, netos e bisnetos desse fazendeiro e da rede de alianças que teceram através de casamentos e relações sociais, atravessada por incursões de personagens que povoavam o imaginário da Colônia, é narrada por D. Anna de forma coloquial e elegante, resultando, vivo e cheio de graça, em seus lances de drama e humor, o retrato de um período que deixou marcas profundas no modo de ser brasileiro. Os "casos" que conta, D. Anna os ouviu, durante os longos serões do campo, da mãe, que por sua vez os ouvira do pai, e este dos tios maternos que o criaram. Mudados os tempos, depois da morte do marido, já morando em Salvador, onde as condições de vida não favoreciam as reuniões vespertinas, D. Anna provavelmente considerou que, para não se romper o fio da história familiar, era mais seguro escrever suas memórias.

A coleção de 28 pequenos cadernos escolares preenchidos linha a linha por uma letra ainda firme mas de difícil leitura, já em parte transcrita por sua neta Olga Berenguer com melhor caligrafia em folhas de papel almaço, foi datilografada depois da morte da autora, que ocorreu em 1930. Essa versão, tida no meio familiar como "os originais de D. Anna", foi conservada por seu neto e filho de criação Clemente Mariani Bittencourt, que morreu em 1981 sem publicá-la, como muitas vezes declarou pretender. Tinha este a intenção de enriquecer os originais com referências a documentos históricos que localizou e fez copiar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os quais confirmavam a narrativa de sua avó sobre a participação de Pedro Ribeiro na campanha da Independência. Pretendia também Clemente Mariani Bittencourt valer-se de textos de cronistas da época como contraponto às aventuras do Major Pedro Ribeiro que, sem esse aval, poderiam parecer produtos da fervorosa admiração da neta.

A retomada do projeto de editar as memórias de D. Anna se fez a partir da leitura da versão datilografada pelos historiadores José Gabriel da Costa Pinto, do Arquivo Nacional, e Lourenço Jacobina Lacombe, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Ambos recomendaram vivamente a publicação, insistindo no particular interesse que despertava a segunda parte do texto, onde está retratado o cotidiano rural no Recôncavo baiano do século XIX, do ponto de vista de uma jovem pertencente a uma família de proprietários rurais. Enquanto a primeira parte das memórias de D. Anna é uma saga familiar, na qual o personagem central é apresentado como um herói de qualidades excepcionais, a segunda, à qual foi dada o nome de *Infância e juventude*, é intimista e reflexiva, sendo nela possível acompanhar os esforços das famílias Ribeiro de Araújo e Araújo Góis para adaptar-se aos novos tempos através do encaminhamento dos jovens a Salvador para estudar medicina, único curso superior existente na Província.

Decidida a edição das memórias de D. Anna, impôs-se a conferência da versão datilografada com a manuscrita, que fora preservada sucessivamente por Olga Berenguer, Anita Manso Cabral e Anna Amélia Vieira Nascimento, netas e bisneta de D. Anna. Surgiram, entre o manuscrito e a versão datilografada, discrepâncias que podem ser atribuídas às diferentes perspectivas e propósitos da autora e de seu neto. D. Anna, que escrevia apenas para seus descendentes, segura de suas razões, não se fez maior censura nem se empenhou em observar conveniências. Clemente Mariani Bittencourt, na época advogado e político em ascensão na Bahia, cuidou, ao preparar o texto para publicação, de evitar temas que pudessem, no seu entender, ter repercussão negativa sobre a imagem da família e as alianças sociais, comerciais ou políticas que valorizava.

Na versão datilografada, a referência ao assassinato da primeira mulher de Gonsalo da Silva foi substituída por um lacônico "morreu-lhes a mãe" e foi omitido o trecho relativo aos "desmandos de Severino" (capítulo I). Foram também eliminadas as páginas que discorriam sobre "as questões que amarguraram os últimos anos de Luís de Almeida" (capítulo VI). A primeira e a segunda interferências podem ser atribuídas à preocupação com a imagem da família. A terceira, à discordância com o radicalismo da versão da autora sobre o confronto de dois potentados sertanejos. Passadas seis gerações, as famílias envolvidas tinham superado as mágoas do passado e não fazia sentido reavivá-las. Dois de seus descendentes — o próprio Clemente Mariani Bittencourt e o historiador Dantas Júnior — haviam criado uma versão atenuada e conciliadora para os acontecimentos narrados por D. Anna com tanta paixão (cf. *Rotary Bahiano*, ano VII, nº 74, 1945). Em 1992, optou-se pela fidelidade ao texto original, até porque questões familiares, a partir das quais formavam-se facções, haviam se tornado, quando muito, temas de conversas amenas.

O manuscrito de D. Anna surpreende pela fluência na narrativa e pelas poucas rasuras, mas algumas interferências na sintaxe foram necessárias. Fez-se a atualização ortográfica, à exceção da dos nomes próprios, conservados na sua grafia original pelo sabor característico. Palavras ou expressões sublinhadas aparecem em caracteres itálicos. Com base nos documentos do Anexo II, foram reordenados cronologicamente os episódios do capítulo IV. Nomes e datas foram retificados quando necessário, para evitar que imprecisões históricas fossem inadvertidamente assimiladas pelo leitor. Mas, com essas ressalvas, o texto é o de D. Anna, que embora fosse uma escritora amadora, não era estreante.

Nascida em 1843, D. Anna viveu sucessivamente em dois engenhos da família até casar-se em 1865, cumprindo o roteiro típico das mulheres de seu meio social, que tão bem descreve quando se refere à mãe ou a si mesma. Diferenciou-se das primas pela curiosidade intelectual. Cedo começou a preocupar-se com questões práticas e metafísicas: a dependência das mulheres e a sua dificuldade de sobreviver fora da tutela masculina, as condições de vida dos escravos, o livre arbítrio e o pecado original, a presença de Deus na eucaristia.

Quatro anos passados em Salvador, acompanhando o marido estudante de medicina, entre 1865 e 1868, colocaram-na em contato com o efervescente movimento literário baiano, liderado pelo poeta Castro Alves, que declamava versos abolicionistas em tribunas populares, associações estudantis e clubes republicanos. De volta ao engenho, D. Anna retomou a rotina doméstica e empenhou-se nos cuidados com o pai doente e na educação dos três filhos, sem perder o contato com a literatura, graças aos catálogos de novidades enviados pelas livrarias de Salvador e a assinaturas da *Revista dos dois mundos* e do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro.*

Em 1880 apareceram seus primeiros poemas e artigos na *Gazeta de Notícias*, jornal diário de Salvador, em *A verdade*, periódico de Alagoinhas, e no já mencionado *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*. Nos artigos, era constante a intenção moralizante, o empenho de apresentar modelos com os quais os jovens, principalmente as jovens, pudesssem identificar-se. Em 1882, estimulada por um parente distante, Inocêncio Marques de Araújo Góis, político de projeção na Bahia, publicou seu primeiro livro, *A filha de Jephte – Romance tirado da Escritura Sagrada*, impresso na Tipografia A Rua da Alfândega. Em 1885 seu universo de leitores ampliou-se, com a publicação, na *Gazeta de Notícias da Bahia*, em capítulos diários, do romance *O anjo do perdão*.

O romance de folhetim, invenção francesa dos meados do século XIX, que na Europa teve importante papel de mobilização política, com autores como Eugène Sue e Mme. Clemence Robert, aos quais D. Anna faz referência, era, na Bahia da década de 1880, dirigido principalmente ao público feminino. *O anjo do perdão*, ambientado no Recôncavo baiano, descreve paisagens, costumes e relações sociais, com incomum capacidade de observar, e mais rara ainda, de registrar. Em 1902, D. Anna voltou a publicar na imprensa diária. Em *Helena* utilizou a campanha da Independência de 1822/1823 como pretexto para uma trama de intrigas bem ao gosto da época, nas quais se destacam heróis e heroínas exemplares. O segundo livro de D. Anna, *Letícia*, foi impresso na Litografia, Tipografia e Encadernação Reis, em 1908, e retoma o veio do romance rural. Entre 1910 e 1917, D. Anna colaborou na revista católica *A paladina do Lar*. Um novo romance, *Abigail*, publicado em capítulos no *Diário da Bahia* em 1921, retomou a inspiração bíblica do seu primeiro livro. Provavelmente escrito para ter o mesmo destino, *Susana* iria inaugurar um novo caminho, a temática urbana, mas não chegou ao público. Nesse texto, D. Anna, com quase oitenta anos, descreve minuciosamente luga-

res, costumes e festejos típicos de Salvador, entre os quais o do *Dois de Julho*, data da Independência na Bahia, que servem de fundo para uma ingênua história de amor, cheia, como sempre, de ensinamentos morais.

As notas preparadas para esta edição trazem informações complementares que permitem reconstituir os contextos nos quais se desenrola a narrativa. Óbvias para alguns, esclarecem os leitores não especializados e espera-se que despertem sua curiosidade para os fatos da história brasileira. A referência à legislação em vigor na época, as *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, e a utilização de documentos oficiais, de relatos de cronistas e viajantes da época ou de observações de estudiosos, chamam a atenção para aspectos da organização social, dos costumes e dos valores que orientavam a vida cotidiana nos períodos retratados e que hoje nos parecem exóticos, enquanto a autora os menciona com naturalidade.

Os quadros genealógicos foram construídos para facilitar a compreensão das quase sempre intrincadas relações de parentesco entre os personagens. Estão destacados em negrito os nomes dos personagens ou de parentes mencionados por estes, ou pela própria D. Anna a título de esclarecimento. Os demais nomes completam os pares de cônjuges e as sucessivas gerações de descendentes.

A transcrição integral das fontes primárias — com exceção das peças judiciais e dos inventários — levantadas pela pesquisa em que se apóia esta edição teve como objetivo colocar ao alcance do leitor os textos que permitiram confirmar, precisar ou retificar as lembranças familiares registradas por D. Anna. A freqüente confirmação, pela documentação oficial, dos episódios relatados remete a uma época em que o mundo de cada um, de cada família, de cada fazenda ou engenho, de cada vila ou cidade, era todo o mundo disponível para ser vivido e lembrado.

Na feitura deste trabalho foram preciosas as indicações escritas deixadas por Clemente Mariani Bittencourt. A pesquisa e a editoração seguem o roteiro por ele sugerido em suas anotações. Anna Amélia Vieira Nascimento generosamente partilhou seu legado de informações sobre D. Anna, até por ceder os manuscritos que serviram de base para esta edição. Carlos Eduardo da Rocha contribuiu com seu conhecimento a respeito da literatura baiana, particularmente em relação aos romances e contos de D. Anna. Luís Henrique Dias Tavares leu *O Major Pedro Ribeiro* ainda na sua versão expurgada e insistiu que a edição contivesse notas esclarecedoras. Dora Flaksman, Regina Ferraz e Antônio Guimarães envolveram-se com o texto e foram parceiros no projeto de editá-lo e anotá-lo. Inês Niedo divertiu-se com as aventuras e emocionou-se com as desventuras de Pedro Ribeiro ao digitar os originais. Além de ter dado o estímulo inicial, José Gabriel da Costa Pinto, grande conhecedor do passado baiano, foi um consultor permanente, atento e imprescindível.

Maria Clara Mariani Bittencourt
Março de 1992

Prólogo

A história do homem, ser pensante e sensível, por mais simples e obscuro que seja ele, encerrará sempre, eu creio, peripécias interessantes e úteis aos que sabem, segundo a frase da Escritura, separar o trigo do joio.

Possuída de tal pensamento, empreendi este trabalho, que nenhum interesse terá para estranhos, mas que, espero, mereça a indulgência de meus filhos e netos, aos quais o destino.

Com o intuito de torná-lo menos árido e mais útil, fá-lo-ei preceder de alguns episódios relativos à história de meus ascendentes, relatados por minha mãe nos longos serões do campo, onde sempre tenho residido.

Minha mãe, embora não possuísse a ilustração que hoje felizmente já têm algumas senhoras de nossa terra, era dotada de inteligência vigorosa a que não faltava algum cultivo. Demais, possuía as qualidades que dão preço ao narrador — clareza, graça, facilidade de expressão. Quando descrevia uma cena, apresentava os personagens com traços tão nítidos, cores tão vivas, que os ouvintes imaginavam vê-los. Nos diálogos, fazia-os falar com animação e até com ênfase em ocasiões oportunas, de sorte que, escutando-a, julgava-se ouvir a leitura de uma história escrita por aqueles que têm o dom de interessar e prender a atenção dos leitores.

Creio que seu pai, com o qual tinha ela grande analogia de caráter, possuía o mesmo dom e que, em razão disso, as suas

narrações gravaram-se na memória da filha, que mas transmitiu em minha juventude. É, pois, natural conservar eu a lembrança dos fatos por ela narrados, que procurarei reproduzir, imitando-a nas formas e expressões.

Resta-me ainda fazer notar a omissão freqüente de nomes e datas neste meu trabalho. A minha memória, que não me era ingrata na mocidade, foi sempre rebelde quando se tratava de tais coisas e, em geral, de tudo que dizia respeito a números. Creio, porém, que esta falta pouco prejudicará uma narração somente destinada à minha família, não tendo, portanto, de afrontar a crítica.

Capítulo I

Creio que no princípio do século XVIII, veio da Ilha da Madeira um casal de portugueses e estabeleceu-se no centro desta então Capitania da Bahia, dedicando-se ao mister da lavoura.[1] Ignoro o nome desses meus antepassados, bem como qualquer particularidade relativa ao seu viver, e apenas sei que a portuguesa perdeu a vida ao dar à luz o primeiro fruto de seu matrimônio: era um menino. Conservo de memória esta circunstância porque minha mãe a acompanhava de judiciosas reflexões, sem dúvida com o intuito de desculpar a rudeza de caráter de que deu provas aquele seu ascendente, órfão de mãe em tenra idade.

— Se ele tivesse sido criado, dizia ela, por uma boa mãe, embora ignorante, teria esta aplainado as agruras daquela natureza em que se vislumbram traços de honradez inata. A mulher, ainda a mais inculta, é dotada de certa finura de tato e, guiada pelo instinto maternal, consegue quase sempre modificar a índole do filho, abrandando-lhe a veemência das paixões, comunicando-lhe a delicadeza, a doçura, que são o apanágio de nosso sexo.

Com razão, em todos os tempos, se tem comparado a mulher à flor — mimoso e frágil produto da natureza que nasce belo e completo, sem precisar dos retoques da arte — e o homem ao diamante, que precisa ser lapidado para ostentar seu brilho e valor.

Esse menino, que se chamou Gonsalo da Silva, tornou-se homem robusto, de notável força física e de gênio irascível e reservado. Por meio do trabalho, adquiriu bastantes bens para ser

considerado fazendeiro abastado e, casando-se, teve dois filhos, Gonsalo e Severino. Estavam estes ainda na puerícia quando o pai assassinou a esposa. No mesmo dia, desapareceu um seu empregado, o que fez supor ter sido o adultério a causa daquele crime, que ficou impune, coisa muito usual naquela época, principalmente no Centro do país, onde a Justiça d'El Rei mal se fazia entrever.[2] Os poucos que ousaram interrogar Gonsalo sobre aquele fato não o fizeram segunda vez, amedrontados com o tom em que lhes retorquiu o fazendeiro, que não se prestou a abrir a porta aos comentários dos ociosos.

Algum tempo depois, pediu ele em casamento a filha de um fazendeiro português que, como o pai de Gonsalo, viera para o Brasil casado com uma sua patrícia. Sobressaltou-se o pai da moça com a ousadia daquele homem. Como podia ele acreditar que houvesse mulher que o aceitasse depois de haver dado provas de ser tão terrível marido? Participando o ocorrido à esposa, esta o comunicou a Clara — assim se chamava a jovem —, e qual não foi a sua admiração ao ouvi-la dizer que aceitava a proposta de Gonsalo. Todos os membros da família tentaram dissuadi-la do intento, porém ela a todos respondia com firmeza:

— Se eu proceder como a outra, que ele me mate.

Provavelmente orgulhoso com a rigidez daquele caráter e a confiança que a filha tinha na própria virtude, o pai deu o consentimento. Recebendo a resposta favorável, Gonsalo enviou à noiva um presente — uma faca, cuja folha enferrujada fazia suspeitar que fora tinta no sangue da infeliz esposa do implacável marido. Horrorizada a família diante daquele ato brutal, insistiu com a moça para rejeitar o pretendente. Ela, porém, imutável em suas idéias, repetiu o que já dissera:

— Se eu proceder como a outra, que ele me mate.

Efetuou-se o casamento: nunca houve união mais feliz! Um olhar ou uma palavra de Clara bastavam para suspender os acessos

de cólera furiosa a que o marido era sujeito. Uma vez quis ele castigar um escravo. O infeliz teve a boa idéia de correr em procura da senhora. Gonsalo seguiu-o de perto, mas, como é sabido, o medo dá asas, e o mísero alcançou o porto de salvação. Chegando o senhor, viu o escravo prostrado aos pés de Clara, que fitou o marido de modo imperioso. Como sempre, bastou este olhar para subjugá-lo e fazê-lo retroceder; mas, precisando desabafar a fúria, cravou os dentes no próprio braço, rasgando a veste e ferindo-se cruelmente.

Só em um ponto Clara não conseguiu exercer o costumado domínio sobre o espírito do marido: arrancar-lhe o segredo sobre as circunstâncias do assassinato da primeira mulher. Uma vez que o interrogou neste sentido, ele respondeu que nunca mais lhe tocasse em tal assunto. E era tão terrível a sua catadura, que ela nunca mais ousou fazê-lo.

Teve Gonsalo, do segundo casamento, quatro filhos: Pedro Caetano, Thereza, Anna e uma cujo nome minha mãe ignorava ou, se me disse, não guardei de memória. Como pouco terei a relatar a seu respeito, direi que, casando-se, deu à luz uma menina, o que lhe custou a vida. Sua irmã Thereza, já casada e com filhos, tomou a sobrinha órfã, que criou com desvelo maternal. Esta, que se chamava Maria, teve sorte semelhante à de sua mãe: casando-se, algum tempo depois morreu, deixando um filho em tenra idade. Francisca, filha de Thereza, que tinha por Maria afeição fraterna, visto terem sido criadas juntas, tomou o menino, que se chamou Custodio, e fez-lhe as vezes de mãe. Custodio foi pai do Coronel José Honorato do Nascimento, conceituado proprietário em Terra Nova, no município de Alagoinhas, e de D. Jesuina, casada com o Coronel Pedro Rodrigues Bastos, negociante em Alagoinhas, com quem teve diversos filhos, entre os quais nomearei D. Leonila Flora Bastos, casada

com o Coronel Ignacio Paschoal Bastos, também nosso parente em grau mais remoto, e ambos amicíssimos de nossa família; têm sucessão.[3]

Continuou Gonsalo a prosperar, granjeando bens consideráveis. Provavelmente para fazer a vontade à esposa, mandou o filho Pedro Caetano estudar para ser padre — *desideratum* das principais famílias daquele tempo. Não viram, porém, os esposos realizados os seus anelos. Morrendo Gonsalo, o filho, ou por faltar-lhe a vocação, ou porque achasse mais conveniente vir administrar os bens de sua mãe, viúva e sem outro filho varão, não tomou as ordens sacras e tornou-se chefe da família.

Não foram, porém, improfícuos o tempo e o trabalho que despendeu a estudar. Inteligente e aplicado, adquiriu a instrução que lhe deu, como era natural, certo prestígio entre seus conterrâneos, que muito careciam de cultivo, como também era usual naquele época. Conservando entre seus colegas da Capital valiosas relações, tornou-se homem de grande e real influência, geralmente respeitado.[4]

Vamos tratar agora dos dois filhos do primeiro matrimônio de Gonsalo. O primeiro, que tinha o nome do pai, era franzino, de espírito acanhado; foi pacífico lavrador e não deixou descendência. O segundo, Severino, que herdara a robustez e força não vulgar do pai, bem como seu caráter impetuoso, foi a princípio contido pelo respeito que a toda a família inspirava Gonsalo. Faltando este, deu largas à sua índole e tornou-se desordeiro. Notava-se contudo em seus desmandos um cunho de nobreza: tomava sempre a defesa do fraco contra o forte.

A princípio, suas façanhas limitaram-se a espancamentos que ficaram impunes em virtude da posição adquirida pelo irmão Pedro Caetano e lhe granjearam a nomeada de valente, muito apreciada naquela época pelos incultos filhos dos sertões. Um dia

em que ele entrava em uma vila, ao passar em frente da cadeia, alguns presos, avistando-o através das grades, gritaram:

— Valha-nos o Sr. Severino da Silva!

Dirigindo-se ao carcereiro, ordenou-lhe Severino que abrisse as portas, e, como este recusasse obedecer-lhe, espancou-o brutalmente, bem como aos guardas que se apresentaram, pondo todos os presos na rua. Apesar da gravidade do fato, ainda Pedro Caetano conseguiu abafar este atentado contra a ordem pública.[5]

Algum tempo depois, deu-se um caso ainda mais grave. Um personagem que exercia importante cargo — não me recordo qual fosse — viajava com o aparato da opulência, montado em gordo cavalo e acompanhado de pajem igualmente bem vestido e montado.[6] Encontrando um pobre homem mal trajado, cavalgando um sendeiro manco, o opulento senhor dirigiu-lhe grosseiros gracejos sobre sua triste cavalgadura. Chegando Severino nessa ocasião, revoltou-se contra tal procedimento e dirigiu palavras duras ao cavaleiro, exprobando-o asperamente. Este, cônscio de sua superioridade de posição social, retorquiu com insolência. Não foi preciso mais. Severino, cego pela cólera, partiu para ele armado com o grosso cabo do mangual, que em seu braço hercúleo tornava-se formidável clava. Espancou-o tão barbaramente que dentro em poucos dias morreu. Não fora um assassinato intencional, mas devido à força descomunal de Severino e ao seu caráter irascível.[7] Desencadeou-se, porém, contra ele, acérrima perseguição, promovida pela família do morto. Houve ordem de prisão; duas ou mais tentativas foram feitas, porém burladas. Severino espancava a tropa, quebrando cabeças, partindo braços e debandando-a finalmente, só com o pânico que a sua presença gerava.

Recorreu então a um ardil o parente do assassinado. Era Severino amasiado com uma mulher de cor parda, à qual foi oferecida quantia avultada se entregasse o amante. Queixando-se Severino de mal-estar, incômodo passageiro que não o obrigava a

guardar o leito, aconselhou-o a nova Dalila a sangria — medicina tão chistosamente simbolizada por Lesage no Dr. Sangrado de *Gil Blas.*[8] Fez-se Severino sangrar nos dois braços.[9] À noite, despertou ele ao estrondo do arrombamento das portas. Não vendo a seu lado a amante, compreendeu a traição.

A casa era cercada por numerosa tropa. Furioso como o leão colhido no laço traiçoeiro, ainda tentou defender-se espancando e ferindo a muitos. Mas, por fim, jorrando-lhe o sangue das veias reabertas, caiu desmaiado. Foi então solidamente amarrado e, logo que pôde viajar, conduzido à Bahia, sem dúvida porque receavam que se evadisse, por influência do irmão Pedro Caetano, que já gozava de considerável prestígio.[10] Este, por meio de valiosas relações que entretinha na Capital, empregou toda a atividade a ver se salvava o irmão. Mas os parentes do morto ativaram também a perseguição.

Finalmente Pedro Caetano conseguiu que Severino pudesse obter a soltura, assinando este um seguro de vida à mulata que o atraiçoara e àquele que tomara a iniciativa da sua captura.[11] Correu pressuroso à cadeia. Nada porém conseguiu do rancoroso irmão.

— Se chegar a sair daqui, disse ele, as maiores postas que deixarei de ambos serão as orelhas. Não prometo o que não posso cumprir.

Não houve argumentos nem súplicas que o demovessem de seu vingativo propósito. Foi, pois, condenado a degredo perpétuo na África, tendo antes do embarque de percorrer as ruas levando pancadas com uma sapata de ferro nas costas. Pedro Caetano ainda conseguiu livrá-lo dessa parte infamante da sentença e, cheio de mágoa, viu-o embarcar sem esperança de regresso.[12]

Entretanto, depois de alguns anos, teve alguma esperança. Dona Maria I, subindo ao trono por morte do pai, quis a todo custo reaver o súdito, José de Seabra e Silva, que, atraiçoando o

Marquês de Pombal, a livrara do domínio do astuto e poderoso ministro.[13] Era, porém, o Marquês de Pombal tão fielmente servido, ou fazia as coisas com tais precauções, que foi impossível descobrir o paradeiro de Seabra. Lançou mão a rainha do expediente de conceder perdão geral aos degredados das colônias portuguesas da África. O Seabra e muitos outros voltaram para Portugal, e alguns para o Brasil. Severino, porém, não voltou. Sem dúvida, sucumbira à crueza do clima, unida às agruras do seu gênio indomável.

Das três filhas de Gonsalo, uma casou-se, como já dissemos, perdendo a vida ao dar à luz uma menina. Outra, chamada Anna, não casou: contratara com o irmão, Pedro Caetano, viverem juntos. Muitos contratos desta ordem eram então efetuados nas famílias, e as senhoras que os faziam, consideradas muito sensatas, creio que com razão.[14] Se hoje a esposa não goza de posição assaz vantajosa na sociedade, quanto mais naquela época em que, com raras exceções, não passava de verdadeira escrava. De fato, D. Anna, durante sua longa vida, deu provas inequívocas não só de sólido juízo, como de energia pouco vulgar em seu sexo naquela era de educação tão acanhada, sendo muito acatada de toda a família.

A terceira, Thereza, casou-se com um português, José Ribeiro de Araujo, nascido nos arredores de Lisboa. Tiveram três filhas e depois um filho varão que se chamou Pedro Ribeiro de Araujo, cujo nascimento encheu de júbilo não só seus pais como os outros membros da família, por ser o primeiro descendente masculino dos filhos de Gonsalo da Silva.

Nasceu Pedro Ribeiro no mês de março — não recordo o dia — de 1769, e foram seus padrinhos os tios Pedro Caetano e sua irmã D. Anna, que o adotaram como filho e presuntivo herdeiro dos bens que possuíam.[15] É este o meu avô materno.

Pouco tempo depois, ficou Pedro Ribeiro órfão de pai, do qual não guardava lembranças, referindo apenas algumas particularidades sobre seu caráter, relatadas pela família: era José Ribeiro homem pacato e de consciência essencialmente sã. Solicitado por um seu patrício, estabeleceu, de sociedade com este, uma casa de negócio. Depois de certo prazo, deram balanço: lucravam quase cento por cento. Retirando o capital empregado e um lucro de cinqüenta por cento — ganho lícito, segundo ensinavam os padres daquela época —, José Ribeiro desfez a sociedade.[16] Tal fato aos olhos de muitos parecerá ridículo, e quem o praticou não passará de um imbecil, visto que atualmente é em geral seguido o preceito dos italianos: *Chi non gadagna cento per cento, non gadagna niente.*

De outra feita, tendo José Ribeiro recebido a comunicação do falecimento do pai, disse à esposa que desejava desistir da herança em benefício de duas irmãs solteiras.

— Não é avultada a quantia que me cabe, acrescentou, mas não posso dispor dela sem o seu consentimento porque a metade lhe pertence.[17]

Thereza não só concordou, como lhe mereceu cabal aprovação a idéia do marido. Esta escrupulosa consciência foi transmitida pelo português ao filho — meu avô. Contava minha mãe que o pai rejeitara para ela um casamento vantajoso, segundo as considerações sociais, só porque o pretendente possuía bens que diziam terem sido mal adquiridos pelos seus ascendentes.

Ficando Thereza viúva, Pedro Caetano colocou-a ao pé de si, considerando como própria a família da irmã. Quando as sobrinhas chegaram à puberdade, casou-as vantajosamente.[18] A primeira, Clara, com José Silvestre, filho do proprietário do Engenho Buraco, no Recôncavo de Santo Amaro.[19] A segunda, Francisca, com D. João de Uzeda e Luna, filho do senhor do

Engenho da Matta, hoje usina Aliança, também sito no Recôncavo de Santo Amaro.[20] A terceira, Maria Thereza, com Joaquim de Sant'Anna Araujo Goes, filho de Lourenço de Araujo Goes, proprietário do Engenho Santinho, situado na freguesia de Sant'Anna do Catu.[21]

Foram elas consideradas ricas porque, além dos bens deixados pelos pais, o tio Pedro Caetano deu a cada uma, por ocasião do casamento, quatro mil cruzados em ouro. Observando eu a minha mãe que esta quantia era pouco avultada, respondeu-me ela que, naquele tempo, constituía um bom dote, visto como um escravo, que depois chegou ao valor de um conto e até de um conto e quinhentos mil réis, comprava-se então por cem patacas — trinta e dois mil réis —, e uma vaca escolhida por dez patacas — três mil e duzentos réis.[22]

As irmãs de meu avô tiveram numerosa descendência. Falarei apenas daqueles que comigo e meus filhos mantêm amistosas relações.[23]

D. Francisca, casada com D. João de Uzeda e Luna, teve quatro filhos; nomearei somente D. Joanna Maria e D. Anna Francisca.[24]

A primeira, D. Joanna Maria, casou-se com D. Rodrigo de Uzeda e Luna, seu primo. Tiveram quatro filhos: D. Saturnino, D. Ritta, D. Anna Francisca e D. Joanna. De D. Saturnino, só existe uma filha, D. Maria da Gloria, que se casou com o Dr. Francisco Bandeira, tendo numerosa prole. D. Ritta casou-se com meu tio, o Dr. Pedro Ribeiro de Araujo, e tiveram quatro filhos: o Dr. Pedro Ribeiro de Araujo — que tinha o mesmo nome do pai e do avô —, o Dr. Manoel Ribeiro de Araujo, ambos também médicos, o bacharel Rodrigo de Uzeda e Luna Ribeiro, que morreu pouco tempo depois de formado, e João Ribeiro. D. Anna Francisca, viúva sem filhos, vive em nossa companhia. D. Joanna, casada com José Maria Gil Garcia Pimentel, teve alguns filhos,

dos quais existem ainda três: Pedro, José e Joanna Elmira, entre os quais Pedro Pimentel nos merece particular estima.

A segunda, D. Anna Francisca, casou com seu primo Manoel Joaquim de Araujo Goes. Tiveram alguns filhos, dos quais nomearei Alexandre Luna de Araujo Goes, que foi casado com D. Maria Joanna — Jana —, filha do Barão de Araujo Goes. Tiveram alguns filhos entre os quais nomearei D. Maria Joanna — Mariette —, casada com o engenheiro José de Araujo Goes, filho de Paulino, Barão de São Miguel. Deles falarei particularmente quando tratar da família de meu pai, por merecerem particular estima de todos os nossos.[25]

Escrevo estas memórias para meus filhos e netos; portanto, seria supérfluo citar nomes de parentes com os quais eles não mantêm relações e muitos não conhecem nem de vista. Declaro-o para que não suspeitem que o faço por orgulho. Digo com toda a franqueza que não nego meu parentesco com qualquer indivíduo, colocado embora no plano o mais humilde da sociedade. Se é pobre, dele não me envergonho; se procede mal, posso corar e afastar-me dele, não negarei porém o parentesco, porque considero uma covardia. O homem faz-se por si mesmo, isto é, criando o seu valor pessoal: a baixeza e a infâmia dos parentes não podem atingi-lo.

Capítulo II

Depois desta ligeira notícia sobre meus antepassados, falarei de meu avô, que ainda conheci e cuja vida acidentada pode oferecer algum interesse à família. Contava eu sete anos quando ele faleceu. Como, porém, conservo reminiscências de uma idade ainda mais tenra, guardo nitidamente na memória os traços fisionômicos daquele venerável ancião que me distinguia entre os outros netos, dedicando-me extremado afeto.

Tinha mais de setenta anos. Era de elevada estatura, cheio de corpo, sem ter porém o acúmulo de tecido adiposo que dá aos velhos o aspecto desagradável da obesidade. Era alvo e corado, e, tendo sido magro na juventude, seu rosto longo e cheio não apresentava a abundância de rugas usuais naquela idade. Cabelos raros e brancos, outrora louros, coroavam-lhe a fronte elevada. Os olhos grandes e claros não apresentavam, à minha vista de criança, os vestígios da cegueira que o torturava havia mais de vinte anos. E quando para mim os volvia, falando-me carinhosamente, parecia-me que estava me vendo. Nariz direito e correto, sorriso alegre e franco, desses sorrisos que iluminam uma fisionomia ainda mesmo fanada pelos anos, porque são a expressão dos sentimentos bons e nobres do coração.

Trajava diariamente calça e jaqueta de ganga azul, nunca usando paletó, que começava a ser adotado por alguns lavradores, embora mesmo esses não houvessem de todo abolido a jaqueta.[26] Quando, nas minhas recordações, evoco a figura imponente da-

quele ancião, parece-me ver um português, não desses tipos vulgares, porém dos portugueses distintos que, na minha existência no campo, só conheço em livros e revistas; e não é de admirar, visto que em suas veias somente corria sangue lusitano. Embora este sangue não fosse azul, segundo ele dizia, creio que a nobreza não é só privilégio das raças engrandecidas, através dos séculos, por ações heróicas de antepassados. Um espírito eminente dá ao homem o aspecto que se qualifica de nobre. E Pedro Ribeiro foi, na verdade, um espírito superior.

Era ele, dizia minha mãe, muito amável no trato; sua conversação tanto agradava ao velho como ao moço e ao menino, porque ele sabia adaptá-la a todas as idades. Um dia, gracejando Pedro Ribeiro com uma jovem sua parenta, disse-lhe:

— Eu, que fui feio em moço, imagino hoje o que serei nesta idade!

E ela tornou-lhe:

— Não, meu tio, o senhor nunca poderia ser feio com este sorriso que ainda hoje lhe ilumina a feição. Creia, meu tio, que a sua companhia, a sua conversação, é-me mais agradável que a de muitos moços.

Quanto ao caráter de meu avô, minha tenra idade não permitia apreciá-lo, mas, segundo o testemunho da família e o ainda mais valioso, porque é insuspeito, de estranhos, sei que era ele de uma probidade a toda prova e de uma energia pouco vulgar, que sempre manifestou nas numerosas lutas sustentadas com potentados déspotas que então abundavam no Centro do país. Não foi sempre em interesse próprio que travou tais lutas, porém muitas vezes em prol do oprimido contra o opressor, levado pela bondade de seu coração que o fazia tomar sempre o partido do fraco contra o forte.

Nasceu Pedro Ribeiro, como já disse, em 1769, tendo sua vinda a este planeta promovido grande satisfação para seus pais e

tios, por ser o primeiro descendente varão da família. Felizmente não desmentiu ele as doces esperanças dos seus, como muitas vezes sucede. A grande diferença no acolhimento dos homens ou mulheres por ocasião dos nascimentos nas famílias, diferença antigamente muito acentuada, tinha origem na vaidade, quase sempre castigada neste mundo.

Pedro Caetano e D. Anna, tios e padrinhos de Pedro Ribeiro, encarregaram-se de sua educação. Perdendo muito cedo o marido, veio sua mãe, D. Thereza, morar, a convite do irmão, na Fazenda do Cajueiro.[27] Como as duas vivendas eram muito próximas, Pedro Ribeiro, na infância, gozava, pode-se dizer, dos carinhos de duas famílias que o adoravam.

A sua infância foi a de todos os filhos dos proprietários abastados, de que ainda presenciei alguns exemplos em minha mocidade. Logo que o menino andava com passos seguros, era entregue a uma rapariga escrava que, por medo ou servil adulação, ia acostumando-o a ser desarrazoado e voluntarioso. Depois davam-lhe como companheiros de folguedos certo número de moleques — filhos de escravas —, que lhe obedeciam e o auxiliavam nas travessuras. Às vezes, porém, algum moleque mais atilado ganhava ascendência sobre o jovem senhor e, com a má vontade natural do dominado contra o dominador, levava-o a cometer atos reprovados, que quase nunca chegavam ao conhecimento dos pais. Às vezes, porém, como diz o povo, *o diabo rompe a capa*, e então só os moleques é que pagavam a culpa diante do pequeno senhor, a quem isto serviria de exemplo.[28] Presumo que casos tais não se dariam na infância de Pedro Ribeiro ou, pelo menos, que não acarretariam castigos cruéis, porque em nossa família foram quase todos bondosos e indulgentes com a desditosa classe dos escravos, hoje felizmente extinta em nosso país.[29]

Aos dez anos foi que Pedro Caetano determinou dar ao sobrinho um mestre de primeiras letras, a quem foi recomendado não

tocasse no menino. Imagino quanto isto não custou àquele mestre, costumado, como era então usual, a fazer entrar o alfabeto à força de palmatoadas na cabeça das pobres crianças! Dotado de entendimento claro e memória fácil, o menino em pouco tempo aprendeu a ler, escrever e contar — as quatro espécies de conta —, o quanto era necessário a um moço rico que não precisava viver do que aprendera. Tal era a teoria em voga entre os proprietários rurais.[30]

Depois entregou-se à pesca e à caça, acompanhado por um agregado de confiança de seu tio e alguns moleques, o que também era usual. Assim chegou Pedro Ribeiro aos dezesseis anos. Esta vida de contínuo exercício foi-lhe proveitosa, pois, apesar de magro, tinha músculos de ferro, e muito cedo apresentaram-se-lhe no rosto os vestígios da virilidade, na barba que veio sombreá-lo.

Era Pedro Caetano homem instruído, tendo, como já disse, estudado para padre. Em suas numerosas relações, havia alguns homens que possuíam igual instrução. Via-os Pedro Ribeiro conversar, repetindo frases latinas, o que era muito em voga, e começou a ter inveja da boa figura que faziam, envergonhando-se do triste papel de auditor mudo que lhe cabia em vista de sua ignorância. Manifestou suas idéias ao tio, e este exultou. A tia e a mãe apresentaram forte resistência: a separação era muito penosa. Tiveram porém que ceder perante a vontade tenaz do sobrinho e filho, apoiada pelo chefe da casa. Consolaram-se com a esperança de ter um sacerdote na família, segundo a promessa feita pelo jovem. Era este o sonho dourado das devotas senhoras daquele tempo.

Não precisou Pedro Ribeiro ir para a Bahia. Havia no Engenho Jacuipe, Recôncavo de Santo Amaro, um colégio sob a direção do Padre José Xavier, que apresentava melhores alunos do que os da Capital.[31] Esse padre fora discípulo dos jesuítas e ia entrar naquela congregação quando, em virtude do decreto expedido sob a influên-

cia do Marquês de Pombal, tiveram eles de abandonar o Brasil.[32] Tomou então aquele jovem ordens seculares.[33] Sendo Pedro Caetano muito amigo do Padre, havia mais uma razão para ser preferido o seu colégio: além de serem menos intensas as saudades pelo afastamento do parente querido, a certeza de ser ele bem tratado, porque aquele colégio era uma verdadeira casa de família.

Muito bem recebido pelo mestre, foi Pedro Ribeiro chamado por ele a fim de conhecer o seu grau de cultura.

— Saí-me pessimamente, lembrava ele a rir. Li mal, escrevi pior e, para contar, valia-me dos dedos.

O padre mandou-o à aula de primeiras letras. A idéia de ir para uma aula só freqüentada por meninos horrorizou o futuro estudante, já homenzarrão. Pediu ao mestre o livrasse daquele vexame, dando-lhe os meios de estudar particularmente as primeiras letras, freqüentando ao mesmo tempo a primeira aula de latim.

— Não será isto superior às suas forças? perguntou o Padre.

— Vim estudar por meu gosto, respondeu o mancebo, e terei força de vontade para desempenhar-me da tarefa.

Sem dúvida em atenção ao amigo, o Padre Xavier prestou-se a lecionar ele próprio, em particular, o português, e tal foi o aproveitamento do discípulo que, escrevendo ele uma carta ao tio pouco tempo depois, este achou-a tão correta na redação e tão bonita a letra — coisa então muito apreciada — que a guardou no bolso para mostrá-la a todos os parentes e amigos.

O curso de latim durava de três a quatro anos.[34] No fim do terceiro, Pedro Ribeiro estava preparado, sendo considerado um dos melhores estudantes.

— Não me pertencia o primeiro lugar, dizia ele, porque de justiça competia a um rapaz português, pobre e obscuro, dotado com a maior inteligência que tenho conhecido.

A respeito desse português, contava meu avô que, sendo atacado de reumatismo pertinaz que o levou a guardar o leito duran-

te alguns meses, decorou toda a *Prosodia*, que, como se sabe, é um grande volume.[35] Daí em diante os companheiros, quando precisavam de significados, não tinham mais que lhe perguntar. Repetia não um ou dois, mas todos os que dava o livro. Chamava-se Bento, e os rapazes começaram a dar-lhe o nome de Bento Pereira Velho, o autor da *Prosodia*. Depois de preparado, Bento foi ter com o arcebispo a fim de tomar as ordens. Este disse-lhe:

— Não te ordenarei, porque és português; vai casar com uma brasileira para aumentar a raça portuguesa no Brasil.

Vê-se que aquele arcebispo tinha mais em mira assegurar a supremacia de Portugal sobre a rica Colônia do que aumentar o número de sacerdotes. Casos idênticos já se haviam dado com outros moços.[36] Não imaginava ele que não se pode parar a roda movimentada pela evolução social e que não estava longe o dia em que o Brasil tinha de sacudir o jugo da Metrópole.

No dia seguinte, foram alguns rapazes submetidos a exame, em presença do arcebispo. Bento achava-se presente, com esperança de encontrar talvez um ensejo favorável para o seu pleito. Indignado o arcebispo com a ignorância crassa de um dos examinandos, chamou o Bento, ordenando que o argüíssem. Como era de esperar, saiu-se brilhantemente. Disse-lhe então o prelado:

— És tão feio, meu rapaz, que julgo difícil encontrares quem te aceite por marido. Vem, pois, tomar as Ordens.

Creio que, apesar da seta atirada ao seu amor-próprio, o rapaz ficou contentíssimo. E o prelado não mentira. O Bento fora tão liberalmente dotado no moral quanto escassamente no físico. Além de feio, era malfeito e de baixa estatura. O arcebispo deu-lhe logo uma boa freguesia. Morreu, porém, o Bento, pouco tempo depois. Assim falham muitos talentos de eleição!

Não saiu Pedro Ribeiro do colégio no fim do terceiro ano, em razão de pedir-lhe o Padre-mestre que ficasse mais um ano para

auxiliá-lo no trabalho escolar, visto andar adoentado e ser já bastante adiantado em idade. Não ficou, porém, até o fim do ano em virtude de um acontecimento frívolo que veio a assumir aspecto grave em conseqüência do gênio impulsivo de Pedro Ribeiro, não modificado ainda pela reflexão de que mais tarde deu provas. Refiro estes acontecimentos porque, julgo, deles se pode auferir prova da nobreza de sentimentos de meu avô.

O colégio do Padre Xavier era de uma ordem e regime extraordinários, o que não é de admirar, porque todos os homens de boa fé sabem o que foram os jesuítas para a mocidade brasileira daquela época.[37] A casa era de dois andares. No superior, havia dois dormitórios: dos meninos até a idade de doze anos e dos rapazes até os vinte. Meu avô, de gênio afável, travou logo amizade com alguns rapazes e estabeleceu-se entre eles a intimidade tão natural entre pessoas moças.

As janelas dos dormitórios davam para o quintal de D. Josepha, viúva rica e respeitável irmã do Padre, cuja casa só era separada do colégio por aquele quintal.[38] Ali iam os estudantes encontrar-se com as mucamas de D. Josepha, quase todas mulatas bonitas e bem tratadas. Dizia Pedro Ribeiro que o grande respeito que tinha ao mestre fê-lo hesitar algum tempo, mas certas circunstâncias que o levaram a ver uma dessas mulatas fizeram-no tentar aquele passo reprovado.[39] Descendo ao quintal, encostou-se a uma árvore quando, de repente, viu cair diante de si um homem armado de cacete.

— Quem é o cachorro que se atreve a entrar no quintal de D. Josepha? Vou já fazê-lo sair moído de pau!

Enquanto o homem falava, meu avô, que o conhecera pela fala (era o feitor, um mulato), aproximou-se dele e de um salto arrebatou-lhe o cacete. Como conheceu que ele tentava fugir, cerrou-lhe o punho com u'a mão de ferro e deu-lhe uma cacetada na cabeça, que o fez cair de bruços, e mais algumas pelo corpo. Ia deixá-lo quando uma voz disse:

— Gonsalo, queres matar o moço? Eu disse que o botasses para fora e não que lhe batesses!

Ao mesmo tempo, viu meu avô assomar, em uma porta que dava para a loja do sobrado de D. Josepha, o administrador, português que muito o agradava, com uma luz na mão. Ao conhecê-lo, exclamou o português:

— Como o senhor? O exemplo dos estudantes!

Pedro Ribeiro contou-lhe sucintamente o que se passara, e ele disse:

— Tudo pode ainda remediar-se.

E dando com o pé no homem, chamou-o. Não respondeu. Tateou-lhe o coração.

— Está vivo! Se as feridas não são mortais, cura-se. Se morrer, enterra-se.

Isto não disse, como o feitor saltasse e fizesse um gesto de correr, o administrador agarrou-o pelo punho e, tirando do bolso um apito, assoviou. Logo dois robustos rapagões se apoderaram do feitor.

— Levem-no para o cárcere.

Dirigindo-se ao preso:

— Nem uma palavra do que se passou, senão tu és um homem morto!

E a Pedro Ribeiro:

— Tudo pode se acabar sem chegar aos ouvidos do Padre-mestre. Entre por aquela porta, suba a escada que vai ter ao andar superior e vá para o seu dormitório dormir como se nada tivesse acontecido.

Assim fez Pedro Ribeiro, mas, chegando à sua cama, não pôde conciliar o sono. Invadiu-o profundo arrependimento: se o mestre, por qualquer circunstância, viesse a saber! Se aquele homem não lhe falasse com tanto desaforo, chamando-o cachorro, não teria procedido de tal modo. Determinou relatar tudo ao Padre, pedin-

do-lhe perdão. Chegando à porta dos seus aposentos, achou-a fechada e ouviu-o dizer com voz irritada: "Sai imediatamente de minha presença!"

Abriu-se a porta, e Pedro Ribeiro viu passar o feitor que julgava preso. Aproximou-se do mestre e disse-lhe:

— Senhor, venho pedir-lhe perdão de uma grande falta que cometi!

E sem ousar fitá-lo relatou, sem nenhuma omissão, tudo o que se passara, concluindo:

— Peço-lhe perdão e estou pronto a receber o castigo.

— Castigo! exclamou o Padre, com voz ainda mais irritada. Eu é que sou castigado em minha vaidade; eu que o considerava como o modelo de meus estudantes, vê-lo descer a tal ponto! Considere o papel que fez: desrespeitar minha irmã, uma senhora virtuosa que às vezes costuma passear à noite no seu quintal, e ainda representar de Ferrabrás, dizendo "Quem está aqui é Pedro Ribeiro de Araujo!" Desceu até o ridículo!

Enquanto o Padre falava, ele desejava que a terra se abrisse para subvertê-lo. Caiu de joelhos, exclamando:

— Mestre, castigue-me de modo o mais duro, que a tudo me sujeitarei! Perdoe-me!

O Padre Xavier levantou-o em seus braços, dizendo:

— Não perdôo somente, esqueço, e só com a condição de não reincidir mais no seu erro.

— Juro-o, disse Pedro Ribeiro, estendendo a mão para uma imagem de Cristo que se via na parede fronteira.

— Não jure, meu filho: ao homem honrado, basta dar sua palavra.

Ia retirar-se meu avô quando o Padre fez-lhe sinal de voltar.

— Há uma atenuante para sua falta: é que não faltou à verdade. O homem que mente não é suscetível de corrigir-se, porque não tem vergonha. Acredito, pois, que se corrigirá.

"E não desmenti a confiança do Mestre", dizia Pedro Ribeiro. "Dali em diante, tornei-me de um procedimento ainda mais exemplar. Também tirei de tudo aquilo um útil ensino: é que o homem, em caso algum, deve mentir. O Padre, de um postigo de seu aposento, havia tudo presenciado, tendo sido previamente avisado pelo administrador."

Relatarei agora o acontecimento que deu motivo à saída de meu avô do colégio. O Padre José Xavier era grande amador de música e também grande musicista. Pedro Ribeiro dizia nunca ter visto quem tocasse violino com mais perfeição e sentimento. Certo dia, o Padre perguntou aos estudantes:

— Querem os senhores tornar mais agradáveis as horas de recreio?

— Queremos, disseram quase todos.

— E os meios? perguntou um.

— É estudarem música. Depois cada um escolherá o instrumento que mais lhe agradar, e assim formaremos uma orquestra. Eu, meus filhos, sobram-me horas de ensino, e assim empregá-las-ei em proveito de meus discípulos.

— E temos tempo de sobra para isso? disse um dos rapazes.

— Têm, tornou o Padre, tanto que levam a ler novelas e outras coisas que de nada servem à inteligência do homem.

Somente cinco aceitaram a proposta do Padre, e um deles foi Pedro Ribeiro. Entre os instrumentos, meu avô escolheu a cítara. A razão desta preferência é que ele ouvira um dia tocar maravilhosamente este instrumento em casa de D. Josepha, que era, como o irmão, grande musicista.

Em pouco tempo os rapazes tiveram tal aproveitamento que, aos domingos, depois da missa, reunindo-se à entrada da casa do Padre, formavam uma orquestra tão agradável que atraíam muitos ouvintes. Eram estes muitos dos proprietários vizinhos e morado-

res do arraial do Rio Fundo, próximo de Jacuipe. O Padre, vendo que, aos pais, acompanhavam muitas crianças que às vezes manifestavam vontade de comer, combinou com a irmã, bondosa como ele, de mandar algumas bandejas de doces e frutas secas para repartir com a meninada, o que fez muito aumentar o auditório.

Um dos mais assíduos freqüentadores deste local era o Bernardo, mulato casado com uma filha do Padre José Xavier.[40] Esta moça, muito estimada do Padre, havia recebido uma educação superior à que recebiam as mulheres, e dizia-se que um amigo do Padre, vendo o desvelo com que este a tratava, perguntara-lhe:

— Porque não perfilhas esta menina?

— Porque é mulata.

— És então orgulhoso? retrucou o outro.

E o Padre tornou-lhe:

— Quando foi permitida aos padres a perfilhação,[41] eu quis perfilhar esta menina, mas, participando à minha irmã, ela observou-me: "Se nosso pai fosse vivo, não consentiria ter por neta uma mulata, e entendo que um filho deva respeitar os princípios do pai ainda depois de sua morte."

Tais eram os prejuízos daquela época contra a raça africana. Ora, aquele mulato ostentava, nos dias de missa, o maior luxo, devido às larguezas do Padre, que coisa alguma negava à filha, a quem o marido mandava pedir. Chegara à Bahia a moda do rabicho, e os estudantes alcançaram do mestre a permissão de usá-lo. No primeiro domingo, obtida a permissão, apresentaram-se com a tal moda, que hoje pareceria ridícula, apesar de ainda usada pelos asiáticos. Alguns proprietários que costumavam ir à missa também exibiam os rabichos. O mulato Bernardo, quando isto viu, ficou desesperado e nem acabou de ouvir a missa. Foi logo à casa do barbeiro dos estudantes, que morava no Rio Fundo.[42]

O barbeiro apresentou-lhe dificuldade. O Bernardo, bastante claro para pretender passar por branco, tinha o cabelo duro e le-

vantado na cabeça, formando o que se chama gaforinha, e por isso trazia-o sempre curto. O cabeleireiro propôs-lhe arranjar um rabicho postiço: lançou mão de uns cabelos lisos e misturou-os com os cabelos da nuca do mulato, mas, sendo estes duros, a trança não assentava nas costas e dava-lhe o aspecto de uma cauda de cão, segundo dizia o barbeiro, que não gostava de Bernardo e foi quem contou estas particularidades aos estudantes, fazendo troça. Aconselhou ele a Bernardo que usasse de pequenos pesos de chumbo que, colocados para baixo do rabicho, na parte superior, fizessem-no abaixar.

Os meninos da classe primária ouviram esta conversa e, como não gostavam do Bernardo, formaram um plano de vingança. Não gostavam dele porque, quando D. Josepha mandava as bandejas de doces e frutas, ele se arvorava de distribuidor e ia comendo dos melhores doces, de sorte que às vezes não chegava para todos. Ora, todos sabem que menino não é coisa boa: todos têm, no íntimo, um gérmen de malignidade que facilmente desperta quando alguém os fere ou contraria e, com a leviandade própria da meninice, não hesitam em agredir aqueles que os maltrataram.

Bernardo viera postar-se diante da casa sentado em uma cadeira e, orgulhoso do luxo do seu traje, procurava conversar com os proprietários, exibindo seu vestuário. Um menino colocou-se por detrás dele e perguntou, a um que estava defronte, qual era o metal mais precioso.

— O ouro! respondeu este.

— E o mais útil?

— O ferro.

— Pois é engano, tornou o primeiro: o mais útil é o chumbo. Com ele se fabricam muitas coisas úteis, e até para transformar em cabelo de branco a carapinha de negros e mulatos serve. E disto vou dar-lhes a prova!

E deu um violento puxavante na trança que pendia nas costas de Bernardo. Não conseguindo, porém, arrancá-la, tirou alguns dos pesos de chumbo e apresentou-os aos companheiros, que romperam em grande pateada. Demais, com o puxavante, Bernardo caíra de costas, quebrando-se a cadeira, o que fez recrudescer a pateada. O mulato, furioso, lançou mão de uma pedra que se achava ali perto e correu no encalço do menino que promovera o barulho. Este procurou salvar-se entrando na sala da casa do Padre, onde estavam os estudantes tocando. Bernardo não retrocedeu, atirando a pedra, a qual, como o menino desviasse o corpo, foi bater em cheio no dedo polegar de Pedro Ribeiro, esmagando a unha e quebrando as cordas da cítara. Irritado com a dor, meu avô exclamou:

— Mulato atrevido, tens a ousadia de atirar-me uma pedra!

— Não foi ao senhor, tornou ele, foi ao menino que me insultou.

— Pois tem sentido! Não te suceda outro engano, que há de te custar caro.

O mulato aproximou-se da escada que ia dar nos aposentos do Padre.

— O senhor parece que está bêbado!

E subiu pela escada em desfilada. Pedro Ribeiro quis segui-lo, mas não teve tempo: viu-o internar-se nos aposentos do Padre-mestre, e o respeito que a este tinha deteve-lhe os passos. Então, gritou em voz alta:

— Deixa-te estar, mulato, que eu te farei engolir esta palavra!

Entretanto, os colegas cercaram Pedro Ribeiro e, possuídos da maior indignação, incitavam-no a tomar vingança imediata.

— Deixem estar que me vingarei cabalmente, disse ele. Por agora, só peço que me curem a mão, que muito me faz sofrer, e também lhes peço que coisa alguma digam ao Padre-mestre. Se for preciso comunicar-lhe, digam que levei uma queda.

Na hora do almoço, dizia meu avô que a dor e, sobretudo, a ira não lhe permitiam comer, e mandou se desculpar com o Padre. "Refleti no que me competiria fazer. Não me sujeitaria a uma repreensão do Padre. Depois da vingança que pretendia tirar daquele mulato, só me restava deixar a casa do Padre. Os colegas davam-me notícias do Bernardo. Em vez de queixar-se ao Padre Xavier, tinha fugido pelo fundo da casa e tinha ganhado sua habitação, que era perto. Diziam que fora para a cidade, decerto consertar o rabicho."

— E qual a vingança que pretende tirar dele? perguntavam.

— Ainda não sei, respondia eu.

— Olha, se não o castigar de modo que fique marcado, ele há de gabar-se que não sofreu coisa alguma.

"E assim", dizia meu avô, "iam-me instigando a não remeter ao desprezo as palavras desatenciosas daquele malcriado. Esperei pelo domingo, dia em que ele costumava ir à missa, e ordenei ao meu criado que me fosse esperar com meu cavalo arreado em uma encruzilhada onde o mulato costumava passar, indo depois da missa à casa de um seu conhecido. Tencionava dar-lhe uns *panos de espada*, e depois seguir para a casa de meu tio, de onde escreveria ao Padre, explicando-lhe o motivo de minha partida. Chegando ao meu aposento para tomar uma espada de folha larga, própria para aquele mister, não a achei, um colega a tinha apanhado. Lancei mão de um espadim, pois não queria perder tempo."

O espadim, como o nome indica, era uma pequena espada de folha estreita, com os copos de ouro ou prata primorosamente lavrados, que servia para certos dias de gala, antes como ornato do que como arma.

"Saindo sem ser visto, fui ter ao sítio onde o lacaio me esperava. Logo avistei Bernardo e fui ao seu encontro, dizendo-lhe:

— Mulato, eu não te disse que te faria engolir aquela palavra?

O miserável ajoelhou-se, exclamando:

— Perdão, Sr. Pedro Ribeiro, não me mate!

— Não quero matar-te, miserável, quero apenas ensinar-te.

Tirando o espadim, adiantei-me para ele e, como repugnava dar num homem ajoelhado, levantei-o pelo braço e apliquei-lhe alguns panos de espada. Esta, sendo muito delgada, entortou-se."

Pedro Ribeiro disse:

— Hei de desentortá-la na tua cabeça.

E aplicou-lhe uma espadeirada. Por um movimento desastrado, ou antes, pela tortura da folha do espadim, este caiu de gume na cabeça do Bernardo, dando-lhe um talho donde brotou logo o sangue.

— Vai-te, disse-lhe Pedro Ribeiro, e que esta te sirva de emenda.

Ele correu na direção da casa do Padre-mestre e, voltando-se, gritou para Pedro Ribeiro:

— Deixe estar que esta há de lhe custar caro. Vou dizer tudo ao Padre.

Dizia meu avô que, tendo já montado a cavalo, teve vontade de ir atrás do mulato, mas, vendo o mestre à janela, conteve-se e partiu para a casa do tio, sem o criado, que se afastara logo que viu o senhor no barulho. Encontrou-o adiante desculpando-se que tinha ido procurar o delegado quando vira o sangue e cuidara que era o amo que estava ferido; mas Pedro Ribeiro compreendeu que o fizera por covardia.

Depois de cavalgar toda a noite, ao aproximar-se da casa do tio, viu Pedro Ribeiro as irmãs que estavam catando frutas no tabuleiro. Era um passatempo interessante, no qual ainda tomei parte nas minhas primeiras viagens ao Itapicuru. Na estação das frutas, as moças das fazendas próximas, quase sempre aparentadas, combinavam um dia para a colheita das frutas. Marcado o ponto de encontro, erguiam-se pela madrugada e partiam acompanhadas

das mães e irmãos e de mucamas que levavam em cestas o farnel para o almoço. Encetavam logo a tarefa. As moças colhiam nas ramas mais baixas e os rapazes nas mais altas. Quando os raios de sol tornavam-se insuportáveis, reuniam-se sob uma árvore copada e tratavam do almoço. Estendiam esteiras no chão e, sobre estas, toalhas onde colocavam os pratos. Os convivas sentavam-se ao redor da improvisada mesa. A dança e as refeições, somente, estabeleciam alguma familiaridade entre rapazes e raparigas, que viviam, pode-se assim dizer, trancadas a sete chaves, porque nas igrejas avistavam-nas, mas sem terem ocasião de trocar uma palavra.

Deixemos esta digressão que fui levada a fazer, e vou prosseguir minha narrativa. Logo que Pedro Ribeiro avistou as irmãs, apeou-se e disse ao lacaio:

— Leva o animal para casa e não digas nada do que se passou.

E foi ter com as jovens que vieram ao seu encontro. D. Francisca disse em seguida:

— Que sucedeu?

— Nada. Tive saudades e vim vê-las.

Ela sacudiu a cabeça com um ar de dúvida, e juntos seguiram para casa conversando alegremente. Chegando à morada do tio, Pedro Ribeiro foi recebido por sua mãe, D. Thereza, com uma borrasca de palavras duras e repreensivas. O lacaio, que da estrada presenciara o ocorrido, pusera-a ao fato de tudo, e ela, de gênio violento — herança de Gonsalo —, não esperara ouvir do filho palavras que o justificassem, ou, pelo menos, minorassem sua falta. Ele, como filho submisso, emudecera diante da cólera materna. Não tardou, porém, que D. Anna, a tia que criara Pedro Ribeiro, chegasse, indagando do que se passava. Thereza relatou-lhe tudo, provavelmente afeiando as cores, o que não obstou a que a irmã lhe tornasse:

— Queria que seu filho sofresse o desaforo desse mulato sem tomar a desforra? Você não passa de uma louca.

E dirigindo-se ao sobrinho:

— Fizeste o que devias, meu filho; se houver processo, teu tio defender-te-á.

Chegou Pedro Caetano e, posto ao corrente da situação, foi do parecer de sua irmã D. Anna. Escreveu, porém, imediatamente, uma carta ao Padre José Xavier, dando-lhe satisfações e pedindo desculpasse o sobrinho. A resposta não se fez esperar: o seu discípulo tinha feito muito bem. Aquele mulato precisava há muito daquela lição. Isto mesmo havia dito a ele quando viera queixar-se. Tal era o modo de julgar as coisas naquele tempo; tal era, sobretudo, a insuperável barreira que separava a raça branca da negra, ou mesmo da mestiça! Acrescentava o Padre que esperava o seu discípulo, que seria recebido com a melhor vontade.

Não utilizou Pedro Ribeiro o oferecimento do mestre. Há algum tempo suas idéias haviam tomado outro rumo: não se sentia com vocação para o sacerdócio. Comunicou ao tio a sua determinação, e ele concordou, embora um tanto triste, porque, como já disse, naquela época, o sonho dourado das famílias era ver um dos seus membros ao altar. Em boa lógica, Pedro Caetano não podia combater a resolução do sobrinho: ele fizera o mesmo. Até auxiliou o mancebo a vencer a resistência que surgira por parte de sua mãe e de sua tia. Foi, pois, com o sobrinho, para que este se despedisse do mestre e condiscípulos.

— Então, dizia meu avô, conheci quanto era estimado dos colegas. Até um que me negara a fala por uma questão fútil, como as que costumavam surgir entre rapazes, veio abraçar-me comovido.

Muitas reminiscências guardava meu avô de sua vida escolar e transmitiu-as à sua família, mas, não tendo hoje interesse real, deixo de transcrevê-las. Apenas direi que, de tudo que me relatou minha mãe, pude deduzir que a estada de meu avô naquele colé-

gio foi-lhe sumamente proveitosa, pois que, além da instrução aí recebida, adquiriu excelentes princípios de religião e moral, de que deu exuberantes provas durante sua longa existência.

Tendo sido o Padre discípulo dos jesuítas, também incutiu no ânimo de meu avô o mais vantajoso conceito sobre os filhos de Santo Ignacio de Loyolla, tão injustamente julgados por muitos. Revoltava-se Pedro Ribeiro ouvindo somente chamar *jesuítas* a indivíduos hipócritas e interesseiros e fazia vir a lume fatos que provavam o contrário.[43] Considerava a Companhia de Jesus como a principal motora da civilização do Brasil, e sua influência muito mais benigna e salutar do que a dos outros poderes da Metrópole, quase sempre duros e bárbaros com os primitivos filhos desta região.[44] Decerto cingindo-se à opinião de seu pai, minha mãe era acérrima apologista dos jesuítas, e eu também sinto pronunciada simpatia por esses intrépidos aventureiros que, levando a Cruz aos recônditos inóspitos das nossas matas, pagaram muitos com a vida sua evangélica temeridade, de cuja grandeza ainda subsistem traços indeléveis em nosso torrão.[45]

Esse colégio terminou com a morte do Padre, depois de prestar imensos serviços à população do Recôncavo, difundindo ali a instrução naquele tempo ainda tão escassa.[46] Limitava-se esta a um pequeno número de filhos de proprietários que podiam mantê-los na Capital, e, destes mesmos, alguns não se resolviam a entregar seus filhos a mãos estranhas, com receio de que não fossem bem tratados, e só os mais adiantados intelectualmente se abalançavam a um tal sacrifício.[47] No colégio do Padre José Xavier, além de serem os estudantes tratados como filhos, eram módicas as pensões e havia incontestável moralidade de costumes, porque, se o Padre deixara vestígios de suas fraquezas na mocidade, no interior de sua casa de educação havia perfeita honestidade e os melhores exemplos. Era o que afirmava meu avô.[48]

Capítulo III

Como início da sua entrada no mundo, Pedro Caetano mandou o sobrinho visitar a Bahia, que ele não conhecia. Era então uma coisa de grande monta uma viagem à Capital. Ainda em tempos posteriores, na minha mocidade, muitas senhoras passavam a vida sem conhecer o que era uma cidade, que imaginavam um paraíso encantado.

Não podendo, por qualquer circunstância, acompanhar o filho adotivo, Pedro Caetano recomendou-o a um seu amigo particular, dando-lhe também cartas de apresentação para outros amigos. O Jorge (ignoro os seus apelidos) desempenhou cabalmente o papel de *cicerone*. Não houve coisa notável ou interessante que ele não levasse Pedro Ribeiro a ver. Segundo as idéias daquele tempo, mereceram-lhe particular atenção as igrejas. Visitou-as todas; eram sessenta.

Recordo-me que, ouvindo minha mãe relatar esta circunstância, disse-lhe que julgava haver engano no número das igrejas. Isto porque, tendo residido eu algum tempo na Bahia, conhecia limitado número de templos. Há pouco, porém, lendo em um jornal uma notícia sobre esta cidade, vi existirem aí sessenta e três igrejas.[49] Ora, é natural que, daquela época para cá, se tenham edificado poucas, visto como desde muito não há pessoas que, por exaltados sentimentos religiosos, gastem grandes fortunas em edificar igrejas e mosteiros.[50] As grandes fortunas são hoje devoradas pelo luxo e ostentação. Em qual dos dois modos serão as riquezas melhor empregadas?

Dizia Pedro Ribeiro que não fizera figura triste na Bahia, como sempre acontecia aos seus conterrâneos em uma primeira visita à Capital. Além de ser naturalmente desembaraçado, tinha em si a confiança que lhe dava a convicção de não ser a sua ilustração inferior à daqueles com os quais tinha de tratar. Ele e alguns outros discípulos do Padre Francisco Xavier nutriam até a presunção de levar à parede, em argumentação, muitos dos que haviam estudado na Capital. Da sua permanência durante um mês na Bahia, tirou ele muitas vantagens, porque, além de cultivar as relações de seu tio, adquiriu outras que lhe foram proveitosas no percurso de sua acidentada vida.

Tinha Pedro Ribeiro então vinte anos, e a família entendeu que era tempo de aconselhá-lo a que se casasse. Como já disse, sua irmã Clara casara com José Silvestre, filho da proprietária viúva do Engenho Buraco, D. Joanna. Tinha ela uma filha de nome Marianna, que, dizia meu avô, não era bonita de modo a impressionar, nem feia que tornasse a sua convivência custosa com um marido que não tivesse só em mira os dotes físicos. Demais, era irmã de José Silvestre, um cunhado a quem Pedro Ribeiro muito prezava, e toda a família desejava o enlace: Pedro Ribeiro concordou, pois, com o casamento.

Estando já tudo disposto, a mãe de José Silvestre declarou-lhe estar arrependida do que tratara, por ter aparecido um casamento riquíssimo para a filha. José Silvestre empregou todos os meios possíveis de convencê-la a não dar um passo tão triste. Foi debalde! Desesperado, propôs então à irmã levá-la às ocultas para sua casa, depois de ter previamente preparado tudo, e aí casá-la com Pedro Ribeiro. Ela anuiu. Vindo José Silvestre fazer tal proposta ao cunhado, este respondeu-lhe:

— Quando você casou com minha irmã, meu tio fez uma festa como há muito não tem havido neste Recôncavo, tal foi o

gosto que ele e toda a família tiveram nessa união. E que há de dizer-se se, para me casar com uma irmã de José Silvestre, fosse preciso que este a raptasse, como se eu fosse no conceito de sua mãe um homem mal comportado e a ela inferior? Isso nunca! Agradeço-lhe a boa vontade, mas não aceito![51]

Pedro Caetano, sabendo do ocorrido, muito aprovou o procedimento do sobrinho. Se houve jamais alguém castigado em seus cálculos ambiciosos foi a mãe de Marianna. O português com o qual casara a filha, além de coisa alguma possuir, estava sobrecarregado de dívidas que não podia satisfazer. O seu credor embaíra D. Joanna para, com os bens de sua filha, pagar-se, o que fez sem o menor escrúpulo. Sempre houve grandes tratantes! Demais, sendo aquele português em extremo estúpido, teve filhos que se lhe assemelharam: verdadeiras nulidades!

Entretanto, casaram-se as outras irmãs de meu avô. O tio dera a todas o dote de que já falei — quatro mil cruzados em ouro — e ricos enxovais, fazendo grandes festas, no que gastou avultadas quantias. Nada é mais contagioso do que o luxo. É conhecido o luxo que ostentavam os burgueses ricos, imitando os fidalgos portugueses.[52] Pedro Caetano era desse número. Alguns objetos de sua casa, que ainda encontrei, atestavam o que a este respeito me foi referido.

Havia débitos em sua casa. É provável que, por isto, Pedro Caetano resolvesse dar um passo inesperado em sua idade, em vista do contrato que fizera com sua irmã D. Anna. De acordo com esta, casou-se com uma senhora idosa, dona do Engenho Periperi, próximo a Terra Nova.[53] Essa senhora, D. Joanna, tinha como D. Anna contratado viver solteira em companhia de um irmão padre. Depois, não sei por quê, se desavieram, e, despeitada, ela rompeu com o contrato.

Pedro Caetano e D. Joanna fizeram o acordo de não abando-

narem suas residências. Tinham para isto plausíveis razões. Ele tinha a irmã, sempre habituada a dirigir só sua casa onde abrigava muitas pessoas, parentas e protegidas, formando numerosa família. Para ela seria difícil harmonizar-se com a cunhada, também acostumada a governar-se e sendo, aliás, de gênio impetuoso, como provara nas dissensões com o irmão padre. Entretanto, afirmava meu avô ter existido boa harmonia entre os idosos cônjuges. Ia Pedro Caetano todas as semanas visitar a esposa e aconselhá-la sobre a direção do engenho. A prova de que não houve desgosto entre eles é que, falecendo D. Joanna, testou em favor do marido. Assim é que o Engenho Periperi veio a pertencer à nossa família, sendo depois vendido com muito prejuízo.

A existência de Pedro Ribeiro durante a vida de seu tio foi pouco laboriosa, segundo ele próprio confessava. A esta circunstância, é provável, deveu não ser lavrador muito ativo e não ter feito grande fortuna, como seria fácil naquela época com os dados de que dispôs. Tal defeito não lhe fazia pecha no caráter, sendo muito usual naquele tempo. Os grandes proprietários, muito enfatuados, criavam os filhos inativos e perdulários, sem prever o mal que de tais hábitos pode originar-se.

Dava-se Pedro Ribeiro muito à caça, e minha mãe guardava de memória algumas de suas proezas venatórias, nas quais se distinguia pela certeza da pontaria. Eram também rememoradas as qualidades dos cães por ele próprio adestrados, de modo a fazer inveja aos seus companheiros, que, na influência da ocasião, ofereciam-lhe por tais cães grandes quantias, por ele rejeitadas. Além dos rapazes de sua idade, muitas vezes era meu avô companheiro de homens idosos e sérios, porque os grandes proprietários também muito se davam a essa diversão, tão querida dos antigos fidalgos e até dos reis. O nome de Bento Lopes, fidalgo muito considerado, era muitas vezes citado como figurando em tais narrações.[54]

Alistara-se meu avô nas antigas Milícias que, julgo, eram uma espécie de Guarda Nacional, porém muito mais importante. Contudo, ainda me recordo que, na minha infância, a Guarda Nacional merecia alguma consideração. Passava-se revista, a que não faltavam oficiais e guardas, indo aqueles fardados, ao passo que hoje muitos até desdenham tirar patente, reconhecendo a nulidade de qualquer posto na Guarda Nacional.[55]

Ignoro qual foi o primeiro posto de Pedro Ribeiro nas antigas Milícias;[56] sei, porém, que na Guerra da Independência era major.[57] As revistas de que ele falava tinham lugar perto do engenho de Bento Lopes que, julgo, era coronel, e às vezes tinham a assistência de Felisberto Caldeira Brandt, na qualidade de inspetor.[58] Daí resultou que Felisberto, na opinião de meu avô um dos homens mais soberbos que conheceu, afeiçoou-se-lhe de um modo particular, de sorte que o visitava, jantando à sua mesa, honra, segundo o entender do orgulhoso mineiro, que ele não fazia a muitos.

Além das boas relações adquiridas por seu tio e que a ele passaram, Pedro Ribeiro granjeara outras, entre as quais mereciam-lhe mais gratas recordações as da família de Bento Lopes e as da família de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que foi provisoriamente general antes de Labatut, em Pirajá.[59]

Pedro Caetano não sobreviveria muito tempo a sua mulher. Morreu de diabetes, esta terrível moléstia de que faleceu também uma irmã de meu avô, Maria Thereza, cujos cruéis padecimentos minha mãe relatava com horror, mas que, apesar disto, não imaginei serem tão atrozes como depois verifiquei, vendo-os em uma pessoa muito cara.[60]

Testara Pedro Caetano em favor do sobrinho, deixando-lhe bastantes bens, onerados, porém, de dívidas.[61] Iniciou-se então para meu avô uma época de muitas provações. Como é natural em tais ocasiões, os credores ficam alertas e se fazem lembrar, às vezes por

modo bem duro. Pedro Ribeiro era brioso, e repugnava-lhe dispor, logo após a morte de seu tio, dos bens por ele deixados. Podia o seu proceder ser interpretado como um ato de esbanjamento. Demais, os antigos proprietários olhavam como desairoso dispor de bens para pagamento de seus débitos e, quando a isto eram forçados, faziam-no sempre com a maior reserva, buscando um pretexto para ocultar o mau estado dos seus negócios.

Dirigiu-se Pedro Ribeiro à Bahia com o fim de obter dos credores uma moratória, o que conseguiu, exceto de um, cujo débito era mais avultado. Era um português chamado Innocencio Sebola, que se obstinou em ser imediatamente pago ou levar à praça umas fazendas muito boas que Pedro Caetano deixara no Sertão. Um amigo de meu avô aconselhou-o a que se dirigisse à mulher de Innocencio. Era uma mulata que então celebrizara-se ostentando luxo desmedido.[62]

"Às vezes," disse o amigo de meu avô, "tem ela rasgos generosos promovidos pela vaidade. Há algum tempo, um homem que devia ao Innocencio procurou-a para conseguir que o marido não o perseguisse por uma dívida que não podia, com presteza, satisfazer. Não a conhecia pessoalmente e, pedindo para falar-lhe, foi introduzido em uma sala onde viu uma mulata ricamente vestida. Como se sabia que Ritta tinha até criadas brancas que ostentavam grande luxo, o homem disse:

— Rapariga, diga à senhora D. Ritta que me conceda a honra de falar-lhe.

— Pode dizer o que quer, tornou a mulata, que era a própria Ritta, sou a pessoa a quem procura.

O indivíduo desfez-se em satisfações e ela, indo ter com o marido, exigiu a letra que entregou ao devedor, dizendo:

— Pode contar que esta mulatinha tem algum préstimo."

Ora, meu avô, que sempre mostrou ter dignidade, não pensava em obter semelhante favor daquela mulher e decerto não o

aceitaria; mas, tomando o conselho do amigo, foi pedir-lhe a moratória que o Innocencio lhe negara. Recebeu-o ela em uma sala luxuosamente mobiliada e estava, como sempre, ricamente trajada. Meu avô fez-lhe o seu pedido.

"Como, porém," dizia ele, "não costumo bajular a outros, quanto mais àquela mulata, cuja crônica não primava por honrosa, ela mostrou logo pouca vontade em servir-me. Enquanto conversava comigo, vieram duas criadas brancas, pomposamente vestidas, trazendo uma delas uma bacia de prata com água e toalha ao ombro, e a outra uma salva com anéis. Ritta Sebola tirou os anéis que usava em todos os dedos e, depois de lavar as mãos, colocou os que a criada trouxera. Causou-me tédio e nojo aquela ostentação de estúpido luxo!", acrescentara Pedro Ribeiro.

Finalmente, a sua resposta foi que o seu *Senhor* — assim chamava o marido — não podia conceder a demora pedida porque precisava de muito dinheiro para as suas despesas, que eram extraordinárias, e muitos devedores tinha ele em tais condições aos quais havia negado esse favor.[63] Retirou-se Pedro Ribeiro, muito enjoado daquela tola e enfatuada mulata. Então lançou mão do recurso que lhe restava: vender as fazendas.

Havia naquele tempo, na Bahia, um homem rico chamado Manoel Felix da Veiga[64] que parecia ter gosto em possuir fazendas de criação, visto haver comprado algumas no Sertão. Procurou-o meu avô, oferecendo-lhe as de que precisava dispor.

— O senhor quer vendê-las provavelmente porque são ruins, disse Manoel Felix.

— Engana-se, tornou meu avô; pode tirar informações. Vendo-as por certos motivos particulares de minha vida.

Aquele homem fitou o seu interlocutor de um modo estranho, dizendo:

— Será indiscrição perguntar-lhe quais são esses motivos?

Pedro Ribeiro julgou ver naquele olhar certo interesse e bondade e, sendo muito franco, disse-lhe:

— Os motivos são as exigências do Innocencio Sebola, credor de meu tio, cujos bens herdei. Admiro-me até do seu proceder, porque se dava com meu tio e hoje nega-me a menor espera, exigindo ser pago imediatamente, senão levará essas fazendas à praça.

— O que ao senhor admira, posso explicar-lhe, disse sorrindo Manoel Felix. Quem lhe faz este mal é o Guimarães (era um português rico); deu agora para comprar fazendas no Sertão: como as suas são boas e ele quer comprá-las barato, incita o Innocencio para levá-las à praça a fim de arrematá-las por baixo preço. Ouvi-o dar do senhor as piores informações ao Innocencio, dizendo que ele perderia a dívida se não tratasse de cobrá-la quanto antes.

"Terrível revolta levantou-se em meu ânimo", dizia meu avô. "Aquele miserável a quem eu nunca fizera o menor mal, visto que nem o conhecia pessoalmente, levado tão-somente por vil ambição, tratava de prejudicar-me de modo tão infame! Creio que no meu semblante estampou-se tão claramente o que ia no meu íntimo, que o Manoel Felix, compadecido, disse:

— Não se vexe tanto, moço. Vou ter com o Innocencio: ele tem obrigação de atender-me. Não dê passo algum e amanhã venha saber da resposta."

Voltou meu avô à casa e durante a noite não dormiu. Uma idéia surgiu em seu cérebro escaldado e tornou-se fixa: matar o Guimarães. Não cria na promessa do Manoel Felix, a quem não conhecia. Se ele respondesse que o Innocencio não o atendera, deixaria que as fazendas fossem arrematadas pelo Guimarães e depois procurá-lo-ia, dizendo: "Miserável! Não gozarás o prêmio de tua infâmia!" E matá-lo-ia com um tiro. Desde então dizia ele que começou a experimentar grande compaixão por aqueles que matam levados por paixões violentas.

Como foi sempre muito religioso, pela manhã dirigiu-se a uma igreja a ouvir missa, pedindo à Mãe de Deus que o salvasse daquela situação. Passou o dia sem poder livrar-se da terrível tentação a que não servia de barreira nem a lembrança de sua mãe e de sua tia, que sobretudo adorava. Desculpava-se do desamparo em que iria deixá-las, pensando que os maridos de suas irmãs poderiam protegê-las. Levado por suas idéias religiosas, foi ainda uma vez ouvir missa, pedindo proteção à Mãe de Deus.

À tarde, foi ter com o Manoel Felix. Este recebeu-o risonho, dizendo que tudo estava arranjado e que o Innocencio o esperava para combinarem o que convinha fazer. Contou Manoel Felix a meu avô que aquele português devia-lhe avultada quantia e tinha ido disposto a exigi-la, se o Innocencio não o houvesse atendido.

— Aquele maroto, continuou Manoel Felix, compreendeu-me e por isto cedeu facilmente.

Acompanhou aquele homem meu avô à casa do Innocencio, que se tornara de cera, amoldando-se a tudo e até dando satisfações ao seu devedor, dizendo-lhe que fora, a seu respeito, mal informado pelo Guimarães.

Contando este fato, meu avô repetia uma quadra que aqui transcrevo:

Quanto és penosa ao vivente
Dura lei da dependência!
Mas és, contudo, de todas,
A melhor da Providência.

Como não terei mais de falar de Manoel Felix, direi que meu avô foi sempre seu amigo, tomando-o depois como padrinho de seu terceiro filho. Tornou-se aquele homem depois maníaco, andando como um maltrapilho; não pagava a quem devia, não recebia o que lhe pagavam. Pedro Ribeiro sempre manifestou-lhe a mesma consideração, prestando-lhe valiosos serviços, como quan-

do um seu filho natural sofreu um processo por crime de ferimento. Chamava-se João da Veiga Muricy e era de cor parda. Esteve mais de um ano oculto em casa de meu avô, que fez com que ele ficasse livre. João da Veiga Muricy foi latinista e gramático notável, por muitos anos professor na Bahia e autor de uma gramática naquele tempo muito apreciada.[65]

Voltou Pedro Ribeiro para casa, não se descuidando de seus compromissos, para o que logo se apresentou ocasião azada: dispôs das fazendas do Sertão.[66] Sua vida foi relativamente tranqüila durante algum tempo.

Capítulo IV

Dizia Pedro Ribeiro que vira quatro coisas extraordinárias em sua mocidade: a caridade e generosidade de Christovam da Rocha Pitta, a soberba de Felisberto Caldeira, a avareza do Senhor da Torre e o luxo de Ritta Sebola. Falarei desta em primeiro lugar, embora seja a personagem menos importante, porque dela já tratei.

Era Ritta escrava de uma senhora branca, solteira, que a criara com mimo, casando-a com um homem de qualidade e, nesta ocasião, outorgando-lhe a carta de alforria.[67] Fatos idênticos eram usuais nas famílias brasileiras. As senhoras que ficavam idosas sem casar afeiçoavam-se maternalmente a uma cria quando era linda ou interessante, acabando por alforriá-la e, às vezes, dando-lhe bens. Algumas, porém, mais previdentes, só o faziam, tratando-se de raparigas, quando estas se casavam — era isto um meio de contê-las — e, se eram rapazes, quando chegavam à idade de provar bom comportamento. Isto demonstra a boa índole dos brasileiros, que, quando não era desvirtuada por uma educação má, muitas vezes minorava o horror da nefanda instituição, felizmente extinta, a escravidão.[68]

Innocencio Sebola, português rico, enamorando-se de Ritta, seduziu-a.[69] O marido suspeitoso mostrou não aceitar a situação e elaborou planos de vingança. Dizia-se que, de acordo com o Innocencio, ela envenenara o marido, indo logo depois viver com o amante. Este, cada vez mais apaixonado, casou com ela, fazendo-a ostentar demarcado luxo.

Pedro Ribeiro a tinha visto no tempo do primeiro marido, admirando-lhe a beleza: achando-se um dia na Bahia, ao entrar em uma rua sentiu ativo e agradável aroma; procurando a causa, viu, das janelas de uma casa magnífica, saírem espessas nuvens de fumo aromático — era o que tornava o ambiente tão perfumado. Viu nas janelas e portas das casas vizinhas muita gente, e, perguntando a um dos que pareciam estar em expectativa o que isso significava, este respondeu-lhe:

— É Ritta Sebola que vai a uma romaria no Bonfim e está, com suas lacaias, perfumando-se.

Movido pela curiosidade, Pedro Ribeiro entrou em uma loja de onde podia observar a cena e, daí a pouco, viu sair Ritta acompanhada de três grupos de lacaias, constando cada um de dez mulheres. As do primeiro eram brancas, alugadas por alto preço.

— Brancas sem brio, dizia meu avô, vendidas ao ouro daquela mulata que, não podendo com seu dinheiro mudar a própria cor, satifazia-se em ter a seu serviço criadas de uma raça a que desejaria pertencer. Talvez julgasse assim humilhar as brancas.

O segundo grupo era de mulatas e o terceiro de negras jejes.[70] Vinha Ritta vestida com uma magnificência que, dizia Pedro Ribeiro, jamais vira mesmo nas princesas que depois estiveram na Bahia:[71] vestido de seda de primeira ordem bordado a ouro e pérolas, sapatos igualmente bordados e toucado riquíssimo. As lacaias brancas também traziam ricos vestidos de seda. As escravas, mulatas e negras jejes, usavam o pitoresco traje das negras baianas, hoje tão raro: saia, camisa bordada e becas, tudo de grande luxo.[72]

Recordo-me que, quando minha mãe falou-me do vestido bordado de pérolas, observei-lhe que talvez fossem aljôfares que meu avô, como homem pouco conhecedor, tomasse como pérolas. Ela respondia-me que as senhoras antigas ostentavam grande luxo em seus vestuários, o que aliás não era mais dispendioso do que hoje quando se trata daquelas que desejam andar no rigor da

moda. Um vestido rico era, para a dama, o que a casaca é hoje para o homem: só se desprezava quando estava estragado. Depois verifiquei que o luxo de Ritta Sebola não era fabuloso como se poderia julgar. Conheci umas senhoras que possuíam pérolas de diversos tamanhos que me disseram terem sido de um vestido de sua bisavó, que mandara fazê-lo para visitar, com seu marido — homem de importância —, a esposa de um governador vindo para a Bahia no tempo do Brasil Colônia.

Foi depois daquele episódio que Pedro Ribeiro esteve na casa da vaidosa mulata nas circunstâncias que já referi. Passado algum tempo, estando meu avô na Capital, soube ter morrido Ritta Sebola. Corriam boatos de haver sido envenenada pelo marido. O motor do crime fora o ciúme. Perdido o escrúpulo com o primeiro adultério, a mulata se lançara nos braços de outro português rico, e suspeitava-se que o incentivo fora a esperança de achar quem lhe fornecesse os meios de sustentar o luxo habitual, visto o marido achar-se derrotado. O Innocencio ainda fez à mulher magnífico enterro.[73] Morreu, porém, poucos dias depois, sendo seus bens absorvidos pelas dívidas.[74] Alguns atribuíram sua morte ao remorso ou arrependimento em vista da paixão que nutria pela esposa; outros, ao desgosto de se ver pobre, tendo havido também a suspeita de se ter ele próprio envenenado.

Vemos neste fato a mão vingadora da Providência, que não dorme, por mais que digam os céticos. Quando reflito no luxo de trinta lacaias e outros semelhantes da Ritta Sebola, admiro-me de como eram tolerados, se bem que não aprovados, naquele tempo.[75] Hoje, por mais tola e enfatuada que fosse aquela mulher, recuaria diante do ridículo que viria a pesar sobre sua pessoa.

Christovam da Rocha Pitta era um fidalgo riquíssimo que possuía engenhos no Recôncavo da Bahia.[76] Não me recordo do nome destes engenhos. Sei que era ele da família do Conde de

Passé, sogro do Barão de Cotegipe; não sei, porém, se é ascendente em linha reta ou colateral.[77] Sua caridade tornou-se proverbial. Contava-se que, em uma grande fome que atormentara nossa terra com imensa falta de farinha, ele tinha uma lancha sempre no mar acarretando este gênero, que repartia pelos pobres aglomerados em grande número à sua porta.[78] Um dia o despenseiro dissera:

— Não há mais farinha!

Chega um pobre tendo no rosto estampados os sinais do terrível flagelo — a fome. Vai Christovam à despensa acompanhado do escravo a ver se, nas vasilhas de farinha, encontraria algum resto para matar a fome ao mendigo. Vê um prato contendo um pouco da substância alimentícia.

— Esta, disse o despenseiro, minha senhora reservou para fazer a comida de Iaiá quando acordar.

Era a filha de Christovam ainda na infância.[79] Isto não detém o caridoso varão. Vem a esposa e se opõe ao seu intento, dizendo:

— Que há de comer a menina quando acordar?

— Deus dará, respondeu ele. Demais, a lancha não tardará a chegar.

A menina acorda e pede a comida. A lancha não chegara.

— Vai pedi-la a teu pai, diz a despeitada senhora.

A criança obedece e chora quando o pai a manda esperar. Este, depois de tentar em vão acalentar a filha, chamou o despenseiro, dizendo que fosse raspar as vasilhas a ver se encontrava alguma farinha.

— Já foram raspadas, observou ele, acompanhando o senhor à despensa.

É aberto um caixão e encontra-se cheio de farinha! Chamam a esposa de Christovam e todos da casa, que verificam o prodígio.

Ora, meu avô não viu o fato, nem o ouviu do próprio Christovam; mas, como acreditava em milagres, não duvidava de sua possibilidade. Alguns, mesmo daquele tempo, diziam ter sido um

piedoso ardil do caritativo fidalgo para levar a esposa a melhores sentimentos. O certo é, porém, que o povo acreditou no prodígio e acrescentou ao nome de Christovam o cognome *Deusdará*, pelo qual era popularmente conhecido.[80]

Além de caritativo, era esse fidalgo em extremo generoso. Logo que chegava um governador à Bahia, oferecia-lhe valiosos presentes, obsequiando-o por todos os modos possíveis.[81] Um destes, indo visitá-lo, assistiu à *botada* do seu engenho; assim chamava-se o primeiro dia de moagem.[82] Ainda não havia máquinas, e as moendas moviam-se ao impulso dado por três parelhas de cavalos presos às almanjarras.[83] O Governador teve a fantasia de querer subir a uma dessas. Christovam mandou apear um dos escravos, que entregou o mangual ao Governador, e este deu algumas voltas imitando os tangedores. Christovam mandou buscar logo papel e tinta e fez duas cartas de alforria que entregou ao Governador, dizendo:

— Os escravos que tiveram a honra de ser companheiros de Vossa Excelência nas almanjarras não podem continuar no cativeiro.

— É preciso sermos coerentes, tornou o Governador. Não é justo que aquele que me cedeu o seu lugar tenha igual regalia?

— Tem razão, senhor, tornou o fidalgo, que passou terceira carta de alforria.

Bendita a fantasia desse Governador, que fez nesse dia três homens livres! Longe de diminuírem, os bens de Christovam aumentavam, o que fazia crer que as bênçãos do Céu caíam sobre ele.[84]

Os engenhos dos grandes proprietários eram, como todos sabem, verdadeiros domínios feudais, dentro de cujos limites a justiça d'El Rei não penetrava sem o consentimento do senhor. O prestígio de Christovam ia além: bastava que um criminoso, preso em qualquer parte e acompanhado de guardas, conseguisse pôr os pés em seus terrenos ou colocar a mão sobre suas cercas, invocan-

do o seu nome, para ser livre.[85] Dirão que isto era um privilégio exorbitante. Concordo. Mas tais vantagens eram somente permitidas a homens probos que delas não abusavam. E hoje, se não existem tais privilégios, há abusos horripilantes cometidos por indivíduos que só têm o prestígio do dinheiro e posição política.

Quanto ao Senhor da Torre e a Felisberto Caldeira, terei ocasião de falar deles no correr desta narração.

Passarei agora a relatar alguns fatos que, embora não apresentem grande interesse, servirão para demonstrar o caráter daquele de quem devemos ter honra de descender e darão igualmente alguma idéia dos costumes daquela época.

Pedro Ribeiro, além da grande estima que merecia de seus conterrâneos, por seu caráter probo e trato amável, gozava a fama de enérgico e corajoso, qualidades de que deu provas sempre que se oferecia ocasião.

Houve nesse tempo um homem de cor parda, de nome Vicente, que se tornara o terror dos proprietários e demais habitantes da zona onde meu avô morava. O passado deste bandido era negro. Criado com estima por um padre, seu senhor, matou-o um dia em que dormia a sesta, com uma machadada na cabeça. Fugindo para as matas, não só ficou impune, como, reunindo alguns malfeitores, dos quais tornou-se o cabeça, formou um bando de salteadores. Foi uma espécie do afamado Lucas da Feira de Sant'Anna.[86] Era tão ousado que chegou a ir à casa de alguns proprietários, dizendo-lhes:

— Preciso de tanto (marcava a quantia) para despesas minhas e de minha gente.

Se o fazendeiro recusava, pretextando não ter a importância, exigia de modo tão peremptório que lhe era logo entregue o dinheiro, ou jóias de valor equivalente. Meu avô, sabendo de tais bravatas, dizia:

— Desejava que o Vicente viesse a minha casa...

Ele, porém, nunca ousou. Foram dirigidas queixas ao Governador da Bahia. Vieram consecutivamente ordens a homens conceituados do lugar para capturar o malfeitor, porém debalde. Ele, com os associados, desbaratava as tropas ou iludia as pesquisas, ocultando-se nos pontos inacessíveis das matas, donde, inesperadamente, saía para atacar os indefesos habitantes dessas paragens. Pedro Ribeiro, sabendo do malogro de tais diligências, disse:

— O Vicente ainda não foi preso porque a ordem não veio para mim.

Não faltou quem fosse ter com o Governador, e meu avô imediatamente recebeu a ordem de prender o salteador. A família de Pedro Ribeiro ficou aflitíssima porque lhe conhecia a tenacidade do caráter e sabia que, embora com perigo de vida, não deixaria de efetuar a prisão.[87]

De feito, assim foi, e dizia meu avô ter sido Vicente um dos homens mais corajosos que conhecera, coragem digna de melhor emprego. Só conseguiram prendê-lo depois que tombara atordoado em virtude de uma terrível cacetada na cabeça e uma cutilada no ombro, dadas por dois homens que ousaram enfrentá-lo e puseram-lhe algemas aos braços. Era homem capaz de fazer frente a quatro ou mais.

Chegando à sua habitação, Pedro Ribeiro mandou chamar um cirurgião para pensar as feridas de Vicente, que eram graves; um seu companheiro, igualmente preso, estava também ferido. O cirurgião *escaldou* as feridas (devia ser o termo próprio) com uma estopa embebida em terebentina fervendo. Com este bárbaro tratamento, Vicente não soltou um gemido, nem deu qualquer demonstração de dor. Ao terminar o curativo, perdeu os sentidos. Prestados os socorros usados em tais emergências, Vicente tornou a si, e Pedro Ribeiro disse-lhe:

— Esmoreceste?

— De modo algum, tornou ele com ênfase, mas não viu o sangue que perdi?

Com efeito, sofrera extraordinária perda. Procederam então ao curativo do outro, que soltou altos gritos. Indignado, Vicente exclamou:

— Miserável! E eras meu companheiro!

Logo que Vicente esteve em estado de viajar, Pedro Ribeiro remeteu-o à Capital com alguns guardas, sob as ordens de um homem de sua confiança. Quando montou a cavalo, ataram-lhe os tornozelos, como costumavam, com uma corda passando por sob o ventre do animal. Pediu para falar a meu avô, que se achava no interior da casa.

— Senhor, disse, assim ferido, com esta corda aos pés, posso fugir? Para que estas algemas que estão magoando-me a ferida do ombro?

— Tem razão, disse Pedro Ribeiro, que logo mandou tirar-lhe as algemas.

— Dê-me um pouco de aguardente, pediu o preso.

Ao levá-la à boca, disse:

— Senhor Capitão, à sua saúde!

E acrescentou:

— Nestes quinze dias, virei dar-lhe o agradecimento do que me fez...

Meu avô soltou uma gargalhada.

— Deixa-te de bravatas, Vicente, tornou-lhe. Com menos do que tens feito, muitos têm subido à forca. Pede perdão a Deus e resigna-te. Não voltarás aqui.

— É como já disse a Vossa Senhoria, replicou com ar convicto, virei agradecer-lhe estas...

E apontava para as feridas. Meu avô não prestou consideração alguma às palavras daquele malfeitor, porque, sendo um espírito

forte e esclarecido, não era supersticioso. Todavia, não deixou de ficar impressionado com o que sucedeu, e que passo a narrar.

O homem a quem meu avô confiara o preso — chamava-se José Nicolau — temia-o muito, ou antes, era de índole má e covarde. Chegando a um arraial, aboletou-se e, depois de tomar com os guardas e o preso larga refeição, formou o infame projeto de envenená-lo. Comprou grande porção de arsênico, que dissolveu em água, e obrigou Vicente a beber, ameaçando de transpassá-lo com uma faca. O bandido, sentindo ânsias mortais, pediu para confessar-se. É muito usual este desejo, inspirado pelo horror da morte, de conciliar-se com Deus, ainda nos maiores criminosos, quando na infância beberam alguns princípios de religião que não podem ser de todo apagados. Foi chamado um padre. José Nicolau não concordou em ficar Vicente só com o sacerdote:

— Então confesse-o o senhor! disse este, saindo encolerizado.

Em seguida Vicente foi acometido de violentos vômitos, lançando grande quantidade de alimentos de envolta com o veneno. Todos os sintomas do envenenamento desapareceram, e, no dia seguinte, estava ele disposto para a viagem. Vendo frustrada sua tentativa, o José Nicolau não a repetiu, talvez levado do terror supersticioso de que aquele celerado, protegido pelo demônio, não devia então morrer. Disse depois um médico que a grande quantidade de alimento ingerida por Vicente foi o que o salvou, cooperando para isso o seu robusto organismo. Entregue às autoridades, foi ele recolhido à cadeia, onde se achava então um preso, herói de uma triste história que vou contar.

Havia no Porto da Folha, comarca de Sergipe d'El Rei,[88] um moço de boa família que se casara com a filha de um proprietário rico, seu vizinho. A jovem senhora visitava assiduamente a casa paterna, que, sendo muito perto, fazia com que ela dispensasse, para lá ir, a companhia do marido, ocupado em seus labores ha-

bituais. Um amigo advertiu-o de que, a casa do sogro sendo freqüentada por um indivíduo cuja reputação não era das melhores, o nome de sua jovem esposa que, aliás, ele acreditava inocente, começava a ser picado pela malícia de alguns. Aconselhou-o a que a advertisse a fim de não dar pasto à maledicência. O marido assim o fez, pedindo-lhe que não fosse sem ele à casa dos pais. A jovem, porém, imprudentemente revoltou-se, dizendo que não dava satisfações ao mundo e não admitia restrições para ir à casa de seus pais. Esse louco comportamento só conseguiu dar ingresso às suspeitas no ânimo do infeliz consorte que, de um modo peremptório, proibiu-lhe a ida àquela casa sem a sua companhia.

O ciúme, porém, que dele se apoderara, levou-o a verificar se a esposa obedecia às suas prescrições. Declarou ter de fazer uma viagem a um lugar distante, na qual gastaria alguns dias. Efetuou-a, voltando inesperadamente no dia imediato. Não encontrou a mulher, dizendo as pessoas de casa que tinha ido à casa do pai. Para lá partiu o marido e encontrou o homem que suspeitava ser o autor de sua desgraça. Dissimulando a cruel impressão, convidou a esposa para voltar a casa. Aí chegando, lançou-lhe em rosto a sua falsidade, e ela, sempre imprudente, respondeu-lhe de modo a exacerbar o seu furor. Finalmente, desvairado, matou-a.

A família da jovem, além de opulenta, gozava de grande influência, e acérrima perseguição desencadeou-se contra o desgraçado. Ele tinha pai que, de seu lado, empregou todos os esforços para salvá-lo, porém debalde. Foi condenado à pena última.[89] O pai tentou o derradeiro recurso para livrá-lo — a fuga. Peitou o carcereiro, combinando com ele o plano. Tratava-se de convidar alguns presos que tivessem dado provas de coragem e ousadia. Na hora em que tivesse de entrar o caldeirão com a comida que a Casa de Misericórdia mandava aos presos, aqueles homens atacariam os guardas, matando-os se fosse preciso, e, aproveitando a porta aberta, fugiriam, entre eles o moço condenado, para quem o pai já prepa-

rara os meios de evadir-se da Capitania.[90] Fora ele avisado do plano, da hora da execução, e havia um sinal convencionado.

Um dos presos foi Vicente, cuja força hercúlea e ousadia eram conhecidas. Tudo se passou como planejaram. Foi morto um pobre guarda, e, quando o carcereiro deu o sinal de alarma, já os presos se achavam a salvo. Fechadas as portas, foram verificar os homens que faltavam. O moço condenado dormia com a cabeça encostada à mesa! Como se explica isto? Os fatalistas dirão: "É porque ele tinha de morrer." Todavia, parece que se pode dar a seguinte explicação: horrorizado com a sentença de morte, levara muitas noites sem dormir; bafejado, sem dúvida, pela esperança, a imperiosa necessidade de sono do organismo subjugou-o. Foi, poucos dias depois, executado, enquanto alguns malfeitores aproveitavam o sacrifício feito pelo infeliz pai.

Os curiosos que costumam apreciar esses tristíssimos espetáculos foram, neste dia, abalados pela compaixão.[91] O desditoso moço pediu para falar ao povo e disse que ia dar um conselho aos seus patrícios que tivessem de casar. Recomendava-lhes que fossem muito escrupulosos na escolha de uma companheira; que uma mulher imprudente e louca arrastara-o a cometer um assassinato, quando ele não tinha a índole de assassino. Terminou pedindo que rogassem a Deus pelo descanso de sua alma e, com mostras de grande resignação, sofreu a cruel pena. Um homem que conhecia de perto este moço, cujo nome não recordo, contou a meu avô estas particularidades, dizendo que, entre as execuções, não raras então nesta Capital, nenhuma causara mais penosa impressão aos assistentes.

Tratemos agora de Vicente. Dentro em quinze dias estava ele de volta ao teatro de suas façanhas. Dizia Pedro Ribeiro que, não sendo supersticioso, não podia crer que aquele bandido tivesse qualquer revelação do futuro. Só ao acaso, portanto, podia atribuir

tal acontecimento, que, todavia, não deixou de impressioná-lo, recordando-se Pedro Ribeiro da segurança com que falara aquele homem. Meu avô soube da volta de Vicente ao passar por uma venda pouco distante de sua residência. O dono da venda chamou-o e advertiu-o da chegada do Vicente a fim de ele precaver-se, porque todos sabiam da ameaça feita pelo bandido no dia da partida. Pedro Ribeiro experimentou um desses assomos de ira que tiram toda a prudência. Perguntou se Vicente saíra havia pouco e a direção que tomara. O homem respondeu que sim e indicou-lhe a direção.

Pedro Ribeiro trazia no arção da sela os coldres com duas pistolas, como costumavam levar então os homens quando viajavam.[92] Acompanhado de uma cadela de caça, sem outro preparativo, seguiu pelo caminho indicado. A estrada era ladeada de mato raso, ou capoeira; a cadela ia na frente, e, pouco tempo depois, ouviu-se uma detonação, caindo o animal mortalmente ferido. Mais irritado com esta agressão, que viu ser de Vicente, Pedro Ribeiro ia seguir quando chegou, a todo galope do cavalo, José Silvestre, seu cunhado, que em nome de toda a família vinha buscá-lo. Era que o homem da venda, penalizado das conseqüências que imaginava, em vista da resolução imprudente de Pedro Ribeiro, fora dar aviso a seus parentes.

Mostrou-lhe José Silvestre a loucura de seu intento, fazendo-o ver que o bandido podia matá-lo do mesmo modo que fizera à cadela, sem ter ele ocasião de pôr em ação sua coragem e perdendo obscura e inutilmente a vida; que podia depois prender Vicente com probabilidade de bom êxito, como já fizera de outra vez; que sua mãe, tia e irmã Clara estavam aflitíssimas, ajoelhadas diante de seu oratório, pedindo que ele voltasse, não se arriscando a perder a vida, tão útil a toda a família. Vencido por tais razões, ele voltou.

Sem demora Vicente deixou a terra, mudando-se para Sergipe.

— Não posso viver aqui com aquele homem, dissera ele. Entretanto, podia tê-lo matado atirando de detrás de uma árvore, como fiz à cachorra. Tive pena de matar um homem tão disposto e valente!

Meu avô, sempre inclinado a atribuir à intervenção divina todo o bem que lhe vinha, acreditava que Maria Santíssima inspirara ao bandido o sentimento que lhe detivera a mão.

— Porque, dizia ele, aquele malvado, que a um ato de complacência minha, mandando aliviá-lo das algemas, respondeu com uma ameaça de vingança, não seria sensível à minha valentia se a Mãe de Deus não o tocasse.

Sem refutar a crença de meu antepassado, parece-me ver também nisso a influência, já algumas vezes provada, que a energia de ânimo e a coragem pouco vulgar podem exercer no espírito dos maus, quando possuem eles tais qualidades.

Chegando a Sergipe, Vicente granjeou numeroso bando de companheiros, que dirigia com o nome de Capitão Ignacio, iniciando naquela comarca uma época de terror. Diziam que, além de um sem-número de violências e roubos, cometera oitenta assassinatos!

— Talvez houvesse exagero, dizia Pedro Ribeiro, mas por pessoa fidedigna soube que a sua ousadia chegou ao auge.

Esta pessoa era Frei Luiz, frade capuchinho, um dos que mais propagou a fé naquele tempo por meio das missões.[93] Contou ele a meu avô que, tendo aberto missão em um arraial de Sergipe, ali compareceu logo o Capitão Ignacio acompanhado de sua gente. O povo aterrado começou a debandar. O missionário mandou chamar o bandido e disse-lhe:

— Capitão, vou pedir-lhe um favor: não faça coisa alguma que amedronte o povo. Deixe-o em paz para que possa ouvir os meus sermões.

Ele prometeu. Estando a missão em meio, matou ele um de

seus companheiros, decerto por qualquer ato de desobediência. O Padre mandou-o chamar e disse-lhe:

— Ora, Capitão! O senhor não cumpriu o que prometeu.

— Padre, tornou-lhe o celerado, cuide em seus sermões e não se meta com a minha justiça. O povo também nada tem com isso.

Ele se arrogara o direito de vida e de morte sobre seus companheiros, que considerava seus súditos. Felizmente esses tempos já lá vão!

Repetidas ordens vinham do governo para capturar o salteador e seu bando, porém debalde. Eram desbaratadas as tropas, e mais e mais crescia o pânico que infundia o nome do Capitão Ignacio. Finalmente, um dia em que este se estava banqueteando com seu bando em casa de um pobre homem que, por medo, franqueara-lhe sua mesa, foi cercado por numerosa tropa que, sem cuidar em prendê-lo, fez fogo sobre ele, matando-o com alguns companheiros e mais uma pobre criança, filha do dono da casa, que perto se achava. Foi preciso, pois, sacrificar uma inocente vítima para livrar a terra de tal monstro!

Tinha o tio de meu avô, Pedro Caetano, um contrato para receber na sua fazenda o gado que vinha do sertão para o consumo da cidade. Esta estação, depois de longa viagem, refazia-lhe as forças, tornando a carne melhor para o talho. Não sei se este contrato era só com o governo ou com particulares, havendo, porém, nesta hipótese, intervenção do Governador, segundo posso coligir do que vou narrar.[94]

Creio que Pedro Ribeiro tirava algum resultado do negócio, porque alguém, disso invejoso, foi ter com o Governador vindo então da Metrópole, fazendo-o acreditar que aquilo era uma especulação lucrativa para Pedro Ribeiro e nociva aos interesses da Capitania.[95] Recebeu meu avô um chamado do Governador, de cujo nome não me recordo, e, partindo prontamente para a Ca-

pital, chegou à casa do seu amigo, Jorge, onde costumava aboletar-se. O Jorge preveniu-o para que se acautelasse, que o Governador era em extremo violento e ousado. Quando lhe falavam de modo a desagradar-lhe, levantava a bengala que sempre usava — era coxo — e descarregava sobre homens que nunca esperavam ser tratados tão rudemente.

— É porque ele ainda não achou quem lhe *deitasse o fato à mostra*, disse Pedro Ribeiro, indignado. Se comigo ousar empregar esta manobra, afianço que não há de repeti-la.

O amigo de meu avô quis forçosamente acompanhá-lo, com o intuito de evitar alguma desgraça, porque sabia que Pedro Ribeiro não era homem a sofrer impunemente uma desfeita. Chegando os dois amigos à presença do Governador, ao ouvir ele o nome de Pedro Ribeiro, exclamou ironicamente:

— Pedro Ribeiro! O grande *fulmina* do Cajueiro Grande![96]

E deu um passo para meu avô, arrimado à bengala.

— *Fulmina*, com autorização! respondeu Pedro Ribeiro com energia, dando também um passo para ele.

— E há autorização para um *fulmina*? perguntou irritado o Governador, avançando mais um passo para o seu interlocutor.

— Há, dada pelo seu predecessor, tornou Pedro Ribeiro, avançando igualmente mais um passo na direção do Governador, com a mão nos copos da espada, que os homens então costumavam usar.

"Não sei", dizia meu avô, "o que ele leu em meu olhar, mas creio que viu não ser eu do número daqueles que sofrem impunemente uma afronta. Não avançou mais. Então o Jorge, aproveitando aquela visível hesitação, tomou-me a frente, dizendo:

— Senhor Governador, peço-lhe que examine os papéis de meu amigo, que é um dos homens mais probos que conheço, e Vossa Excelência verá que foi mal informado a respeito dele.

"Aquele homem, depois de breve silêncio, disse:

— Dê-me seus papéis e volte amanhã.

"No dia seguinte", dizia meu avô, "encontrei-o com aspecto muito diferente. Disse haver reconhecido as vantagens que auferiam daquele contrato, não só a cidade, tendo boa carne, como os criadores que sofriam grandes prejuízos, perdendo muitas reses na longa viagem."

Não quis, porém, meu avô continuar com o contrato e, desculpando-se cortesmente, retirou-se.[97] "A razão de assim proceder", dizia ele, "foi não querer conservar-me em um negócio dependente do governo, donde me podia advir qualquer contrariedade, como se dera por ocasião da mudança do Governador. Porque", continuava ele, "se aquele homem tivesse me tocado com a bengala, eu o mataria sem hesitar. Foi a Mãe de Deus que me livrou dessa ação, que teria envenenado de remorso a minha vida."

Queria Pedro Ribeiro ter a vida independente do proprietário, vivendo de seus próprios recursos, sem intervenção dos poderes públicos. Tal modo de pensar era usual entre os colonos abastados que, ainda não sendo de origem nobre, imitavam a velha fidalguia portuguesa em seu orgulho e independência de caráter.[98]

As terras do Cajueiro Grande não eram próprias para o plantio das canas, tanto que Pedro Caetano não havia ali alevantado engenho, coisa tão almejada pelos lavradores daquela época. Cultivava fumo, mandioca, criava gado e tirava algum lucro do contrato para a estação do gado de que venho de falar.[99] Determinou, pois, meu avô vender esta fazenda, mudando-se para o Engenho Periperi, para concentrar aí toda a sua atividade, visto que, dividida entre as duas propriedades um tanto distantes uma da outra, tornava-se para ambas insuficiente.[100]

Este engenho, deixado por sua esposa a Pedro Caetano, não o recebera ele isento de dívidas, talvez originadas pela má direção dessa senhora ou do irmão, que o gerira antes de com ela desavir-

se. Pedro Caetano e depois meu avô, dando a sua gerência a administradores, não tiraram o resultado que era de esperar em vista da fertilidade das terras ainda em grande parte cobertas de matas. Eram tão extensas que foram depois divididas em cinco engenhos, todos com terrenos bastantes.[101]

Efetuaram-se a venda e a mudança. Contava minha mãe que ainda conheceu pessoas que a esta assistiram e que falavam com saudade do Cajueiro Grande, antiga residência da família, onde havia uma boa casa que descreviam, dizendo: "Parecia uma bonita casa da Bahia." A mãe de Pedro Ribeiro já havia falecido. A tia, D. Anna, sem dúvida também sentiu a mudança; mas, como senhora ajuizada que era, concordou com o sobrinho, reconhecendo a justeza das razões que o levavam a dar este passo, sem dúvida também custoso para ele. Entretanto, a morada de Periperi tornou-se depois tão apreciada de todos! Isto prova que qualquer localidade é boa ou má conforme seu dono é generoso e bom ou mesquinho e mau.

Devido às falhas de minha memória, não me recordo do preço por que foi vendida a fazenda. Mas dizia minha mãe que este valor fora em grande parte empregado em tornar útil e agradável a nova residência. Sendo a casa pequena, foi preciso fazer outra, visto a família ser grande, o que era usual nas casas antigas, embora os donos não tivessem filhos.[102] A tia de Pedro Ribeiro criava afilhadas, protegidas, filhas de agregados que ficavam órfãs. Meu avô havia perdido a irmã, Clara, e o cunhado José Silvestre, de varíola, no mesmo dia. Tinham eles deixado três filhos: o mais velho, que estava estudando para padre, e duas filhas na infância, criadas por sua tia-avó D. Anna e por meu avô, que foi delas tutor. Em idade competente, foram por ele casadas.

O engenho, que estava em mau estado e trabalhava com bois ou cavalos, foi de novo feito e, aproveitando uma grande lagoa que ali havia, ficou moendo com água, o que era de grande vantagem.[103]

Fez também meu avô uma boa capela em cujo nicho foi colocada a imagem de São João Nepomuceno, patrono da família. Belíssima imagem, hoje possuída por meu tio Dr. Pedro Ribeiro.[104]

Costumavam Pedro Caetano e, depois, o sobrinho fazer uma grande festa no dia desse santo, 16 de março, em Alagoinhas, hoje povoação decadente chamada Alagoinhas Velha. Estando, porém, D. Anna bastante velha e adoentada, tomou meu avô um capelão, para a residência do qual fez uma casa decente, e, no dia de São João Nepomuceno, era o santo aí festejado com toda pompa então usada no culto externo pelas pessoas devotas que dispunham de recursos. Nos domingos e dias santificados, a casa era freqüentada por parentes e proprietários vizinhos que compareciam à missa. Um lauto almoço era a todos servido. A gente pobre que vinha a essa missa também encontrava, no interior da habitação, comida e agasalho franco, porque, neste tempo de abundância e costumes quase patriarcais, as refeições eram franqueadas a todos, ainda aos mais estranhos que vinham ao nosso teto.[105]

Entro nessas minudências para explicar a razão por que meu avô, vendendo a fazenda, não se libertou inteiramente das dívidas como deveria ter feito.

— Imprevidência tanto mais indesculpável, dizia ele, quando, por ocasião da morte do meu tio, conheci os dissabores provenientes de uma casa onerada de dívidas.

A vida de Pedro Ribeiro correu durante algum tempo relativamente tranqüila (tranqüilidade completa não existe neste mundo), repartida entre os trabalhos e encargos de chefe de família e as diversões usuais no campo, entre as quais figuravam a caça e a pesca, de que sempre foi muito apaixonado. Também fazia freqüentes passeios à Capital, onde por isto conservou boas relações. Não ia só ali a negócio, mas ainda quando ocorria qualquer coisa que lhe desafiava a curiosidade.

Foi assim que ele viu a Família Real quando chegou à Bahia, fugindo à invasão francesa.[106] Falava ele da impressão que fizeram os diversos membros dessa família. Dizia que o Príncipe Regente tinha fisionomia agradável, indicando bondade que nunca desmentiu, mas também parecia não ser homem de ação, confirmando o que dele dizia um pasquim feito em Portugal e conhecido aqui:

Onde vais, pobre João?
Faço o que me mandam,
Como o que me dão,
E vou para Mafra,
Ouvir meu cantochão.

Era que o Príncipe mostrava-se grande amador da música e gostava de ir a Mafra onde havia primorosa música sagrada.[107]

Falam nos grandes benefícios que a vinda de Dom João trouxe ao Brasil. Estes, porém, foram antes devidos ao Ministro português, D. Fernando, e a ilustres brasileiros do que à iniciativa do Príncipe: o primeiro, com o intuito de auferir para si e seus patrícios as vantagens de que se podiam valer durante sua permanência aqui;[108] os outros, movidos pelo verdadeiro patriotismo que então, creio, não era, como hoje, letra morta.[109] Teve, porém, Dom João a bondade, embora passiva, que induz a aceitar os bons alvitres, o que sempre vale alguma coisa.

Desejoso de percorrer seus domínios americanos, até então para ele desconhecidos, o Príncipe fazia freqüentes excursões nos subúrbios da cidade acompanhado por pessoas gradas, mas também por um batalhão de moleques.[110] Os moleques da Bahia formavam naquela época, e em tempos muito posteriores, uma classe bem semelhante à dos garotos de Paris celebrados por Victor Hugo.[111] Dom João mostrava-se lisonjeado com estes testemunhos de simpatia de seus mesquinhos súditos. Havia um moleque

tão ousado que, nestas excursões, aproximava-se do Príncipe oferecendo-lhe frutos dos quais gabava o sabor, ensinando-lhe o modo de comê-los. Dom João recebia os presentes sorrindo, com a melhor vontade, da inocente familiaridade. Quando foi para o Rio, mandou chamar o senhor do moleque e propôs comprá-lo. Este ofereceu-lho. O Príncipe alforriou-o e parece-me que o levou para o Rio de Janeiro.

A Rainha-Mãe, tipo pouco simpático aos brasileiros, era, como todos sabem, uma alienada.[112] Na sua loucura, era violenta, esbofeteando as nobres damas que a serviam. Meu avô foi disto testemunha ocular. Curioso de ver a Rainha, colocou-se em um sítio de onde podia avistá-la ao entrar no carro em que a levavam a passear.

— Dona Maria I, dizia ele, apesar de sua idade e estado, ainda era bela. Acompanhava-a a irmã de D. Fernando, o ministro. A Rainha, não sei por que motivo, deu-lhe forte bofetada. Admirado do que via, um conhecido que se achava perto disse-me: "Ora, isto se repete a cada passo; creio que aquela dama já anda pálida de levar tanta bofetada!" Com efeito era descorada e de aspecto doentio.[113]

— Revoltou-me, continuou meu avô, ver aquela senhora de tão alta categoria sujeitar-se àquele suplício cotidiano e humilhante. Ninguém dirá que ela deveria retribuir o insulto, tratando-se de uma louca, mas, se tivesse dignidade, poderia esquivar-se sob qualquer pretexto, deixando a Casa Real.

Recordando este fato que patenteia o servilismo de uma portuguesa, lembro-me de um semelhante, acontecido com um baiano cujo nome não guardo de memória, e nem com isso nada se perde. Era um indivíduo, contava Pedro Ribeiro, que tinha certa posição que lhe permitia freqüentar a Casa Real. Um dos filhos de Dom João — Dom Pedro ou Dom Miguel,[114] não me recordo —

tinha umas pequenas esporas que usava quando, brincando, montava em um carneiro. O bajulador prestou-se a substituir o animal. O pequeno Príncipe enterrou-lhe as esporas nas ilhargas. Dom João repreendeu o filho, dizendo que, se assim continuasse, o homem dar-lhe-ia queda.

— Fique Vossa Alteza descansado, disse aquele vil adulador, que, embora o Príncipe me fira com as esporas, eu não o deixarei cair.

É baixo e ridículo! Que diferença daqueles tempos para os atuais! É que os reis já perderam a auréola divina que lhes circundava as frontes, e, se ainda se lhes rendem homenagens, são idênticas às que recebe qualquer Chefe de Estado, às vezes saído de bem humilde classe social. Demais, estão eles sempre ameaçados do punhal, que não recuou ao ferir uma infeliz e inofensiva mulher como a Imperatriz da Áustria.[115]

Voltemos à Família Real. Dizia Pedro Ribeiro que a esposa de Dom João, Dona Carlota, nada tinha de bela e que a Princesa da Beira, casada com o irmão de Dona Carlota, era belíssima.[116] Contava-se que, por ocasião dos dois consórcios, um pescador algarvio, gente que sempre passou por muito franca e ousada, dissera:

— Como vai Portugal trocar uma pescada do alto por uma sardinha da praia?

Todos os baianos praticaram grandes rasgos de generosidade e dedicação para com os seus soberanos e os fidalgos portugueses que os acompanharam. Contava uma senhora daquele tempo à minha mãe que em todos os conventos, onde os bordados eram primorosos, cosia-se e bordava-se com afã roupas brancas para as princesas, que haviam saído de Portugal com a roupa do corpo.[117] Talvez houvesse exagero; mas, pela presteza da fuga, é provável que não viessem muito abastecidas, mesmo do mais necessário. Toda essa roupa, acrescentava aquela senhora, não fora paga do

bolso do rei e sim pelas pessoas ricas da Bahia, que cada qual primava em oferecer valiosos presentes à Família Real. Felizmente, pouco aqui se demoraram, senão pelo menos os fidalgos de seu séquito teriam se mostrado ingratos, como o foram com os habitantes do Rio de Janeiro, absorvendo todos os privilégios e garantias.[118]

Como já referi, era meu avô amigo de Felisberto Caldeira, homem rico e de grande influência. Tinha ele um engenho em Ilhéus, e foi-lhe comunicado que os índios vizinhos tentavam arrasá-lo em virtude de questões havidas com o administrador.[119] Pediu Felisberto a meu avô para ir apaziguar os índios:

— Porque, disse ele, você, além de ser disposto e enérgico, sabe agradar e convencer, e com índios os meios brandos dão, às vezes, melhor resultado. Vencidos pela força, cedo ou tarde vêm vingar-se.[120]

Pedro Ribeiro acedeu. Acompanhava-o um padre, também destinado a empregar meios persuasivos, hauridos na religião, coisa de que tinham tanto abusado que devia já ser gênero de pouca valia no espírito desconfiado, embora rude, dos pobres filhos de nossas selvas. Com ele seguiam um oficial e poucos soldados. Chegados ao engenho, o administrador expôs-lhes os fatos, pintando com negras cores os índios chefiados pelo Capitão Manoel, índio batizado.[121] Este título fora-lhe dado, bem como a muitos outros índios, pelo governo português, que, desde há muito, procurara melhorar a sorte dos índios, concedendo-lhes regalias que, quase sempre, não passavam de meras fantasmagorias. O Marquês de Pombal continuou a praticar a mesma política.[122]

Combinavam os meios de fazer vir à fala o Capitão quando um escravo veio anunciar que se aproximava uma tropa de índios, vindo na frente o Capitão Manoel. Pedro Ribeiro e o oficial levantaram-se das redes em que se sentavam, este muito pálido e como indeciso. O padre, além da palidez, não teve pernas para levantar-

se; tentando fazê-lo, recaiu na rede. Meu avô, que sempre deu provas de ânimo desassombrado, aproximou-se da porta e, avistando os índios, disse aos companheiros:

— São apenas cinco homens e uma mulher.

Saindo ao seu encontro, Pedro Ribeiro saudou cortesmente aquele que viu ser o chefe, dando-lhe o título de *Capitão*, o que sabia muito agradar aos índios. Respondeu-lhe este com desembaraço e cortesia.

— Tive então ensejo, dizia meu avô, de ver o mais belo espécime desta raça desprezada. Acostumado a ver os índios da Aldeia da Missão, em Itapicuru, geralmente feios, desconfiados e estúpidos, admirei-me ao ver o Capitão Manoel, de alta estatura, bem-feito, de feições agradáveis, tendo no olhar a vivacidade que inculca a inteligência.[123]

Tenho pena de não me lembrar do nome da tribo a que pertencia esse índio; minha mãe disse-mo, mas não o guardei de memória.[124] Os outros da mesma tribo, não sendo feios, distanciavam-se muito do primeiro. Tinham a cor vermelha usual nos índios.[125] A mulher, mais clara, soube ser Botocuda e esposa do Capitão Manoel. Não seria feia se não fosse a roda de pau que lhe perfurava o lábio superior.[126] Trazia arco como os homens.

Meu avô convidou-os a entrar, mas, ao se aproximarem da porta, pediu ao chefe que ele e seus companheiros depusessem as armas.

— Nossas armas não ofendem, disse ele, são apenas para defender-nos quando somos atacados.

— Mas tendo o Senhor Capitão, tornou Pedro Ribeiro, de achar-se em presença de um padre e de um oficial do Rei, não é de boa cortesia entrar armado. Pode estar certo que pessoa alguma há de ofendê-lo.

Ele imediatamente depôs o arco e fez sinal aos outros para imitarem-no. Sabendo meu avô quanto os índios apreciam a

aguardente, ofereceu-a a todos. O Capitão apenas tocou o cálice, os outros esvaziaram-no, a índia pediu mais. Pedro Ribeiro ia servi-la quando o marido opôs-se:

— Não! Não quero que minha mulher fique bêbada.

Teria esse índio a virtude da sobriedade? Ou, tendo que tratar de negócio, temia que se lhe perturbasse a cabeça? "Então," dizia Pedro Ribeiro, "tive de colocar-me em uma situação das mais difíceis: convencer o índio de que não devia invadir as possessões de Felisberto Caldeira".

Aquele homem possuía a lógica de ferro que dá a inteligência escudada pelo direito natural. Ele falava o português de modo a fazer-se bem compreender. Com íntima tristeza, era obrigado a contestá-lo contra as minhas convicções; mas não havia remédio: tinha ido pleitear os interesses de Felisberto. Quando lhe disse que o Rei tinha dado aquelas terras ao senhor do engenho, ele tornou-me:

— O Rei não podia dar o que não era dele! Desse as terras de lá; as daqui sempre foram nossas![127]

"Expôs-me o que sofreram quando foram repelidos para o interior por ocasião de lhes tomarem as terras de beira-mar, onde viviam com abundância.

— Às vezes, continuou ele, passava um homem um dia com um chororó,[128] e, quando vínhamos, apertados pela fome, caçar ou pescar aqui, éramos perseguidos como bichos do mato. Disseram que queimamos os canaviais, matamos gado, mas só o fazemos por vingança depois de nos maltratarem.

"Disse-lhe que tudo isso não era feito por consentimento do Rei nem do senhor do engenho, que moravam longe.

— A quem nos havemos de queixar? retorquiu ele. Todos os homens que nos podiam valer são brancos, o Rei também é, e não deixarão de ser pelos homens de sua cor para serem pelos vermelhos.

"O padre também auxiliou-me, invocando o nome de Deus e da religião, de que tantas vezes se tem abusado para cometer injustiças. O índio sempre replicava com a maior sensatez e, sacudindo a cabeça, deixava ler no olhar a desconfiança que se enraíza em um ânimo sempre enganado. Finalmente cedeu, dizendo:

— Retiro-me com minha gente para a nossa aldeia; mas, se, apertados de fome, viermos aqui pescar ou caçar, não nos maltratem que nós não faremos nenhum mal.

"Agradeci-lhe," dizia Pedro Ribeiro, "prometendo o que exigia. Abracei-o com verdadeira simpatia, e ele retirou-se satisfeito. Chamei depois o administrador e fiz-lhe ver, de modo convincente, que lhe cumpria respeitar a promessa feita ao Capitão Manoel.[129] Mostrei-lhe as funestas conseqüências que podiam advir da quebra de tais promessas quando se tratava de um índio como aquele; que, mantendo a paz com aqueles homens, podia até utilizá-los para qualquer trabalho, entretendo com eles um comércio proveitoso para ambas as partes. Ele mostrou-se convencido com as minhas razões, prometendo fazer o que lhe aconselhava."

Aproveitou meu avô a ocasião para visitar algumas povoações e propriedades dessa terra, servindo-lhe de guia o padre que a conhecia. Ao voltar à Bahia, Felisberto agradeceu-lhe calorosamente, dizendo-lhe que sem a sua intervenção não seria obtido tão pronto e bom resultado. Enquanto meu avô entreteve relações com ele, tudo continuou a correr bem na propriedade.

Capítulo V

Não se casara Pedro Ribeiro talvez porque, sem propósito formado, habituara-se à vida de solteiro.[130] Demais, vivendo com sua tia, senhora que primava pela boa direção que dava à sua casa, não sofria as faltas que levam alguns homens a procurar, por meio do casamento, uma pessoa que zele por seus interesses, proporcionando-lhes as comodidades que tornam o lar u'a mansão de conforto. Levando a vida livre que a sociedade permite ao homem solteiro, ele jamais ultrapassou os limites traçados pela honra, como prova o que vou relatar.

Contraíra Pedro Ribeiro ligação com uma rapariga do povo da qual teve uma filha. D. Anna a princípio não se alarmara. De outra ligação semelhante, porém efêmera, também tivera ele uma menina, que uma sua irmã tomou para criar. Porém, porque aquela nova ligação durava mais tempo ou se mostrava com probabilidade de tornar-se mais sólida, a boa senhora ficou apreensiva e triste. Perguntando-lhe o sobrinho, que a adorava, a causa de sua tristeza, respondeu-lhe ela:

— Sou tão infeliz que não posso te revelar meu desgosto.

Instou ele, pedindo completa franqueza e prometendo fazer qualquer sacrifício para poupar-lhe um dissabor. Então, com os olhos cheios de lágrimas, disse-lhe a boa senhora:

— Temo, meu filho, que venhas a fazer um casamento desigual... É esta, muitas vezes, a conseqüência de uma ligação como a que contraíste...

O sobrinho interrompeu-a:

— Enxugue suas lágrimas, disse, que em breve tudo será remediado.

Sem demora, propôs àquela rapariga a separação, arranjando-lhe um casamento. Ela, como era de esperar, fez grande alarme para comovê-lo, recusando casar-se. Ele, porém, portando-se com a necessária energia, disse-lhe que nunca se diria que ele tirara uma rapariga à sua família para deixá-la na rua, e conseguiu convencê-la a aceitar o alvitre. Deu-lhe um dote, procurando um rapaz que, decerto por interesse, prestou-se a um tal consórcio. Pedro Ribeiro tomou pela mão a filhinha e, levando-a à tia, disse-lhe:

— Peço-lhe que, por caridade, crie esta menina que não tem mãe.

Jubilosa, D. Anna recebeu a criança, com a qual sempre despendeu cuidados maternais. Esta menina, que se chamava Joanna, e a outra, Marianna, tiveram muito bom comportamento, e meu avô casou-as vantajosamente, dando-lhes dotes. Existem alguns de seus descendentes bem colocados, aos quais tratamos como parentes. Deixo de nomeá-los, não por orgulho próprio, mas receando ferir-lhes a susceptibilidade por tratar-se de um parentesco que não é legítimo.

Assim chegou meu avô aos quarenta e quatro anos sem se casar, quando inesperadas ocorrências fizeram-no mudar de idéias. Poderia dispensar a narração das minudências relativas ao seu consórcio, se não achasse curioso o modo por que se efetuavam, então, tais contratos, muito diverso da forma como hoje se realizam.

Segundo as idéias religiosas, então mui predominantes e que mais se manifestavam pelo culto externo, a Semana Santa era celebrada com muita pompa, mesmo nas povoações centrais.[131] Para assistir a tais celebrações, saíam de suas moradas — verdadeiros

gineceus gregos — as mais recatadas e, pode-se dizer, invisíveis senhoras, quando os chefes de família se dignavam fazer-lhes a vontade. Na Vila de Inhambupe, anunciou-se uma Semana Santa que prometia exceder às dos outros anos, aproximando-se das celebradas na Capital. D. Anna, apesar de sua idade avançada, quis vê-la, e o sobrinho, que lhe fazia todas as vontades, levou-a àquela vila.[132]

Da Vila de Itapicuru, fora, com o mesmo fim, a família do Capitão-mor Luiz de Almeida Maciel, fazendeiro abastado que gozava do melhor conceito entre seus conterrâneos.[133] Tinha ele uma neta de cuja beleza e virtude corria a fama não só em Itapicuru como nas terras vizinhas.[134] Meu avô conhecia o Capitão-mor, dando-se até com ele;[135] nunca, porém, vira a neta, como era usual naquele tempo. Chegando a Inhambupe, alguns conhecidos disseram-lhe que a moça mais bonita que ali tinha vindo era a neta de Luiz de Almeida. Curioso, ao entrar na igreja, Pedro Ribeiro pediu para lhe designarem a neta do Capitão-mor e achou ser justa a nomeada que tinha a jovem. Era sempre nos templos que os rapazes alcançavam contemplar essas flores tão avaramente guardadas.

Nesse dia, ou no imediato, Luiz de Almeida levou a neta a visitar D. Anna, que era uma dessas senhoras acatadas em toda a vasta região por onde se estendia a notícia de seu mérito real. Meu avô, que se achava na sala, foi prevenir a tia, que veio receber a jovem, convidando-a para os aposentos interiores. Era assim que se procedia, porque uma senhora, principalmente jovem, em presença de homens ficaria tão acanhada que representaria o papel de estátua viva ou de muda. Entretanto, Pedro Ribeiro, que ficara a conversar com o Capitão-mor, viu-a de mais perto na chegada e ao sair, achando-a ainda mais bonita do que lhe parecera na igreja. Todavia, dizia ele, não lhe ocorrera a idéia de pedi-la em casamento: já se considerava velho e inteiramente afeito à vida de solteiro.

Terminada a festividade, voltaram todos às suas vivendas; porém, dentro em pouco tempo, Luiz de Almeida procurou meu avô e propôs-lhe o casamento com sua neta. Segundo a lhaneza dos costumes daquela época, era isso muito natural. Provavelmente o ancião, levando a jovem a visitar D. Anna, tivera em mira fazer esta senhora e seu sobrinho conhecerem os dotes que a distinguiam e dos quais o avô muito se desvanecia. E não andara errado: em ambos fizera ela a melhor impressão, porque, dizia minha mãe, Sinharinha[136] — era o apelido familiar da jovem — agradava logo à primeira vista, não só pelos dotes físicos, como pela afabilidade do trato, tendo certo desembaraço natural, apesar da limitada educação que então recebiam as senhoras. Contava meu avô que, embora a idéia do casamento não o preocupasse mais, sobressaltou-o agradavelmente aquela proposta, respondendo, porém, que precisava consultar a tia que lhe fizera as vezes de mãe. Rejubilou-se D. Anna com tal notícia.

— Meu filho, disse ela, sempre desejei ver-te casado; ia, porém, quase perdendo a esperança. Vejo que Deus quer dar-me esta consolação no fim da vida, tanto mais quando se trata daquela moça que me despertou a mais viva simpatia e da qual ouvi os maiores elogios. Aceita e pede ao Capitão-mor para fazer, sem demora, o casamento, porque me sinto doente e desejo, antes de morrer, ver-te casado.

Ao comunicar a Luiz de Almeida a aprovação de sua tia, Pedro Ribeiro transmitiu-lhe o pedido de abreviar o casamento. Não anuiu ele, porém, observando que não havia de casar sua neta tão querida sem fazer-lhe um enxoval em conformidade com seus haveres e uma festa que patenteasse o gosto que tinha em tal consórcio.

— Razões frívolas, dizia meu avô, que deram origem a muitos aborrecimentos.

Prometeu Luiz de Almeida, quando tudo estivesse disposto, avisar Pedro Ribeiro do dia marcado.

— Fantasiando mil venturas, contava este, esperei o aviso. Passaram-se meses, nada! Orgulhoso, não inquiri a causa de tal demora por entender que ao Capitão-mor competia explicar-ma. Suspeitei que, arrependido da proposta por ele próprio feita, lançara mão daquela delonga inexplicável para fazer-me compreender o seu arrependimento, sem quebra de sua palavra.

Passou-se um ano. Alguém fez saber a meu avô que um homem com o qual Luiz de Almeida tinha demandas, temendo que na família deste entrasse uma pessoa de prestígio que iria lhe fazer barreira, espalhara boatos próprios a desacreditar Pedro Ribeiro no conceito do Capitão-mor, homem simples e pouco atilado. Fora este o motivo do adiamento, como Pedro Ribeiro suspeitara. Não nessa ocasião, porém depois de casado, soube ele haverem chegado tais boatos aos ouvidos de Sinharinha, que chorando fora pedir ao avô não a obrigasse a contrair aquele casamento.

Colhendo bons frutos de sua intriga, o inimigo de Luiz de Almeida redobrou as perseguições, e este, olhando Pedro Ribeiro como a única tábua de salvação e talvez descobrindo o ardil de seu contrário, foi ter com a neta, pedindo-lhe para prestar-se à realização do casamento e procurando apagar a má impressão que existia em seu ânimo a respeito do noivo. Não inteiramente convencida, dizia ela, mas sacrificando-se ao bem-estar do avô, respondeu:

— Se desse casamento depende a sua tranqüilidade, meu avô, estou pronta a realizá-lo.

É sempre assim: a mulher não recua ante o sacrifício quando ama a qualquer membro de sua família.

Recebeu Pedro Ribeiro a comunicação tanto tempo esperada, marcando dia próximo para a realização do consórcio. Muito irritado, compreendeu que só a dificuldade da situação penosa era o

que levava Luiz de Almeida a dar semelhante passo. Resolveu recusar-se, fazendo-lhe compreender que avaliava o seu procedimento, em vista do qual já há muito considerava desfeito aquele contrato. Todavia, tendo o hábito de consultar sua tia em todos os negócios mais graves, foi ter com ela. Contra o que esperava, porque D. Anna era, como ele, altiva, a tia pediu-lhe que aceitasse aquele casamento. Fez-lhe ver que o melhor modo de confundir os seus caluniadores era, entrando na família de Luiz de Almeida, provar pelo seu comportamento o quanto fora injusto o juízo formulado a seu respeito. Finalmente, pedia-lhe que casasse para dar-lhe o maior prazer que podia ter no fim da vida.

Respondeu, pois, Pedro Ribeiro ao Capitão-mor concordando com a realização do ato no dia por ele designado. Muito longe estava de sentir o alvoroço e a satisfação que outrora experimentara. O destino reservara-lhe, no entanto, maior contrariedade: sua tia, que há muito perdera a saúde, piorou, falecendo dentro em poucos dias. Era impossível, naquela emergência, o casamento. Todavia, conheceu ele que não devia pedir uma delonga em harmonia com sua dor pela perda que sofrera. Só então pôde avaliar a falta que faz uma boa dona-de-casa. D. Anna, nos últimos tempos, permanecia em uma rede, manietada pelos achaques. Entretanto, daí providenciava a tudo, porque já havia estabelecido tal ordem na casa, sua autoridade era tão respeitada, que tudo corria pelo melhor.

Tinha Pedro Ribeiro em casa as duas sobrinhas órfãs, filhas de Clara e José Sivestre, e a filha mais moça — a mais velha já havia casado —, além de outras afilhadas e protegidas; nenhuma, porém, tinha idade suficiente para exercer sobre as outras a necessária autoridade, e uma espécie de anarquia começou a manifestar-se. Viu meu avô que só uma senhora com a força moral que devia ter sua esposa poderia dirigir uma família em tais condições. Pediu, pois, a Luiz de Almeida que adiasse, creio que por dois meses,

o casamento, marcando com antecedência o dia, visto que ele residia a mais de vinte léguas de distância.

Findo o prazo pedido, designou o Capitão-mor o dia, 1 ou 2 de março, enviando um escravo com a missiva a Pedro Ribeiro. No entanto, convidou os amigos, e não eram só estes que vinham tomar parte na festa. Imenso povo de classe inferior, muitos que haviam recebido benefícios de Sinharinha e sua mãe, outros movidos pela curiosidade ou interesse de passar à farta e divertir-se sem dispêndio, acorriam espontaneamente de todas as povoações vizinhas a assistir àquela festividade, que tomou o vulto de um acontecimento de que guardaram longo tempo a lembrança. Todos tinham a certeza, porque era o costume entre os fazendeiros abastados, de encontrar ali a melhor vontade e franco acolhimento: comida e bebida à larga, seja a quem for, pode-se dizer, era o programa da festa. Os parentes e amigos foram hospedados na casa vastíssima da fazenda. Para o povo, foram feitas muitas barracas de palha.

Passo agora a narrar o que sucedeu no Mucambo, a fazenda onde residia o Capitão-mor. Chegou a véspera do dia marcado, em que esperavam o noivo. Não veio. Não havia motivo de reparo: qualquer acontecimento podia ter retardado a viagem. Passou-se outro dia e mais outros, nada. A ansiedade era grande. Vieram os comentários, sempre eivados de maledicência. Um padre, tio da noiva, chamou Luiz de Almeida e disse:

— Aquele homem quer pregar-lhe uma peça, vingando-se do que você fez demorando o casamento. Dê isso por acabado. Não faltam pretendentes à minha sobrinha.

E apontava grande número de pessoas conceituadas que haviam pretendido a mão da jovem, como acontecia com as filhas de fazendeiros ricos e, demais, com a fama de beleza de que gozava Sinharinha. Aquele velho, de espírito fraco, mostrou desta vez alguma energia:

— Pedro Ribeiro, dizia ele, é um homem de bem: não faria tal.

Finalmente, quando estavam todos em brasas, chegou uma missiva de meu avô, tudo explicando. Recebera a carta do Capitão-mor um dia depois daquele designado para o consórcio. O caso é que o escravo portador do aviso, cachaceiro e relaxado, em todas as povoações por onde passava ia às vendas beber e depois metia-se em sambas, participando a todos o casamento de sua senhora moça, por cujo motivo assim se alegrava.[137]

Na carta, dizia meu avô a Luiz de Almeida que, em negócios de tal importância, não se empregavam escravos como aquele, e que, provada como estava sua inculpabilidade, concordasse com ele marcando o ato para o dia 15 do mesmo mês, prazo indispensável para fazer ele certos arranjos e avisar os amigos que desejavam acompanhá-lo. Exultou o velho com estas explicações e fez um pedido a seus hóspedes: desejava que nenhum se retirasse. Não faltava o gado e toda a espécie de criação em suas fazendas. Todos acederam.

Mas, perguntar-me-ão, de que constava a festa naquele tempo, para que os numerosos convivas ficassem entretidos e satisfeitos deixando os seus afazeres? Segundo o que vi em minha menina e o que me referia minha mãe, que viveu em uma data pouco distante daquela em que se deram os sucessos que relato, posso conjecturar aproximadamente o que então se passou. É preciso observar que, enquanto nas terras próximas da cidade o progresso marchava mais ou menos rápido, tentando igualar os usos e costumes, nas terras sertanejas ele andava lenta e quase imperceptivelmente, e só depois que os caminhos de ferro, diminuindo as distâncias, fizeram chegar a civilização aos povos quase estacionários do Sertão, é que foram-se perdendo os costumes coloniais.[138]

Enquanto esperavam o dia aprazado, em casa de Luiz de Almeida, os homens conversavam e discutiam sobre a criação do

gado, principal fonte de sua riqueza, e sobre seus trabalhos rurais. A política, se entrava nestas palestras, era em mui pequena dose.

As senhoras casadas não costumavam vir como simples convivas, mas como auxiliares da dona da casa. Traziam suas mais peritas cozinheiras e não se contentavam só em ordenar: trabalhavam, como estavam acostumadas a fazer na própria casa. Nas horas vagas, conversavam sobre seus trabalhos caseiros, sobre as criações miúdas, que eram de sua alçada, e outros assuntos de ocasião.

As moças solteiras não ficavam ociosas: prestavam seu auxílio na arrumação da casa ou em costuras, se era mister. Nas horas devolutas, conversavam sobre trabalhos de agulha, nos quais muitas se desvaneciam de primar, e, à surdina, por vezes, falavam também deste ou daquele mancebo que na igreja, em vez de olhar para o padre e o altar, fitara de certo modo alguma daquelas cobiçadas flores, ou de outro que na procissão, em lugar de acompanhar os andores, ficara imóvel a contemplá-las. Tais descobertas eram sempre feitas pelas camaradas das jovens que eram objetivos das adorações, e elas, sorrindo, negavam ter percebido aquilo e declaravam casos idênticos passados com a denunciante. Tudo isso, temperado com o bom humor próprio da mocidade, animava a palestra.

Além disso, tiravam elas, muitas vezes, real proveito dessas festas. Vistas mais de perto, embora de passagem, pelos moços, despertavam não raro sérios sentimentos, em breve traduzidos em pedido de casamento. Tinham então as moças a íntima satisfação de compreender que tais pedidos não haviam sido feitos só por conveniência pecuniária ou de família, existindo nesses casos a vantagem de terem os noivos se visto antes do dia do consórcio, como raras vezes sucedia. Assim o amor, o eterno amor, também representava importante papel nessas festividades familiares.

Havia também os cantores de modinhas acompanhadas ao violão, e algumas jovens senhoras que dispunham de boa voz

condescendiam, depois de muito instadas, em fazer-se ouvir acompanhadas pelo instrumento tão adequado às modinhas brasileiras.

O povo miúdo, os escravos, vinha por sua vez alegrar a festa, sambando nas varandas da casa. Às vezes as próprias senhoras mandavam-nos chamar e, das janelas, apreciavam os requebros desta dança alegre e um tanto sensual, em que as crioulas e mulatas moças exibiam suas graças naturais, excitando fervorosos aplausos no auditório, entre os seus iguais e também entre os espectadores masculinos da classe superior... Se havia africanos na fazenda, também vinham obsequiar seus senhores com seus instrumentos bárbaros, suas danças onde os movimentos rápidos e violentos eram capazes de moer os mais duros e fortes membros. Estes não se misturavam com os crioulos, que os tratavam com ar de resto. Todos eram agraciados com doces e bebidas à farta.

Acrescente-se a tudo isso o tempo que era gasto nas três refeições: almoço, jantar e ceia. Nestas, os homens eram separados das senhoras. Os homens eram servidos na sala propriamente de jantar, ocupada por uma larga mesa, então usada para conter a profusão de iguarias. As senhoras eram servidas em uma sala no interior da casa. Quando algum conviva, precursor dos atuais discursadores, fazia uma saúde pomposa à dona da casa, às vezes o marido, para obsequiá-lo, ia muito ancho buscar a pobre senhora que vinha como a um suplício, muito acanhada. Balbuciava corando um agradecimento e, lançando mão do copo do conviva mais próximo, *satisfazia à saúde* — era o termo técnico.

Ia esquecendo de dizer que houve música de porta de igreja, o que era a última palavra nas bodas de grande magnificência. Pessoas que assistiram àquela festa memorável em Itapicuru contaram à minha mãe que as cozinheiras, embora numerosas, já não podiam com o trabalho e mandavam às mulheres mais sérias, aboletadas nas barracas, quartos de vacas para prepararem comi-

da para o povo. Vê-se que tudo isto era suficiente para ocupar o tempo e entreter agradavelmente os numerosos convidados do Capitão-mor.

Chegou o noivo no dia 14 — véspera do casamento — com alguns amigos. Restava, porém, a ele, ainda uma decepção: o vigário, que tinha voltado para a vila em virtude das obrigações do seu cargo, prometendo vir no dia designado, comunicou, na manhã deste dia, ser-lhe impossível fazê-lo em razão de incômodos que lhe sobrevieram. Deu Luiz de Almeida logo providências para vir outro padre. Só estaria lá, porém, no dia seguinte. Ficou terrivelmente impressionado Pedro Ribeiro. Esta série de contrariedades e obstáculos seria um aviso do céu, augurando desgraças para ele ou a jovem destinada a ser sua esposa?

Como verdadeiro crente, pediu a Deus que o esclarecesse e lembrou-se de ver, no dia seguinte, que santo comemorava a Igreja, verificando com assombro que era São João Nepomuceno. Como podia ter Pedro Ribeiro esquecido o dia do patrono de sua família, tão festejado em sua casa?[139]

— Só posso explicar tal esquecimento, dizia ele, pelas imensas preocupações de meu espírito em conseqüência da morte de minha tia e do meu casamento. Imensa alegria invadiu-me a alma, onde nasceu a crença de que minha adorada tia alcançara do Santo, em vez do castigo que eu merecia pelo meu descuido, um sinal claro de sua proteção, fazendo com que, por circunstâncias inesperadas, viesse a se realizar o meu casamento no seu dia.

De feito, não houve mais embaraços, e efetuou-se o consórcio, com muita satisfação de todos, no dia 16 de março de 1815. A confiança do meu avô no poder divino não foi iludida. Afirmava minha mãe que nunca houve união mais feliz, apesar da diferença da idade: ele tinha quarenta e seis anos e ela vinte e três!

Terminada a festa, pelos couros das reses que foram mortas,

viu-se que chegaram a trinta! Pode-se fazer uma idéia do número a que atingiu a matança da criação miúda. E toda essa carnificina para dar prazer ao bárbaro rei da criação, que excede em ferocidade a qualquer de seus supostos vassalos, ainda os das espécies mais ferozes.

No correr da pena, esqueci de dizer o nome de Sinharinha, tratando-a pelo apelido segundo o qual era geralmente conhecida. Chamava-se Joanna de Souza Leite. Foram seus pais Manoel Alvares Maciel e sua mulher Josepha Ferreira de Britto. É de notar não ter ela nenhum dos nomes dos seus progenitores. Para explicar esta circunstância, é preciso referir o uso sertanejo de dar ao filho mais velho o nome do avô. Isto não se entendia com o uso das famílias dos fidalgos vindos de Portugal, que conservavam seus apelidos até que, por meio de nobres alianças, tornavam-se estes tão numerosos que davam lugar ao dito: *é maior o nome do que a pessoa.* Tinha, pois, Sinharinha, o nome de sua avó, a primeira esposa de Luiz de Almeida Maciel, bem como seu irmão tinha o deste. O pai de ambos, Manoel Alvares Maciel, só tivera esses dois filhos e, morrendo muito moço, deixara-os na infância sob a tutela do avô, já viúvo, em cuja companhia ficaram residindo com sua mãe, mui prezada do sogro.[140]

Não tenho conhecimento da ascendência de minha avó, além de Luiz de Almeida.[141] Deste dizia meu avô ser um homem probo, porém de uma boa fé que passava à ingenuidade, o que deu lugar, depois de ocupar ele uma vantajosa posição em sua terra, a que fosse suplantado por um déspota a quem ele próprio elevara. Tratarei depois deste assunto. Além de Manoel Alvares Maciel, tivera ele outros filhos, dos quais há numerosa descendência em Itapicuru e terras adjacentes. Conheço alguns e, embora minha mãe me explicasse o parentesco, não o recordo e por isso deixo de nomeá-los.[142]

De Josepha Ferreira de Britto, sei que era filha de um português e tinha irmãos, dos quais apenas recordo o nome de um. Chamava-se Francisco e foi avô do Coronel Francisco Dantas, que entretém com a nossa família amistosas relações, sendo casado com D. Vicencia, também nossa parenta.[143] Tem esse casal numerosa prole: dezessete filhos, entre os quais menciono D. Francisca, minha afilhada, D. Anna, jovem de apreciáveis qualidades, o Dr. João Dantas, juiz preparador de Lagarto, em Sergipe, e o Dr. Alfredo Dantas, médico do Lloyd Brasileiro.

Capítulo VI

Tratarei agora das questões que amarguraram os últimos anos de Luiz de Almeida, levando-o a realizar o casamento da neta com a esperança de que Pedro Ribeiro daria bom andamento às suas demandas.[144]

João Dantas dos Reys era casado com uma parenta de Luiz de Almeida, e fora este quem promovera o casamento.[145] Para proteger João Dantas, arranjou-lhe Luiz de Almeida o lugar creio que de juiz ou curador de órfãos. João Dantas, inteligente e pouco escrupuloso, começou a auferir de tal emprego lucros fraudulentos.[146] Tal comportamento desagradava ao Capitão-mor, dando motivo a que ele e sua neta rejeitassem o pedido de casamento de um filho de João Dantas, apesar de já ter este boa fortuna. Demais, o caráter do pretendente não era dos melhores.[147] Isto fez com que aquele homem, esquecendo os favores recebidos no início de sua vida e o parentesco de sua esposa, procurasse tirar uma desforra.

Luiz de Almeida era o tutor de seus netos.[148] João Dantas, provando por meio de testemunhas falsas estar aquele dilapidando os bens de seus tutelados, tratou de levar à praça as fazendas de que constava a maior parte destes bens.[149] Isto era uma afronta para o honrado fazendeiro, que tentou apresentar séria oposição. Demais, conhecia o sistema usado por aquele *protetor* dos órfãos: era ele sempre, por meio de seus agentes, o arrematante daqueles bens e tais contas fazia que bem pouco ficava aos seus *protegidos.*

Assim é que João Dantas havia enriquecido.[150] Em todas as questões era o Capitão-mor suplantado pelo seu antagonista.

Neste ponto, observei à minha mãe que me admirava como Luiz de Almeida, bom e generoso, segundo diziam, não achava entre seus conterrâneos e parentes quem o auxiliasse contra João Dantas, déspota e prevaricador. Ela explicou-me isto narrando um acontecimento ocorrido na família e que passo a referir, também com o intuito de fazer notar quanto, ainda naquela época, dominavam entre os colonos portugueses as tristes superstições contra a raça hebraica, superstições que deram origem a tantas crueldades executadas em nome de uma religião toda amor e humanidade.

Estabelecera-se em Itapicuru uma família que diziam, não sei se com fundamento, ser de origem judaica. No entanto, todos dessa família se batizavam, ouviam missa e não desprezavam prática alguma do culto externo. Não impedia isso de correrem boatos de que eles, no interior de suas casas, maltratavam as imagens de Cristo, de Nossa Senhora e outras, tornando-se de tal modo réus dos ridículos crimes atribuídos em Portugal aos chamados cristãos-novos.[151] É sabido quantos infelizes acusados destes supostos crimes foram sofrer a expiação nas fogueiras acesas pelo Tribunal do Santo Ofício, tão impropriamente assim chamado, segundo descreve Alexandre Herculano com tão vivas cores na *História da Inquisição em Portugal.*[152]

Para mostrar quão ridículas eram as imputações feitas a esses chamados judeus, referirei algumas relatadas por minha mãe que, educada por um pai de idéias adiantadas, não lhes dava crédito, mas que, no espírito inculto de muitos, passaram por verdades evangélicas. Uma senhora dessa família usava saia mais comprida do que era então moda. Uma sua comadre perguntou-lhe a razão de tal esquisitice.

— Ora, comadre, respondeu-lhe, se eu bem ando, bem arrasto.

A mulher, suspeitosa, pesquisou-lhe às ocultas a bainha da saia e aí encontrou um crucifixo entre os dois forros! A judia comprazia-se em arrastar o Cristo pelo chão. Um outro mandou um seleiro consertar um selim; achou este, no suadouro, um crucifixo. Horrorizado, mostrou-o ao homem, que disse:

— Não foi por desacato que meti aí essa imagem: foi porque me disseram ser bom para que sarasse de uma doença de que sofro.

Os meninos, não chegados à idade de ocultar, segundo as insinuações dos pais, sua irreverência pelas coisas sagradas, cuspiam nas cruzes e imagens santas que lhes davam a beijar.

Ora, dizia-se, e com razão, que tal gente era de caráter baixo e que as mulheres, quase todas bonitas, não primavam por honestas. Penso que a aversão de que se via cercada essa raça concorria para isso. O ânimo, irritado por uma exclusão injusta, é muito natural que se azede e altere. Em todos os tempos, os homens tratados como *párias* pela sociedade tendem a descer até os últimos degraus da escala social. Alguns membros dessa família, enquanto eram dotados de inteligência e atividade, tinham adquirido bens avultados, e um deles, julgando-se por isso autorizado a ter mais altas vistas — costumavam casar entre si —, pediu uma filha de Luiz de Almeida. Foi rejeitado com insolência. Dizia o orgulhoso fazendeiro que preferia ver a filha casada com um negro ou morta. Veio porém o amor, o travesso e caprichoso deus vendado, como o representa a mitologia, desempenhar o seu papel nesses dramas de família. A jovem senhora, fugindo do teto paterno, casou com o mancebo da *raça maldita.* Embora a desonra não houvesse manchado os brios da honesta família, o pai não perdoou. Ele e toda a família vestiram rigoroso luto, como se fora morta a desobediente filha.[153]

Ora, acho provável que os parentes do repelido mancebo guardassem profunda mágoa do desprezo com que fora tratado

um dos seus e creio que por isso, nessa família, encontrou os seus melhores auxiliares o perseguidor de Luiz de Almeida; tanto que um seu neto, filho daquela filha desprezada, prestou-se a jurar falso contra o avô.[154] É de notar que a família do Capitão-mor atribuía aquele proceder infame somente à má índole herdada do judeu, sem ver nisso talvez um castigo de Deus pela dureza do coração do fazendeiro. No entanto, a tradição que minha mãe ainda encontrou daquele seu ascendente abonava seu caráter como em extremo generoso e benévolo. Seu procedimento com a filha creio ser o resultado das idéias acanhadas e supersticiosas de que eram imbuídas, naquele tempo, as pessoas de todas as classes, ainda as de índole a mais bondosa.

Pelo modo por que Luiz de Almeida era sempre suplantado pelo seu contrário, só pode ser julgado muito estúpido e até idiota, visto ter sido homem de bons haveres e família importante na localidade. Mas dizia meu avô que não o parecia, atribuindo aquelas derrotas à fraqueza do espírito devida à idade avançada — noventa anos —, embora no físico Luiz de Almeida apresentasse ainda um vigor pouco usual em nonagenários.[155] É que, em certos indivíduos, o enfraquecimento do espírito precede o do corpo. Demais, o João Dantas, afirmava meu avô, era de um tino extraordinário: insinuante, sabia agradar quando visava tirar disso proveito e era dos tais que não escolhem os meios para chegar a seus fins. Tais indivíduos são perigosos e sempre conseguem muito!

Contava Sinharinha que Luiz de Almeida tinha guardada certa quantia em dobrões de ouro.[156] Era costume entre homens abastados ter esta reserva de dinheiro para um caso de necessidade urgente e inesperada. Não se apresentando esse caso, às vezes passava de pais a filhos. Este dinheiro, gastou-o Luiz de Almeida entregando-o a sujeitos que lhe prometiam tratar de suas demandas mas nada faziam, e alguns até davam a mão a seu perseguidor.[157]

Possuía Sinharinha um crucifixo cravado de diamantes, conhecido por ser a mais bela jóia deste gênero ali em Itapicuru. As senhoras usavam-nos ao pescoço, apesar do seu peso. Certo indivíduo, tendo dele notícia, propôs ao Capitão-mor tratar de seus negócios, aos quais daria tão bom andamento que infalivelmente sairia vitorioso; só lhe pedia, como recompensa, aquele crucifixo. O pobre velho foi pesaroso pedi-lo à neta, a quem ele próprio o tinha dado para guardar como lembrança da avó, primeira esposa de Luiz de Almeida. O sujeito fez o mesmo que os outros, isto é, coisa alguma. Tudo isso era conseqüência da ignorância em que os homens abastados deixavam os filhos, dizendo enfatuadamente: "Não precisam aprender para viver. Têm bastantes bens!" Se Luiz de Almeida não fosse um ignorante, embora pouco atilado, não se deixaria enganar tão grosseiramente.

Chegando Sinharinha à maioridade, não cessou a perseguição: seu irmão, muito mais moço do que ela, era menor.[158] Um incidente veio agravar a situação. O Capitão-mor tinha um filho natural de cor parda, chamado Clemente, muito estimado da família. Possivelmente magoado pelo que via Luiz de Almeida sofrer de João Dantas, Clemente falou deste com irreverência diante de indivíduos bajuladores, que foram contar ao potentado o ocorrido, decerto exagerando. Vingativo e sem escrúpulos, jurou João Dantas tirar desforra, e bem cedo proporcionou-se-lhe ocasião. Houve uma tentativa de assassinato contra ele. Eram tantos os que tinham contra tal homem justos motivos de queixa que difícil seria fazer mesmo uma conjectura. João Dantas atribuiu-a ao Clemente e instaurou-lhe um processo no qual foram jurar tudo o que ele quis alguns indivíduos parentes do genro de Luiz de Almeida.[159] Este mandou ocultar o Clemente para ele não sofrer a injúria de uma prisão e resolveu-se a reatar o casamento da neta como já relatei.

Poucos dias após o casamento, Pedro Ribeiro regressou à sua morada, levando a esposa. Havia urgência em tratar dos negócios bastante embaraçados da família a que se unira, não desmentindo as esperanças que nele depositava o velho Capitão-mor. Este, inconsolável com a separação da neta querida, acompanhou-a até certa distância da casa e, quando teve de separar-se, exclamou em um ímpeto de dor:

— Adeus, minha neta! Até o dia do Juízo!

Impressionado com aquela explosão de mágoa, Pedro Ribeiro disse:

— Senhor Capitão, deixo-lhe sua neta. Irei tratar de seus negócios e, quando meus afazeres me permitirem, venho buscá-la.

Mostrou Luiz de Almeida aceitar o alvitre, mas, depois, refletindo nos desarranjos que ia causar ao esposo de sua neta, o qual já lhe expusera as razões que o obrigavam a levar sem demora sua companheira, respondeu-lhe:

— Não, meu filho, não aceito tal sacrifício! Deus me dará resignação!

Tornando vagarosamente à casa, voltava-se amiúde, enquanto pôde avistar os que se afastavam e então desfez-se em lágrimas, dizendo-lhes um triste adeus.

Foi Sinharinha recebida com as maiores demonstrações de júbilo pelos parentes de seu marido, no meio dos quais produziu a melhor impressão. Alguns desses parentes, que minha mãe conheceu, lhe referiram, de viva voz, a agradável surpresa que tiveram. Sabiam que era bonita, mas acharam-na mais ainda do que pensavam, o que é raro. Sempre que nos anunciam qualquer coisa muito encomiada, achamo-la muito aquém da nossa expectativa. Não eram só os dotes de beleza que portava Sinharinha. Sua bondade natural e dotes morais a fizeram logo querida pelos seus novos parentes. Também Pedro Ribeiro, com suas maneiras afetuosas, granjeou de pronto a estima da família onde, em boa hora, entrara.

Seguiu Pedro Ribeiro sem demora para a Capital e, com a atividade que lhe era peculiar, começou a dar o melhor andamento aos negócios de Luiz de Almeida. Desesperado, João Dantas, com receio da derrota, lançou mão de um alvitre infame. O processo dando o pardo Clemente como o autor da tentativa de morte foi modificado, arranjando-se testemunhas falsas de que Luiz de Almeida fora o mandante e Clemente o mandatário.

Chegou aos ouvidos do pobre velho a notícia, sem dúvida exagerada, como acontece nos lugares pequenos, de que numerosa tropa ia prendê-lo dentro de sua própria casa, sempre respeitada até ali por todas as autoridades.[160] Perdeu a cabeça e, mal aconselhado por seus agregados, ignorantes e sem expediente algum, foi ocultar-se em um brejo nas matas. Era a estação chuvosa, e aquele homem de noventa anos, acostumado a certo conforto, não resistiu. Atacado de um mal violento e levado para casa, pouco tardou em dar-se o desenlace fatal, realizando-se o pressentimento que o fizera dizer *Adeus, minha neta, até o dia do Juízo!* quando Sinharinha partira para o Periperi acompanhando o marido.[161] Se não fossem aquelas tristes eventualidades, poder-se-ia presumir que aquele velho tocasse aos cem anos. Meu avô admirou, nos dias que com ele passou, por ocasião do casamento, vê-lo correr após uma rês como um bom vaqueiro.

As pessoas que cercavam o ancião, entre estas sua nora, que fora para ele uma boa filha, tinham mandado avisar Sinharinha da doença de Luiz de Almeida. Quando ela, pois, se propunha a viajar para o Sertão, chegou-lhe a notícia da morte daquele que para ela fora o melhor dos avós.

Dizia minha mãe que Sinharinha, que era a bondade personificada, nunca pôde perdoar inteiramente aquele que considerava o causador da morte do avô. Não procedeu como boa cristã. Mas há ofensas tão fundas, que produzem tão vivas feridas, que é difícil à fraca natureza humana perdoar. Só aqueles tocados da graça

divina poderão conceder o perdão de que nos deu o exemplo o Divino Mestre.

Na ocasião do inventário de Luiz de Almeida, aquele neto que jurara falso contra ele apresentou-se para herdar. Com o maior cinismo, procurou minha avó, tratando-a de prima.

— Diga-me Manoel Joaquim, disse-lhe ela, de quem você veio herdar? De João Dantas ou de seu avô, contra o qual jurou?

Ele, com a mais hipócrita cara de choro, tornou-lhe:

— Não me fale nisso, minha prima; não imagina quanto me tenho arrependido![162]

Não se julgue, contudo, que a aversão de Sinharinha se estendia a todos esses parentes. Uma irmã deste mesmo Manoel Joaquim foi muito sua amiga. Tanto que, deixando ao morrer, já viúva, uma filha órfã, minha avó tomou a menina para casa e proporcionou-lhe um casamento, dando-lhe um enxoval. Esta, que era muito boa e linda — dizia minha mãe, que a conheceu —, não deixou sucessão...[163] De modo que este ramo da nossa família extinguiu-se, porque Manoel Joaquim também não deixou prole, com o que nada se perdeu.

Tendo meu avô recebido a comunicação da morte de Luiz de Almeida, veio da Bahia e, chegando a Itapicuru, inculpou acremente aqueles que induziram o velho fazendeiro a dar um passo impróprio de sua posição, que lhe ocasionara a morte. Porque não o levaram para o Periperi, onde João Dantas nem qualquer outro ousaria mandá-lo prender? Nada porém lhe restava a fazer para remediar a mais irremediável das coisas mundanas, a morte. Empregou então toda a sua atividade e energia em dar bom andamento às questões da casa de Luiz de Almeida.

Toda a gente da Justiça em Itapicuru recebia ordens de João Dantas. Aqueles mais altamente colocados, angariava-os com presentes e obséquios; os inferiores, amedrontava-os com o terror que

seu nome inspirava. Pedro Ribeiro conseguiu fazê-lo retroceder naquele condenável procedimento.[164] João Dantas, vendo que as coisas não corriam à medida de seus desejos e que poderia ser suplantado, procurou Felisberto Caldeira, que sabia muito amigo de meu avô, para propor-lhe uma acomodação. Ora, Pedro Ribeiro seguia o sensato parecer expresso pelo anexim popular: *mais vale uma ruim acomodação do que uma boa demanda.* Respondeu que dúvida alguma teria em conciliar-se, mas não queria tratar diretamente com João Dantas. Ficou então Felisberto de receber as propostas e ver se eram aceitáveis. No dia seguinte, meu avô foi ter com Felisberto. Este disse-lhe que achava as propostas muito razoáveis; que João Dantas cedia em muitos pontos, exceto no que dizia respeito ao pardo Clemente; que este devia ser degredado para a ilha de Fernando.[165] Bem se vê que João Dantas estava habituado a fazer os juízes darem sentença a seu prazer.

— Justamente neste ponto é que não cederei coisa alguma, disse meu avô. Sei que Clemente é inocente, o próprio João Dantas o sabe. Portanto, não hei de concordar com que seja condenado só para satisfazer a mesquinha vingança daquele homem.

— Ora, exclamou Felisberto, já um tanto irritado, hão de estar dois homens de certa ordem a brigarem por causa de um *mulato*!

E acentuou a última palavra para significar seu desprezo pela raça mestiça. Revoltado Pedro Ribeiro com tão injusto conceito, perguntou-lhe:

— Se quisessem condenar o seu Hilario, o que faria?

— Defendê-lo-ia ainda à custa do meu sangue.

Hilário era um mulato, lacaio de Felisberto, tratado por ele com certa estima. Meu avô replicou:

— Assim como o senhor defenderia o Hilario com o seu prestígio e sua riqueza, eu, com o pouco que valho, defenderei o Clemente enquanto me restar um sopro de vida.

Estas palavras exacerbaram a cólera do orgulhoso mineiro, costumado a ser obedecido. Esquecendo a amizade e consideração com que sempre tratara Pedro Ribeiro, replicou com arrogância:

— Nada poderá fazer por ele se eu proteger João Dantas.

— Acima de sua proteção, tornou meu avô no mesmo tom, há a de Deus e com ela conto, porque defendo um inocente.

Levantando-se, tomou o chapéu e, depois de cortejar altivamente Felisberto, retirou-se. Quando ia transpondo a porta, ouviu Felisberto dizer, com a voz rouca de cólera:

— Soberbo! Hei de lhe dar a resposta!

Meu avô voltou-se e disse-lhe, encarando-o:

— Não o temo! Tenho a proteção de Deus.

"Apesar de faiscarem-lhe os olhos de cólera, aquele homem não se moveu", contava meu avô. "Creio que a ira não o cegou a ponto de fazê-lo não compreender que eu não era homem de sofrer pacientemente uma afronta."

Pedro Ribeiro foi à casa de seu amigo Jorge, onde se aboletava, e contou-lhe o ocorrido.

— Você está perdido, tornou-lhe este. Felisberto é amicíssimo do Conde dos Arcos.[166] Soberbo como é, far-lhe-á uma perseguição de morte. Você devia ter sido mais prudente.

— Qualquer homem que tenha dignidade, disse meu avô, faria o que eu fiz; portanto não me arrependo.

Cristão convicto, Pedro Ribeiro foi na manhã seguinte à missa e invocou fervorosamente a proteção da Virgem Santíssima, de quem era ardente devoto. Saiu depois a tratar de seus negócios. Voltando à casa do Jorge, este deu-lhe a mais inesperada notícia: o Conde dos Arcos tivera um rompimento com o Felisberto. Eis como o caso se passara: para dar início à proteção que tencionava despender a João Dantas, Felisberto começara pedindo para ele,

ao Conde, o lugar de Capitão-mor, que então era de certa importância e ficara vago com a morte de Luiz de Almeida. Orgulhoso como era, fá-lo-ia de modo a ofender a altiva susceptibilidade do Conde? O caso é que este respondeu-lhe:

— Tendo eu sido vice-rei no Rio de Janeiro, creio que posso nomear um Capitão-mor sem precisar de conselhos!

Sem dúvida admirado e ofendido com a insólita resposta, Felisberto replicou-lhe com azedume. O Governador lançou mão de uma cadeira para quebrar-lhe a cara, e Felisberto, depondo sua proverbial altivez, para furtar-se a uma tal afronta, teve de correr sem mesmo tomar o chapéu, e ganhar a rua. Não podendo, porém, conformar-se com a pública vergonha, embarcou imediatamente para o Rio.

A súbita partida de Felisberto vi diversamente explicada, não me recordo se em uma História do Brasil ou em qualquer tratado histórico daquela época. Dizia-se que tomara ele parte em uma conspiração ou coisa semelhante contra a Metrópole, a qual sendo descoberta pelo Conde dos Arcos, homem enérgico e de ação pronta, tomara Felisberto a resolução de partir sem demora para o Rio de Janeiro a fim de subtrair-se a alguma violência da parte do altivo fidalgo português.[167]

Ora, admiro-me de meu avô não fazer menção alguma a um fato que não deixaria de me ser relatado por minha mãe, porque, sendo real, melhor explicaria o desabrimento do Conde dos Arcos, que hoje parece excessivo, para com um homem que lhe merecera até então toda a estima. Compreender-se-ia que Felisberto, julgando-se acobertado pelo segredo na trama em que tomara parte, apresentara-se desassombrado ao Conde para pedir-lhe um favor, e este, já conhecedor de tudo, tratou-o acintosamente para ter ocasião de desfeiteá-lo.

Parece impossível meu avô ignorar tais fatos estando na Capital e bem relacionado como era! Verdadeiro crente, ele explicava

o ocorrido pela proteção do Céu, que fizera servir o orgulho de dois homens em prol de uma boa causa. Também eu propendo a assim acreditar, não me servindo de embaraço o fato historicamente referido. Dizia certo autor que coisa alguma neste mundo é menos verdadeira do que a História, e algumas vezes tenho sido tentada a dizer o mesmo em vista de fatos ocorridos em minha mocidade, de que tenho pleno conhecimento e vejo hoje tão adulterados perante a História. O que será quando se trata de acontecimentos remotos?

Dirigiu-se meu avô pessoalmente ao Conde dos Arcos, a quem já tinha sido apresentado. O Conde, segundo ele, quando não lhe faziam *chegar a mostarda ao nariz*, era de trato fino e muito amável. Meu avô começou dizendo que vinha pedir a sua proteção.

— Que proteção posso lhe fazer, tornou-lhe o Conde. Sou aqui apenas um degredado. Bem compreende que, tendo sido Vice-Rei no Rio de Janeiro, não é natural ser depois Governador da Bahia. O meu degredo somente tem a vantagem de ser um degredo político... Ora, o que deve fazer o degredado? Distrair-se. É o que eu faço.

Estava ele aformoseando o Passeio Público.

— A proteção de Vossa Excelência, replicou Pedro Ribeiro, sempre será muito valiosa, e com ela conto, porque só peço que seja feita justiça.

— Fazer justiça, disse o Conde, é o meu dever.[168]

Então meu avô expôs-lhe sucintamente suas questões e de que modo a gente da justiça aliciada por João Dantas saltava por cima de todo o Direito e Justiça. Depois de ouvi-lo atentamente, tornou-lhe o Governador:

— Quando lhe derem um despacho contrário à justiça, tragamo. Examiná-lo-ei ou o farei examinar por pessoa de minha confiança.

Meu avô saiu contentíssimo. Daí em diante tudo correu maravilhosamente. É sabido que, no tempo colonial, os governadores eram reis absolutos. Quando Pedro Ribeiro suspeitava que ia ter um despacho desfavorável, dava a entender que iria ao Conde dos Arcos. Alguns desses prevaricadores, desesperados de não poderem contentar àquele a quem se haviam escravizado, diziam a meu avô: "Não sei porque João Dantas não se concilia com o senhor." Não tardou aquele em tomar este alvitre. Procurou um amigo de Pedro Ribeiro, e este, fiel ao seu modo de pensar, não se negou a entrar em conciliação, apesar das vantagens que previa continuar obtendo. Não exigiu mais João Dantas o degredo do Clemente; pelo contrário, deu por acabado o processo, e, feitas de parte a parte concessões razoáveis, como é de praxe entre homens sensatos, chegaram a um acordo.[169]

Durante alguns anos, gozou Pedro Ribeiro do sossego relativo que nos é dado esperar neste mundo, para cuidar de sua família. Contudo, ainda sustentou algumas questões, não próprias, porém de indivíduos que o procuravam como o único da localidade que ousara opor-se ao déspota sertanejo. Em todas meu avô saiu-se bem, terminando algumas por acomodações.[170]

Pouco depois, Pedro Ribeiro tratou de arranjar casamento para seu cunhado, também Luiz de Almeida, a fim de evitar que surgissem novas questões com o leviano *protetor* dos órfãos, o João Dantas. Tinha Luiz de Almeida dezessete a dezoito anos. Casou-se com sua prima, D. Maria, e deixaram numerosa sucessão em Itapicuru.[171]

Entre esses descendentes, houve um seu neto, Luiz de Almeida Cavalcanti, moço que se distinguiu na Academia do Recife por uma inteligência superior. Casou-se com uma filha do Visconde do Rio Branco, obtendo vantajosa colocação no Rio de Janeiro.[172] Morreu, porém, muito moço, bem como a esposa, deixando um

filho, Luiz Cavalcanti, cujo nome vi figurar como auxiliar da missão, na questão do Contestado do Amapá, tratada em Berna por seu tio, o atual Barão do Rio Branco.[173]

Aproveito para fazer uma relação dos filhos de Pedro Ribeiro de Araujo e sua esposa Joanna de Souza Leite: Josepha Ferreira de Britto, Anna Maria da Anunciação, Manoel Alvares Maciel, Maria das Neves, Josefina Maria de São José, Maria Maximiana, Pedro Ribeiro de Araujo. A primeira teve o nome da avó — mãe de Sinharinha. A segunda, minha mãe, chamou-se Anna por ser o nome da tia de meu avô que lhe fizera as vezes de mãe e, nascendo no dia 25 de março, dedicado a Nossa Senhora da Anunciação, tomou este sobrenome. O terceiro teve o nome do avô — pai de Sinharinha. A quarta nasceu no dia consagrado a Nossa Senhora das Neves e por isso teve este nome.[174] Conservo de memória estes nomes por achar estranho os primeiros filhos não terem um só nome dos pais. Minha mãe, a quem fiz esta observação, respondeu-me ser aquilo mui usual no Sertão; no entanto, os afilhados, às vezes, tomavam todo o nome do padrinho.[175] A este respeito contou-me ela um fato que passo a referir porque é um dos que vêm confirmar a benevolência e generosidade do caráter daquele de quem tanto me honra descender.

Teve Pedro Ribeiro ordem do governador para prender um homem do qual se esperava resistência. Foi logo em seguida à prisão do salteador Vicente, que já relatei. Era um fazendeiro que morava distante de meu avô e não era dele conhecido pessoalmente. Acompanhado de homens de sua confiança, Pedro Ribeiro partiu a cumprir a ordem recebida. Ao aproximar-se da fazenda, um sentimento de compaixão apoderou-se de sua alma. A casa vasta e de boa aparência, os terrenos bem tratados inculcavam o proprietário zeloso. Sabia que o homem tinha mulher e filhos.

Que choque terrível receberia esta família, vendo seu chefe ser levado preso para talvez não mais voltar! Mandou fazer o cerco da casa e, quando ia bater à porta, ouviu um grito lancinante. Sem dúvida, a tropa fora apercebida. Em seguida, ouviu choros e palavras confusas. Então, com voz forte para se fazer ouvir, bradou:

— Senhor Fulano (não recordo o nome), nada receie! Sou Pedro Ribeiro de Araujo. Vim prendê-lo, em nome da lei, mas terei as atenções devidas a um homem de sua posição. Peço-lhe que não faça resistência e não será desfeiteado.

Pouco depois a porta abriu-se, e o próprio dono da casa apresentou-se sem armas. Estava muito comovido, mas prontamente serenou-se, ouvindo Pedro Ribeiro falar-lhe com a lealdade e franqueza próprias de seu caráter. Pediu para ir sossegar a família e, voltando, disse que a esposa rogava para que meu avô fosse falar-lhe, não saindo ela por ter, havia poucos dias, tido uma criança. Pedro Ribeiro acompanhou o fazendeiro. Encontrou a pobre esposa banhada em pranto, rodeada dos filhos mais crescidos, que também choravam. Contou ela que, apenas o marido tivera conhecimento de que a casa estava cercada, pegara em uma pistola para matar-se, livrando-se assim do ultraje de uma prisão. Ela agarrara-lhe o braço, dando o grito que meu avô escutara, e felizmente lhe embaraçara a ação. Nisto ouviram as palavras animadoras dirigidas por Pedro Ribeiro, de quem, pela fama, já sabiam quanto era bom e generoso, e ela instara com o marido para confiar-se nele. Pedia que o protegesse, apontando para a prole que a cercava.

— Nada tema minha senhora, disse-lhe Pedro Ribeiro compadecido. Confie em Deus, que seu marido voltará livre. Prometo auxiliá-lo em tudo que estiver ao meu alcance.

Não me recordo qual fosse o crime desse homem. Lembro-me, porém, que meu avô compreendeu que ele era menos criminoso do que vítima da perseguição de um inimigo vingativo. Daí

a algum tempo, o fazendeiro, vestido com decência e montado em bom cavalo, punha-se a caminho ao lado de meu avô que, para lhe tirar toda a aparência de prisioneiro, lhe dera a própria espada, provando assim a confiança que lhe merecia a promessa feita por ele de não tentar evadir-se. Chegando à Capital, Pedro Ribeiro cumpriu a palavra dada. Empenhando o seu prestígio e amizades, conseguiu que em pouco tempo voltasse aquele homem ao seio da família. O menino que encontrou recém-nascido foi seu afilhado e chamou-se Pedro Ribeiro de Araujo.

Nunca devemos nos arrepender de ceder às inspirações momentâneas ditadas pelo coração. Se Pedro Ribeiro não cedesse aos seus generosos instintos, se fosse um desses fanfarrões que, em tais emergências, querem ostentar o seu poder sobre os infelizes que se acham sujeitos à sua autoridade, aquele fazendeiro podia ter-se suicidado; a esposa, no estado melindroso em que se achava, poderia ter morrido ou perdido a razão. Era a ruína total de uma família!

Nas regiões desconhecidas onde habitas há tantos anos, meu venerável avô, terás encontrado a recompensa desta e de outras boas ações de que tua vida foi repleta neste mundo!

Capítulo VII

Era Pedro Ribeiro, dizia minha mãe, muito carinhoso com os filhos. Durante as horas de repouso que levava em casa, sempre os tinha ao pé de si, entretendo-os com histórias amenas ou jocosas em harmonia com a sua idade, de sorte que todos preferiam sua companhia à de Sinharinha, apesar de ser ela boa mãe. Às vezes, porém, precisava mostrar-se um pouco severa para corrigir a demasiada condescendência do marido.

Dessa vida relativamente tranqüila, vieram arrancá-lo os acontecimentos que deram origem à Guerra da Independência, na qual a Bahia teve, como é sabido, tão grande parte e cujo principal teatro foram as campinas de Pirajá. Não tenho em mira historiar a gloriosa campanha que tanto realce deu ao patriotismo dos baianos. Relatarei somente os fatos que minha mãe guardava de memória e em que tomou parte meu avô.[176]

Convocado, como todos os agricultores mais importantes, para uma reunião em casa de Bento Lopes, que, de acordo com os patriotas da Capital, tomara a iniciativa de correr em auxílio da Pátria, foi Pedro Ribeiro um dos mais entusiastas em abraçar aquela causa.[177] Não o deteve a idéia de deixar uma esposa bela e adorada e quatro filhos em tenra idade, além de suas propriedades, já contando com os prejuízos que a sua ausência acarretaria. As lágrimas da esposa adiantada em gravidez, e, portanto, em estado melindroso, não o demoveram da patriótica resolução. Levou-a para Itapicuru, embora mais distante, porque assim fica-

ria menos cuidadoso, deixando-a entregue à atenção de sua mãe, ali residente.

Além do pessoal de sua Companhia, que fazia parte do Batalhão de Bento Lopes, levara Pedro Ribeiro grande contingente de voluntários que se incumbira de angariar entre seus agregados e protegidos, mais ainda homens de posição, seus parentes e amigos.[178] Estes eram numerosos porque, além de Alagoinhas, lugar em que nascera e residira, tinha-os também em Itapicuru, onde se tornara grande fazendeiro, em virtude de seu casamento com a neta do Capitão-mor Luiz de Almeida Maciel. Em Pojuca também, tinha parentes e amigos, dos quais alguns acompanharam-no.[179] Partiram, pois, animados pelo amor da Pátria e bafejados pela esperança.

Recordo o que se deu entre Pedro Ribeiro e uma de suas irmãs, D. Francisca, viúva de D. João de Uzeda e Luna, que tinha um só filho e três filhas solteiras:

— Meu irmão, disse-lhe ela, lembre-se de que Antonio é meu único arrimo e de minhas filhas. Que será de nós se ele faltar?

Ele tornou-lhe:

— E que dirão os seus amigos vendo-me poupar meu sobrinho quando os convido a seguirem-me? Demais, pense na triste figura que fará seu filho, cruzando os braços quando outros, que têm iguais laços a prendê-los, vão oferecer seus serviços à Pátria. Você, que sempre teve uma fé viva e inabalável, entregue seu filho à Mãe de Deus, e ele voltará com vida.

De feito, aquela mãe cristã não viu desmentida a sua confiança em Maria Santíssima.[180]

Fora provisoriamente nomeado ajudante-general do exército brasileiro o Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, por alcunha o *Santinho,* de quem era amicíssimo meu avô, gozando da maior consideração de toda a família do distinto baiano. Não

era ele o primogênito daquela nobre família, havendo, portanto, o morgado passado ao irmão mais velho, conhecido então como Senhor da Torre.[181] Todavia, o *Santinho*, dotado de ânimo generoso, valor e franqueza naturais, sobrepujava o irmão pela popularidade adquirida não somente sobre os que moravam em suas terras, como sobre os que viviam nos vastos domínios de seu irmão, do qual era respeitado, pode-se até dizer que temido. O Senhor da Torre era o perfeito contraste do irmão: pacato, econômico, só tinha o prestígio dado pela riqueza e os privilégios de um sangue ilustre.

Na ocasião em que meu avô foi reunir-se ao *Santinho,*[182] a mãe deste, senhora respeitável e sensata, chamou-o particularmente e disse-lhe:

— Sei que é amigo de meu filho; conhece-lhe o defeito, o gênio assomado que o leva a proceder, às vezes, em desacordo com o seu bom coração. Se o vir afastar-se do caminho do dever, aconselhe-o, e espero que há de atendê-lo, pois conheço a amizade que lhe consagra.[183]

Todos sabem o que foi aquele núcleo de exército formado em Pirajá. Faltava-lhe tudo, menos a boa vontade que vence impossíveis! É verdade que a tropa de linha vinda da Capital era disciplinada e que a antiga Milícia não era, como hoje a Guarda Nacional, uma fantasmagoria. Fazia exercícios militares a que muitas vezes vinham assistir os inspetores da Capital.[184] Todavia, não estava em condições de enfrentar as tropas do General Madeira, aguerridas e engrossadas com os reforços que, de quando em vez, recebiam da Metrópole.[185]

Sitiados na Capital, os lusitanos faziam freqüentes surtidas, julgando assim em breve dispersar aqueles cujo heroísmo não avaliavam. Em todos os recontros saíam batidos, recolhendo-se surpresos e alardeando vantagens que estavam longe de auferir.[186]

Não que aos portugueses faltasse a coragem, de que sempre deram exuberantes provas; mas faltava-lhes o entusiasmo dado por uma boa causa e os anelos da liberdade de há muito despertados no espírito dos brasileiros revoltados pela opressão, na qual os portugueses exorbitaram nos derradeiros tempos coloniais. Assim como os brasileiros tratavam de impedir a entrada de víveres alimentícios, produtos da lavoura, os portugueses não permitiam a de gêneros de armazém para o Recôncavo. Daí as grandes privações experimentadas por sitiantes e sitiados.[187]

Lembro um episódio relatado por meu avô sobre a falta absoluta do sal em Pirajá.[188] A carne, dizia Pedro Ribeiro, era impossível de comer: parecia temperada com açúcar. Alguém revelou que o Senhor da Torre vendia sal por alto preço. O *Santinho* dirigiu-se à casa do irmão levando animais de carga e os competentes condutores.

— Sei que você tem sal e quero para a nossa gente de Pirajá.

— E a como paga? perguntou o Senhor da Torre.

— Pagar-lhe sal para o nosso exército! exclamou o irmão, erguendo-se indignado. Você parece que enlouqueceu ou não me conhece! Mande já encher todas as malas e não me faça mais observações!

Ora, o Senhor da Torre sabia o que era o irmão quando *lhe chegava a mostarda ao nariz*, como vulgarmente se diz. Cumpriu-lhe as ordens sem mais réplicas. Era um tipo bem pronunciado de usurário esse Senhor da Torre!

Entre outras, contava ainda meu avô a seguinte anedota a respeito do Senhor da Torre. Era ele o coronel da Companhia da qual Pedro Ribeiro era capitão-mandante.[189] Teve de vir passar uma revista, e meu avô preveniu oficiais e soldados para fazerem ao Coronel uma continência militar. Esperavam que se apresentasse fardado e com o tratamento a que então davam grande apreço. Chegou ele vestido à paisana e montado em uma

mula magra e manca, não sendo reconhecido senão de muito perto.

— Não o recebemos como devíamos, disse meu avô, porque os soldados que estavam de observação não podiam reconhecê-lo assim à paisana.

— Assim foi melhor, tornou ele sorrindo, nem eu quero receber continência militar. Bem sabe que não sou homem de aparatos, que me incomodam tanto como a farda que raras vezes uso.

Concluída a revista, Pedro Ribeiro chamou o Coronel de parte e, com a liberdade que lhe davam as relações com toda a família do *Santinho*, disse-lhe:

— Como se apresenta você montado nesta mula manca e magra?

— É porque só nela ando a meu gosto, respondeu ele com o ar pachorrento que lhe era peculiar.

— Então porque não a conserva gorda?

— Seria preciso dar-lhe muito milho, e este está caro.

— Ora esta! exclamou Pedro Ribeiro; não o tem porventura de lavra?

— Tenho, é verdade, mas posso vendê-lo, e é o mesmo.

— Valha-nos Deus! exclamou de novo meu avô. Rico como você é, está no caso de fazer semelhantes cálculos?

— Não o sou tanto quanto dizem, meu amigo, e quem não traz sua vida calculada, cedo ou tarde se desapruma.

Não havia meio de arredá-lo de seus hábitos de usura, e era isto que exasperava o irmão. Entretanto, o *Santinho* deu-lhe uma filha em casamento.[190] Quando participou a meu avô, este disse-lhe:

— Como dá a sua filha, uma menina interessante, a um velho jarreta e usurário, como você mesmo qualifica seu irmão?

— Meu amigo, respondeu-lhe o Santinho, é preciso cuidar do futuro da família. Há pouco tempo, lançando eu em rosto a

meu irmão a sua usura, disse-lhe: "Que vales tu?" "Valho quatorze milhões de cruzados que tenho em dinheiro", respondeu-me ele.

Assim é o mundo! Ainda aqueles que ostentam não se curvar ao poder do ouro acabam por dobrar a cerviz ante esta potência dominadora. Todavia, não tinha o Senhor da Torre defeitos que pudessem acarretar desdouro ou infâmia sobre a sua nobre estirpe, e hoje alguns de seus descendentes estão bem colocados, entre outros um que conheço pessoalmente e aprecio pelo seu notável talento e belas qualidades pessoais: o Dr. Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque.[191]

Era o exército de vez em quando alarmado com a notícia de tentativa de desembarque dos portugueses em algum ponto indefeso das costas. Soube-se que iam desembarcar nas praias de Subaúma.[192] Foram enviados a impedir-lhes o desembarque Pedro Ribeiro e D. Francisco de Bittencourt Sá e Aragão. Este era o avô de meu marido.[193] Ao partirem, disse D. Francisco a meu avô:

— Mandaram-nos porque somos velhos e entendem que com nossa morte pouco se perde.

Disse-o por troça, visto que era de provada valentia e tinha, como Pedro Ribeiro, aceitado a incumbência com satisfação. Partiram sem víveres, de que havia escassez no acampamento. Contavam com a boa vontade dos proprietários rurais. De feito, em todos os engenhos e fazendas onde passavam recebiam o melhor agasalho de todos e abundantes víveres para a tropa. A idéia patriótica que vivificava o exército de Pirajá animava toda a população. Mas, como muitas vezes sucede neste mundo, veio uma nota dissonante quebrar essa harmonia grandiosa. Passando no engenho de um proprietário abastado, os dois oficiais a ele se dirigiram. Ocultou-se o homem, e a mulher, que governava de modo absoluto, não só a propriedade, mas também o marido, negou-se

a dar o agasalho pedido. Havia um grande coqueiral. Os soldados estavam com fome. Meu avô disse-lhes:

—Tirem cocos para matarem a fome até que demos providências.

Com tal permissão, façam idéia do que fizeram os soldados. O chão ficou alastrado de cocos, com que avidamente saciaram a fome e a sede. A tal vista, esquecendo o decoro de senhora, a megera enfurecida apresentou-se na varanda e em altos brados vituperava os soldados, ameaçando-os com uma espingarda. Estes respondiam-lhe com estrondosas gargalhadas. Então os capitães das Companhias mandaram prender o pobre marido, que assim pagou a culpa daquela de quem não soubera fazer-se respeitar. Cuidavam que ela se apresentasse a fazer bravatas; pelo contrário, escondeu-se.

Quando iam partir com o prisioneiro, apresentou-se o genro, acompanhado da esposa. Era esta senhora o perfeito contraste de sua mãe. Bela, amável e delicada, tanto fez, auxiliada pelo marido, digno dela, que todos perdoaram a ofensa recebida, dando a liberdade ao esposo pusilânime daquela hiena humanizada. Reses foram logo abatidas e fornecido tudo o mais necessário para abundante refeição da soldadesca; os oficiais, aceitando o convite do genro do ex-prisioneiro, foram à sua casa, que era próxima, onde lhes foi servido lauto banquete, voltando satisfeitos com as atenções recebidas da parte daquele cavalheiro e de sua digna consorte. Chegando às praias de Subaúma, nada encontraram: fora falsa a notícia. Após alguns dias de descanso, voltaram a Pirajá.

Chegou o dia 8 de novembro em que se deu o mais encarniçado combate nos campos de Pirajá, chamado vulgarmente a *Guerra Grande*.[194]

O General Madeira, tendo recebido reforço de tropas de Portugal, enviou uma força considerável com o intuito de esmagar o

exército por ele julgado muito abaixo do que realmente era, não contando tampouco com o entusiasmo que exalta os que pugnam por uma boa causa. O aviso da aproximação dos lusitanos não chegou com a necessária antecedência, tanto que houve confusão na saída do exército brasileiro.

Isto faz-me lembrar uma circunstância que mostra quanto o Major Pedro Ribeiro era religioso. Em todos os recontros em que se tinha achado, fazia todos de sua Companhia rezarem uma Ave-Maria antes de começar a ação. Nunca perdera um soldado. Naquela ocasião, no atropelo da saída, fora-lhe impossível fazê-lo. Ele próprio tentara orar, mentalmente; mas via-se obrigado a interromper-se para dar ordens, dispor a tropa como era imprescindível. Perdeu alguns soldados.

O primeiro choque dos dois exércitos foi terrível, sem vantagem para qualquer das partes. Todos sabem a importância que tinha a cavalaria nas antigas guerras, e aquela comandada por um homem intrépido como Pedro Ribeiro fez prodígios de valor.[195] O combate já durava cinco horas sob um sol ardente quando receberam os portugueses novo reforço. Já haviam tido um outro. A derrota dos baianos era quase certa; estavam todos, porém, resolvidos a vender caro as vidas. O Coronel Falcão, forçado pela responsabilidade do cargo, ordenou um movimento de recuo sem dar as costas ao inimigo, para ganhar uma posição favorável e não ver perecer todo o exército. Deu ordem ao corneta para tocar a voz própria. Este tocou *Avançar cavalaria, degolar!*

— Aquele som foi o sopro do furacão, dizia Pedro Ribeiro. Sendo especialmente dirigido a mim e aos meus companheiros, partimos como loucos furiosos; todo o exército obedeceu ao mesmo impulso. Em vista do inesperado arrojo, cuidaram os lusitanos ter vindo grande reforço de cavalaria e fugiram desastradamente, sendo perseguidos com empenho até se recolherem à Capital.[196]

Meu avô, crente fervoroso, atribuía aquele engano a um mandato providencial em favor de uma boa causa, e creio que foi essa a opinião geral. O corneta era português, embora unido aos brasileiros pelas necessidades da vida ou por despeito com seus superiores; num transe decisivo, não quereria a perda dos seus e, como homem humilde, não ousaria iludir a ordem do chefe.[197] Após a debandada dos portugueses, os principais oficiais brasileiros apertaram-se calorosamente as mãos por tão inesperada vitória. Foi aí que um oficial pernambucano improvisou um soneto, cujo segundo quarteto era um elogio a meu avô e tudo o mais uma diatribe contra os portugueses. Foi ainda no ardor daquele entusiasmo que planejaram a entrada na Bahia com armas na mão. Combinaram até em quais pontos podiam atacar a Capital.

— Do mais perigoso, encarrego-me eu, disse Pedro Ribeiro.

Foi ainda ele designado para falar a Labatut. Bem se vê que meu avô foi um vulto de destaque nessa campanha e que minha mãe tinha razão de se admirar não encontrando seu nome nas *Memórias* de Accioli.[198]

Sobre a perda dos portugueses há diversidade nas opiniões. Labatut declarou ser de trezentos homens. Alguns dizem que houve exageração. Meu avô dizia que não, porque vira o campo coberto de cadáveres, e fora pequena a perda dos brasileiros. Não me recordo do número. O Madeira dissera só ter perdido oitenta homens, mas era costumado, acrescentava Pedro Ribeiro, a esconder suas perdas, sem dúvida para não desanimar os seus.[199] Estes números parecerão ridículos a quem ler a narração das atuais batalhas em que se contam por milheiros os mortos. Deve-se, porém, ter em vista não haver então os aperfeiçoados maquinismos de dar a morte, fabricados em uma época em que tanto se fala da paz universal... Demais, os brasileiros não estavam habituados a ver esta carnificina em alta escala que se chama *guerra*, permitida entre os povos civilizados e que, talvez, infelizmente, ainda per-

dure por muito tempo. Dizia meu avô que lhe causara penosíssima impressão a vista do campo juncado de cadáveres e admirara-se de haver lido, em descrições de batalhas, a satisfação do vencedor diante da derrota do vencido.

Desejei dar sobre o combate de Pirajá mais amplas notícias em razão do que foi publicado, não há muito tempo, a respeito deste episódio, que deve ser considerado por todos de grande alcance. Apareceu em um jornal de Pernambuco um artigo, transcrito pelo nosso *Jornal de Notícias*, dizendo que o exército de Pirajá correra em debandada, sendo o combate sustentado pelo batalhão de pernambucanos, mandado em auxílio do exército de Pirajá.[200]

Ora, isto revoltou meu velho tio, o Conselheiro Pedro Ribeiro, que ergueu um protesto naquele jornal contra tamanha inverdade, prometendo um documento. Era este uma carta de Labatut a meu avô na qual falava da bravura dele e de outros baianos naquela batalha. Também eu enviei para o *Jornal de Notícias* um artigo narrando o que me fora relatado por minha mãe e no qual dizia que esperava a carta prometida por meu tio. Esta carta, porém, disse-me ele depois, debalde a procurou no *mare magnum* de seus velhos papéis. Mui provavelmente já estaria perdida.[201] Naquele mesmo artigo relato a morte heróica do Capitão Cypriano de Siqueira que, depois de ferido no braço direito, sendo advertido para se retirar, respondera:

— Ainda posso prestar serviços.

Com a mão esquerda, até ajudou a carregar a peça. Depois, mortalmente ferido no peito, ao colocarem-no na padiola, ainda exortava os companheiros a prosseguirem na campanha até verem realizada a Independência da Pátria. O Tenente Jacome também patenteou muita bravura, sucumbindo vítima de arrojo imprudente.[202]

Tentei, então, obter as *Memórias* de Accioli, a ver se colhia alguma coisa que corroborasse minhas convicções sobre a bravura dos baianos e auxiliasse também minha memória. Não me foi possível. A que existia na Biblioteca Pública, diziam haver sido tomada por pessoa que não a quisera restituir. No meu íntimo, censurei este baiano que tirava aos seus patrícios os meios de instruir-se na história pátria; hoje, porém, acredito ter ele nos feito um bem. O calamitoso bombardeio de 1912 destruiu totalmente a grande biblioteca fundada pelo Conde dos Arcos, e as *Memórias da Bahia*, nas mãos de quem se acham, podem ainda instruir algum baiano.[203]

Ó irrisão da sorte! Um português, no tempo em que os filhos da Metrópole já eram olhados como opressores, enriqueceu nossa terra com aquela preciosa biblioteca; um filho da Bahia, o Sr. Seabra, para realizar seus sonhos de ambição, fez bombardear sua cidade natal, patrocinado por um brasileiro, o Marechal Hermes, que, para opróbio de sua classe, não hesitou em consentir no bombardeamento de uma cidade inerme, causando a morte a muitos cidadãos prestantes, destruindo valiosos edifícios e uma biblioteca de valor inestimável. E tudo isso só para satisfação de seu capricho ou para provar a prepotência da espada e do canhão, isso em pleno século XX! Desgraçado Brasil! Perdoem-me esse brado de indignação que, involuntariamente, se me escapou diante de tantas misérias e abominações!

Encontrando-me depois com meu tio, muito sentido de não haver achado a carta de Labatut, mostrou-me ele uma parte enviada por meu avô ao *Santinho*, documento que lhe fora oferecido pelo Dr. Antonio Pires e que tratava de um combate em Plataforma.[204] Mostrou-me também um ofício de Labatut a meu avô, do qual tratarei em lugar oportuno, e a cópia de um soneto de que minha mãe me falara, ao qual já me referi e do qual citei um quarteto no meu artigo publicado no *Jornal de Notícias*. Fora-lhe

dado este soneto, há muito tempo, por um velho fazendeiro de Itapicuru, José Ignacio da Silva, conceituado proprietário da Fazenda Mosquete, que estivera em Pirajá com meu avô.

No fim do soneto, lia-se: "Feito por um pernambucano depois da Guerra Grande". Eis o referido soneto:

Carneiros infernais, vil marotada!
Agora é que os briosos brasileiros
Mostrarão, aos lanígeros carneiros,
O intrépido valor da cabralhada!
Temei do grão Ribeiro a forte espada
E de seus alentados companheiros;
Temei os seus soldados mais guerreiros
Que a tropa de Ulisses afamada.
Temei-vos das marradas e das pontas
Dos bodes com razão enfurecidos
Cujas armas cortantes estão prontas.
Congregai muito embora mil partidos,
Que, depois de ajustadas nossas contas,
Pelos bodes sereis daqui tangidos!

Naquela época de rivalidade entre brasileiros e portugueses, chamavam estes *bodes* e *cabras* aos nascidos no Brasil, sem dúvida aludindo aos mestiços que formavam grande parte da população, e aqueles, em retribuição, chamavam aos portugueses *carneiros*. A inimizade era tanta que vi, em outra ocasião, um ofício, não me recordo se de Labatut ou do *Santinho*, em que, referindo-se ao General Madeira, qualificava-o de salteador. Na parte que meu avô enviou ao Santinho, também chama os portugueses *ladrões*. Muito tempo depois da Independência, ainda subsistia essa odiosidade entre duas Nações que, sob todos os pontos de vista, se podem considerar irmãs.

Voltemos, porém, ao assunto. Ora, bem se vê que, se os baianos debandassem covardemente, um pernambucano não celebraria o valor do exército sem restrição e particularmente o de um oficial baiano, Pedro Ribeiro. Assim, desejou meu tio que fosse eu de novo à imprensa, transcrevendo o soneto e fazendo esse arrazoado. Eu, porém, recusei-me, conhecendo que tais questões em nada interessam o público da nossa terra, só preocupado com a politicagem, tanto mais quando já não existia o veterano que lhe dera o soneto, e que poderia fornecer alguns esclarecimentos como testemunha ocular que fora. Só voltaria ao jornal se fosse encontrada a carta de Labatut como prova concludente da inverdade do articulista pernambucano, que poderíamos guardar para, em qualquer tempo, dar um desmentido formal a quem pretendesse empanar nossas glórias, ou então se encontrasse, nas *Memórias históricas da Bahia*, provas também irrefragáveis.

Na mesma ocasião, relatou-me porém meu tio uma circunstância que, ou minha mãe esqueceu-se de referir, ou me escapou da memória por não lhe prestar a devida atenção, como criança que então era. Foi que, na *Guerra Grande*, um oficial de uma companhia da tropa de linha fugira quando mais renhido andava o combate e alguns soldados o imitaram; que os oficiais que se achavam mais próximos deram ordem à sua gente de fazer fogo sobre todos que os seguissem, ameaça que não chegou a se executar, porque cessou a deserção.

Ora, a covardia de um oficial não pode abranger a totalidade do exército baiano, porque mui provavelmente os soldados não merecem tal censura: vendo o seu superior fugir, entenderam que tudo estava perdido e obedeceram ao instinto que ditou o *salve-se quem puder.* Quando escrevia em defesa dos meus conterrâneos, ignorava essas circunstâncias que hoje relato em descargo de consciência e creio que talvez dessem lugar à fanfarronada do articulista pernambucano.[205]

Quanto aos proprietários do Recôncavo que, desprezando seus interesses, ofereceram voluntariamente seu braço ao serviço da Pátria, dizia meu tio que foram todos de uma coragem inexcedível.[206] Entre a gente do povo, distinguiram-se os soldados da Torre, chamados os *Ceroulas da Torre*, porque eram tão pobres que se apresentavam no campo de batalha vestidos de ceroula e camisa de algodão.[207] Quando algum era determinado para guardar os quartéis e por isso privado de combater, ficava furioso, patenteando rudemente sua contrariedade.

Volto agora às reminiscências transmitidas por minha mãe. Depois da fuga dos portugueses, que ocorreu às duas ou três horas da tarde, Pedro Ribeiro e outros oficiais foram dar ordens para o enterramento dos cadáveres, mandando abrir para isso algumas valas. Estava ele fatigadíssimo porque o combate se dera durante a maior intensidade do calor. Avistou uma vendola onde os soldados tomavam aguardente. Para lá se dirigiu com o intuito de pedir água, porque sentia grande sede. O dono da vendola, desejoso de obsequiá-lo, disse:

— Meu senhor, dê licença que lhe ofereça um cálice de genebra? Decerto está suado, e a água pode lhe fazer mal.

Meu avô não usava, absolutamente, de bebidas alcóolicas e só aceitou água. Ao voltar ao acampamento, sentiu frio, mal-estar, e viu logo ter sido atingido do terrível mal endêmico em Pirajá — as sezões.[208] Contudo, julgou não ser grave o mal. Os acessos não eram fortes e se apresentavam muito espaçados. Entendeu que cederiam à medicina caseira ou à atrasadíssima arte médica que então possuíamos em nossa terra.

Labatut, que estava aquartelado no Engenho Velho, não tardou em vir ter a Pirajá. Pedro Ribeiro, a quem, como já disse, o General testemunhava particular consideração, foi, combinado com seus companheiros, propor-lhe a entrada na cidade. Ponde-

rou-lhe que os lusitanos deviam estar desanimados com a inesperada derrota. Conheciam diversos pontos onde poderiam penetrar com probabilidade de feliz êxito. E acrescentou:

— Já declarei a meus companheiros que, do ponto mais arriscado, me encarrego eu.

Sacudindo a cabeça, disse Labatut:

— Seu conselho é bom, mas não o tomo...

— Não compreendo! replicou o Major.

— Não tomo, porque conto fazer melhor. Espero a Armada do Senhor Dom Pedro para o bloqueio da cidade. Apertados por mar e por terra, os lusitanos serão por nós mandados para Portugal de calça e carapuça...

— E se eles antes fugirem com todas as riquezas da Bahia?

— Não! Tal não sucederá, tornou Labatut de modo a fechar a porta ao assunto.

Parece que o Major foi profeta.[209]

Seria bom o alvitre dos oficiais baianos ou antes uma temeridade, que Labatut, mais experimentado na arte da guerra, procurou evitar? Pelo menos evitou-se o derramamento de sangue, sempre repugnante perante a razão. As paixões, porém, que predominavam no ânimo dos baianos, faziam-nos desejar a entrada à mão armada, porque só assim considerar-se-iam vingados das injúrias recebidas dos portugueses. A recusa do General causou grande descontentamento, principalmente nos voluntários do Recôncavo. Entretanto, Labatut distinguiu os que se portaram com bravura, fazendo muitas promoções. Não foi meu avô promovido nessa ocasião porque, poucos dias antes, ele, que era capitão, fora promovido a major.[210]

Deu-se depois o levante dos pretos africanos que, sendo destroçados, se entregaram.[211] Pedro Ribeiro ainda desta vez animou-se a falar a Labatut em favor dos escravos. Ele respondeu-lhe:

— É preciso um exemplo!

Estava eu justamente escrevendo este episódio quando me chegou às mãos o *Jornal de Notícias* de 28 de julho de 1913, que tratava deste assunto.[212] Dizia o jornal ter sido Labatut bravo e disciplinador, mas de um rigor que tocava a desumanidade. Filiado à escola do Conde de Lippe e apreciador das proezas de Frederico II da Prússia, Labatut mandava fuzilar, sob qualquer pretexto, não só militares como paisanos. Pobres escravos, somente porque pertenciam a portugueses, foram vítimas dessas atrocidades, havendo apenas alguma benevolência com as escravas, que só eram surradas.

Triste benevolência! As chamadas surras de então eram mais terríveis do que a morte! Além disso, há inverdade neste trecho. As escravas foram igualmente fuziladas, e não podia haver engano nas reminiscências conservadas por minha mãe, em vista de uma circunstância também por ela narrada: quando os africanos se entregaram, alguns oficiais, conhecendo haver entre eles escravas que pareciam ser do serviço doméstico, tomaram algumas para servirem nos quartéis até a vinda de Labatut. Meu avô tomou duas raparigas muito jeitosas para esses trabalhos. Chegando o General, todos remeteram-nas à sua presença; mas um sobrinho de meu avô disse-lhe:

— Não seria melhor ficarmos com estas raparigas? Depois da guerra, procuraríamos seus senhores. Quem sabe se Labatut não mandará fuzilar todos os negros?

— Não é possível, tornou-lhe Pedro Ribeiro. Demais, não temos direito algum sobre essas escravas.

E mandou-as entregar. Quando recebeu a resposta negativa ao seu pedido de clemência, dizia que se arrependera de seu escrúpulo. Labatut mandou postar todos os negros em fileira e disparar uma peça de artilharia. Os infelizes se abaixaram tão prontamente que a bala passou por cima. Ele então ordenou que cada soldado fizesse fogo em um! Meu avô deu-se por doente, que realmente

estava, e não assistiu a esta cena odiosa que os companheiros relataram-lhe, mas dizia ter ficado durante muitos dias impressionado, sempre representando-se-lhe na imaginação as raparigas que poderia ter salvo se não fosse tão escrupuloso...[213]

Creio que vi em uma *História do Brasil* aquela mesma inverdade. Talvez algum apologista de Labatut quisesse minorar-lhe a crueldade. Assim passam muitas mentiras por verdades históricas.[214] Não sei se nesta mesma ocasião, foi pegado um negro que fugira depois de prisioneiro, e entregaram-no ao General. Este, ou porque estava saciado de sangue, ou para contentar meu avô que suspeitava estar sentido com a recusa ao pedido em favor dos negros, disse-lhe:

— Tome este escravo para si.

Pedro Ribeiro aceitou para salvar a vida ao preto, dizendo consigo:

— Tu não me podes dar o que não é teu.

Minha mãe ainda se recordava deste preto. Era da cidade e disse que seu senhor não era mau; que fugira por influência dos companheiros e estava muito arrependido. Passada a guerra, meu avô remeteu-o ao senhor com uma carta apadrinhando-o, isto é, pedindo para perdoar-lhe os castigos.[215]

No mesmo artigo do referido *Jornal de Notícias*, vi uma censura, feita a Labatut, que julgo injusta. Dizia-se ali que ele mandara fuzilar os africanos para dar prejuízo aos portugueses.[216] Ora, é natural que esses escravos não pertencessem só a portugueses: os brasileiros eram igualmente proprietários de escravos, e o General não poupou escravo algum. Demais, vi um ofício de Labatut a meu avô que prova o contrário. Este ofício, guardado por meu tio, o Conselheiro Pedro Ribeiro, recomendava que não fossem maltratados, pelos soldados ou pelo povo, os portugueses que se viessem acolher entre os brasileiros; que lhes seria dada a quantia de trinta mil réis para se estabelecerem. Igual recomendação foi

feita a todos os oficiais. Essa quantia, hoje mesquinha, não o era então.[217]

Lia-se também no artigo que Labatut entrou na igreja onde se achava o cadáver de Felisberto Gomes, assassinado, e depois de orar disse:

— Quiseste-me matar, Felisberto; entretanto, estás aí e eu ainda me conservo aqui. A terra te seja leve.[218]

Vê-se que o perdão de Labatut não era lá muito cristão: depois de lembrar a ofensa, parecia se comprazer com o castigo do ofensor. Quanto à prisão do General e outras coisas daquela época, relata-as o artigo como qualquer História do Brasil que tenho lido, e não posso acrescentar nenhuma particularidade, porque meu avô não as presenciou.

Tratarei agora de um episódio por mim relatado em um dos meus romances, *Helena*, escrito há algum tempo.[219]

Fora aprisionado um português de nome João Antonio da Fonseca, vindo da cidade e denunciado como espião por pessoa que não merecia grande crédito, não apresentando evidentes provas. O General *Santinho*, de gênio exaltado e, como todos os brasileiros, de ânimo por demais exacerbado contra os lusitanos, não procedeu às necessárias averiguações e deu ordem para ser o português fuzilado. Surpreendido Pedro Ribeiro com tal nova, foi ter com o General. Autorizado pela amizade e com a franqueza que lhe era peculiar, manifestou-lhe a sua desaprovação. Contra o que esperava, mais irritou-se o *Santinho*, dizendo-lhe de um modo brusco que se apresentasse com sua companhia para assistir à execução.

— Minha companhia pode ir, tornou Pedro Ribeiro, eu, porém, não presenciarei um ato que reprovo. Se isto lhe desagrada, retiro-me para minha casa: vim de livre vontade e não há quem me obrigue a ficar aqui.

E saiu, deixando o General pálido de cólera. Continha-o, porém, ainda a estima que dedicava ao seu velho amigo. Poucos passos adiante, Pedro Ribeiro encontrou o Major Alcovia, que lhe perguntou:[220]

— Esteve com o General? Falou-lhe sobre João Antonio?

— Falei-lhe em favor desse infeliz, mas nada consegui. Será fuzilado!

— Que horror! exclamou Alcovia. Como se mata um homem sem provas reais de culpabilidade?

— Admiro vê-lo falar assim, Alcovia, quando sei que é inimigo figadal desse português.

— Sou inimigo dele, é verdade, tornou o bravo oficial, mas isso não obsta a que me revolte vendo tão grande injustiça. Pedro Ribeiro, vamos ainda tentar salvá-lo?

Um plano foi combinado entre os dois amigos que depois separaram-se. Chegada a hora em que devia representar-se o cruel drama, conduziram o português para o local designado. O pobre homem vinha mais morto do que vivo. Pacato homem de negócio, nunca imaginara acabar daquele modo e faltava-lhe o orgulho que leva alguns padecentes a afrontarem o suplício com desassombro e intrepidez. O General compareceu e, dirigindo-se aos oficiais e soldados, disse:

— Valentes oficiais e camaradas! O que merece um lusitano que, a mandado do salteador Madeira, penetra em nossos arraiais para espionar-nos com o fim de malograr a santa causa que defendem os bravos de Pirajá?

— A morte! A morte! bradaram todos.

Depois, abaixando as armas, bradaram de novo:

— Perdão! Perdão para o delinqüente!

O *Santinho*, em cujo bom coração já despontara de certo a compaixão, respondeu comovido:

— Quando tão bons soldados pedem, que poderei recusar-

lhes? Entretanto, não posso conceder completo perdão. Acima de minha vontade, está o cumprimento do meu dever. Seja este homem recolhido ao quartel até que possa provar sua inocência.

O Major Alcovia correu prazenteiro a dar conta do bom resultado a meu avô que, segundo o que dissera ao General, não o pudera presenciar. Os dois homens abraçaram-se, tendo Alcovia lágrimas nos olhos. Quem conheceu o ódio que os brasileiros votavam aos lusitanos pode avaliar os esforços feitos pelos dois generosos oficiais para conseguir que aqueles homens, muitos dos quais rudes e ferozes, pedissem o perdão para um português. Meu avô disse ao Alcovia:

— Major, sempre o tive na conta de um bravo oficial, mas hoje o considero o mais generoso dos homens. Vi-o até humilhar-se perante seus inferiores para salvar a vida a um inimigo. Isto é grande, é sublime!

O prisioneiro mandou, no dia seguinte, chamar Pedro Ribeiro e disse-lhe:

— Senhor Major, complete a boa ação que hoje fez continuando a proteger-me. Peça ao General que me remeta para Itapicuru, onde sou muito conhecido e conto com um grande protetor, o Capitão-mor João Dantas, cuja esposa despende comigo tantos obséquios que eu a trato por minha mãe. Lá acharei seguramente provas de minha inocência, porque todos sabem que me dirijo para ali a fazer cobranças de numerosos débitos que tenho.

Meu avô não lhe prometeu definitivamente em virtude da situação em que se achava com o General, mas disse-lhe que responderia depois. Em seguida, dirigiu-se ao quartel-general. O *Santinho* achava-se um pouco corrido do seu procedimento anterior, porque a nobreza de seu caráter não se coadunava com o mal-entendido do orgulho que leva alguns homens, embora em luta com a própria consciência, a sustentarem uma ação má, praticada

irrefletidamente. Pedro Ribeiro, porém, estava visivelmente ressentido:

— Senhor, disse, venho pedir-lhe a minha exoneração.

— A sua exoneração! repetiu o General. Deus nos livre de tal, Major. Seria privar-nos de um dos nossos mais valentes companheiros.

— Pouco importa, replicou meu avô, não faltam valentes braços para defender a Pátria.

— Mas o seu é um dos melhores. Demais, será um funesto exemplo que nunca deverá partir de um dos mais dedicados à nossa santa causa.

— General, todo sacrifício humano tem um limite, e eu avaliei minhas forças: persisto em pedir a minha demissão.

— Seja franco, Major, diga que está ressentido. Desatendi aos seus conselhos, dos quais reconheço hoje a prudência. Mas que quer? No primeiro impulso de indignação contra um espia, entendi que o meu encargo de chefe me impunha a severidade. Arrisqueime a cometer uma injustiça porque reconheço que as provas não eram suficientes, e procederei daqui em diante com prudência. Demais, continuou ele sorrindo, não cumpriu o seu intento? Em tudo aquilo andou o seu dedo: não me engano...

— Mas isso não provaria o meu crédito junto à sua pessoa, replicou Pedro Ribeiro, também sorrindo, e retiro-me porque não quero presenciar atos que me levem a faltar ao respeito que devo a meus superiores.

O General, assumindo um ar solene, disse:

— Quando tomamos a resolução de reunir-nos para libertar a Pátria do domínio estrangeiro, uma aflita mãe dirigiu-se a um velho amigo de sua família, dizendo-lhe: "Senhor, entrego-lhe meu filho. Ele vai ocupar um lugar de grande responsabilidade; ainda é moço e talvez lhe faltem a prudência e a reflexão tão necessárias a um tal cargo. Recomendo-o, pois, a seus conselhos, que

ele atenderá como se fossem de seu próprio pai." Agora pergunto-lhe eu: este homem faltará ao pedido dessa mãe aflita, que tanto confiou em sua amizade?

— E quem primeiro faltou, General? replicou o Major, já um pouco abalado.

— Confesso que fui eu. Mas qual o amigo que não desculpa uma primeira falta? Prometo, daqui em diante, coisa alguma fazer sem consultá-lo, e sabe que pode crer em minha palavra. Se faltar a este compromisso, pode retirar-se.

— Pois bem, ficarei, respondeu o Major, apertando a mão que o General lhe estendia, e para pô-lo à prova vou fazer-lhe um pedido. João Antonio, suspeitando que eu me interessava por ele, mandou-me chamar há pouco e disse: "Senhor, quem começa um benefício deve terminá-lo. Sei que goza da estima do General; peça-lhe que me remeta para Itapicuru até que possa provar minha inocência. Tenho ali um poderoso protetor e conto mais depressa obter a minha liberdade." Como deve supor, recusei-me a fazer esse pedido; porém, em vista do que acaba de passar-se entre nós, julgo-me com direito de fazê-lo: enganar-me-ei?

— Não, Major, e agora mesmo vou dar ordem para que o seu protegido vá para onde deseja.

— Obrigado, General, tornou o Major inteiramente apaziguado.

No romance *Helena*, relatei o episódio que se segue, suprimindo, porém, seu triste desenlace. Podia existir alguém em Itapicuru que o conhecesse, e eu não queria ferir pessoas respeitáveis que culpa alguma tinham de atos de um de seus antepassados. De fato, um homem daquela localidade, lendo o meu romance, perguntou-me se eu não conhecia o nome de quem provocou o fim trágico do português João Antonio. Respondi-lhe que sim, declarando-lhe os motivos que me levaram a omiti-lo.

— Sabe também, perguntou-me o mesmo homem, que o cavalo em que João Antonio montou para ir ao campo ser fuzilado fora por ele dado de presente a João Dantas?

Parece que, por cúmulo de cinismo, emprestou-o ao infeliz por ele arrastado ao suplício. Em um escrito destinado somente à minha família, posso relatar o trágico episódio fielmente, como se passou. Foi o português, como desejava, remetido a João Dantas, e este incumbido de guardá-lo e entrar em averiguações, a ver se era ele inocente ou culpado. O pobre homem declarou-lhe que o seu único fim era receber os valores de que era credor, sem dúvida com o intuito de voltar à Pátria, idéia que já lavrava no ânimo de grande parte dos lusitanos. Ora, o principal devedor de João Antonio era o mesmo João Dantas, a quem sobravam recursos para satisfazer seu débito. Mostrou, pois, aceder ao desejo do português de liquidar com brevidade suas contas para que, provada sua inocência, pudesse voltar quanto antes à Capital.

Entretanto foi o pérfido protetor cuidando em arranjar falsas testemunhas de como era João Antonio enviado pelo General Madeira, e, logo que chegou Labatut, todos os papéis contendo as forjadas provas da culpabilidade do português foram-lhe remetidas. Ora, Labatut não era avaro em dar sentenças de morte.[221] Mandou, pois, que fosse João Antonio imediatamente fuzilado, mesmo em Itapicuru. Sendo-lhe oferecida a confissão, respondeu:

— Confessar-me como, se morro desesperado, deixando minha filha desamparada, perdendo a maior parte do que possuo, porque meus papéis sei que serão destruídos por aquele que se dizia o meu melhor amigo e atraiçoa-me tão indignamente?

Triste irrisão da sorte! Um inimigo de João Antonio salvou-lhe a vida. Um amigo, a cuja proteção se acolhera, arrastou-o ao suplício! O povo de Itapicuru conservou por muito tempo a memória deste acontecimento. Entretanto vi, há pouco tempo, em uma gazeta, uma referência a João Dantas, considerando-o um

dos beneméritos da Pátria na Guerra da Independência! Todavia ele não deixou sua casa e fazenda como fizeram tantos outros, indo arriscar a vida nos campos de Pirajá! Seria tal serviço a denúncia infame contra aquele de quem se dizia amigo e que se entregara à sua proteção?[222]

Em um trecho das *Memórias da Bahia* já citadas, tratando do fuzilamento dos africanos ordenado por Labatut, é dito: "Este ato de severidade, ditado pela urgência das circunstâncias, não mereceu a menor censura dos que estavam ao fato da necessidade de um castigo exemplar, que evitasse o desenvolvimento da total insurreição da escravatura em tão crítico momento; mas não aconteceu assim com a morte de João Antonio da Fonseca, a quem o mesmo Labatut, por ofício dirigido no dia 23 ao Coronel Ignacio Dantas dos Reis Portatil [filho de João Dantas], mandou fuzilar pelo motivo de ser espia do General Madeira, quando semelhante imputação era apenas filha do ódio que a este infeliz consagrava um dos seus perseguidores [não declina o nome], pessoa de grande influência na Vila de Itapicuru."[223]

E assim se faz a História! Por isso disse com razão alguém: "Nada há mais mentiroso do que a História."

Tratarei agora da vinda de Labatut, que a história apresenta como de grande utilidade para o movimento revolucionário da Bahia. Pedro Ribeiro não o entendia assim, ainda que apresentasse esta opinião com alguma reserva, porque não queria ser ingrato com aquele que sempre o tratara com particular distinção. Dizia que o General fora algum tempo não querido, mas suportado, pela simpatia, pode-se dizer adoração, que cercava D. Pedro, o Príncipe que preferira o Brasil ao seu torrão natal, pequeno porém glorioso Portugal onde tiveram seu trono tantos de seus antepassados.

Já na viagem de Labatut para a Bahia, houve um princípio de conspiração que, felizmente, abortou.[224] Elogiam-no como dis-

ciplinador, dizendo que no exército havia grandes indícios de insubordinação. Nada disso confirmava Pedro Ribeiro.

— Se Labatut, dizia ele, fosse homem de altos dotes pessoais, talvez esse descontentamento, provavelmente devido ao ciúme de alguns, vendo um estrangeiro ocupar um cargo para o qual se julgavam com direito e habilitações, fosse se apagando; tanto mais quando o aureolava o prestígio de haver sido oficial de Napoleão.[225]

Alguns, quando conheceram a vulgaridade de seus modos, diziam: "Isto nunca foi oficial; foi algum soldado raso de Napoleão."

Quando Labatut apresentou-se em Pirajá, causou má impressão: a testa muito estreita, nenhum traço de distinção. Não tinha o ar imponente que se espera encontrar nos grandes homens, principalmente nos guerreiros. Tinha em uma das orelhas um brinco de ouro. Um oficial — decerto um ingênuo ou adulador — teve a lembrança de dizer aos companheiros:

— Devemos furar a orelha para usar brinco como o General e vamos cotizar-nos para lhe oferecer um rico brinco de brilhantes!

Outro mais avisado perguntou:

— Já viram algum europeu distinto usar brinco na orelha? Isto é só próprio de marinheiros ou gente da plebe.

E felizmente a idéia não vingou. Foram mostrar o acampamento a Labatut, indicando-lhe os pontos em que havia mais probabilidade de serem atacados pelos lusitanos. Ouviram-se uns tiros remotos. O General deu de rédea ao cavalo declarando que ali não ficaria, apesar de estar cercado de oficiais que lhe afirmaram não haver o menor perigo. Ele, porém, não esteve pelos autos e correu até o quartel. Os soldados que o viam passar riam à socapa, comentando o fato, que produziu péssima impressão, porque é sabido o quanto a coragem estóica se impõe às multidões.

Os atos de rigor que exerceu não podiam senão revoltar os brasileiros, de índole naturalmente compassiva, como têm por demais provado em todos os tempos. Entretanto, Pedro Ribeiro

fazia justiça a Labatut, confessando que ele distinguia os que praticavam atos de bravura e fazia largos donativos às mulheres dos soldados mortos nos combates. Não estando na altura em que alguns o querem colocar, não deixou de prestar valiosos serviços ao Brasil e nunca deveria sofrer as afrontas que lhe infligiram, não verdadeiros patriotas e sim ambiciosos que em todas as grandes crises vêm turvar as águas para a pesca de posições e riquezas, mareando o brilho das ações heróicas dos que amam desinteressadamente a sua Pátria.[226]

Não sei se foi naquela ou em outra vinda de Labatut a Pirajá que Pedro Ribeiro lhe pediu para retirar-se por doente.

— Nada! Não lhe dou licença! disse o General. Aqui mesmo pode curar-se; está muito fraco, é preciso usar de alimentos fortes.

E convidou-o a tomar de sua sopa, na qual costumava deitar boa dose de vinho. "Era detestável", dizia Pedro Ribeiro. Após algumas semanas de sofrimentos, mais cruéis por serem suportados longe do conforto do lar, demais desgostoso com a inação em que se via o exército, Pedro Ribeiro conseguiu, por intermédio de um amigo que foi ter com Labatut no seu quartel no Engenho Velho, a licença de voltar ao seu domicílio.[227] Transparecendo a notícia, houve tanto descontentamento nos homens de sua companhia, que ele se viu forçado a sair à noite em uma rede cujos carregadores diziam aos que encontravam: "É um camarada doente que levamos à casa dos parentes."

Depois de penosa viagem, feita sem as comodidades que a civilização hoje oferece, chegou ele à sua casa, distante mais de trinta léguas de Pirajá. Vinham com ele um seu afilhado dedicadíssimo, Manoel Luiz, sargento de sua companhia, também atacado de sezões, mal endêmico em Pirajá, e dois soldados de toda a sua confiança, juntamente com o fiel escravo, seu lacaio, que sempre o acompanhava.

Relatava minha mãe a penosa impressão que recebera ao ver o pai, apesar de ser ela de tenra idade. Estava em um dos acessos e não a conheceu nem aos outros filhos. Entre melhoras e recaídas, este estado prolongou-se até onze meses e nove dias, a contar do primeiro acesso, que foi a 8 de novembro. Creio que meu avô possuía um organismo excepcionalmente robusto para, na idade de cinqüenta e três anos, resistir tanto, sem os socorros da ciência, inteiramente nulos, principalmente no Centro do país.

Não sucedeu o mesmo a Manoel Luiz, que faleceu antes de meu avô restabelecer-se. Estava este ainda tão doente que lhe ocultaram a morte do afilhado, tanto mais que, no próprio dia, tivera o desgosto de perder um filhinho. Quando lhe apresentaram a conta das despesas do enterro do menino, notou que faltava o preço da sepultura. A pessoa encarregada do enterro disse-lhe que a criança fora no braço de um moço sepultado no mesmo dia, cuja família pedira essa concessão. É crença popular que a companhia de uma criança é favorável à entrada do adulto no céu.

— E quem era esse moço? perguntou Pedro Ribeiro.

— Era branco e de família decente, mas não perguntei o seu nome, tornou o homem.

Nisto entrou um dos soldados que viera com meu avô, também atacado de sezões que ainda perduravam, e disse-lhe, depois de inquirir da sua saúde:

— É verdade, meu compadre! Nós ainda estamos penando, e o nosso amigo Manoel Luiz que já se foi!

Diante do espanto de Pedro Ribeiro, o homem acrescentou:

— E não foi no braço dele que foi enterrado o filhinho de meu compadre?

Em extremo penalizado, meu avô disse:

— Ao menos, Manoel Luiz, tive a consolação de dar um anjo para acompanhar-te.

Foi daí em diante o protetor da viúva e da mãe de seu afilhado, conservando-se amicíssimo dessa família. Relato esta circunstância para mostrar que Pedro Ribeiro possuía em alto grau o sentimento da gratidão, sentimento que minha mãe herdou sem restrições. Contava meu avô que Manoel Luiz, em qualquer ocasião de perigo, sempre procurava tomar-lhe a frente e, sendo por ele advertido de que ali não era o seu lugar, dizia:

— Meu padrinho faz falta a muita gente e tem mulher e filhos; eu só tenho mulher.

Foi ainda enfermo, nas remissões da febre, que meu avô teve notícia dos acontecimentos da guerra. Muito lamentou a prisão de Labatut e dizia que a entrada do Exército Pacificador na Bahia não era motivo de glória para os baianos.

— Glória seria entrar com as armas na mão, expulsando os vencidos.[228]

Idéias muito usuais naquele tempo em que ainda estava vivo o cunho da opressão exercida por alguns filhos da Metrópole.

Capítulo VIII

Finalmente viu-se Pedro Ribeiro livre das sezões. Seria a salvação da vida para ele um bem? Quem poderia responder? O maior dos males que afligem a humanidade — a cegueira — manifestou os primeiros sintomas logo na sua convalescença. Começou a ver diante de um olho como que um retrós vermelho. A semelhança era tão completa que às vezes acudia com a mão para tomá-lo. Foi a vista diminuindo, e o mesmo fenômeno apresentou-se no outro olho. Aterrado, meu avô dirigiu-se à Capital e procurou um médico, que era então o mais afamado. Recordo-me do nome: era o Dr. Paiva.[229] O diagnóstico foi fatal: não havia remédio; perderia a vista. Era a gota serena, considerada incurável.[230]

Então começou para aquele homem, ainda válido, com filhos de tenra idade, e que previa quanto a cegueira ser-lhe-ia ruinosa, essa luta pertinaz e infrutífera, semelhante à do náufrago que se agarra aos mais frágeis ramos e que vê todos quebrarem-se, sucessivamente, em seus dedos hirtos. Como crente, admitindo o milagre, procurou a intercessão divina.

Havia no convento de São Francisco um irmão leigo chamado Paiva (o mesmo nome do médico) que diziam ter feito já muitos milagres. Muito modesto, negava-se a receber as pessoas que o procuravam. De fato, não quis receber meu avô, mas este procurou o prior, de quem era amigo, que logo ordenou ao leigo — era um preto — que se apresentasse. Apareceu. De maneiras humildes e

corteses, captou logo as simpatias de meu avô, que lhe fez o pedido de cura.

— Meu senhor, disse ele, eu sou um grande pecador: não faço milagres. A rogo de algumas pessoas, tenho feito minhas orações a Deus, e, sendo algumas vezes atendidas, espalharam esta fama que me vexa, porque podem julgar que é presunção minha, fundada em merecimentos que não tenho.

— Tem razão, disse-lhe Pedro Ribeiro, mas justamente o que desejo são as suas orações, pedindo a Deus a minha vista. Ele disse que a fé viva pode transportar montes. Eu o creio e vejo que o senhor possui esta fé.

— Mande-me uma vela.

Costumava sempre fazer igual pedido. No outro dia, meu avô procurou-o.

— Pedi, meu senhor, mas nada consegui; não se descontente porque a cegueira é para seu bem, para sua salvação. Demais, deve ter uma grande consolação. É que Deus sempre há de proteger muito a sua família.

Minha mãe, que era muito religiosa, dizia que essa proteção de Deus manifestara-se muitas vezes de modo o mais evidente em sua família. Nas últimas palavras do leigo, vê-se que ele, de certo modo, acreditava receber revelações.

De volta ao engenho, recorreu meu avô a remédios caseiros os mais extravagantes, ao charlatanismo, etc. Afonso Celso descreve no seu livro *Minha filha*, em cores vivas e verdadeiras, o estado do homem que, embora instruído e de espírito superior, emprega os meios os mais absurdos para readquirir a saúde de um ente querido. "As mezinhas caseiras, as panacéias dos charlatães, as absurdas prescrições dos curandeiros", diz ele, "tudo empreguei confiadamente para sarar minha filha. Recorri à homeopatia e às ciências ocultas. Consultei espíritos; ouvi sonâmbulas."[231] Em caso

idêntico se acha aquele que procura salvar-se de um mal pior do que a morte.

Entre tudo o que minha mãe me contava desta penosa luta, referirei um fato que mais se destaca. Ensinaram a meu avô que deitasse nos olhos o sangue tirado da asa da cauã. Veio a ave. Tirado o sangue, ele prostrou-se ante o altar em fervorosa oração antes de deitá-lo nos olhos. Costumava Pedro Ribeiro dizer que Deus se servia de meios terrenos como instrumentos para realizar milagres. Deitou nos olhos o sangue da ave, e logo reapareceu-lhe a vista. Foi um imenso alvoroço de contentamento em toda a casa. Pediu ele um espelho e navalha para fazer a barba. A vista desapareceu.[232] Os cientistas darão a explicação que quiserem; Pedro Ribeiro, porém, com a sua fé profunda, dizia:

— Deus mostrou-me que podia dar-me a vista, mas não queria, segundo os seus insondáveis arcanos, e recordava então as palavras do leigo: "Meu senhor, não se desconsole; a cegueira é para seu bem, para sua salvação."

Veio depois um francês que se inculcava médico e persuadiu-o de que ele tinha catarata, afirmando-lhe que ficaria vendo se concordasse em deixar-se operar. Pedro Ribeiro sujeitou-se à operação em um olho por um resto de prudência. Sofreu dores atrozes e não readquiriu a vista. Continuando as dores de modo insuportável, foi obrigado a novamente ir à Capital, onde o Dr. Paiva disse-lhe que se admirava ter-se ele, sendo um homem sensato, entregado assim a um charlatão, porque um médico não lhe diria que tinha catarata, nem lhe poria o olho naquele estado.[233] Felizmente, o doutor medicou-o, e ele voltou livre das dores.

Resignou-se assim à cegueira, mas que imenso transtorno ela causou em sua vida![234] É sabido que a lavoura exige imediata fiscalização de seu dono, porque um administrador que o substitua é dificílimo. Multiplicavam-se os prejuízos no engenho. Fez contrato dando grandes vantagens a dois de seus parentes, sucessiva-

mente. Foram maiores os prejuízos, além de contrariedades e aborrecimentos que se via obrigado a tragar por considerações de família.

Finalmente resolveu-se Pedro Ribeiro a fazer um arrendamento do Engenho Periperi com um homem de reconhecida probidade, também seu parente, e a mudar-se para o Itapicuru, donde sua mulher era filha e onde possuía boas fazendas de criação.[235] Levou limitado número de escravos, deixando a maior parte no engenho, visto a lavoura nas fazendas limitar-se a plantações de cereais para a manutenção da família. Fez uma casa na Fazenda Retiro, que ainda vi em uma das minhas viagens ao Itapicuru, nela permanecendo durante alguns anos.[236]

Deu-se particularmente ali à educação das filhas mais velhas, que eram, até então, criadas pela avó. Ora, parece estranho que Pedro Ribeiro, pai extremoso como sempre se mostrou, concordasse voluntariamente em separar-se das primeiras filhas. Mas circunstâncias ocorreram que o levaram a proceder deste modo: tendo minha avó ido ao Itapicuru para ter o primeiro filho em casa de sua mãe, demorou-se ali alguns meses; quando teve de voltar, sentia os sintomas de segunda gravidez, precisando, em vista disso, tomar ama-de-leite. Então sua mãe pediu-lhe para deixar-lhe a menina.

Opôs-se Pedro Ribeiro, a princípio. Minha avó ponderou que, no engenho, se via sobrecarregada de imenso labor, como acontecia em muitas casas de grandes proprietários, não lhe sendo possível ter sobre a filhinha e a ama-de-leite a necessária vigilância. Ele concordou, tanto mais quando iam todos os anos passar alguns meses no Sertão. Ora, em um desses passeios, tendo minha mãe já quatro anos e a irmã cinco, tanto apreciaram a mútua convivência, que choravam apenas se falava em nova separação. Minha avó, que tinha então mais três filhos além da que ficara no

Sertão, alcançou ainda do marido deixar a segunda filha com sua mãe, que mostrou grande empenho em não separar as duas irmãs, provavelmente para não contrariar a neta mais velha, a quem adorava.

Pedro Ribeiro era homem de idéias adiantadas e não aprovava a crassa ignorância em que eram deixadas as senhoras naquele tempo e, logo que as filhas chegaram à idade própria de aprender, mandou um mestre de primeiras letras para a casa da sogra. Dizia minha mãe que tanto ela como a irmã prepararam-se em pouco tempo nas primeiras letras, que consistiam em ler, escrever e fazer quatro espécies de contas. Sendo então ainda pequenas, em pouco tempo tudo esqueceram, o que não é de admirar, porque, deixando totalmente o livro e a pena, entregaram-se inteiramente ao trabalho manual usado nesse tempo pelas mulheres: coser, fazer renda, bordar, fiar, tecer rede, etc. A avó que as criava nem uma só vez mandou-as recordar a leitura, coisa que julgava muito supérflua para uma senhora, juízo também muito próprio dos analfabetos como ela era.[237]

Começou, assim, Pedro Ribeiro a agradável e útil tarefa de instruir as filhas.

Logo, porém, veio feri-lo um grande desgosto: a morte de seu terceiro filho, Manoel, o único varão, e, pelo que minha mãe contava, menino que prometia ser homem de espírito superior, mostrando, no aprendizado das primeiras letras, inteligência não vulgar.

Uma vez estavam dois homens tratando negócio com meu avô e faziam um ao outro sinais. O menino, que estava presente, disse:

— Meu pai, estes senhores não estão tratando com Vosmecê lealmente; estão fazendo sinais um ao outro, decerto para enganá-lo.

Pedro Ribeiro, de gênio violento, exprobou-os de modo que saíram envergonhados.

Tinha meu avô sido agraciado com algumas comendas.[238] Desgostoso com a cegueira, não quis usá-las; teve porém a idéia de passar algumas para o filho que, quando homem, poderia comprazer-se com isso. Vindo o Imperador à Bahia, foi Pedro Ribeiro pedir-lhe esta graça.[239] Quando estava ditando o requerimento, um de seus amigos disse-lhe:

— Parece que este menino não é seu filho: nem ao menos tem um de seus nomes!

Então meu avô combinou modificar o nome e ficar o menino chamando-se Manoel Alvares Ribeiro. Ele, porém, pôs-se a chorar, dizendo:

— Não quero mudar meu nome; quem muda de nome não tem caráter.

É que meu avô manifestara perante o filho este conceito quando muitos brasileiros, movidos pela aversão que nutriam contra os filhos de Portugal, entenderam renegar os nomes de família porque eram nomes portugueses. Assim é que existem alguns indivíduos com nomes de madeiras do Brasil como Baraúna, Pequiá, etc.[240]

Quando surgiu tal idéia em Pirajá, contava Pedro Ribeiro que seu amigo D. Francisco de Sá e Aragão, o avô de meu marido, dissera:

— Muda nome quem não tem nome.

Meu avô acrescentou:

— Não tenho nome que denote fidalguia, mas entendo que é uma falta de caráter mudar de nome.

O Imperador fez a transmissão das comendas.[241] Contava minha mãe que o menino, apesar de sua pouca idade, ficara encantado com a beleza da Princesa Dona Maria da Glória.[242]

— Vi-a, dizia ele, em um passeio a cavalo. Como era bonita! Com um roupão branco muito simples, um chapeuzinho de pa-

lha branca com uma fita preta. Pedi a meu pai para comprar um chapéu como o dela.

E mostrava-o com alegria.

Pouco tempo depois, apareceu-lhe uma glândula ingurgitada. Meu avô ficou aterrado, porque a filha da mulher que amamentara o Manoel morrera de escrófulas. Levou-o à Bahia, e o diagnóstico foi fatal. Eram, com efeito, escrófulas, doença considerada então incurável. Além da transmissão pelo leite da ama, cooperara para o desenvolvimento do mal o extraordinário crescimento do menino.[243]

Voltando desanimado, o aflito pai lançou mão, como era natural, da medicina caseira, usando com insucesso crescente as drogas aconselhadas pelos curandeiros, que então eram numerosíssimos. Finalmente aconselharam-lhe os banhos das Caldas do Sipó, que começavam a estar em voga.[244] Fez a viagem com imenso sacrifício porque esse trecho do território banhado pelo Itapicuru era, naquela época, quase deserto. Só havia uma casinha de palha perto das vertentes, habitada por algumas mulheres paupérrimas. Além do banheiro, que sempre é preciso renovar em razão das enchentes, teve Pedro Ribeiro de fazer uma palhoça para abrigar a família, e pode-se imaginar o que sofreriam pessoas acostumadas a um certo conforto. Em compensação, os banhos eram magníficos.

Pelo que minha mãe contava, julgo que esta vertente já tinha sido invadida pelo leito do rio quando, muitos anos depois, conheci as Caldas do Sipó. Ainda vi, desta vez, uma vertente que se lhe assemelhava. A temperatura era tão elevada que era preciso ir acostumando pouco a pouco o corpo, antes de mergulhá-lo na nascença da água, que fervia como em ebulição. Tornando eu ali, dez anos depois, este banheiro tinha sido invadido pelo rio. Os que então havia muito diferiam dos primeiros: a temperatura muito mais baixa, a fervura muito menos intensa.

Os banhos não produziram o efeito desejado; pelo contrário, o menino afirmava estar pior. Provavelmente não era o efeito dos banhos, e sim o mal que marchava ao seu fim. Pediu instantemente ao pai para voltar. Fazendeiros amigos de meu avô, que vieram visitá-lo, diziam-lhe que demorasse mais algum tempo; que os banhos só produziam efeito depois do uso durante um mês, pelo menos; que em tais casos não se deixasse guiar pela cabeça de uma criança.

Ele, porém, não se convenceu e partiu sem demora. É que tinha íntima convicção de que ia perder o filho e não queria contrariá-lo nos últimos dias. Ficou o menino tão satisfeito que rejeitou a liteira em que determinaram que viesse, dizendo que podia andar a cavalo. Depois de duas ou três léguas de viagem, começou a queixar-se do passo do cavalo, que dizia estar se tornando crespo. Minha mãe, que viajava perto dele, viu-lhe o semblante tão mudado que lhe disse:

— Porque não confessa, meu irmão, que você é que não pode vir a cavalo?

— Tem razão, tornou ele, não posso!

A irmã falou então com a mãe, que o recebeu na liteira mal contendo as lágrimas. Depois de duas ou três léguas de viagem, procuraram a casa da fazenda de uma parenta de minha avó, onde pernoitaram, recebendo a carinhosa hospitalidade usual entre as famílias baianas, ainda quando se trata de estranhos, quanto mais de uma parenta tão estimada como era minha avó.

Na madrugada do seguinte dia, o menino expirava. O enterramento fez-se na Vila do Soure, ou Natuba.[245] O desolado pai ainda teve ânimo de acompanhar o filho à derradeira morada. Ali, porém, na ocasião de baixar o féretro no sepulcro, abraçando o pequeno cadáver, rompeu em exclamações, lamentando aquelas mãos que já o guiavam, aqueles olhos que viam por ele, mísero cego, e era tão pungente a sua dor, ao beijar as mãos e o rosto do

filho, que todos os assistentes choravam. Seus amigos arrastaram-no dali, levando-o arrimado para uma casa, onde permaneceu algumas horas em profundo abatimento. A fé de cristão convicto veio, contudo, em seu auxílio, e resignou-se, seguindo no dia imediato para a sua fazenda com a família.

Cinqüenta e tantos anos depois, tive de passar na Vila do Soure e lembrei-me do triste acontecimento narrado por minha mãe. Perguntei se a igreja era a que existia naquele tempo. Responderam-me que era outra e que, no local da primeira, existia o cemitério. É indiscutível a influência que exerce em nosso espírito a vista do lugar onde se passou um episódio emocionante. Parecia que eu me transportava ao passado e via a cena que minha mãe descrevera com tão vivas cores.

Voltando à sua fazenda, retomou Pedro Ribeiro a útil tarefa de educar as filhas, ocupação que lhe proporcionou grande lenitivo.

Vi, já adulta, essa casa onde, dizia minha mãe, passara ela os dias mais felizes de sua existência. Já a conhecia pela descrição que me fora feita e, em meu espírito, reconstruí as diversas cenas daquela existência patriarcal e tranqüila. Parecia-me ver as figuras graciosas de duas jovens, uma que foi depois minha mãe, que ainda conheci muito bela; a outra, que diziam não ser tão bonita, sem contudo ser feia. Demais, qual a moça que, dos quatorze aos dezoito anos, não é pelo menos graciosa? Só quando é em extremo desfavorecida pela natureza.

A casa era modesta, como a maior parte das habitações dos fazendeiros naquela época. Na frente, uma varanda, para a qual davam a porta e as janelas da sala. Ao lado desta, um quarto. Seguia-se a sala de jantar muito vasta, para a qual davam dois quartos, um de meus avós e outro das filhas. Havia outras dependências para o cômodo da família. No fundo, uma porta abria

para um pátio cercado de estacas e, fronteiro àquela porta, havia um portão que dava para um riacho de boa água para toda a serventia da casa. Ao edificarem uma vivenda, os fazendeiros tinham muito em vista a proximidade de uma fonte ou rio.

O cantar dos pássaros era o relógio que fazia erguer do leito toda a família. Ao lado da sala, estava o oratório junto ao qual iam ajoelhar-se o chefe da família, a esposa, as filhas e todos os escravos. Rezavam o ofício de Nossa Senhora, depois ia cada um cuidar das respectivas obrigações. Meu avô seguia, acompanhado por uma escrava que sempre o guiava, para o quarto contíguo à sala de visitas. Ali permanecia durante o dia recebendo os empregados que vinham tomar ordens e os amigos que o visitavam.

As duas mocinhas, então, munidas de toalha e de um copo de prata, dirigiam-se ao pátio, que atravessavam, transpondo depois o portão. Elas próprias tiravam água e, debruçadas em um dos corrimões que ladeavam a ponte, lavavam o rosto e limpavam os dentes. Voltando a casa, penteavam o cabelo. Não se dizia então *faziam a toilette.* A língua francesa era tão desconhecida no Centro quanto qualquer dialeto asiático ou africano. Também nesse trabalho, as moças não gastavam o tempo que consomem atualmente. Reparavam depois qualquer avaria feita no vestuário, que só se mudava, quando era necessário, para obedecer às prescrições do asseio. A *toilette* para a tarde era desconhecida.

Iam então estudar as lições. Preparadas estas, dirigiam-se ao quarto do pai. Contava ainda minha mãe que, ao entrarem, viam-no às vezes irritado por qualquer contrariedade com os empregados ou então triste, decerto acabrunhado com o pensamento de sua penosa existência de cego, mas, ao ouvir a fala das filhas, o bom sorriso que lhe era peculiar iluminava-lhe o rosto. Começava a lição, que era interrompida pela chamada para o almoço, sempre cedo nas moradas campestres. Na mesa, sentava-se minha avó junto do marido e servia-lhe, com todo o cuidado e carinho, o que

havia de melhor na refeição. Ela, apesar de mais moça do que ele, compreendia o sagrado dever que assiste à esposa de tratar com todo amor e desvelo o chefe da família, que arca com a responsabilidade, às vezes bem pesada, da casa. Terminava o almoço por uma curta oração.

— Não devemos esquivar-nos, dizia ele, de dar graças a Deus por nos prover do pão quotidiano, que para muitos é tão custoso.

O mesmo repetia-se depois do jantar. Voltando ele ao quarto, era acompanhado pelas filhas.

— Não se devia trabalhar, dizia ele, após uma refeição abundante. É preciso deixar fazer-se o *quilo.*

Vê-se que Pedro Ribeiro tinha algumas noções de higiene: as refeições de então eram suculentas.[246]

Era esta hora a da palestra, uma das mais interessantes do dia. Como já disse, a conversação do venerável ancião era adequada a todas as idades de seus ouvintes. Derramava então nos espíritos novéis das filhas os conhecimentos que haurira na sua mocidade. Falava-lhes da História Antiga que aprendera nos livros latinos e da Mitologia. Os poucos conhecimentos que possuo desta última foram todos adquiridos na conversação de minha mãe, que os recebera do pai. Tratava também de outras coisas de que obtivera noções na sua vida de homem inteligente e ávido de saber. Intermeava essas conversações graves com anedotas graciosas, todas contidas nos limites da moral e da decência, por ele sempre respeitados.

Após esta hora de repouso útil e ameno, continuavam as lições. Constavam estas de leitura, escrita e conta. Não havia então a profusão de matérias com que se abarrota hoje a inteligência das crianças, ainda muito tenra, e acaba por deixá-las mal preparadas em todas, ou então por fazê-las gastar mais tempo do que seria preciso para ir gradualmente assimilando-se ao espírito do menino, segundo a sua capacidade intelectual.

Retiravam-se então as moças para cuidar dos trabalhos manuais. Consistiam estes em costura chã — hoje executada pelas máquinas —, renda, bordado; também fiavam e teciam redes. A rede, que ainda hoje representa papel importante nas casas sertanejas, naturalmente em razão do intenso calor dessa zona, naquele tempo substituía a cama, rara até nas casas opulentas. As filhas dos fazendeiros abastados tinham garbo em possuir redes tecidas por suas próprias mãos. Minha mãe e a irmã possuíam-nas, conservadas por muitos anos porque eram poupadas, e mostravam-nas como prova daquela indústria tão estimada no Sertão.

Muitas vezes vi minha mãe manobrar o fuso com grande agilidade, fabricando linha tão fina, forte e igual que facilmente podia ser usada para costurar. Dizia-me que, na sua mocidade, esse fio era exclusivamente usado pelos pobres para coser roupa grossa, em vista da dificuldade de obter-se a linha fabricada na Europa. Também me falava ela de um cobertor que, com a irmã, fizera para meu avô. Era de fio muito fino, em parte tingido em infusão de pau-brasil, que entremeavam com o fio branco. Pedro Ribeiro mostrava-o com muito gosto aos amigos, dizendo:

— Foi tecido por mãos brasileiras e com produtos brasileiros.

A sessão de costura era sobre um estrado — móvel indispensável nas antigas casas — em um dos ângulos da sala de jantar. Era encavado nas paredes e esclarecido por duas largas janelas. Conheci que ainda existia quando visitei aquela casa porque minha mãe me dissera ser de tábuas de madeira vermelha e branca alternadas. Ali sentavam-se as escravas, as costureiras com seus balaios onde guardavam as peças do vestuário que iam confeccionar, linha, dedal, etc, e as rendeiras com as almofadas descansadas sobre gamelas de madeira que as impediam de rolar e onde também guardavam linhas e bilros. A dona da casa, nas horas vagas do labor doméstico, também aí vinha sentar-se, bem como as filhas, nas horas destinadas à costura.

O jantar era em hora que deixasse a meu avô o tempo de dar o seu passeio vespertino, hábito que conservou até o fim da vida. Com uma carapuça preta na cabeça, uma grossa bengala na mão, a outra arrimada à cerca que, partindo da varanda, estendia-se até uma fonte, fazia esse percurso vagarosamente e ia sentar-se em um grosso tronco de árvore aí disposto para esse fim. As mulheres que iam prover-se de água para a noite viam-no absorto em contemplações íntimas de que parecia despertar quando elas lhe falavam para pedir-lhe a bênção. Voltava a casa, e tal é a força do hábito que chegava sempre à hora em que se reza a Ave-Maria.

Por esse tempo, as meninas também davam o seu passeio, acompanhadas por uma afilhada de minha avó que lhe merecia toda a confiança. Este passeio era sempre à casa dos agregados, a visitar os doentes, a ver um recém-nascido que as meninas tanto gostam de ver, ou mesmo para conversar com as raparigas de sua idade, porque, nesses tempos patriarcais, existiam sólidas afeições entre o proprietário e seus agregados, originadas nestes pela gratidão aos benefícios recebidos e naquele pelo sentimento natural que nos inclina àqueles que beneficiamos.

Ao ouvirem a voz do pai, que de volta do passeio as chamava, iam, com a irmã pequena e minha avó; rezavam então a saudação angélica. Esta cena, eu ainda a vi reproduzida na minha infância. Hoje, parece-me que ainda o vejo, aquele venerável ancião, de elevada estatura, ereto, majestoso, pronunciando em voz alta e clara as palavras da santa prece e abençoando depois os filhos que iam beijar-lhe respeitosamente a mão. Vinha após uma escrava, com um candeeiro aceso, dizendo:

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

E todos os presentes respondiam:

— Para sempre!

Era a praxe usada em todas as casas do campo ao acender-se a luz. A esta hora, tinha lugar a segunda palestra, que se prolongava

mais do que a primeira e a que também minha avó assistia. À hora conveniente, marcada pelo hábito e não pelo relógio, minha avó reunia as pessoas de casa para rezar o terço. Pedro Ribeiro, com as filhas, ia também tomar lugar junto ao oratório. Ele é que começava as orações — *tirava a reza*, como então se dizia. Em seguida, todos dirigiam-se aos respectivos aposentos para se agasalharem. No dia seguinte, tudo aquilo se repetia com pequenas variantes.

Esta monotonia não enfastiava porque, de vez em quando, era quebrada por circunstâncias adventícias. Nos domingos, iam todos à missa em uma fazenda próxima, pertencente a Luiz de Almeida Maciel, irmão de minha avó, a Fazenda do Dendê. Ali, em companhia do filho, morava minha bisavó. Como já disse, todos os fazendeiros abastados daquela época tinham particular empenho em ter missa em suas casas, para o que contratavam com um padre uma capelania, que quase sempre terminava quando este falecia. Meu avô sempre a tivera no engenho, mas não tratou de obtê-la indo residir na fazenda, talvez por desejar uma existência mais sossegada e econômica. Com efeito, a hospedagem nos dias de missa era imensa, e, com o sistema franco dos proprietários, o que é muito natural à índole hospitaleira dos baianos, não se fazia pequena despesa visto que todos os hóspedes eram fartamente regalados com abundantes refeições.

Havia também as visitas dos parentes e amigos. Entre outros, fazia minha mãe particular menção de alguns de quem guardava gratas recordações. D. Constança, filha do proprietário da Fazenda Bananeira, era viúva, sem filhos, venerada por todos os parentes. Morreu em idade avançada, com toda a lucidez de espírito. Pouco tempo antes, um médico, meu primo, disse-me:

— Admirei que no Sertão, em uma época tão remota, se criasse uma senhora de tanto mérito, lucidez de espírito, bom senso, maneiras atraentes.

Parecia D. Constança muito mais moça do que realmente era, conservando pronunciados vestígios da passada formosura. Lendo Ellik Morn, em vista de sua teoria de que a bondade não só aformoseia o indivíduo como lhe prolonga a vida, conservando a mocidade e a beleza, lembrei-me da apreciação feita pelo meu parente sobre aquela virtuosa senhora.[247] Quando fui a Natuba e vi, na Matriz, a pedra tumular de D. Constança, senti-me emocionada, orando por aquela de quem minha mãe falava com tanta afeição. Era então proprietário da Bananeira o Dr. Francisco do Passo, casado com D. Maria Luiza, senhora de muito mérito, ambos sobrinhos de D. Constança.

Falava também minha mãe com particular estima da família de um irmão de minha bisavó, chamado Francisco. Não recordo seu sobrenome; sei porém que foi avô do Coronel Francisco Barreto Dantas, proprietário da Fazenda Paiaiá, casado com D. Vicencia, também nossa parenta e ambos merecendo-nos muita estima. Têm numerosa prole, alguns filhos diplomados, entre outros o Dr. Alfredo Dantas, e filhas casadas, uma das quais, Francisca, é minha afilhada e casou-se com o Sr. Boaventura.[248] Aliás, todas as principais famílias do Itapicuru e do Soure são conosco aparentadas, e minha mãe, que era essencialmente *parentista*, conhecia todos os graus desse parentesco e se interessava por todos esses parentes.

Não se limitava Pedro Ribeiro, cego e já sexagenário, ao ameno e louvável labor de instruir as filhas. Compreendera melhor do que Milton que, para o homem, desempenhar a missão a que Deus o enviou sobre a terra não se deve encerrar no bem-estar da família e limitar-se em promover a felicidade dos filhos. Deve, sim, lutar pelo bem de sua pátria e da humanidade até o seu derradeiro instante.

O poeta inglês, quando os amigos vieram convidá-lo a tomar parte nos negócios de sua pátria, chamou suas filhas, que recita-

ram versos de Homero, cantaram e tocaram divinamente, para significar-lhes que, naquelas suaves melodias, é que ele bebia as inspirações para suas obras imortais e que nada mais queria do mundo.[249] Pedro Ribeiro, instruindo as filhas, não deixava por isso de ser o protetor dos oprimidos, conservando o prestígio de que gozava entre seus conterrâneos para combater os abusos dos tiranetes que então abundavam nas terras sertanejas. Ainda, em Itapicuru, guardam a lembrança de alguns desses episódios em que ele teve parte.

Há pouco tempo, o Dr. Ezequiel Pondé, hoje membro do Tribunal Superior de Justiça, contou-me um caso que lhe fora relatado por seu pai ou avô.[250] Um indivíduo, perseguido pelo potentado da terra, procurara a proteção de meu avô, que tomou a peito a questão, como se fora própria. Tinha de ser definitivamente decidida em uma audiência marcada, de propósito, em um dos dias de grande temporal, desses que costumavam trazer formidáveis enchentes ao rio Itapicuru.[251] Contavam que meu avô, velho e cego, não se atreveria a transpor o rio, como era imprescindível, para ir à vila assistir à audiência, que, sem a sua presença, correria à revelia. E assim esperavam vencer a questão. Pedro Ribeiro arrostou o temporal. Chegando à margem do rio, mandou chamar um jangadeiro, esperando vencer, com a promessa de uma boa paga, a resistência que ele pusesse, em vista do real perigo que havia em atravessar aquele rio com a impetuosa corrente. Nenhum foi encontrado. O astuto potentado tinha peitado os homens para se esconderem.

Não descoroçoou aquele velho enérgico que, além de cego, não era bom nadador. Procurou nas casas próximas certo número de cabaças e atou-as à cintura. Entre os seus companheiros havia um perito em natação. Obtendo uma corda longa e muito forte, atou meu avô uma das extremidades à cintura, e o mesmo fez o homem à outra, atirando-se à corrente e conseguindo ganhar a

margem oposta. Passando então a corda no tronco de uma árvore, puxou-a, arrastando meu avô que se lançara no rio. Nadando um pouco e mantendo-se à tona da água, por meio das cabaças vazias, pôde ele, finalmente, galgar a margem fronteira. Às pressas, desembaraçando-se das cabaças, montou a cavalo e, correndo até a vila, chegou ainda a tempo.

Pode-se imaginar o efeito que produziu a sua presença com as vestes a escorrer água e verberando com a voz forte e vibrante que lhe era natural, em frases veementes, a prepotência daquele que abusava de sua posição elevada para suplantar os pequenos e os pobres. Foi um triunfo completo.

Nunca negou Pedro Ribeiro a sua proteção aos pobres cativos, aos quais, de má fé, alguém tentava suprimir a liberdade adquirida.[252] Entre outros fatos de que tenho conhecimento, contarei um relativo aos filhos de uma escrava de uma pobre beata, de família obscura, de quem Pedro Ribeiro nada podia esperar. Falo assim porque algumas pessoas, atacadas da mania do pessimismo, procuram encontrar em qualquer ação nobre ou humanitária algum traço de vaidade ou fins interesseiros.

Tratava-se, pois, de uma mulher velha que com a nossa família não tinha a menor ligação. Havia ela adquirido um pequeno pecúlio, à força de trabalho e economia, que reservava para a velhice, quando certa senhora entregou-lhe uma negrinha para ensinar a fazer renda. A beata apegou-se tanto à negrinha, que falou à tal senhora para comprá-la, empregando nisso o seu exíguo pecúlio com o fim de granjear uma companheira para os seus últimos dias. A senhora não quis aceitar dinheiro: disse-lhe que comprasse outra negrinha, ensinasse a fazer renda e depois efetuasse a troca; assim foi feito. Quando, porém, a velha levou a rapariga pedindo-lhe um documento da troca, ela apenas deu-lhe um pedacinho de papel com estas palavras: "Fica feita a troca

da Domingas pela Quiteria, conforme foi combinado." Não tinha assinatura.

A velha mandou logo passar a carta de alforria à rapariga que, dizia minha mãe, mostrou-se sempre grata à sua ex-senhora, tratando-a com desvelo filial. Algum tempo depois teve a negra um filho que a beata criou ao colo como se fora um neto, e, em seguida, mais dois filhos. Então aquela mulher, a primeira dona da escrava, ambiciosa e má, mandou chamar a beata, dizendo-lhe que não concordava com o negócio que lhe dava prejuízo: prevaleceria a troca das duas raparigas, porém tomaria as crias, visto a Quiteria não ter filhos. Lágrimas e rogos não abrandaram a fera, que mandou buscar, à força, as três crianças, arrancando a última, de pouco mais de um ano, ao seio materno, pois ainda se aleitava.

Então lembrou-se a velha do que ouvira contar de meu avô, isto é, que não duvidava pôr-se em campo defendendo sempre o pequeno contra o grande, tornado injusto e opressor. Caminhou com a negra dez léguas, por ínvios caminhos, amedrontadas ambas pela idéia de serem seguidas, se a outra suspeitasse qual a proteção que buscavam, e veio lançar-se aos pés de minha avó, narrando-lhe o odioso caso. Esta, comovida até às lágrimas, levou-a à presença do marido que, depois de ouvi-la, disse-lhe:

— O documento que possui é bem pouco valioso; mas como as leis protegem a liberdade, vou ver se consigo alguma coisa.

Dizia ele, às pessoas que lhe observavam que não se devia meter em demandas sendo já velho e cego, não poder resistir às lágrimas da esposa. Creio, porém, que o seu próprio coração o impelia, como sempre fizera na mocidade, a tomar o partido do oprimido contra o opressor. Depois de uma demanda de alguns anos, durante os quais a beata ficara residindo em sua companhia, Pedro Ribeiro venceu a questão, e as crianças voltaram. Minha mãe também relatava este fato para provar que Deus não desmente a esperança do verdadeiro crente. A velha dizia que seus olhos

não se fechariam sem ver as queridas crianças, e assim foi. Logo que voltaram, ela morreu em idade avançadíssima.

Por aquele tempo, contraiu Pedro Ribeiro relações de amizade com um homem que veio a ter grande influência em nossa família: foi o Cônego Antonio Fernandes da Silveira, filho da Província de Sergipe, de importante família e que ali teve real influência política.[253] Viera ele, depois de uma grave operação feita no Rio de Janeiro, usar as águas termais do Itapicuru, que começavam a ter nomeada. Aí chegando, soube provavelmente ser meu avô homem de mérito provado e endereçou-lhe uma carta oferecendo-lhe seus préstimos.

Foi Pedro Ribeiro visitá-lo, e, não cabendo dizer que simpatizara com o Cônego, já que não o podia ver, o certo é que fora arrastado pelos atrativos da conversação e pelas maneiras francas e delicadas daquele homem. Quanto ao Cônego Silveira, parece que experimentou por meu avô uma dessas simpatias irresistíveis que resultam em amizade sólida. De feito, houve entre aqueles dois homens uma dessas amizades raras naquele tempo e hoje raríssimas. Voltando a casa, Pedro Ribeiro falava com entusiasmo, à sua família, do Cônego, o qual não tardou em retribuir-lhe a visita e agradou tanto à minha avó que ela, que estava grávida, concordou com o marido em convidá-lo para padrinho da criança que ia nascer.

O padre viera com a incumbência de abrir crisma no Itapicuru.[254] Meu avô mandou crismar suas quatro filhas, as quais, segundo é costume estabelecido, começaram logo a tratar o Cônego por padrinho. As quatro filhas que meu avô tinha nessa época eram: Josepha, Anna — minha mãe —, Josefina e Maria. Havia ele perdido, além do menino, Manoel, a cuja morte já me referi, uma menina de sete anos, Maria das Neves, e mais três meninos, do mal que chamam *de sete dias*, porque ataca as crianças quase

sempre no sétimo dia.[255] Nascera-lhe também, de tempo, porém já morto, um outro menino. Parecia que Deus não lhe queria conceder um filho varão, de que ele, mais que outros, precisava pela sua avançada idade e estado de cegueira.

Teve minha avó um menino, o que foi motivo de grande contentamento para toda a família.

— Terá o meu nome, disse o pai.

E, gracejando com a esposa, acrescentou:

— Será o teu marido, o chefe da família, porque já estou muito velho e inutilizado.

O Cônego veio batizar pessoalmente o menino, como prometera, e a madrinha foi D. Constança, prima e amiga de minha avó; a esta senhora já me referi.

Conheci o Monsenhor Silveira já idoso (tivera depois este título),[256] e era um homem de aspecto distinto e simpático. Dizia minha mãe, que o conhecera ainda moço, que era de boa presença, alvo, louro, de olhos azuis e feições regulares. Se é certo que uma antiga nobreza marca com cunho indelével o indivíduo, o Monsenhor era por certo descendente de nobre família.

Assim estreitada entre os dois homens, aquela invejável amizade revelou-se muito útil para a família de Pedro Ribeiro. Correspondiam-se amiúde, e a chegada de uma carta do Cônego Silveira era motivo de grande alvoroço, vindo quebrar a monotonia da vida sertaneja, ao dar notícias da Corte e do movimento político, no qual o Cônego tomava parte por sua influência política em Sergipe.

De dois em dois ou de três em três anos, vinha ele à Bahia com destino às Caldas da Missão, em que tinha extraordinária fé para refazer-se das fadigas da vida da Corte.[257] Ainda depois de se haver meu avô mudado de Itapicuru para o Recôncavo, não deixava ele, na ida e na volta, de passar alguns dias com o amigo, e entretinham-se em agradáveis palestras nas quais minha mãe, dotada

de muita inteligência e gosto, também tomava parte. Foi assim que ela guardou de memória muitos episódios não apenas sucedidos com a Família Imperial como também com altos personagens daquela época, o que não acontecia com as outras senhoras de seu tempo, cujos conhecimentos se encerravam em um limitado círculo em torno do lar, nunca se alargando além.

Trazia sempre o Cônego de presente às afilhadas produtos nacionais e estrangeiros desconhecidos naquela zona da nossa província e, por esta razão, muito apreciados. Era aquele homem de natural tão bom e generoso que não se esquecia dos escravos e agregados que lhe prestavam qualquer serviço, reconhecendo-os todos, tratando-os com prazenteira afabilidade e trazendo-lhes presentes. Pode-se imaginar quanto era adorado, principalmente dos pobres escravos acostumados a serem tratados pelos senhores e seus hóspedes como animais domésticos, aos quais ninguém cuida em dar qualquer sinal de gratidão, porque até as gorjetas que alguns se dignavam dar-lhes eram como as migalhas que o potentado atira de sua mesa, com indiferença, aos cães esfaimados. Às crianças escravas, distribuía moedas de cobre, desafiava-lhes os ditos e graças infantis, de sorte que a sua chegada constituía uma verdadeira festa para todo o pessoal das casas de seus amigos.

Nas Caldas da Missão, onde permanecia alguns dias, era estimadíssimo, não só da família de José Dantas, depois Barão do Rio Real, potentado político daquela localidade,[258] como de muitas famílias do lugar, onde talvez ainda existam pessoas que se lembrem daquele homem, essencialmente bom e prestimoso.

A família de Pedro Ribeiro continuou em sua existência relativamente tranqüila até que seu último filho chegou à idade de treze meses. Minha avó, que havia atingido sem alteração o sétimo mês de gravidez, foi, sem motivo conhecido, atacada de fortíssima

hemorragia, que cessou com a aplicação de remédios caseiros, únicos usados então naquela terra onde raras vezes aparecia um médico. Ficando abatidíssima, ergueu-se imprudentemente poucos dias depois. Sobreveio-lhe nova hemorragia. Desanimada, despediu-se do marido e das filhas, dizendo que não poderia resistir. Realizaram-se seus pressentimentos, sendo improfícuos os remédios da primeira vez usados.

Inenarrável foi a consternação, não só da família como de todos que conheciam aquela senhora de mérito transcendente, de caridade ilimitada e que se podia chamar a mãe dos pobres, vendo-a arrebatada repentinamente pela morte na idade de trinta e nove anos.[259] Muito bela, de compleição robusta, parecia estar na flor da idade. Mãe de família sensata e laboriosa, fez imensa falta ao marido cego e aos filhos, a mais velha dos quais apenas contava dezesseis anos. Esta encarregou-se da direção da casa, e a segunda, que contava quinze anos, ocupou-se dos irmãos menores.

A vida prosseguiu na casa de Pedro Ribeiro triste e eivada de irregularidades, em razão da inexperiência das duas meninas, inteiramente leigas na arte de administrar uma casa. Neste tempo, em que se contava com o trabalho do escravo nas casas abastadas, raras senhoras tinham o bom senso de instruir suas filhas naquele mister, e isto só na proximidade do casamento. Minha avó, em virtude da pouca idade das filhas, não pensara em tal.

Passado um ano, o rendeiro do engenho, parente e afilhado de meu avô, veio pedir-lhe para rescindir o arrendamento, visto não se haver completado o tempo contratado.[260] O seu *desideratum* era pagar a dívida que o engenho tinha com diversos credores, o que, no correr em que iam as coisas, não conseguiria tão cedo. Meu avô concordou.

— Não fora por culpa dele, dizia Pedro Ribeiro, mas tivera a infelicidade de correrem mal as estações.

Logo no princípio houvera uma dessas secas assoladoras que tudo aniquilam, e os terrenos, apesar de férteis, ressentiam-se muito da falta de água.

Resolveu, pois, meu avô voltar para o Periperi. Tinha em mira casar a filha mais velha e entregar o engenho ao genro. Minha mãe fora pedida em casamento antes da viagem. O pretendente era homem rico e de boa posição. Meu avô rejeitou-o por uma razão que hoje pareceria ridícula: o pai havia adquirido bens por meios ilícitos.

— Não quero, dizia ele, que os bens que tenho de dar a meus filhos se misturem com aqueles que sei mal adquiridos e têm de desaparecer, cedo ou tarde, segundo a justiça divina, levando de envolta os meus, que tenho a certeza de que foram bem havidos.

Ora, este escrúpulo era muito natural em um homem que se prezava de haver tido um pai consciencioso, como já referi.

Capítulo IX

Um ano e alguns meses depois da morte de minha avó, estavam no Engenho Periperi. Aproximava-se o dia de Nossa Senhora da Conceição — 8 de dezembro — festejado com certo aparato por D. Antonio de Uzeda e Luna, sobrinho de meu avô e casado com uma sua prima, Maria Ignez, igualmente sobrinha de Pedro Ribeiro, pois era filha de sua irmã Thereza e do marido desta, Joaquim de Araujo Goes, proprietário do Engenho Santinho, no Catu. Reunia-se, em casa de D. Antonio, grande número de pessoas das duas famílias, Ribeiro e Araujo Goes, já aparentadas.[261]

Meu avô, habituado ao luxo dos antigos colonos brasileiros, do qual nunca prescindiu, mandou fazer na Bahia ricos vestidos para as filhas. A esposa de um de seus amigos, na qual tinha toda a confiança, incumbia-se dessas encomendas. Minha mãe descrevia-me aquele traje: "vestido de cetim branco bordado de prata, com sapatos do mesmo estofo e igual bordado. O corpete curto e decotado era guarnecido de rendas prateadas, bem como as mangas, deixando a descoberto os braços." Um pente de tartaruga primorosamente lavrado, de palmo e meio de altura, que ainda vi, harmonizava-se com o alto penteado, ornado com um semicírculo de flores artificiais. Esse penteado fazia parecer a mulher mais alta e majestosa; a saia lisa e estreita não se assemelhava, contudo, às de agora, que ferem escandalosamente as leis do recato e do pudor.

Este luxo, que fazia as filhas de Pedro Ribeiro salientarem-se entre suas parentas, não despertou orgulho em seus jovens cora-

ções, nem nos das outras moças a inveja, tal era a simplicidade daqueles tempos, em que os maus instintos não se manifestavam tão cedo nas almas juvenis, naturalmente generosas. Apenas alguns velhos diziam à socapa, em tais ocasiões, que Pedro Ribeiro em razão do luxo é que não se desembaraçava das dívidas.

Foram as duas jovens muito festejadas dos parentes, que pela maior parte viam-nas pela primeira vez, tendo sido elas criadas no Sertão. A segunda, que era mais bela, arrastou inconscientemente ao seu carro triunfal dois corações. Um foi Pedro Caetano, sobrinho de meu avô, homem de quarenta anos que parecia refratário ao himeneu. Não ousando dirigir-se a meu avô, por uma senhora da família dirigiu-se à jovem, que o recusou com razão. Além da diferença de idade, pois que ela mal completara dezessete anos, tinha ele filhos naturais de uma mulher com a qual vivia há tempos.

O outro era um jovem de vinte anos, filho de Manoel José de Araujo Goes, concunhado de meu avô.[262] O pai mandara-o estudar para sacerdote, mas já andava descoroçoado desta idéia, visto ter ele modos e linguagem muito em desarmonia com a gravidade sacerdotal, sendo até metido a poeta. De acordo com os pais, fez o pedido por intermédio de D. Antonio. Meu avô recusou. A filha era ainda muito menina, e não a casaria sem ter antes casado a irmã mais velha. Como era muito usual entre os pais de família desse tempo, seguia ele o sistema de Labão, que tanto fez sofrer ao enamorado e constante Jacob por amor da formosa Rachel. Não houve, entretanto, quebra nas relações dos dois chefes de família, talvez porque Manoel José seguia o mesmo sistema.

Pedro Ribeiro, continuando na idéia de casar a filha mais velha, dirigiu-se a um de seus parentes e amigo, Antonio Florencio da Trindade, e propôs casá-la com um de seus filhos.[263] Foi aceita a proposta. Relatando minha mãe este casamento, observei-lhe que o procedimento de meu avô não estava de acordo com o conceito em que ela me fazia tê-lo, isto é, um homem de idéias mais

adiantadas que os seus contemporâneos. Respondeu-me que dizia Pedro Ribeiro não haver quebra alguma de dignidade em fazer um pai de família tal proposta a outro, em cuja probidade tivesse confiança. Baixeza seria, continuava ele, se a própria moça fosse oferecer-se. Entre os pais, isto não passava de um negócio que, não se realizando, em nada humilhava. Haviam as filhas de Pedro Ribeiro tido o ensejo de ver os dois filhos de Antonio Florencio, que acompanhavam sua mãe em uma visita. Perguntou meu avô às filhas se eram bem-parecidos aqueles rapazes, acrescentando:

— Pergunto isto porque minha prima Teté foi uma senhora bonita. Sairia algum a ela?

Josepha respondeu:

— O mais velho é bonito, o outro é muito feio.

Declarando o projeto de casamento à filha, disse-lhe meu avô:

— É com aquele que achaste bonito. Contudo, se não quiseres, nada se fará, e isto mesmo declarei ao meu primo Antonio Florencio.

A filha respondeu com as palavras sacramentais usadas então:

— Meu pai faça o que quiser.

Entregou Pedro Ribeiro o engenho ao genro fazendo um contrato para ele vantajoso e dizendo:

— Confio em que, herdando o senhor a probidade de seu pai, não terei de que me arrepender, e ambos lucraremos.

Esta esperança, porém, não se realizou. No fim de dois anos, estava meu avô descontente. Não querendo, todavia, desmoralizar o genro, resolveu voltar com a família para o Sertão a fim de não presenciar atos que o desgostavam.[264]

Surgiu uma dificuldade. O pretendente *manqué* da segunda filha de Pedro Ribeiro não se conformara com a recusa, segundo notícias trazidas do Sertão. Esperava a volta de meu avô para empreender novas tentativas, empregando todos os meios para pos-

suir aquela em quem pusera a mira. Ora, meu avô não prestou inteira fé a tais boatos em contradição com o caráter cavalheiresco daquele homem; mas não deixou de ficar apreensivo.

Não eram raros, naqueles tempos, os casos em que um pretendente, repelido pelo pai de uma jovem, a roubasse mesmo sem a autorização dela. Arranjava testemunhas e padres venais ou malévolos que casavam mesmo sem o consentimento da noiva, ou sabendo que este era arrancado pelo terror, e as famílias não tratavam de anular tais atos para não verem pesar sobre o seu nome uma nódoa indelével. Não há muito tempo, há uns trinta ou quarenta anos, deu-se um desses repugnantes atentados em Sergipe, mas então a jovem, de espírito mais adiantado, preferiu voltar ao seio de sua família, pura diante da própria consciência e perante os seus, a viver com aquele que a tinha ultrajado.

Meu avô chamou a filha e, expondo o que havia, disse:

— Se não fosse o meu estado de cegueira, nada temeria; mas, assim como me acho, não quero expor-te a um ultraje, nem sofrer insultos na velhice, quando nunca os suportei na mocidade.

Contou-me minha mãe que sinceramente não tinha então desejo de casar, ou porque não havia ainda para ela soado a hora em que tais anelos despontam, ou porque, vendo a irmã não mui feliz com o seu consórcio, fosse levada a refletir sobre os perigos desse passo arriscado ao qual queria, por mais algum tempo, subtrair-se. Apresentou alguma resistência, vindo a ceder levada pelo amor filial que nela era exaltadíssimo.

Não faltavam pretendentes, como era usual naquele tempo, tratando-se de famílias abastadas e distintas. Meu avô, porém, lembrou-se do filho de seu concunhado, Manoel José, rejeitado pelas razões já expostas. A família Araujo Goes, do Catu, constava de proprietários mais ou menos abastados, homens sérios, trabalhadores e bons pais de família, qualidades que, com razão, muito apreciava. Encarregou Pedro Ribeiro desse negócio o seu sobrinho

D. Antonio. Chegando este ao Catu, soube estar o jovem enamorado de uma menina com a qual veio a casar.

Ficaram mui pesarosos os pais e sobretudo a mãe daquele moço, que, tendo conhecido a filha de Pedro Ribeiro em casa de D. Antonio, fora atraída pela sua beleza e maneiras afáveis e muito a desejava para o filho, a quem adorava. D. Antonio ponderou-lhe que não poderia iludir a confiança de seu tio, que lhe recomendara nada dissesse no caso do moço haver mudado de idéias. Lembrou-lhe então que apresentassem como candidato o segundo filho. Embora muito moço, era trabalhador e sensato.

Chamava-se Mathias e tinha completado dezessete anos, sendo nove meses mais moço do que a filha de Pedro Ribeiro. O pai mandara-o para um colégio de Santo Amaro, juntamente com o irmão. Inteligente e dotado de muita memória, era vadio, aproveitando menos que o irmão; sobrevindo-lhe uma grande moléstia, voltou para casa. Restabelecendo-se, o pai não o fez voltar, provavelmente contando que fizesse o mesmo que o outro, que já manifestara sua aversão para com o estado sacerdotal. Associou-o aos seus trabalhos de lavoura, para o que o jovem mostrou logo aptidão. Não era, contudo, um crasso ignorante, porque, além das primeiras letras, aprendera um pouco de latim. O conhecimento amplo desta língua bastava naquele tempo para fazer qualquer homem ser considerado instruído.

Veio D. Antonio e expôs ao tio as circunstâncias do novo pretendente, exaltando-lhe o valor moral, que prometia fazer dele um bom pai de família. Pedro Ribeiro, julgando-o aceitável, mandou dizer ao pai que o trouxesse para combinar definitivamente o negócio.

Tratando deste casamento, vou entrar em certas minudências para mostrar a grande diferença que havia entre os daquela época e os realizados atualmente.

A jovem noiva não conhecia o noivo, coisa hoje indispensável, mas então de mínima importância. Ele, de sua parte, podia dizer outro tanto. Quando o irmão viera com a família à casa de D. Antonio, tendo oportunidade de ver as filhas de Pedro Ribeiro, estava Mathias em convalescença de uma grave moléstia. Contudo o jovem pediu para ver a moça, sendo sua petição indeferida por Pedro Ribeiro: não incomodaria sua filha fazendo-a aparecer para ser vista. Podia informar-se com seus pais e irmãos. Teve Mathias de contentar-se com isso. Quanto a D. Anna, entendeu meu avô que ela o teria visto, como as moças de então costumavam ver os rapazes: sem serem vistas.

A casa de Pedro Ribeiro prestava-se perfeitamente a tais manobras. A sala de visitas era um vasto quadrilongo, simulando um corpo de igreja. A um dos pequenos lados, estava a capelinha e, no oposto, um coro, como de igreja de convento, com gradeado miúdo, de sorte que de lá se via quem estava na sala e desta não se via quem estava no coro. Algumas casas de proprietários de engenho eram assim dispostas com o fim das senhoras ouvirem a missa inteiramente separadas dos homens. Servia o coro também às moças, para verem, sem ser vistas, os rapazes e, não havendo coro, tinham para o mesmo fim as fechaduras das portas... As filhas de Pedro Ribeiro não iam, porém, ali somente para ver rapazes. Muitas vezes, do coro, apreciavam as conversações que seu pai entretinha com pessoas ilustradas que o vinham visitar, às quais não saíam a assistir pela usual reserva em que eram criadas.

Por um capricho infantil, motivado pela troça em que a meteram as pessoas de casa, D. Anna não quis ver o pretendente, não deixando, por isto, de dar a resposta, que equivalia a um *sim*. Foi tratado o casamento para daí a dois meses visto que meu avô não gostava de casamentos demorados que, dizia ele, vêm sempre a efetuar-se com reparos ou desgostos; demais, desejava que se realizasse no dia de São João Nepomuceno, padroeiro da família.[265]

Chegara o dia em que dois seres que nem ao menos de vista se conheciam iam unir-se até a morte. Hoje seria um casamento monstruoso! Entretanto, as duas famílias reuniam-se em regozijo para celebrá-lo! O noivo passou um grande susto: estando já os homens reunidos na sala para a cerimônia, entrou um grupo de senhoras, entre as quais uma jovem vestida de seda branca com rico toucado e que nada tinha de bonita. Conhecendo o grande choque que recebera o noivo, D. Antonio dele aproximou-se, dizendo a gracejar:

— Não vá desmaiar! A noiva está vestida de azul.

A *toilette* branca não era de rigor para as noivas daquele tempo, nas localidades do Centro. Veio, pois, D. Anna vestida de chamalote azul-claro, toucado da mesma cor, com rendas prateadas como as do vestido e enfeitado de jasmins. Apesar deste traje menos poético do que o atualmente usado pelas noivas, dizem que ficou o noivo encantado ao vê-la. Todos sabem que a beleza dá realce ao mais vulgar traje, bem como a fealdade faz desmerecer o mais rico e elegante.

Eram os casamentos feitos às 10 ou 11 horas, por ocasião da missa, e ficavam os pobres noivos ao lado um do outro, em exposição, durante o dia e parte da noite. A noiva não levantava os olhos, não ria nem falava, para não ser tachada de *saída.* Sentia pesarem sobre si todos os olhares. O vexame fazia-a tomar o aspecto de imagem de Nossa Senhora das Dores, e não raras vezes a noiva apresentava *cara de réu...* Ao lado do noivo, à mesa, não comia, embora ele lhe oferecesse instantemente qualquer iguaria. Contava D. Anna que, à noite, em um momento em que a conversação tornara-se mais animada entre os convivas, ela se atrevera a levantar os olhos, dizendo consigo: "Deixe ver com quem estou casada." E ergueu os olhos para o noivo. Ele era de boa presença. Não ficou mal satisfeita. Demais, tendo o coração livre, era natural que se afeiçoasse àquele que o pai lhe dera por esposo.

Este casamento não foi infeliz, principalmente nos primeiros anos, e, se depois surgiram nuvens no horizonte desses consortes, também mostram-se elas, e às vezes bem carregadas, sobre os que se unem pelos laços do amor. Teria idéias atrasadíssimas quem hoje aprovasse tal forma de casamento. Creio, porém, que não é menos digna de reprovação a excessiva liberdade que hoje é usual entre os noivos. Se vem a desfazer-se um desses noivados, o que muitas vezes sucede, casando a moça com outro, e se ela tem pudor e dignidade, encontrar-se-á sempre em uma posição vexatória, entre o ex-noivo e o marido, ao passo que outrora podia erguer altivamente a cabeça diante daquele a quem jamais concedera favores.

Logo que fora contratado aquele casamento, Manoel Paulino, o marido de Josepha, propôs a Pedro Ribeiro retirar-se da administração do engenho, decerto compreendendo o descontentamento que havia motivado, não correspondendo às esperanças que o sogro nele depositara. Foi assentado que Manoel Paulino entregaria o engenho logo depois do casamento da segunda filha de Pedro Ribeiro, o qual adiou sua partida para o Sertão. Manoel Paulino ficaria em uma fazenda dada pelo sogro, nas terras de Periperi, não havendo entre eles rompimento. Assim se fez.

Foi, pois, incumbido da administração da propriedade o marido de D. Anna, um jovem de dezessete anos, laborioso, inteligente, e com alguma prática do mister da lavoura, como já se disse, faltando-lhe porém a prudência que só a idade pode dar. Estava aquele jovem habituado ao regime metódico, econômico, ao trabalho assíduo, usado por seu pai e os outros proprietários seus parentes. Quis empregá-lo no engenho de seu sogro. Isto não podia agradar aos lavradores e agregados, acostumados a auferir maiores lucros do que o próprio dono.

Começaram as queixas, as intrigas à surdina, a molestar o pobre velho que, sem vista, não podia verificar onde estava a

verdade. D. Anna, que morava com o pai, via-o muitas vezes vexado. Aconselhava ao marido que fosse prudente, mas ele, de gênio impetuoso como são em geral os moços, queria *cortar o mal pela raiz.* Continuando as coisas assim, creio que de um a dois anos, foi Mathias, mais por conselho de sua mulher, levado a entregar o engenho ao sogro, que lhe deu uma fazenda para morar.

O que fez D. Anna proceder assim foi ver no semblante e palavras do pai, a quem adorava, repetidos sinais de contrariedades e aborrecimentos. Mais tarde, tanto ela como Pedro Ribeiro haveriam de arrepender-se, visto como, informados por amigos criteriosos, vieram a conhecer que, sob a administração de Mathias de Araujo Goes, a casa ficaria desempenhada, não se dando o que depois se realizou.

Entregou, então, meu avô o engenho a D. Antonio, seu sobrinho. Entretanto, Mathias, com os escravos que possuía, dava-se ao cultivo da cana, que moía no engenho do sogro, esperando com o produto comprar mais alguns escravos para então fazer um engenho, que era o seu *desideratum.* Passaram-se três ou quatro anos, que correram muito bem para o administrador e moradores. Não assim para o proprietário que, confiando inteiramente no sobrinho, depois foi que reconheceu os prejuízos dados.

Nesse tempo dois grandes golpes feriram o coração do pobre velho. Primeiro, a morte de sua filha Josefina, com dezesseis anos de idade — sobre esta menina de mérito transcendente, escrevi um conto com o título *Os sonhos de Josefina,* na essência verdadeiro.[266] Pouco tempo depois perdeu Pedro Ribeiro a mais velha das filhas, aos vinte e cinco anos, deixando dois filhos menores, Pedro da Trindade e Manoel Paulino.[267] Antes, ela e toda a família haviam tido o desgosto de ver Manoel Paulino — o pai — perder a vista com a idade de vinte e oito anos.

Meu avô pediu ao genro que lhe desse os netos, um de sete, outro de cinco anos:

— Dirá você que eu também sou cego e não posso velar sobre estas crianças, disse-lhe o sogro. Mas tenho uma filha, Maria, que, embora muito menina, é sensata e boa e dispensará aos sobrinhos carinhos maternais. Demais, a outra minha filha mora perto e bem sabe quanto estima seus filhos, podendo-se dizer que foi quem criou o mais velho.

Manoel Paulino não concordou. Não podia separar-se dos filhos. Ia mudar-se para junto de seu pai, e suas irmãs o auxiliariam a cuidar deles.

Pode-se avaliar o que sofreu este homem já septuagenário que, perdendo duas filhas com pequeno intervalo, viu-se separado dos únicos netos, aos quais amava, como é natural aos avós. Parece que a carga dos dissabores era demais para aquele que nem ao menos podia distrair-se de sua dor contemplando as graças da natureza.

Logo depois recebeu ele uma carta de um de seus credores, em termos a que não estava habituado. Ferido em seus brios, chamou o sobrinho, D. Antonio, e veio a conhecer que este havia abusado de sua confiança, não satisfazendo os seus compromissos e contraindo até novos débitos, o que dera ocasião à desatenciosa missiva que recebera. Que lhe competia fazer? Desmoralizar este sobrinho, filho de uma irmã muito querida? Não era homem que o fizesse. Depois de argüí-lo amargamente e ouvir-lhe as razões ou desculpas que conseguiu dar, recolheu-se para refletir no que lhe competia fazer.

No outro dia, chamou a filha casada e comunicou-lhe ter resolvido vender o engenho. Era impossível continuar assim. Ele, que nunca se humilhara ante homem algum, baixava a cabeça diante do seu credor. E há quantos anos suportava esta situação?

— Não me é possível sofrer mais. Meu filho tem onze anos, teu marido não há de querer de novo administrar este engenho...

— Nem eu o desejo, atalhou D. Anna. Não quero que surjam dissabores entre ele e Vosmecê. Se da venda deste engenho depende a sua tranqüilidade, pode vendê-lo.

— Comunica-o a teu marido; receio que ele fique descontente. Já fez uma casa e podia aqui estabelecer-se, mas acho melhor que vá comigo para o Sertão. Aos teus irmãos, não tenho que consultar: são duas crianças.

Não sei o que levou o genro de Pedro Ribeiro a tomar o segundo alvitre. Seria a influência que a mulher então exercia sobre ele? Seria a predisposição que as pessoas muito moças têm para as mudanças, e que por isso desejasse experimentar a vida sertaneja, da qual a esposa lhe falava com entusiasmo? O certo é que se dispôs a acompanhar o sogro. Depois teve muito de que se arrepender.

Sabia Pedro Ribeiro de um homem que possuía dinheiro e que desejava comprar um engenho. Mandou-o chamar e entraram em ajuste. Não me recordo do preço por que foi vendido o engenho.[268] Minha memória nunca foi muito feliz, mesmo na mocidade, tratando-se de nomes próprios e de tudo o que se referia a números.

Demais, quando tive a idéia de relatar estes fatos, minha mãe, que mos referira, era falecida havia perto de vinte anos, e ainda havia muito maior número tínhamos nós conversado sobre o seu passado e o de sua família, quando, antes de meu casamento, vivíamos na vida tranqüila e despreocupada do campo.[269] Hoje nem mesmo aí se goza desta tranqüilidade, porque a luta pela vida se tem generalizado por toda a parte.

Sei que todos que conheceram a propriedade diziam que ele a tinha deitado fora, para expressar o preço baixo por que a vendera. Também sei que pagou integralmente suas dívidas, sem pedir

abatimento, que decerto consideraria humilhação. Não sei quanto lhe sobrou, porque as quantias que hoje designam por contos de réis eram, naquele tempo, nomeadas por mil cruzados e não me ficaram de memória.

Fizeram a mudança. Meu avô tinha o tratamento usado entre os colonos ricos e que em algumas casas fora conservado, mesmo no Império. Minha mãe falava do grande prejuízo que ele sofreu, perdendo belas peças de mobília, louças da Índia, etc, em um transporte de mais de 20 léguas, com os meios de condução então usados.

Deixei de falar do Monsenhor Silveira, o leal e prestimoso amigo de Pedro Ribeiro. Quando encetou relações com meu avô era cônego, tendo pouco tempo depois recebido o título de monsenhor. Quando meu avô participou-lhe ter vendido o engenho, reprovou ele muito tal passo e, pouco tempo depois, passando em sua fazenda em Itapicuru, censurou-o verbalmente, dizendo que, como amigo, devia ter-lhe comunicado suas circunstâncias, que ele poderia remediar, e se a todo o custo quisesse desfazer-se do engenho, não devia tê-lo vendido por tal preço. Já arrependidíssimo, Pedro Ribeiro confessou haver feito uma loucura, devido à fraqueza de seu espírito, ocasionada pela idade e dissabores.

Pediu-lhe o Monsenhor para levar o afilhado para educá-lo à sua custa.

— É um menino inteligente, disse, pode formar-se em Direito ou Medicina e ser muito útil à família.

Não concordou Pedro Ribeiro. Não podia separar-se do filho. Após grande discussão em que o amigo argüiu-lhe mui seriamente sua fraqueza, concordou em enviá-lo mais tarde, ficando então a estudar o latim com o vigário de Itapicuru, que abrira uma aula de ensino dessa língua, para o que era bastante habilitado. Foi, porém, por pouco tempo. Não querendo o menino estudar, fez-lhe

a vontade o velho, que era de uma condescendência indesculpável quando se tratava daquele *benjamin*, talvez pela mesma razão que levara o patriarca Jacob a dar a sua predileção ao filho que a sua adorada Raquel deixara em tenra idade.

Não sei se foi nesta mesma ocasião, ou pouco tempo depois, que o Monsenhor propôs a meu avô requerer ao governo uma pensão pelos serviços prestados em Pirajá.[270] Respondeu prontamente:

— Não vendo os serviços que prestei à minha Pátria; seria uma baixeza.

Igual resposta deu D. Francisco de Bittencourt, avô de meu marido, companheiro de Pedro Ribeiro em Pirajá, a um amigo que procurava convencê-lo a pedir uma pensão. Eram assim os baianos daquele tempo.

O Monsenhor conseguiu convencê-lo, ponderando que ninguém poderia argüí-lo de baixeza, quando outros, com menores serviços, já haviam feito aquilo sem que, por isso, deixassem de ser considerados beneméritos da Pátria e que talvez como tais fossem seus nomes levados à posteridade. Que todos sabiam ter sido em conseqüência da moléstia adquirida em Pirajá que ele perdera a vista, perda que originara todos os transtornos de sua vida e fortuna.[271] Que, na impossibilidade em que se achava, não podendo bem gerir sua casa, poderia perder o resto dos bens e precisar viver à custa de seus filhos — o que seria muito penoso para um homem do seu caráter. Que, tencionando pedir essa pensão com sobrevivência aos filhos, assim compensaria ele, de certo modo, o prejuízo que involuntariamente lhes dera com a desastrada venda do engenho.

Convencido, principalmente, pelas últimas razões, Pedro Ribeiro deu ao Monsenhor os necessários documentos e, algum tempo depois, recebeu do amigo uma carta em que, jubiloso, lhe comunicava o bom êxito daquele negócio.

O Monsenhor Silveira tinha real influência e não obteve a unanimidade de votos de seus colegas da Câmara porque um votou contra. Este foi o Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira, que, depois de haver sido amigo de Pedro Ribeiro, com ele brigara em circunstâncias que já relatei.

— Que se dê uma pensão a este Major, vá; mas para que com sobrevivência aos filhos? disse ele na Câmara.

O Monsenhor replicou que essa sobrevivência seria um poderoso estímulo para todos os brasileiros, que os faria com ardor votarem-se ao serviço da Pátria, etc.

— Aquele soberbo rancoroso, dissera meu avô, ainda me conserva ódio, sem se recordar dos serviços que lhe prestei! Não há que admirar. Assim é o mundo!

Pedro Ribeiro, pelo contrário, não era rancoroso e guardava imorredoura lembrança dos benefícios. A pensão era de cinqüenta mil réis mensais, quantia que hoje seria diminuta, que era porém importante naquela época; e com o rendimento das fazendas e o trabalho dos escravos, que possuía em grande número, facultava-lhe os meios de viver com o conforto a que fora acostumado.

Capítulo X

Por essa época teve aquele ancião, cuja existência tinha sido minada por tantos dissabores, uma grande satisfação. Sua filha casada há sete anos, não esperando mais ter filhos, deu à luz uma menina. Esta menina fui eu, que fiz a minha entrada neste mundo no meio do maior contentamento de toda a família.[272] É bem certo, porém, que, no nosso pobre globo terráqueo, os grandes contentamentos quase sempre vêm acompanhados de algum desgosto, enquanto os grandes infortúnios nos esmagam sem que muitas vezes uma consolação venha aligeirar-lhes o peso. Minha mãe, que atravessara sem contratempo aquele passo tão difícil da vida da mulher, ao sétimo dia foi acometida de terrível febre e outros incômodos que lhe fizeram lutar durante muitos dias entre a vida e a morte. Fui eu a causa inocente daquele mal. Julgaram-me atacada da terrível doença, que o povo chama *mal de umbigo* ou *de sete dias*, e que então arrebatava inúmeras crianças.

Minha mãe vira três irmãos seus sucumbirem ao terrível mal. Quando, depois de algumas semanas, teve consciência do que se passara, falou da filha como se fora morta, e quando lha apresentaram, não mostrou o alvoroço que esperavam, o que fez dizer meu avô:

— Minha filha ainda está muito doente! Ficou nesse estado por causa da filha e, entretanto, mostra-lhe tanta indiferença!

Ficara-lhe um sofrimento nervoso que a fazia julgar-se sempre atacada de uma moléstia imaginária, permanecendo em contí-

nua tristeza e terror da morte. Não cuidava da casa nem da filha, entregue à irmã. O pai não a deixava. Só ele conseguia quebrar às vezes o seu mutismo, porém sempre para falar da moléstia que imaginava sofrer. Uma senhora de suas relações disse-lhe:

— Porque não vai à Igreja de Nossa Senhora da Saúde? Ela pode curá-la.

Educada na viva crença do Evangelho, possuiu-se dessa idéia e pediu que a levassem à igreja da Missão.

A Igreja de Nossa Senhora da Saúde fora edificada pelos jesuítas, que estabeleceram naquele local uma missão para a catequese dos índios. Era um belo templo de elegante arquitetura, com finíssimas obras de talha e imagens perfeitíssimas. Dizia minha mãe que só a força de vontade e perseverança incontestáveis daqueles homens e também a real influência que exerciam sobre o povo poderiam fazer levar a um lugar tão distante da Capital todas essas magnificências. Ao lado do templo havia um hospício para a residência dos padres que vinham exercer a catequese.[273]

Nessa época, os jesuítas já haviam sido há muito retirados do Brasil, mas os franciscanos mandavam sempre um padre para ensinar o catecismo aos índios. Estes, já muito dizimados nesse tempo, ainda formavam algumas famílias de raça indígena, sem mistura. Eram mansos, inofensivos, e só tinham que lhes argüir a indolência e desconfiança próprias da raça. Não eram belos como os índios descritos por Gonçalves Dias e Alencar, mas havia entre eles, principalmente entre as mulheres, tipos agradáveis. Essa igreja foi destruída completamente por um incêndio, há muitos anos.

Chegando à Missão, foi minha mãe à casa de uma família de sua amizade preparar-se para ir à igreja. Uma senhora da casa disse-lhe:

— É debalde que vá à Nossa Senhora da Saúde! Tem de levar, como eu, uma vida infeliz. Já me peguei com Nossa Senhora da Saúde, como todos os santos que me dizem serem milagrosos, e

nada! Tenho consultado todos os médicos que aqui vêm e coisa alguma consegui. Já estou desenganada, como você também há de ficar.

Minha mãe retorquiu-lhe com entusiasmo:

— Hei de voltar curada!

Entrando na igreja, ajoelhou-se, fitando os olhos na imagem tão perfeita que parecia ter vida. Tinha sob o pé, como muitas imagens antigas, uma figura de serpente, simbolizando o espírito do mal que tentara Eva e fora suplantado pela Virgem Mãe quando deu à luz o Messias, Redentor do gênero humano. Ouvi algumas vezes minha mãe relatar este fato a pessoas que duvidavam de milagres, e repetirei suas palavras:

— Com os olhos fitos na imagem, disse em meu coração: Mãe de Deus! Assim como esmagastes a cabeça da serpente infernal, esmagai esta moléstia e fazei que eu volte completamente curada! E continuei a orar ardentemente, com todas as forças de minha alma. Senti então como umas formigas que me subiam pelos membros e perdi os sentidos. Quando tornei a mim, estava cercada de senhoras que me prodigalizavam os socorros usados em tais ocasiões. Senti-me outra. Depois de render fervorosa ação de graças à Mãe de Deus, voltei para casa perfeitamente curada. Ria e conversava como dantes, e ninguém encontraria em mim vestígios da cruel moléstia, como sempre se encontram nos que a padeceram, sendo curados pela medicina.

De fato, foi minha mãe uma das criaturas de gênio mais calmo, de nervos mais sãos que tenho conhecido. Estendo-me nestas particularidades porque creio que são uma prova da imensa vantagem que há em incutirem os pais no espírito dos filhos a crença inabalável, a fé ardente, capaz de transportar montanhas, segundo a frase bíblica. Será o maior cabedal com que poderão dotá-los, cabedal que jamais conseguirão destruir. E é só na primeira idade que podemos apropriar-nos desse tesouro: mais tarde seria dificí-

limo. Entre nós e os melhores ensinos, virá interpor-se o aspecto sinistro da dúvida. Aquele que é criado sem fé, sem dogma, é um infeliz: quando vir soçobrar o frágil lenho em que todos navegamos no oceano da vida, onde achará uma tábua de salvação?

Neste tempo, despertou-se no ânimo de meu pai o desejo de aumentar seus haveres. A existência da filha fez-lhe nascer esta ambição. Via que, permanecendo no Sertão, era dificílimo conseguir tal fim, e determinou mudar-se para o engenho de um de seus cunhados, cujos terrenos produtivos e próprios para a cultura da cana prometiam-lhe melhor resultado do que podia esperar no Engenho Conceição, de que era proprietária sua mãe.[274] Meu avô a isso não se opôs.

— Por culpa minha, disse ele à filha, é que teu marido é obrigado a procurar estabelecer-se longe de mim — referia-se à venda de Periperi. Custa-me muito separar-me de ti e de minha netinha, porém resigno-me. Tua irmã, felizmente, já está em idade de cuidar de mim. Deves acompanhar de boa vontade teu marido.

Ao mesmo tempo, tratou meu avô de deixar a sua residência no Itapicuru, da qual estava um pouco desgostoso; comprou uma fazenda que lhe ofereceram no Sobrado, ou Aporá, vendendo a do Retiro. Ali tinha amigos, porque as suas relações não se limitavam só a Itapicuru, e contava levar neste local uma vida mais tranqüila. Assim porém não sucedeu. Seu filho, que tinha então quatorze anos e não quisera estudar, começou a freqüentar no arraial próximo uma sociedade pouco conveniente, não querendo ocupar-se de nenhum mister sério. Isto trazia-o muito apreensivo.

Minha mãe mudara-se do Retiro ao mesmo tempo que o pai e se achava no Recôncavo em uma fazenda — do Remédio — há algum tempo, quando viu inesperadamente chegar meu avô com os filhos, escravos e tudo que constituía a sua casa, dizendo-lhe:

— Minha filha, aqui está teu velho pai que tens de enterrar, porque não deixarei mais tua companhia.

E assim foi. Homem de prontas resoluções, entregara a fazenda recém-comprada a um vaqueiro, vindo para o Recôncavo sem prevenir os filhos, que o receberam com imenso júbilo.

Pouco tempo depois, foi realizado o casamento do filho de Pedro Ribeiro com uma irmã de meu pai, Jesuina, com o acordo das duas famílias. Tinha ele quinze anos. Hoje admiraria que a família de uma moça consentisse no seu casamento com um rapaz de tão pouca idade, cujo pai se apressara em casá-lo para evitar que fizesse um casamento inconveniente, como já intentara. Naquele tempo, porém, acreditava-se muito no exemplo paterno e na herança moral, pode-se assim dizer, que os filhos recebiam dos pais. Fazendo alguém da família da noiva algumas considerações sobre aquele consórcio, responderam-lhe: "Um filho de Pedro Ribeiro nunca será ruim nem mau esposo; o que tem feito não passa de criancices que, com a idade e o casamento, passarão."

De feito assim aconteceu. Algum tempo depois de casado, reconhecendo o jovem Pedro Ribeiro quanto andara mal em não estudar, começou a aprender o latim com o Padre Uzeda, nosso parente, dando imenso prazer ao velho pai que muito se desgostava de vê-lo ignorante, decerto se reconhecendo disto culpado pela sua imperdoável fraqueza. Quando, depois das primeiras lições dadas ao filho, meu avô viu o Padre Uzeda, disse-lhe, abraçando-o muito comovido:

— Padre, tenho desejos de ajoelhar-me aos seus pés para lhe agradecer o que fez por meu filho. Sei que foi você quem influiu para que ele estudasse e vejo quanto ele tem aproveitado com suas lições.

Depois, foi esse jovem continuar seus estudos na Capital, formando-se em medicina, e chegou algum tempo depois a ser lente catedrático desta Escola.[275]

Pouco tempo depois, teve meu pai de fazer nova mudança. Morreu sua mãe, e coube-lhe em herança uma fazenda que fazia parte do Engenho Conceição. Já aborrecido de lavrar cana em engenho dos outros, o que trazia certa dependência contrária ao seu caráter, teve a idéia de fazer seu engenho, embora as terras não fossem próprias para o cultivo da cana. Esta mudança deu-lhe grandes prejuízos, vendendo por muito menos de seu valor as plantações e uma casa que fizera, contando permanecer ali mais tempo.

A casa de sua nova fazenda — do Coqueiro Novo —, sem ser muito vasta e luxuosa, era confortável e aprazível. Fora a vivenda do irmão de meu pai, Manoel José, que, na partilha dos bens maternos, ficara com o Engenho Conceição. Havia um bom quintal com muitas árvores frutíferas. É desta data que começam as recordações um tanto nítidas de minha infância. Recordo-me de que meu avô, me chamando, perguntou-me se gostava mais desta casa do que da outra.

— Muito mais desta, respondi.

— E por que? perguntou.

— Por isso, tornei, introduzindo-lhe na mão uma fruta.

Pedro Ribeiro, como é natural a todos os avós que acham espírito nos mais frívolos ditos dos netos, chamou minha mãe e referiu-lhe minha resposta, que repetiu a outras pessoas, emprestando-lhe uma graça que não tinha.

Lembro-me disto porque senti-me vexada com a importância que davam a uma coisa tão simples. Seriam a reserva e o acanhamento próprios do meu caráter que então se manifestavam? A verdade é que sempre me sentia mal ao ouvir contar qualquer ato ou dito meu parecendo ter por fim granjear-me louvores. Tinha a impressão de que só me acarretariam o ridículo, e este juízo não era baldo de senso. Sempre incorrem em ligeiras críticas as mães que se estendem demasiado em narrar graças dos filhos, graças

que não podem ter para os outros o sainete que têm para elas, que as vêem pelo prisma da afeição materna.

Correram então tranqüilamente os dias para meu avô em nossa nova vivenda. Parece que Deus queria dar-lhe, em recompensa de sua resignação evangélica, um crepúsculo suave antes do ocaso de sua existência. Era a reprodução dos dias passados no Retiro, de que minha mãe guardava tão grata reminiscência. Ao clarear do dia, anunciado pelo chilrear dos passarinhos, todos se levantavam, e eu, que dormia no quarto de minha mãe, erguia-me do meu pequeno leito e a seu lado ia para o quarto de meu avô, onde se reunia toda a família para a oração da manhã.

Não quis mais ele tomar parte nas refeições da família. Para ir de seu quarto à sala de jantar, era preciso subir uma escada, atravessar a sala de visitas, e isto pareceu-lhe custoso, a ele, a quem faltava o tino que adquirem muitos cegos. Eram-lhe, pois, servidos o almoço e o jantar no quarto, o que julgo foi-lhe prejudicial, tornando-lhe a vida mais sedentária.

Depois do almoço, as filhas de Pedro Ribeiro vinham sempre passar algum tempo com ele, e quando voltavam aos afazeres habituais, eu, com o meu batalhão de negrinhas, invadia-lhe o aposento alegrando-o com a minha tagarelice, que ele sabia excitar. Minha tia arranjara pelo Natal um baile pastoril no qual eu representara o anjo que viera avisar aos pastores o grande acontecimento.[276] Dispondo então de muita memória, eu não só decorava o meu papel como quase todos os das pastoras, e ensinava-os às negrinhas, o que me dava algum trabalho.

Estes ensaios eram feitos no quarto de meu avô, que não só me auxiliava no ensino às negrinhas, como ajudava a cantar, apesar de nunca ter disposto de boa voz. Isto fazia rir minha mãe e minha tia, ao presenciarem esse folguedo, confirmando-as na idéia de que os avós tornam-se crianças para alegrar os netos. E recordando hoje esses episódios, apraz-me a lembrança de que facultei assim

algumas horas felizes àquele venerável ancião que, além da cegueira, tinha esgotado em sua longa vida tantos cálices de amargura.

Depois do jantar fazia o passeio a que se acostumara desde que perdera a vista. Saindo pela porta que dava para a varanda, seguia por esta até encontrar a cerca que se estendia à margem do riacho que deslizava ao sopé da pequena eminência onde era edificada a casa. Na volta, ao passar pela varanda para a qual davam as janelas da sala onde as filhas costumavam se achar, chamava-as, dizendo:

— Vamos rezar a Ave-Maria.

Levando-me, seguiam elas para o quarto, onde tinham de esperar o velho cujo passo cada vez era mais tardio.

Esta cena desdobra-se claramente em minha lembrança. Parece-me estar vendo a figura imponente daquele ancião, em frente ao altar, repetindo as palavras da saudação angélica, as filhas orando a seu lado, a bênção patriarcal que nos lançava com a mão solenemente estendida, que íamos após, respeitosamente, beijar. Sinto não haver guardado de memória as palavras textuais desta bênção em que ele impetrava a Deus e a Maria Santíssima todos os bens para seus filhos e netos.

A idosa mulata que o servia vinha então colocar sobre a mesa a luz, repetindo as palavras usuais: "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!" Sentavam-se, e começava a palestra animada e aprazível, natural entre os membros de uma família que se estima. Não sei até que hora se prolongava, mas recordo-me que terminava para dar lugar à oração da noite. Quase sempre era eu levada pela ama a agasalhar-me quando dava sinais de sono, deixando-os ainda entretidos naquela conversação.

A monotonia desta vida era interrompida pelas visitas, que não escasseavam porque a família Goes — a de meu pai —, que possuía propriedades agrícolas em grande extensão de terras do Catu, era muito comunicativa. Faziam a meu avô freqüentes

visitas, algumas das quais lhe eram muito agradáveis. O Padre Uzeda, a quem já me referi, e o irmão de meu pai, Manoel José, proprietário do Engenho Conceição, proporcionavam a meu avô horas de animada palestra. O Padre, que conhecia o latim a fundo, era muito versado na literatura antiga e também na moderna, que lhe facultava o conhecimento do francês. Manoel José, também versado no latim, tendo gosto para a literatura e sendo muito espirituoso e jovial, era um conversador agradável.

Pedro Ribeiro, dizia minha mãe, conservava ainda, naquela idade avançada, gênio jovial e espírito fino. Pode-se fazer idéia das amenas horas que passavam e do interesse que tinham para o velho as conversações, às quais minha mãe e minha tia quase sempre assistiam. Disse o Padre um dia à minha tia:

— Com o gosto que tem para as letras, D. Maria, devia estudar o francês. Não só a literatura francesa é muito rica em si, como por meio da tradução possui tudo o que forma a literatura antiga. Se quiser posso dar-lhe algumas lições dessa língua.

Foi aceito o oferecimento, com a aprovação de meu avô.

Vê-se, pois, que Pedro Ribeiro era um homem de idéias adiantadas para aquela época, não partilhando da aversão que alguns tinham à língua francesa. Creio que nesta ocasião, contou Manoel José o que se dera quando participou ele ao pai estar estudando francês:

— Vais aprender essa língua, disse-lhe o pai zangado, para leres Voltaire e Rousseau, esses dois *hereges* que escreveram contra nossa religião, deitando a perder a mocidade.

Parece que só estes dois nomes de autores franceses eram conhecidos dos honrados lavradores daquele tempo, sem dúvida por insinuação dos padres, e eles, católicos fervorosos, não deixavam de ter alguma razão, querendo afastar os filhos da literatura francesa do século XVIII, tão funesta à juventude. Pedro Ribeiro, porém, teria o cuidado de afastar de sua jovem filha as leituras

perniciosas, só lhe facultando as próprias a ilustrar seu espírito, formado em uma atmosfera de recato e virtude.

Além destas, recebiam-se em nossa casa outras visitas, também agradáveis ao bom velho. O filho que, depois de procurar instruir-se, tornara-se mais caro, a esposa deste, que merecidamente lhe ganhara o afeto paternal, vinham amiúde visitá-lo. Moravam perto numa fazenda denominada Marmota. Muitos outros, inclusive senhoras e crianças que vinham à nossa casa, procuravam a companhia do ancião, que tinha o dom de agradar às pessoas de todas as classes e idades, indo todas colocar-se ao redor do seu leito ou poltrona, como se ele fosse o centro donde emanasse um fluido que a todos atraía e encantava. É que nele não se via a severidade impertinente, a susceptibilidade exagerada, que fazem o velho julgar-se um objeto de menoscabo para os moços, o que acaba por afugentá-los.

Era eu então muito pequena para avaliar tais coisas, referidas depois por minha mãe; creio, porém, firmemente, não haver exagero, porque ela, que era o retrato moral do pai, conservou até os últimos dias a indulgência, a amabilidade no trato, o que impensadamente levava os que freqüentavam nossa casa a agruparem-se ao redor dela, atraídos por sua conversação amena, por suas maneiras lhanas e delicadas.

As horas que passava sozinho, meu avô entretinha-se em ouvir o canto das aves cujas gaiolas ornavam as paredes de seu quarto, onde sempre tinha um papagaio com o qual se distraía, ensinando-o a falar. Gostava tanto do canto das aves, que pediu a meu pai para plantar uma laranjeira ao pé da janela de seu quarto para que aves, vindo ali agasalharem-se, soltassem pela madrugada seus gorjeios que tanto o deleitavam. De quando em vez chamava-me para dizer-me uma frase carinhosa, desafiar-me a tagarelice infantil, ou para dar-me uma fruta, de que sabia ser eu muito gulosa.

Minha mãe reservava para o pai o que havia de melhor neste gênero, sabendo ser muito apreciador das boas frutas. Um dia fez-me um sinal minha mãe para que não aceitasse; meu avô, percebendo-o, disse-lhe:

— Não faças isto, minha filha; tenho mais gosto em dar esta fruta à minha netinha do que em comê-la.

Depois acrescentou:

— Deus é que te há de pagar o carinho que tens comigo. Tens só uma filha a quem tanto amas, e percebo que tudo que há de melhor guardas para teu velho pai.

Estas lembranças, muito gratas à minha mãe, que minuciosamente as referia, são-me também gratas pela parte que me coube nas consolações que fruiu o bom velho no final de sua existência. Meu pai era quem menos companhia lhe fazia, por estar muito sobrecarregado de trabalho com a construção do engenho. Não deixava, porém, de ir todos os dias vê-lo, tratando-o com muita consideração e respeito.

Vê-se, pois, que a Pedro Ribeiro poucos instantes restavam para entregar-se às tristes recordações de sua existência, como costumam fazer os velhos. Bem sei que as recordações trazem-lhes, às vezes, à mente, cenas bem suaves e risonhas, mas cuja doçura é logo neutralizada pelo travo de grossas gotas de fel. Nestas cenas que se desdobram tão vivazes, figuram muitos entes que já terminaram o seu papel no drama da vida, deixando infinda saudade. Melhor fora para o velho não recordar!

Desço a essas minudências para provar que Deus dá, mesmo neste mundo, qualquer remuneração àqueles que, como Pedro Ribeiro, ainda nos maiores desgostos e tribulações, nunca perdem a Fé nem blasfemam contra a Divina Providência.

Passaram-se dois a três anos. Completara Pedro Ribeiro setenta e nove anos; vigoroso e bem disposto, não parecia ter essa idade

avançada. No pleno gozo de suas faculdades mentais, não lhe adviera a surdez de que muitos velhos se ressentem naquela idade, tornando sua conversação muito incômoda para os outros.

Manifestou-se nele pronunciado fastio, e a mulata que o servia veio participá-lo a minha mãe. Esta foi logo ter com o pai, perguntando-lhe se a qualidade da comida lhe desagradava. Disse que não: ele é que se achava indisposto. Continuando assim, notou ela que o pai estava sempre deitado e dormitando, em contrário a seus hábitos. Mandou chamar meu tio Manoel José.

Era ele quem prestava serviços médicos a todos os parentes e também a estranhos na localidade. Inteligente, lia com gosto alguns compêndios de medicina que lhe vieram às mãos e os anúncios sobre medicamentos que apareciam nas raras gazetas que chegavam a esta terra. O fato é que curava, e creio que naquele homem se perdeu um grande médico, não sendo aproveitada sua rara aptidão para as ciências de Hipócrates.[277] Os poucos médicos que estacionavam nas povoações campesinas ficavam muito longe de nós e só em caso extremo eram chamados, chegando quase sempre tarde.[278]

Manoel José aplicou a Pedro Ribeiro a *Pílula de Família*, medicamento por ele já empregado com grande êxito, em sua opinião.[279] A dose parece que foi grande, produzindo muito efeito, e à tarde meu avô parecia abatido. Sentiu calafrios, e o criado que o servia atribuiu-os a ter recebido ele um golpe de ar muito rijo, não tendo querido que fechassem a janela. Não se sujeitava às cautelas então usadas no emprego de qualquer medicamento. Tomando uma sopa, lançou-a imediatamente, e à noite sobrevieram-lhe febre e mal-estar.

Vindo Manoel José vê-lo, achou que era conveniente chamar um médico. Havia um no Pau Lavrado, o Dr. Brum.[280] Não sei se veio no dia 25 ou 26 de setembro. O diagnóstico foi fatal. Recordo-me de que a casa ficou repleta de parentes e amigos; de que,

chegando ao quarto de meu avô, via-o recostado ao filho, parecendo aflito. Uma nuvem de tristeza parecia pairar sobre todos.

Como minhas reminiscências são muito truncadas, completá-las-ei com o que me relatou depois minha mãe. Com a declaração do médico, a consternação foi imensa, e toda a família foi avisada, como era costume em casos tais. Veio o Padre Uzeda, e minha mãe, que nas mais críticas situações não esquecia os seus deveres de cristã, pediu-lhe que lembrasse ao doente a confissão.

— Meu tio, disse-lhe o Padre, vim visitá-lo; mas, se quiser utilizar meus serviços como sacerdote, estou às suas ordens. Fico para celebrar amanhã em sua intenção.

— Aceito, disse ele, e aproveito para me confessar e sacramentar. Doente e na idade em que me acho, devo preparar-me...

— Se quer confessar-se, disse o Padre, é melhor fazê-lo hoje; poderei assim celebrar muito cedo, e não será forçado a prolongar um jejum que pode enfraquecê-lo.

Concordou, pedindo algum tempo para fazer o exame de consciência. Quando terminou a confissão, era noite. Chamou meu avô as filhas para abençoá-las, dizendo achar-se aliviado; foi um vislumbre de esperança para elas. Dizia-se em nossa casa que a melhora depois dos sacramentos era um sinal de escapar o doente com a vida. Depois, disse ele:

— Não terminei a novena de Nossa Senhora das Mercês, por estar no último dia (24 de setembro) muito incômodo. Quero terminá-la hoje. Mandem chamar as pessoas de casa.

Assim se fez. As filhas de Pedro Ribeiro não assistiram à novena. Um tanto animadas com o alívio do pai e aconselhadas pelas senhoras que tinham vindo auxiliá-las, foram descansar um pouco porque havia duas noites não dormiam. Entretanto eu, que agitada pelo movimento desusado da casa não dormira, pedi a uma das raparigas para me levar ao quarto de meu avô; queria assistir à novena.

Recordo claramente a cena que se apresentou a meus olhos. O pessoal da casa era grande e enchia o quarto. Nos degraus da escada que ia para a sala, havia algumas pessoas, entre as quais me achava eu, sentada ao colo da rapariga que me trouxera. Meu avô, no leito, estava recostado ao filho que o amparava. O Padre, o médico e alguns outros homens estavam próximos ao leito. Começara a reza.

Relataram-me algumas particularidades que não podiam ser observadas por uma menina de minha idade. Pedro Ribeiro rezava em voz baixa, porém inteligível. Chegou o momento em que todos se ajoelham para recitar a oração final. O ancião, que não podia ajoelhar, inclinou a fronte e, levando a mão ao peito, pronunciou:

— Senhor Deus, misericórdia!

Enquanto todos, ajoelhados, repetiam essas palavras, o médico fez um sinal de alarme. O Padre aproximou-se; o ancião ainda prosseguiu, com a mão ao peito:

— Senhor Deus, pequei! Senhor, misericórdia!

O Padre, vendo então todos os sinais da agonia no semblante do enfermo, quis entregar-lhe uma vela, mas ele, desviando-a, ainda levou a mão ao peito, pronunciando com voz apenas inteligível as palavras finais da oração:

— Senhor Deus, por Vossa Mãe Maria Santíssima, misericórdia!

Entrou logo em agonia, que foi suave e breve, enquanto o sacerdote que lhe segurava a vela na mão repetia as orações usadas pelos cristãos nessa hora solene e tremenda.

Lembro-me claramente do quadro que se desenhou a meus olhos. O Padre ajoelhado, com a fronte encostada à cama, com os ombros agitados pelos soluços, meu tio colocando a cabeça do pai sobre o travesseiro, todos os assistentes de joelhos, os soluços que irrompiam de alguns peitos, finalmente, todo este conjunto,

que eu não compreendia bem, causou-me imenso terror. Chorando e tremendo convulsivamente, agarrei-me no pescoço da rapariga que, para me sossegar, disse:

— Ele não morreu; foi um ataque e já tornou a si.

E carregou-me para fora do aposento. De passagem, vi minha mãe que chorava, queixando-se do que com ela haviam praticado. Soube depois que era por não a terem avisado da morte do pai, a cujos últimos momentos queria assistir. Ela e a irmã só tiveram a triste consolação de abraçar um cadáver.

Chegando ao quarto em que eu dormia, a escrava agasalhou-me, confirmando-me na idéia de que meu avô não havia morrido. Despertei, pela manhã; veio então minha ama dar-me a fatal notícia.

Fui ao quarto de meu avô com intenção de vê-lo. No leito, vi um vulto todo coberto com uma colcha. Aproximando-me dele, uma negrinha mais crescida do que eu, e já embutida das superstições do povo ignorante, disse-me:

— Não descubra o rosto do defunto, senão ele vem lhe assombrar à noite.

Disse minha mãe que eu fiquei naqueles dias muito calada e triste, mostrando, não obstante minha pouca idade, não ser indiferente ao triste acontecimento!

O enterro foi concorridíssimo. O Dr. José Zephyrino de Meneses Brum ofereceu-se para fazer um discurso necrológico que tinha como epígrafe estes versos de Gonçalves Dias:

Sai da larva a borboleta,
Sai da rocha o diamante,
De um cadáver mudo e frio
Sai uma alma rutilante.

E terminava com outro do mesmo autor:

Não choremos esta morte,
Não choremos casos tais;
Quando a terra perde um justo,
Ganha o céu um anjo mais.[281]

Meu tio Manoel José, na mesma ocasião, recitou um soneto em que enaltecia as qualidades do morto, especialmente como patriota.

Era em 1849. Não haviam sido ainda proibidos os enterramentos no interior das igrejas.[282] Foi, pois, meu avô sepultado na Igreja de Sant'Anna do Catu, no compartimento acima da grade, do lado esquerdo do altar-mor.[283]

Não havia então em nossa terra o costume de colocar lousa sobre as sepulturas: mas, muitos anos depois, o Dr. Pedro Ribeiro, que conhecia o lugar da sepultura por ter assistido à inumação do cadáver de seu pai, mandou depositar no mesmo sítio os restos mortais de seu filho, o Dr. Rodrigo de Uzeda e Luna Ribeiro, falecido na flor da idade, como se vê na lápide que cobre sua sepultura. Assim, no mesmo local repousam os despojos mortais do avô e do neto. Ao lado dessa lápide existe outra, com o nome de Anna Maria da Annunciação Ribeiro: era minha mãe, filha dileta do Major Pedro Ribeiro.

Por ocasião da missa do sétimo dia em nossa casa, o Padre Uzeda, depois do ofício divino, pronunciou algumas palavras sobre o ilustre morto, palavras, dizia minha mãe, que foram um bálsamo salutar para seu coração torturado por tão grande perda. Comovido e exaltado, disse o Padre:

— Confessei-o; era um justo. No entanto, na hora extrema, ele, que sempre havia trilhado a vereda do bem, curvou-se ante os impenetráveis arcanos da Justiça Divina e, como verdadeiro cristão, parecia dizer no seu íntimo: "Quem será puro diante de Deus?" E levando humildemente a mão ao peito dizia: "Senhor

Deus, misericórdia!" E de todos os corações daqueles que o cercavam saía fremente a mesma súplica: "Senhor Deus, misericórdia!" Julguei ver aquela alma de eleito subir entre os perfumes daquelas orações até a presença do Soberano Criador. Nunca tinha eu visto morrer assim e creio que jamais verei uma tão bela morte!

Escrevendo estas linhas, que destino a meus filhos e netos, rendo também um justo preito à memória daquele que fez honra a seus descendentes e a eles peço que em seus corações rendam sincera homenagem ao nobre e venerando vulto que, na Terra, foi Pedro Ribeiro de Araujo.

Notas

Capítulo I

1. A imigração de Portugal para o Brasil intensificou-se na segunda metade do século XVII com o agravamento da crise econômica metropolitana. Do arquipélago da Madeira, situado no Atlântico Norte, a meio caminho entre Europa e África e ocupado pelos portugueses desde 1425, veio um contingente significativo de colonos que se fixaram em Salvador e seu Recôncavo ou abriram novos espaços agrícolas, desbravando o interior na direção do Sertão (cf. Carlos B. Ott, *Formação e evolução étnica da cidade do Salvador*, t. II, p. 77–89).

2. A Justiça de El Rei seguia no Brasil o mesmo modelo de administração centralizada adotado em Portugal. Em Salvador, na cidade do Maranhão, no Rio de Janeiro e nas sedes das comarcas concentrava-se a maior parte dos magistrados e dos funcionários de carreira; no restante do território, a Justiça era feita por cidadãos leigos — juízes ordinários nas vilas e juízes de vintena nas povoações — eleitos pelos "homens bons" dessas localidades. Esses juízes leigos deveriam ser fiscalizados periodicamente por meio de correições e visitação por causa do tamanho excessivo das comarcas. As correições raramente se faziam com a necessária freqüência. A impunidade de Gonçalo da Silva não deve ser atribuída às deficiências da organização judiciária colonial, mas às próprias leis portuguesas, que davam ao marido o direito de matar a mulher adúltera e seu parceiro, desde que este não fosse homem de "maior qualidade":

Do que matou sua mulher pô-la achar em adultério
Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, ou nosso desembargador, ou pessoa de maior qualidade. Porém, quando matasse alguma das sobreditas pessoas, achando-a com sua mulher em adultério, não morrerá por isso, mas será degradado para África com pregão na audiência pelo tempo que aos julgadores bem parecer, segundo a pessoa que matar, não passando de três anos. (*Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, Livro Quinto, Título XXXVIII)

3. Cf. quadro genealógico I.

4. Pedro Caetano da Silva foi capitão da Cavalaria Auxiliar de Inhambupe, anexa ao Regimento Miliciano da Vila de Cachoeira (cf. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, v. IV, p. 506, doc. 23.972), e registador de gado em Cajueiro, nomeado pelo governador Dom Rodrigo José de Menezes e Castro (cf. doc. II.9, Anexos). Os registos de gado, criados na Bahia pelo mesmo governador que designou Pedro Caetano para o cargo, eram alfândegas secas, instaladas em pontos estratégicos, com o objetivo de cobrar os tributos cabíveis e coibir o contrabando de carne bovina, intensamente praticado na época pelos chamados "fulminas" (cf. Luís dos Santos Vilhena, *Notícias soteropolitanas e brasílicas*, Carta Undécima, v. II, p. 437). As Milícias — ou terços auxiliares, como se chamaram até 1796 — eram ditas tropas de segunda linha e constituíam, ao lado dos Corpos de Ordenanças, forças de reserva para as tropas de primeira linha ou tropas pagas. Existentes em Portugal desde 1641, as Milícias foram criadas no Brasil em 22 de março de 1766 por carta régia de Dom José I, com o objetivo de associar a população à defesa territorial e à manutenção da ordem pública (*Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. II, p. 280–281, doc. 8.652). Na "Observação relativa aos corpos de auxiliares e ordenanças da Capitania da Bahia" de 11 de junho de 1791, na qual Dom Fernando José de Portugal enumera as deficiências dos regimentos, terços e companhias sob sua responsabilidade, um único

desses corpos é considerado "digno de atenção", pela decência com que se apresentava: o Regimento da Cavalaria Auxiliar da Vila de Cachoeira, comandado pelo coronel José Pereira Brandão e formado por doze companhias nas vilas de Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe e Água Fria, ao qual pertencia Pedro Caetano:

> (...) Na vila de São João de Água Fria, [existe] uma [companhia] dentro da mesma vila e outra na freguesia do Divino Espírito Santo de Inhambupe. Acha-se presentemente este corpo [Regimento da Cavalaria Auxiliar da Vila de Cachoeira] com 707 praças; ele é digno de atenção porque os seus oficiais e soldados têm possibilidade por se ocuparem no exercício da lavoura do tabaco e mais gêneros e criações de gado e por esta causa se têm apresentado nas revistas com toda a decência; o seu sargento-mor e ajudante são pagos pelas respectivas Câmaras. (*Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, v. III, p. 222, doc. 14.397)

5. A morte era a pena prevista na legislação portuguesa para quem desse fuga a presos (cf. *Ordenações...*, Livro Quinto, Título XLVIII, §1).

6. No Brasil colonial, um personagem investido em "importante cargo" poderia pertencer à administração eclesiástica, civil ou militar, cujos funcionários eram facilmente identificáveis pela forma de vestir, os adereços que usavam ou as armas que portavam. Em uma sociedade rigidamente estratificada como a portuguesa, insígnias, privilégios, obrigações e formas de tratamento tinham grande importância na definição do estatuto social de cada indivíduo. Ter cavalo e viajar acompanhado de "pajem igualmente bem vestido e montado" eram indiscutíveis sinais de posição social elevada. A posse de cavalos "de estada" se associava ao pertencimento à nobreza ou à alta administração pública e, entre os homens livres, separava cavaleiros e peões (cf. *Ordenações...*, Livro Segundo, Título LX).

7. Em princípio, a legislação portuguesa punia com a morte o crime de assassínio. Mas, na ausência de "malícia ou vontade de matar",

não se aplicava a pena de "morte natural" aos que "matam, ou ferem, ou tiram com arcabuz ou besta" (*cf. Ordenações...*, Livro Quinto, Título XXXV).

8. Sátira mordaz aos costumes da época, a *Histoire de Gil Blas de Santillane*, do escritor francês Alain René Lesage (1668–1747), foi publicada entre 1715 e 1735, em quatro volumes. Em pouco tempo tornou-se uma das obras literárias mais populares na França. Traduzida em diversas línguas européias, sua divulgação no Brasil se fez através dos catálogos das livrarias importadoras, como B.C. da Silveira Lemos, Carlos Pongetti e João Batista Martins, que existiam em Salvador (cf. Pierre Verger, *Notícias da Bahia, 1850*, p. 171). O "Dr. Sangrado" é uma das personagens da farsa: médico famoso da cidade espanhola de Valadolid, toma Gil Blas como aprendiz, transmitindo-lhe a técnica de sua única e universal terapêutica, a sangria, capaz de curar qualquer doença, desde que acompanhada de alimentação frugal e de grandes quantidades de água morna. A reputação do "Dr. Sangrado" vinha do seu aspecto imponente, de uma grande eloqüência e do fato de que alguns de seus clientes eventualmente sobreviviam ao tratamento.

9. No Brasil colonial, a sangria era praticada por barbeiros, geralmente negros ou mulatos, que podiam ser leigos ou "examinados", isto é, autorizados pelo cirurgião-mor do Reino. Havia duas formas de praticar a sangria: na primeira, o paciente era submetido a pequenos cortes de navalha, nos quais eram introduzidos instrumentos feitos de chifre de boi, succionados pelo barbeiro até que o fluxo de sangue se estabelecesse; na segunda, "bichas", ou sanguessugas, importadas da Europa e submetidas a um regime de subalimentação para que se mantivessem famintas, eram aplicadas sobre a pele previamente umedecida com leite açucarado (cf. Licurgo Santos Filho, *História da medicina no Brasil*, t. I, p. 148).

10. Bahia, ou cidade da Bahia, era, na linguagem corrente e nos documentos oficiais, a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Tomé de Sousa, primeiro governador-geral

do Brasil. Sede do governo geral do Brasil de 1549 até a instalação do Vice-Reino no Rio de Janeiro (em 1767) e do governo da Capitania Geral da Bahia (a partir desse ano), localizavam-se em Salvador o Tribunal da Relação, instância suprema da Justiça colonial no Brasil, e instituições carcerárias de maior segurança, em princípio infensas a eventuais ingerências de poderosos locais.

11. "Seguro de vida" ou "carta de seguro" era um instrumento de proteção que, por intermédio da Justiça, podia ser solicitado, aos presumidos agressores, pelos que se sentiam ameaçados (cf. *Ordenações...*, Livro Quinto, Título CXXVIII).

12. De acordo com o sistema de privilégios vigente em Portugal, as penas para um mesmo crime variavam segundo a posição social do infrator. A "parte infamante da sentença" — açoites, ou degredo, com baraço e pregão — eram as "penas vis", das quais ficavam isentas certas categorias de pessoas:

> *Das pessoas que serão escusas de haver pena vil*
> Para que se saiba quais devem ser relevados de haver pena de açoutes, ou degredo com baraço e pregão, por razão de privilégios ou linhagem, mandamos que não sejam executadas as tais penas em os escudeiros dos prelados e dos fidalgos, e de outras pessoas que costumam trazer escudeiros a cavalo, ora o cavalo seja do escudeiro, ora de seu senhor, nem em moços da estribeira nossos, ou da rainha, príncipes, infantes, duques, mestres, marqueses, prelados, condes, ou de qualquer do nosso Conselho, nem em pajens de fidalgos, que por tais estiverem assentados em nossos livros, nem em juízes e vereadores, ou seus filhos, nem nos procuradores das vilas ou conselhos, nem em mestres e pilotos de navios de gávea, que andarem em navios nossos, ou de cem tonéis, ou daí para riba, ainda que não sejam nossos, nem nos amos ou colaços dos nossos desembargadores, ou de cavaleiros de linhagem, ou daí para cima, nem nas pessoas que provarem que costumam sempre ter cavalo de estada em sua estrebaria, e isto posto que piães ou filhos de piães sejam, nem nos mercadores que tratarem com cabedal de cem mil réis, e daí para cima. E em lugar das ditas penas de açoutes com baraço e pregão, sejam condenados em dous anos de degredo para África com pregão

na audiência. E se além da pena de açoutes for degradado para o Brasil, será o degredo que em lugar de açoutes lhe mandamos dar de mais um ano para o dito lugar, e sendo o degredo para sempre não lhe será dado mais pena em lugar de açoutes. (*Ordenações...*, Livro Quinto, Título CXXXVIII)

13. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699–1782), Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769), foi ministro de Estado de Estrangeiros e da Guerra do governo português durante todo o reinado de Dom José I, atuando muito além dos limites de sua pasta, como verdadeiro primeiro-ministro. Incentivou as manufaturas com o protecionismo alfandegário, decretou o monopólio da comercialização da produção vinícula, favoreceu as atividades agrícolas, comerciais e navais, proibiu a distinção entre cristãos-novos — o grupo mais atuante no setor mercantil — e os demais cristãos e buscou racionalizar a exploração das colônias, aperfeiçoando sua administração. Com a morte de Dom José I em 1777, subiu ao trono sua única filha, a Princesa do Brasil Dona Maria, casada com o tio paterno, o Infante Dom Pedro. No início de seu reinado, a Rainha Dona Maria I promoveu uma radical mudança — conhecida como a Viradeira — na orientação da política portuguesa. Pombal foi afastado de seus cargos, processado, julgado por traição e condenado, em 1781, a viver exilado a um mínimo de vinte léguas da Corte. A ascensão de Dona Maria I ao Trono foi marcada pelo perdão a cerca de oitocentos presos ou degredados políticos do regime pombalino, entre os quais estava José de Seabra da Silva, chamado do exílio em 13 de março de 1777, por aviso da Rainha, que tinha a intenção de fazê-lo primeiro-ministro (cf. nota I da seção XLVI, de Rodolfo Garcia, *in* Varnhagen, *História geral do Brasil*, v. 2, t. IV, p. 290). Quando ministro de Dom José I, José de Seabra da Silva havia sido acusado de traição, preso e exilado para Angola em 1774, uma vez que se havia oposto ao plano urdido pelo Marquês de Pombal para excluir a Princesa do Brasil da sucessão do Trono, que passaria diretamente ao filho mais velho desta, Dom José, o Príncipe da Beira. Este príncipe

jamais chegaria a reinar: morreu aos 27 anos, em 1788, passando seu irmão, o futuro Dom João VI, a herdeiro do trono.

14. Os contratos que irmão e irmã firmavam entre si para viverem juntos eram provavelmente acordos informais entre os interessados, determinados não apenas pela sensatez das senhoras envolvidas, mas também por razões econômicas. Segundo a legislação portuguesa, os casamentos envolviam, em princípio, comunhão de bens. Eram "feitos por carta de metade, salvo quando entre as partes outra cousa for acordada e contratada, porque então se guardará o que entre elas for contratado" (*Ordenações...*, Livro Quarto, Título XLVI). Apesar da ressalva, os contratos de casamento no Brasil buscavam, com freqüência, além de preservar a pureza racial, assegurar o equilíbrio de fortuna e posição social entre os cônjuges, o que tornava as possibilidades de escolha bastante reduzidas. Além disso, o costume do dote, embora não obrigatório, também era corrente, tornando os casamentos sobremodo onerosos. Por isso, apesar da escassez de mulheres brancas, tantas vezes mencionada em documentos oficiais e relatos informais sobre a vida no Brasil colonial, muitas delas eram mantidas solteiras, em casa ou em conventos.

15. Sobre o ano do nascimento de Pedro Ribeiro, cf. doc. II.11, Anexos.

16. No Brasil colonial, o comércio, de grande ou pequeno porte, era atividade reservada aos portugueses. Uma "casa de negócio" era, geralmente, uma combinação de casa de comércio e estabelecimento de crédito. Na ausência de bancos — o primeiro Banco do Brasil só seria criado em 1808 pelo Príncipe Regente Dom João —, os comerciantes, as ordens religiosas, as irmandades e as confrarias leigas exerciam a função destes. A noção de "ganho lícito" está ligada à proibição da usura pela Igreja Católica, vigente desde a época medieval (cf. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro IV, Título XIV). Também a legislação portuguesa tratava do assunto, estabelecendo severas penas para os infratores

(cf. *Ordenações...*, Livro Quarto, Título LXVII). Desde 1757, a Coroa portuguesa permitia uma taxa anual de juros de no máximo 5%, embora se saiba que, na realidade, o valor do "interesse" se definia caso a caso.

17. Segundo a legislação portuguesa, homens casados só podiam vender ou alhear bens de raiz com o assentimento formal da esposa, através de escritura pública. Era uma forma de defendê-la de eventuais pressões por parte do marido (cf. *Ordenações...*, Livro Quarto, Título XLVIII).

18. Ao contratar casamentos para as sobrinhas, a escolha de Pedro Caetano recaiu sobre filhos de senhores de engenho. Apesar dos altos e baixos a que esteve sujeita durante todo o período colonial a atividade açucareira e da decorrente instabilidade financeira dos que nela estavam envolvidos, casar uma filha, ou uma tutelada, com um filho de senhor de engenho representava, em princípio, uma aliança vantajosa.

19. De início pertencente ao termo da vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, o povoado de Santo Amaro, na freguesia de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, foi elevado a vila em 1727, trazendo para o seu termo quatro freguesias: Santo Amaro, São Pedro de Itaparipe e Rio Fundo, Nossa Senhora de Oliveira nos Campos e São Domingos de Saubara. O engenho Buraco estava localizado na freguesia de São Pedro de Itararipe e Rio Fundo:

> Tem esta freguesia quinze engenhos, a saber, correndo rumo do Sul a Norte os seguintes: o Engenho do Buraco, por onde passa o rio Fundo, em distância de dois quartos de meia légua o de Pandaluga, e distante deste três quartos de meia légua o de Santo Antônio, e em distância deste um quarto de meia légua o de Pernangoá, junto a este engenho está situada a igreja Matriz e distante deste meia légua o Engenho da Terra Nova, e distante deste um quarto de légua o de Aramaré, pelo qual passa o rio Pojuca, distante deste meia légua o do Papagaio, e na distância de uma légua o de Camarojipe, pelo

qual passa o rio Camarojipe e lhe dá o nome, e em distância deste meia légua o de Jacuípe e distante deste uma légua o de Bom Jardim, por onde passa o rio Camarojipe e desta Matriz correndo direito do Leste a Oeste, estão os seguintes em distância de meia légua: o Engenho do Brito, por onde passa o rio das Pedras; o do Jacuípe, unido a ele, e por ambos passa o rio Jacuípe e dá o nome a este e distante deste meia légua o de São Pedro, por onde passa também o rio Jacuípe, e distante deste meia légua o de Inhumatá, dos religiosos do patriarca São Bento, e na distância de uma légua o de Nossa Senhora das Brotas. Estas são as maiores povoações de que se compõe esta freguesia porque, além de trabalharem nesta oficina do açúcar quantidade de escravos e oficiais forros, são os senhores deles ordinariamente pessoas distintas; e há também muitos lavradores que plantam canas para se moerem nos tais engenhos, tirando a sua meação, como é costume, e, posto que vivam muitos deles em suas fazendas à parte, fazem um só corpo com o mesmo engenho. ("Notícia sobre a freguesia de São Pedro de Itapariпe e Rio Fundo, no Arcebispado da Bahia, pelo vigário colado Manuel Lobo de Sousa", s.d., *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 204, doc. 2.692)

20. A família Uzeda e Luna é chamada de "patrícia" por Wanderley Pinho em seu estudo sobre a história do açúcar na Bahia, onde escreve que, ao lado de "personalidades de prol na sociedade rural da Colônia", os nomes de vários membros dessa família aparecem nos registros das cerimônias religiosas celebradas no engenho Freguesia, um dos mais antigos e importantes do Recôncavo (cf. *História de um engenho do Recôncavo, 1552–1944*, p. 163). Um certo Dom Antônio de Uzeda e Luna, provavelmente o pai de Dom João de Uzeda e Luna, foi capitão dos granadeiros do Regimento Auxiliar das Vilas de Santo Amaro e São Francisco até 1790, quando faleceu (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. III, p. 337, doc. 15.888). O engenho da Mata, de propriedade dos Uzeda e Luna, estava situado na freguesia de Santo Amaro, em um terreno chamado Tararipe. Nele havia uma capela consagrada à Senhora do Bom Despacho (cf. "Relação da fregue-

sia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro do Recôncavo da Bahia, pelo vigário José Nogueira da Silva", 1757, *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 203, doc. 2.691).

21. O engenho Santinho está registrado sob o número 362, na folha 61 do *Livro de matrícula dos engenhos desta capitania pelos dízimos reais, administrados pela Junta da Real Fazenda, da mesma* como "engenho situado no termo da vila de São Francisco, distante de porto de mar oito léguas, de possessão de Antônio dos Santos de Araújo Góis". São Francisco da Barra do Sergipe do Conde foi a primeira povoação do Recôncavo a ser elevada a vila, em 1693, destacando-se do termo da cidade de Salvador com outras três freguesias — Nossa Senhora do Monte do Recôncavo e Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo, criadas em 1608, e Madre de Deus do Boqueirão, de 1696. Outras duas freguesias foram criadas no século XVIII no termo da vila de São Francisco: São Sebastião das Cabeceiras do Passé, em 1718, e Santana do Catu, em 1796, onde estava o engenho Santinho. Antônio dos Santos de Araújo Góis, designado como proprietário do engenho Santinho, era um dos irmãos de Joaquim Santana de Araújo Góis, que se casou com Maria Teresa, irmã de Pedro Ribeiro (cf. quadros genealógicos I e III). O engenho foi fundado em 1798 pelo pai de ambos, Lourenço de Araújo Góis, e seu irmão Bernardo, em terras arrematadas em execução contra os herdeiros de André de Brito Castro (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 78–79, docs. 18.918–19.919).

22. O padrão monetário português era o *real*, mas na Metrópole e nas colônias circulavam moedas com diferentes denominações, entre as quais o cruzado — que valia 400 réis até 1688, quando foi valorizado, passando a valer 480 réis — e a pataca, moeda espanhola que teve ampla circulação no Brasil durante a União Ibérica (1580–1640) e continuou a existir como referência, depois da Restauração, valendo 320 réis. Um conto de réis equivalia a um milhão de réis, e cada grama de ouro de 22 quilates valia 500 réis

(cf. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil 1500–1820*, p. 64–75).

23. Entre os parentes com quem ela e seus filhos mantinham "amistosas relações", Dona Anna menciona nos parágrafos seguintes apenas os descendentes de sua tia-avó Dona Francisca, esposa de Dom João de Uzeda e Luna, e os que com estes se casaram (cf. quadro genealógico I). Quanto aos filhos e netos de Maria Teresa e Joaquim Santana de Araújo Góis, a autora assimila-os à família de seu pai, Matias de Araújo Góis (cf. quadro genealógico III). Sobre a descendência de Clara e José Silvestre, Dona Anna informa em outra passagem que, tendo ambos morrido durante uma epidemia de varíola, deixaram um filho que estudava para padre e duas filhas, criadas por Pedro Ribeiro e sua tia Dona Ana, sobre os quais não existem outras informações.

24. Um filho desse casal, cujo nome Dona Anna omite, é Dom Antônio de Uzeda e Luna, a quem, contudo, faz referência em diversas passagens subseqüentes.

25. O Barão de Araújo Góis, Inocêncio Marques de Araújo Góis (1811–1897), recebeu o título do Imperador Pedro II em 1886, ao aposentar-se do Supremo Tribunal de Justiça. Ministro desta Casa desde 1880, após longa carreira na magistratura, associada a intensa vida política e parlamentar, foi também presidente da Câmara dos Deputados entre 1872 e 1875. Era fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e comendador das ordens de Cristo e da Rosa. O Barão de São Miguel, Paulino de Araújo Góis (1840–1932), era major da Guarda Nacional. Entre 1881 e 1886 foi vereador, sendo presidente da Câmara na última legislatura; em 15 de agosto de 1888 foi agraciado com o título nobiliárquico (cf. Bulcão Sobrinho, "Titulares baianos", p. 4–5 e 35–36). Tinham Inocêncio e Paulino de Araújo Góis um distante antepassado comum, Simeão de Araújo Góis, batizado em 1627; ao longo de gerações, vários casamentos foram realizados entre os dois ramos da família, reforçando as alianças e a consangüinidade (cf. Bulcão Sobrinho, "Fa-

mílias baianas: Araújo Góis", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, nº 6, p. 51–87, 1951, e nº 7, p. 53–87, 1952; cf. igualmente quadro genealógico III).

Capítulo II

26. Sobre os tecidos e o vestuário comumente adotados pelos lavradores baianos no início do século XIX, diz Licurgo Santos Filho:

> "Ganga", tecido de algodão, forte, durável, manufaturado principalmente nas cores azul e amarela, mas também em outras, como a preta. Era fabricado na China (Nanquim), na Índia, e ainda na Itália, porém apenas o produto asiático entrava em Portugal e Domínios. Preferido pelo povo, mercê de sua durabilidade, para confecção de calças. (...) Casaco bem curto, não ultrapassando a cintura, o jaleco [jaqueta] foi peça muito usada pela gente do povo, tanto em Portugal como no Brasil, nos séculos passados. (...) Sabe-se bem que o "calção" distinguia-se da "calça". Enquanto o primeiro terminava na altura dos joelhos, ou descia quase ao meio da perna, apresentando boca bem apertada, as calças cobriam, como até hoje, as pernas em toda a extensão. Quando de calção, o homem vestia meias compridas e sapatos de entrada baixa, com fivela. (...) No sertão, somente os homens endinheirados vestiam tal peça da indumentária masculina. E assim mesmo, apenas em determinados dias de festa, civil ou religiosa. Porque, em todo o país, ricos e pobres trajavam-se diariamente com as calças de algodão. (*Uma comunidade rural do Brasil antigo*, p. 391 e 403)

27. A fazenda Cajueiro estava situada a vinte léguas de Salvador, na freguesia do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambupe de Cima. Ali, Pedro Caetano mantinha uma parada para o gado, depois transformada em registo (cf. doc. II.9, Anexos). Até tornar-se vila, em 1804, Inhambupe pertencia ao termo da vila de São João de Aguafria.

28. O costume de "dar" pequenos escravos aos filhos dos senhores, para servirem de companheiros destes, foi registrado criticamente pelo inglês Henry Koster (1792–1820), que viveu em Pernambuco

entre 1809 e 1815, tendo sido arrendatário de dois engenhos de açúcar:

> Mal a criança sai do berço, lhe dão um escravo de sua idade e sexo, para companheiro, ou melhor, para brinquedo. Crescem juntos, e o escravo é o objeto onde o jovem amo desabafa suas vontades, e o servo é empregado em todos os mandados e recebe culpa de todos os acidentes imprevistos. O jovem branco é encorajado na sua atitude despótica pela própria ternura prejudicial dos pais. (Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 477)

29. Como explicação para os hábitos de brandura que teriam predominado no Nordeste brasileiro, Joaquim Nabuco sugere a antiguidade e a decadência do sistema açucareiro:

> Também eu receio que essa espécie particular de escravidão tenha existido somente em propriedades muito antigas, administradas durante gerações seguidas com o mesmo espírito de humanidade, e onde uma longa hereditariedade de relações fixas entre o senhor e os escravos tivesse feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo. Tal aproximação entre situações tão desiguais perante a lei seria impossível nas novas e ricas fazendas do Sul, onde o escravo, desconhecido do proprietário, era somente um instrumento de colheita. Os engenhos do Norte eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para a conservação do estado do senhor, cuja importância e posição avaliava-se pelo número de seus escravos. Assim também encontrava-se ali, com uma aristocracia de maneiras que o tempo apagou, um pudor, um resguardo em questões de lucro, próprio das classes que não traficam. (*Minha formação*, p. 182–183)

30. Os riscos inerentes à crença de que aos moços ricos bastava ler, escrever e contar já eram identificados no início do século XVIII por Giovanni Antonio Andreoni, (1649–1716), ou Antonil, jesuíta italiano autor de *Cultura e opulência no Brasil*, provavelmente a mais conhecida crônica sobre o período colonial:

> Ter os filhos sempre consigo no engenho é criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra cousa mais que do cão, do cavalo e do boi. (...) Porém, se [o senhor de engenho] se resolver a

ter os filhos em casa, contentando-se com que saibam ler, escrever e contar e ter alguma tal qual notícia de sucessos e histórias, para falarem entre gente, não se descuide de vigiar sobre eles, quando a idade o pedir, porque também o campo largo é lugar de muita liberdade e pode dar abrolhos e espinhos. (Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 165–166)

31. O engenho Jacuípe estava localizado, como o engenho Buraco, na freguesia de São Pedro de Itararipe e Rio Fundo, termo da vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (cf. nota 19).

32. Os jesuítas foram expulsos de Portugal em 1759 e do Brasil em 1760. Duas questões sobressaíam nas disputas entre o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, e a Companhia de Jesus: a secularização das missões religiosas, dentro da política de "libertação" dos índios, preconizada pelo ministro de Dom José I, e a aplicação do Tratado de Madri, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, que redefinia os limites entre os domínios dos dois países na América do Sul, obrigando os jesuítas espanhóis a abandonar a região dos Sete Povos das Missões.

33. O padre Xavier era sacerdote do hábito de São Pedro e seu nome completo era José Xavier de Sousa, segundo se lê no requerimento no qual pede, em 1786, confirmação régia da doação do engenho Jacuípe — em escritura anexa — que lhe fizera, no ano anterior, sua madrinha e tia, Dona Josefa Mariana de Lima:

> Diz o padre José Xavier de Sousa, sacerdote do hábito de São Pedro, morador no termo da vila de Santo Amaro da Purificação da comarca da cidade da Bahia, sobrinho e afilhado de Josefa Mariana de Lima, viúva do desembargador Ciríaco Antônio de Moira Tavares, que, por esta não ter herdeiros necessários e ter abundância de bens, pois que há de ter no seu casal o melhor de oitenta mil cruzados em um engenho de fazer açúcar e várias fazendas que tem, ouro, prata, e outros móveis de valor, fez doação ao Suplicante de uma que possuía, sita no termo da mesma vila, com todas as suas terras, pasto e cabeceiras, (...) cuja doação lhe fez a Suplicada de seu moto próprio e sem constrangimento de pessoa alguma, e só sim por ser o Suplicante seu sobrinho e afilhado e não ter com que viver decentemente

segundo o seu estado sacerdotal; e porque, para ter vigor a referida doação, é necessário que seja confirmada por Vossa Majestade, na conformidade da lei de 25 de janeiro de 1775, por ser do valor de um conto e duzentos mil réis. (Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Documentos relativos ao Brasil, Bahia, doc. 15.956)

34. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1760, foi executada uma profunda reforma no ensino público, que pretendia extinguir qualquer memória do método até então adotado por aqueles padres. Considerado excessivamente complexo, e portanto de lenta assimilação, o método jesuítico foi substituído por outro, tido como mais simples, preconizado pelos padres da Congregação do Oratório de São Filipe Néri ("Pastoral do Cabido da Bahia acerca do novo método de ensino implantado pelo Alvará de 28 de julho de 1759. Bahia, 5 de fevereiro de 1760", *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 385–386, doc. 4.900). No colégio do padre Xavier continuava-se a cumprir o programa anterior a 1760, comentado por Vilhena, professor de grego que, com suas *Notícias soteropolitanas e brasílicas*, se tornou o principal cronista da vida colonial baiana no fim do século XVIII:

> No tempo em que existiam os extintos jesuítas, incumbidos então de todas as escolas menores, tanto em Portugal, como por todos os seus domínios, havia nos Gerais do colégio desta cidade sete classes em que se instruía a mocidade, não só da capital, como de todas as vilas da capitania e seus distritos (...). Na primeira das sete mencionadas classes se ensinava Gramática Portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da Língua Latina, estudavam sintaxe e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta, onde aprendiam construção da mesma língua e Retórica, tal qual então se ensinava. Na quinta Matemática; na sexta Filosofia e na sétima se ensinava Teologia Moral. (*Notícias...*, Carta Oitava, v. I, p. 281–282)

35. A *Prosodia*, um dos livros expurgados pela reforma de 1759–1760, era um grande volume que, em 1.359 páginas, reunia três obras, todas de autoria do padre jesuíta Bento Pereira (1605–1681): a *Prosodia in vocabularium bilingue latinum et lusitanum digesta*,

vocabulário latino-português de 40 mil palavras — na verdade uma simplificação da *Prosodia in vocabularium trilingue latinum, lusitanum et castellanum digesta* —, o *Tesouro da língua portuguesa* e os *Florilégios dos modos de falar e adágios da língua portuguesa.* A primeira edição, trilíngüe, da *Prosodia* é de 1634; a partir de 1679, passou a ser publicada como um dicionário latim-português e, em 1750, foi reunida ao *Tesouro* e aos *Florilégios* em um único volume (cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VII, p. 160). Era essa obra tão amplamente utilizada nas escolas de Portugal e colônias e entre os letrados da época que, em certos lugares, não foi possível cumprir com rigor o alvará régio que a incluiu entre os livros proscritos:

> E assim foi nesta cidade e vila de Cachoeira estabelecido o novo método e observadas inviolavelmente as admiráveis providências de Sua Majestade Fidelíssima com notória aceitação e geral contentamento de todos os seus vassalos, suposto que, atendendo eu aos poucos dicionários, não aceitei as *Prosodias* de Bento Pereira que as religiões me ofereceram, com a maior e mais pronta obediência e da mesma sorte os magistrados e médicos, reservando a sua entrega para os tempos em que houver dicionários. ("Carta do desembargador Tomás Robi de Barros Barreto, em que se refere à nova reforma do ensino e à execução na Capitania da Bahia dos respectivos Alvará e Instruções de 28 de julho de 1759", *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 375, doc. 4.824)

36. Chamava-se Dom Frei Antônio Correia, religioso da ordem de Santo Agostinho, o arcepispo da Bahia entre 1781 e 1802. Segundo Vilhena, sua relutância em ordenar novos sacedotes decorria da "persuasão em que dizem estar de que para ter indignos sacerdotes no seu Arcebispado, melhor é que não os haja, senão os que depois de uma rigorosa inquirição se venha no conhecimento de que são realmente bons". (*Notícias...*, Carta Duodécima, v. II, p. 479)

37. Embora o padre Xavier não fosse jesuíta, mas "sacerdote do hábito de São Pedro" (cf. nota 33), tivera, de acordo com Dona Anna, a mesma formação dos padres daquela Ordem, que valorizava o

fortalecimento pessoal através da disciplina, dos exercícios espirituais, da oração e da freqüência aos sacramentos.

38. Dona Josefa, "viúva rica e respeitável irmã do Padre", era, provavelmente, Dona Josefa Mariana de Lima, tia e madrinha do padre José Xavier, que lhe fizera doação do engenho Jacuípe em 20 de março de 1785 (cf. nota 33).

39. Os encontros entre jovens brancos e escravas negras ou mulatas faziam parte do cotidiano da época. Para Vilhena, a responsabilidade recaía sobre as últimas:

> As negras e ainda uma grande parte das mulatas, para quem a honra é um nome quimérico e que nada significa, são ordinariamente as primeiras que começam a corromper logo de meninas os senhores moços, dando-lhes os primeiros ensaios da libidinagem em que de crianças se engolfam; princípios de onde para o futuro vem uma tropa de mulatinhos e crias que depois vêm a ser perniciosíssimos nas famílias. (*Notícias...*, Carta Terceira, v. I, p. 138)

40. No Brasil, durante o período colonial, de acordo com a tradição portuguesa, era comum que padres vivessem abertamente com mulheres brancas, mulatas ou negras, das quais freqüentemente tinham filhos. Embora fossem frutos de ligações que a legislação portuguesa qualificava de "coitos danados" (*Ordenações...*, Livro Quarto, Título XCIII), essas crianças se integravam na sociedade, não sofrendo, de modo geral, discriminação. Vilhena registra e critica esse costume, restringindo porém sua censura à ligação de padres com negras e mulatas:

> Há eclesiásticos, e não poucos, que, por aquele antigo e mau hábito, sem lembrarem-se do seu estado e caráter, vivem assim em desordem com mulatas e negras de quem por morte deixam os filhos por herdeiros de seus bens; e por estes e semelhantes modos vêm a parar nas mãos de mulatos presunçosos, soberbos e vadios muitas das mais preciosas propriedades do Brasil, como são aqui os engenhos que em breve tempo se destroem com gravíssimo prejuízo do Estado; sendo cousa bem digna da Real atenção de Sua Majestade. (*Notícias...*, Carta Terceira, v. I, p. 139)

41. Não houve, no século XVIII, um momento em que foi generalizadamente permitida aos padres a perfilhação. Caso a caso, as solicitações deveriam ser dirigidas ao Rei, geralmente iniciando-se com as fórmulas justificativas "por humana fragilidade" ou "por fraqueza da carne", que procuravam minimizar o comportamento contrário às normas eclesiásticas. Seguiam-se afirmações do tipo: "teve comércio ilícito com..." A outra possibilidade de um sacerdote legitimar um filho era reconhecê-lo *post mortem*, através de testamento (cf. Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX. Uma província no Império*, Livro III, cap. 9).

42. A povoação do Rio Fundo surgiu em torno da Igreja Matriz, que deu nome à freguesia de São Pedro de Itararipe e Rio Fundo. Segundo a "Notícia" de 1757, a Matriz estava a meia légua do engenho Jacuípe, dentro do engenho Pernangoá [Paranaguá] (cf. nota 19).

43. Mantém-se em dicionários contemporâneos, como o *Novo Dicionário Aurélio*, o mesmo sentido figurado de jesuíta: "indivíduo dissimulado, astucioso, fingido, hipócrita".

44. A estreita ligação entre o Estado português e a Igreja Católica manifestava-se na existência de um governo eclesiástico, com precedência sobre os governos civil, militar e judiciário, os três representando El Rei nas colônias. No Brasil, a força da Companhia de Jesus acabou associando-a a esse poder eclesiástico, embora outras Ordens — como as dos franciscanos, dos carmelitas e dos beneditinos — também dele partilhassem. Desde que chegaram ao Brasil, em 1549, os jesuítas colocaram-se como defensores dos índios, que, batizados, se tornavam cristãos e ficavam sob a proteção da Igreja. Argumentando com princípios teológicos, os jesuítas obtiveram dos reis portugueses leis que dificultavam o apresamento e a escravização indiscriminada de índios, indispondo-se muitas vezes com autoridades e colonos (cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus...*, t. II, p. 194–235, e t. IV, p. 43–85).

45. O apostolado da Companhia de Jesus estendeu-se por toda a Colônia. Quando foram expulsos do Brasil, em 1760, os jesuítas tinham missões em todas as capitanias. Na maioria das vezes, os índios ofereceram pouca ou nenhuma resistência à instalação dessas missões. Mesmo assim, há registro de duas oportunidades em que houve reação violenta: na Bahia, em 1554, foram mortos dois irmãos, e no Maranhão, em 1649, quatro padres jesuítas (cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus...*, t. II, p. 236–242, e t. III, p. 144–152).

46. Vilhena afirma que, no fim do século XVIII, o número de escolas gramaticais e classes de gramática latina em funcionamento no Recôncavo, além de insuficiente para a população, era ainda menor que antes da expulsão dos jesuítas (cf. *Notícias...*, Carta Oitava, v. I, p. 294–296).

47. Os pais relutavam em mandar os filhos estudarem em Salvador, ou mesmo nas vilas do Recôncavo, provavelmente pelo temor que provocava o recrutamento compulsório de estudantes para a tropa regular:

> Logo porém que seus pais vêem que as aulas são o ponto fixo a que os oficiais e soldados incumbidos de recrutas primeiro dirigem os seus tiros, e que de dentro delas, sem que valham imunidades, privilégio ou isenção, lhes arrancam seus filhos e sem o menor recurso lhes sentam praça, persuadidos de que o Estado não precisa de mais eclesiásticos, nem de algum outro emprego de letras, visto que assim se devastam seminários donde todos procedem e sem poderem combinar um tão confuso encontro de idéias, como a prática lhes está mostrando, tem tomado a resolução de não quererem sacrificar seus filhos, expondo-os ao rancor de militares prepotentes e imprudentes. (Vilhena, *Notícias...*, Carta Terceira, v. I, p. 141)

48. É possível acompanhar a trajetória do padre Xavier depois que fechou o seu colégio. Em 1789, pediu licença para advogar na cidade da Bahia, apresentando certidão de freqüência ao curso de filosofia do convento do Carmo, que concluiu em 1766 (cf. *In-*

ventário de documentos sobre o Brasil..., v. IV, p. 500, docs. 23.903–23.904); ainda em 1789 obteve, do ouvidor-geral Joaquim Manuel de Campos, provisão para o exercício da advocacia, não em Salvador, mas na vila de Jaguaripe (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 500, doc. 23.905). Entre 1795 e 1797, foi responsável por uma cadeira de gramática latina na vila de Jaguaripe, conforme está registrado no "Mapa do rendimento do subsídio literário que na Tesouraria Geral da Bahia foi recebido das diferentes câmaras da mesma capitania em os três anos de 1795 a 1797" (*Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 128, doc. 19.292; transcrito em "Notas e comentários feitos à Oitava Carta de L. Vilhena pelo professor Brás do Amaral", *in* Vilhena, *Notícias...*, v. I, p. 303–304; cf. igualmente "Mapa das cadeiras de ensino professadas na Capitania da Bahia no ano de 1799, e dos nomes dos respectivos professores e seus vencimentos", *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 128, doc. 19.293). Em 27 de setembro de 1797, contra ele representou a Câmara da vila de Jaguaripe, onde era mestre de gramática latina, porque "estava recebendo o ordenado sem ter exercício de sua profissão" (cf. *Catálogo de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional*, p. 106, doc. II, 33, 18, 42, Anexos).

Capítulo III

49. Periodicamente era feita a contagem oficial das igrejas e capelas de Salvador. Em 1757 foram arroladas 48 igrejas e capelas públicas, não estando relacionadas as particulares (cf. "Lista das informações e descrições das diversas freguesias do arcebispado da Bahia, enviadas pela frota de 1757, em cumprimento das ordens régias expedidas pela Secretaria de Estado de Ultramar [Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos], no ano de 1755", *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 178–184, docs. 2.666–2.675). Em 1798, já eram 59 igrejas e capelas (cf. Vilhena, *Notícias...*, v. I, p. 35–40). E, finalmente, na década de 1940, seriam 76 (cf. Afrânio Peixoto, *Breviário da Bahia*, p. 309).

50. Em Portugal, era comum a prática de instituir, com patrimônios particulares — para preservá-los da fragmentação ou dilapidação e ao mesmo tempo assegurar a celebração de ofícios religiosos em favor das almas dos membros das famílias —, capelas, hospitais, albergarias e confrarias voltadas para a realização de "obras pias" (*Ordenações...*, Livro Primeiro, Título LXII, § 41). Esse costume transferiu-se para a Colônia. Na Bahia, a primeira dessas doações de que se tem conhecimento foi feita pela índia Catarina Paraguaçu, mulher do português Diogo Álvares, o Caramuru, ainda no século XVI, à Ordem de São Bento, que se tornaria, a partir de então, grande proprietária fundiária em Salvador (cf. Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade de Salvador*, p. 73). Nos séculos XVII e XVIII, enriquecida a capitania com a produção e o comércio do açúcar, foram erigidas muitas igrejas dedicadas ao culto público, quer por famílias abastadas, em sinal de reconhecimento por graças recebidas ou para honrar determinadas devoções, quer por ordens terceiras ou irmandades leigas.

51. Freqüentes nos tempos coloniais, os "raptos" de moças permitiam que estas, coniventes com seus raptores, se casassem segundo a própria escolha, contra a vontade paterna ou materna. A legislação portuguesa previa a possibilidade desse tipo de casamento, bem como penas severas para os homens que se recusassem a cumprir o compromisso assumido (cf. *Ordenações...*, Livro Quinto, Título XXIII).

52. Vilhena descreve de forma irônica os burgueses ricos que imitavam fidalgos portugueses:

> Aqui tens, meu Filopono, descrito, tosca mas fielmente, o tráfico e família dos chamados senhores de engenho, soberbos de ordinário e tão pagos da sua glória vã que julgam nada se pode comparar com eles logo que se vêem dentro nas suas terras, rodeados dos seus escravos, bajulados dos seus rendeiros, servidos dos seus mulatos e recreados nos seus cavalos de estrebaria, como lhes chamam uns de folgar, que são os que têm diversos passos, trocadilhos e habilidades, outros esquipadores e são os que têm um passo velocíssimo e com-

posto, e outros com diferentes qualidades e predicados, comprados por exorbitantes preços e ricamente jaezados. Esta é a glória dos senhores de engenho, e para maior auge dela têm na cidade casas próprias, ou alugadas; cumpre muito que tenham cocheira, ainda que não haja sege, o que suprem asseadas cadeiras que todos têm, em que saem acompanhados dos seus lacaios mulatos, ornados de fardamentos asseados. (*Notícias* ..., Carta Quinta, v. I, p. 187)

53. Registrado com o número 300, na folha 50 v. do *Livro de matrícula dos engenhos desta capitania...*, sem menção de data, o engenho Periperi está ali descrito como "situado no termo da vila de Santo Amaro, terra dentro, de possessão de Pedro Ribeiro de Araújo". Discordam desse cadastro diversos documentos, entre os quais o inventário da mulher de Pedro Ribeiro, Joana de Sousa Leite, que situam o engenho Periperi na freguesia de Santo Antônio das Alagoinhas, no termo da vila do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambupe de Cima, sendo que no final do século XVIII Inhambupe ainda era freguesia do termo da vila de São João de Aguafria. Classificavam-se os engenhos baianos, no período colonial, em "à beira-mar" ou "terra dentro", segundo Antonil (cf. *Cultura e opulência...*, p. 174), ou como de "borda d'água" ou "mato dentro", nas palavras de Vilhena (cf. *Notícias...*, Carta Quinta, v. I, p. 173–174). Atribuíam-se vantagens diversas a uns e outros. Os litorâneos eram mais próximos da capital e contavam com a facilidade do transporte marítimo, mas, sendo mais antigos, já não dispunham de matas que fornecessem a lenha necessária à alimentação das fornalhas.

54. Bento de Araújo Lopes Vilas Boas (1775–1850) era proprietário do engenho Pimentel, registrado sob o número 186 na folha 32 do *Livro de matrícula dos engenhos desta capitania...* como "engenho situado no termo da vila de São Francisco, distante do porto de mar seis léguas". Identifica-se Bento Lopes, em 1817, como [cavaleiro] professo da Ordem de Cristo, fidalgo [cavaleiro] da Casa de Sua Majestade e coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, ao qual pertenceu Pedro Ri-

beiro a partir de 1811 (cf. doc. II.8, Anexos). Teve Bento Lopes participação destacada nas articulações que precederam a luta pela Independência, na luta propriamente dita e na instalação do novo governo da Bahia. Em 1823, já era comendador da Ordem de Cristo e tornara-se cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e comandante da Força Armada da Vila de Cachoeira (cf. doc. VIII.1, Anexos). Recebeu de Dom Pedro I, em 1825, o título de Barão de Maragojipe. Bento de Araújo Lopes Vilas Boas assina algumas das atestações publicadas em anexo — docs. II.8, II.11, VIII.1 e IX.10, Anexos.

55. As Milícias, ou tropas de segunda linha (cf. nota 4), compunham, ao lado dos Corpos de Ordenanças e dos regimentos de primeira linha, ou tropa paga, as forças armadas do Brasil colonial. A Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831 pelo mesmo decreto que extinguiu as Milícias, estava submetida ao Poder Judiciário. A Guarda Nacional, ao contrário das Milícias, não era responsável pela defesa territorial, já de responsabilidade exclusiva do Exército, respondendo apenas pela manutenção da ordem pública. Seus oficiais superiores, subalternos e inferiores eram escolhidos por eleição, presidida pelo juiz de paz, em que votavam os guardas alistados na paróquia. O oficial eleito servia por quatro anos, depois dos quais, não sendo reeleito, voltava a ser um simples guarda. A patente de major era privativa de um oficial do Exército, responsável pela instrução militar. Lei de 19 de setembro de 1850 deu nova organização à Guarda Nacional, que passou a ser reserva do Exército: as nomeações de alferes a capitão competiam aos presidentes de província; as de major a coronel, ao ministro da Justiça. Ao mesmo tempo, as patentes da Guarda Nacional foram equiparadas às do Exército e da Marinha. Com o fortalecimento das estruturas administrativas do Império, na segunda metade do século XIX, a Guarda Nacional perdeu importância, seus títulos passaram a ser distribuídos com menor rigor pelo governo e ela mergulhou no descrédito (cf. Manuel Querino, *A Bahia de outrora*, p. 81–85).

56. Há duas fontes documentais para recuperar a carreira militar de Pedro Ribeiro: o Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa e a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Os documentos relativos a Pedro Ribeiro, encontrados nesses dois arquivos, estão transcritos nos anexos I, II, VIII e IX. Pedro Ribeiro foi nomeado capitão da Cavalaria Auxiliar de Inhambupe, anexa ao Regimento da Vila de Cachoeira, em 1793, por morte de Pedro Caetano (cf. docs. I.1 a I.4, Anexos). Em 1805, tornou-se igualmente ajudante do Terço das Ordenanças da recém-criada vila de Inhambupe (cf. docs. I.5 e I.6, Anexos). Em 1808, foi transferido, por ordem do governador João de Saldanha da Gama Melo e Torres, Conde da Ponte, para o Regimento e Corpo de Caçadores das Marinhas da Torre da Costa do Norte, comandado pelo coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque; nesse regimento, foi capitão da Companhia do Cajueiro (cf. docs. II.6, II.8, II.10 e II.11, Anexos). Em 1811, a Companhia do Cajueiro foi agregada, por ordem do governador Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, ao recém-criado Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco. No novo regimento, Pedro Ribeiro foi capitão da sexta companhia e responsável pelo recrutamento e instrução dos novos soldados. Como capitão mais antigo, exerceu ainda, até 1814, a função de capitão mandante, reservada aos majores (cf. docs. II.7, II.8 e II.11, Anexos). Em 1815, por ordem do inspetor-geral das tropas, Felisberto Caldeira Brant Pontes, Pedro Ribeiro acompanhou o ouvidor da comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, em diligência junto aos índios gueréns (cf. doc. II.10, Anexos). Em 1817, solicitou graduação no posto de tenente-coronel da sexta companhia do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, argüindo que, apesar dos serviços prestados, não tivera promoção em 24 anos (cf. doc. II.10, Anexos).

57. A leitura da documentação e dos testemunhos relativos à participação de Pedro Ribeiro na campanha da Independência na Bahia sugere que as patentes da hierarquia militar não eram tratadas, nas

forças que se reuniram para combater os portugueses, com o rigor que depois se passou a observar. Nos Anexos VI, VIII, IX e X deste volume, Pedro Ribeiro se atribui diferentes patentes: coronel (doc. VI.4); capitão mandante (doc. VI.7); sargento-mor (docs. VIII.3 e VIII.5); capitão de cavalaria (doc. VIII.8); major (docs. IX.1, IX.2, IX.3, IX.4 e IX.7); major de Milícias (doc. IX.11). Da mesma forma, recebe diferentes tratamentos: capitão-mor mandante (doc. VI.5); sargento-mor (docs. VIII.1, VIII.4, X.1, X.3, X.4); major de cavalaria (doc. VIII.2); major graduado (docs. VIII.3, VIII.6 e VIII.7); capitão (doc. VIII.8); major (docs. IX.4 e IX.5); sargento-mor de segunda linha (docs. IX.1, IX.8, IX.9 e X.7); major de segunda linha (doc. IX.6); tenente-coronel (doc. IX.10).

58. Felisberto Caldeira Brant Pontes (1772–1841), Visconde com grandeza (1825) e depois Marquês de Barbacena (1830), nasceu em Minas Gerais e, aos dezesseis anos, foi para Lisboa, onde cursou o Colégio dos Nobres e a Academia de Marinha. Iniciou sua carreira militar em Angola, voltando ao Brasil em 1801, como tenente-coronel do regimento estacionado em Salvador. Casou-se com a filha de um próspero comerciante local e passou a conciliar a carreira militar com a atividade comercial, destacando-se em ambas. Em 1805, mudou-se para Portugal, depois de desentendimentos com o governador da Bahia, João de Saldanha da Gama Melo e Torres, Conde da Ponte, retornando ao Brasil com a família real portuguesa em 1808. Nomeado brigadeiro graduado e inspetor-geral das tropas na Capitania da Bahia em 1811, Felisberto Caldeira Brant Pontes disciplinou e reorganizou os corpos de linha e as Milícias da capitania, providenciou instalações militares até então inexistentes, melhorou a condição de vida dos soldados e criou um montepio para os oficiais. Fez instalar ainda, no Arsenal de Guerra, a primeira fábrica de armas de fogo da Bahia. Proprietário de engenhos no Recôncavo e no Sul da Bahia, associou seu nome a duas iniciativas pioneiras: a importação para a Bahia da primeira máquina a vapor para moer canas e a abertura

de uma estrada ligando São Jorge dos Ilhéus a Minas Gerais, para permitir a viagem das boiadas e o escoamento marítimo dos produtos desta última região. Tendo conquistado grande ascendência sobre os demais senhores de engenho do Recôncavo, representou seus interesses em diversos episódios, entre os quais o que opôs, em 1816, proprietários rurais baianos a Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, então governador da Bahia. Proclamada a Independência, Felisberto Caldeira Brant Pontes destacou-se como político, militar e diplomata (cf. S. A. Sisson, *Galeria dos brasileiros ilustres*, t. II, p. 57–69).

59. Os Pires de Carvalho e Albuquerque eram uma das famílias mais ricas e de maior prestígio e poder na Bahia. Descendiam de Domingos Pires de Carvalho, que chegou a Salvador em 1660, vindo do Norte de Portugal, e enriqueceu no comércio, tornando-se proprietário de considerável número de imóveis em Salvador. Foi também coletor de impostos, capitão de infantaria e provedor da Ordem Terceira de São Francisco. Seu filho, José Pires de Carvalho, casou-se em 1699 com Dona Teresa Cavalcanti de Albuquerque, fundindo-se os dois nomes. Dois netos desse casal, Ana Teresa e José, casaram-se na família Garcia d'Ávila, da Casa da Torre, proprietária de extensas sesmarias no Sertão: José Pires de Carvalho e Albuquerque casou-se em 1752 com Dona Leonor Pereira Marinho, e Dona Ana Teresa Cavalcanti de Albuquerque com o morgado da Casa da Torre, Garcia d'Ávila Pereira de Aragão, irmão de Dona Leonor. A filha mais velha de José Pires e de Dona Leonor — Ana Maria de São José e Aragão — casou-se em 1781 com um primo pelo lado paterno, também chamado José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e Guerra do Brasil; além disso, foi herdeira universal do tio materno, o morgado da Casa da Torre, que morreu em 1806 sem descendentes, depois de ter feito um segundo casamento com Dona Josefa Maria Pita do Sacramento. O casal José Pires de Carvalho e Albuquerque e Ana Maria de São José e Aragão teve sete filhos — duas mulheres,

Maria Epifânia de São José e Aragão e Leonor dos Anjos, e cinco homens: José, que morreu solteiro; Antônio Joaquim (1785–1852), Francisco Elesbão (1786–1856), Joaquim (1788–1848) e Salvador. As duas mulheres casaram-se com dois primos irmãos: Antonio Joaquim e Inácio Pires de Albuquerque. Três homens destacaram-se na articulação do movimento pela Independência, na luta propriamente dita e na política das primeiras décadas do Império: Antônio Joaquim, Barão (1822) e Visconde (1826) da Torre; Francisco Elesbão, Barão de Jaguaripe em 1824; e Joaquim, conhecido como *Santinho*, Barão e Visconde de Pirajá em 1826. Foi o *Santinho* quem iniciou as guerrilhas que, a partir de fevereiro de 1822, hostilizaram as forças portuguesas sediadas em Salvador, muito antes, portanto, da chegada de Labatut — general francês enviado por Dom Pedro I para comandar as forças que lutavam pela Independência na Bahia —, que só se deu em outubro do mesmo ano (cf. Pedro Calmon, *História da Casa da Torre, passim*).

60. Dona Anna se refere ao marido, Sócrates de Araújo Bittencourt, médico e fazendeiro, nascido em 1843 e morto em 1907. Empenhou-se, com outros proprietários rurais, pela elevação da freguesia de Santana do Catu a município e foi o primeiro prefeito da recém-criada vila.

61. As dívidas de senhores de engenho com comerciantes, ordens religiosas, irmandades ou confrarias leigas eram tão freqüentes que desde 1636 existia uma legislação especial sobre o assunto:

> (...) ao dito ouvidor-geral e a todos os provedores e ouvidores, e mais justiças deste Estado, não consintam se desmantelem neles os ditos engenhos de açúcar, antes tratem e procurem eficazmente sua conservação, de modo que, não sendo os débitos e sentenças deles equivalentes, ou quase, ao valor dos ditos engenhos, porque se possam e devam arrematar com suas terras e fábricas incorporadamente, não mandem fazer penhora separadamente nos bois, nem em peças, nem em cobres, nem em terras, apartando-as de seu todo, nem pelas tais penhoras consintam se faça obra, nem execução, fazendo que os ditos credores se vão pagando no dito caso pelos rendimentos e

> frutos dos ditos engenhos e terras deles. (Texto de provisão de Pedro da Silva, *in* Brás do Amaral, "Anotações feitas à segunda parte da terceira seção das *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia" in* Inácio de Cerqueira e Silva Accioli, *Memórias...*, v. II, p. 94)

No mesmo sentido, foram emitidas novas ordens em 1673, 1681, 1686, 1690, 1700 e 1723 (cf. Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*, p. 171–172).

62. Dois documentos publicados pelo historiador Brás do Amaral fazem referências a Inocêncio José da Costa, nome verdadeiro de Inocêncio "Sebola", à mulata sua mulher e ao papel que esta exercia como intermediária de certos negócios do marido. Datados de 1899, são posteriores à morte de Pedro Caetano, que ocorreu em 1893. O primeiro desses documentos é um ofício do governo português solicitando a Dom Fernando José de Portugal, governador da Bahia, averiguações sobre denúncias de corrupção entre os desembargadores do Tribunal da Relação em Salvador. Um dos desembargadores, cuja probidade recomendava-se investigar, era José Pedro de Azevedo de Sousa da Câmara, contra o qual constava, entre outras imputações:

> Que o desembargador Câmara também fazia negócios por intermédio de uma mulata rica, intitulada a "Sebola", que constava ter-se casado ocultamente com o negociante Inocêncio José da Costa, fazendo-se a corrupção por meio de presentes bons que a mulata dava à mulher do desembargador. (Arquivo Público do Estado da Bahia, Liv. 80, Ordens Régias, 1799; *in* Brás do Amaral, "Anotações feitas à terceira seção das *Memórias históricas e políticas da Bahia", in* Accioli, *Memórias...*, v. III, p. 222)

O segundo documento é a resposta enviada a Lisboa pelo governador Dom Fernando José de Portugal, datada de 20 de janeiro de 1799, evasiva no tocante às acusações feitas contra os desembargadores em geral e, em particular, contra José Pedro de Azevedo de Sousa da Câmara. Mesmo assim, contém informações sobre Inocêncio José da Costa e Rita "Sebola":

O desembargador José Pedro de Azevedo de Sousa da Câmara é dotado de bom talento, muito vivo, e sabe bem da sua profissão; é despachador e expedito, tem bastante amizade com Inocêncio José da Costa, bem conhecido nesta cidade e nessa Corte, comerciante abonado e acreditado e tesoureiro-geral da Junta da Real Fazenda, casado ocultamente, como se diz, com uma mulher parda por alcunha a Sebola. Porém não me tem sido constante que, por esta amizade, falte à boa administração da justiça, nem sei eu se por este meio negocia. Pode ser que particularmente assim aconteça, o que é dificultoso saber-se. É casado, e igualmente ignoro se por via de sua mulher recebe presentes e se dessa Corte se lhe remetem fazendas de contrabando; e quando se tratou da expedição de São Tomé me constou estar doente em sua casa com moléstia de sarnas em todo o corpo, própria deste país. (Arquivo Público da Bahia, Cartas para Sua Majestade, 1799; *in* "Notas e comentários feitos pelo Professor Brás do Amaral às Cartas Nona e Décima de Luís Vilhena", *in* Vilhena, *Notícias...*, v. II, p. 372–373; cf. igualmente *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 146–147, doc. 19.419)

63. Inocêncio José da Costa, com seus muitos devedores, era provavelmente um dos comerciantes "capitalistas" que, ao lado das irmandades e dos conventos, asseguravam a circulação de moeda em Salvador . É possível acompanhar sua vida nos documentos do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, que o confirmam como um dos homens importantes do seu tempo. Em 1762, Inocêncio José da Costa era um dos 75 familiares do Santo Ofício residentes na cidade de Salvador (cf. "Lista da Companhia dos Familiares do Santo Ofício, que se acham alistados até ao presente", *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 504, doc. 5.961). Em 1787, Dom Rodrigo José de Menezes e Castro, então governador da Bahia, nomeou-o deputado e tesoureiro-geral da Junta da Administração da Real Fazenda (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. III, p. 40, doc. 12.447). Em 1789, Dom Fernando José de Portugal, que governou a Bahia de 1788 a 1801, designou-o tenente-coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar da Gente Escolhida e Útil do Estado (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. III, p. 369, docs. 16.333–16.334).

Em 1804, Inocêncio José da Costa estava envolvido no comércio de escravos, tendo um navio apresado na Costa da Mina (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. V, p. 319, doc. 27.825).

64. Antes de ser fazendeiro, Manuel Félix da Veiga era comerciante: foi um dos signatários, em 30 de março de 1790, da "Representação dos principais negociantes da praça da Bahia, dirigida ao governador, na qual pedem que se mandasse cunhar moeda de ouro, cuja falta no comércio ocasionava grandes prejuízos" (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. III, p. 156, doc. 13.732).

65. João da Veiga Murici (1806–1890), professor de grego, latim, francês e português, musicista, gramático e filósofo, é freqüentemente citado pelos cronistas baianos como um dos primeiros mulatos que romperam a barreira do preconceito racial, impondo-se em áreas reservadas aos brancos. Participou ativamente da Sabinada, movimento separatista que eclodiu na Bahia em 1837 sob a liderança do médico e publicista, também mulato, Sabino Álvares da Rocha Vieira. Durante a Sabinada, a cidade de Salvador esteve sob o controle dos rebeldes entre novembro de 1837 e março de 1838, quando as forças oficiais a retomaram. Escapando da violenta repressão que se seguiu, foi provavelmente nessa época que João da Veiga Murici esteve escondido na fazenda de Pedro Ribeiro. Muitos dos antigos companheiros deste na luta pela Independência, entre os quais Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o *Santinho*, já então Visconde de Pirajá, integraram as forças que reprimiram a Sabinada. João da Veiga Murici publicou grande número de livros: *Curso abreviado de filosofia* (1846), *Reflexões gramático-filosóficas* (1858), *Pontuação arrazoada* (1864), *Gramática da língua portuguesa* (1864) e outros (cf. Manuel Querino, *A Bahia de outrora*, p. 340–346).

66. A dívida de Pedro Caetano com Inocêncio José da Costa não foi saldada, pelo menos integralmente, como se lê na escritura de arrendamento do engenho Periperi, lavrada em 28 de abril de 1829:

Pedro Ribeiro de Araújo e sua mulher, Joana de Sousa Leite, arrendaram o Engenho Periperi, com quarenta e sete escravos, noventa bois de brocha e todos os mais utensílios e benfeitorias do mesmo engenho, pelo tempo de nove anos, ao sargento-mor João Simões de Paiva pela quantia de três contos e duzentos mil réis anuais. (...) A saber, quatrocentos mil réis que serão dados a eles outorgantes rendeiros e os dois contos e oitocentos mil réis aos administradores da casa do finado Inocêncio José da Costa, credora do dito Engenho Periperi. (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Livro de Notas de Inhambupe, nº 4, fls. 97–98v)

No inventário de Joana de Sousa Leite, há referência a "uma dívida passiva do casal no valor de sessenta e tantos mil cruzados com a casa do falecido Inocêncio José da Costa", seguindo-se a recomendação de que, para tal pagamento, fossem separados bens. A quantia devida era avultada, dado que o total chegava a quase 70 contos de réis (69.982$680), ou seja, 145.797 cruzados, feita a conversão a 480 réis o cruzado. A dívida consumiria, portanto, quase a metade do patrimônio do casal.

Capítulo IV

67. As cartas de alforria, através das quais os escravos e escravas tornavam-se libertos ou forros, podiam ser gratuitas ou onerosas, ter efeito imediato ou depender do cumprimento de determinadas condições. A condição jurídica e social dos libertos era diversa dos que nasciam livres, até porque, segundo a legislação portuguesa que vigorou no Brasil até depois da Abolição, as alforrias eram revogáveis nos casos de "ingratidão", conceito bastante impreciso, que dava livre curso ao arbítrio dos senhores:

> *Das doações e alforria, que se podem revogar por causa de ingratidão* (...) §7. Se alguém forrar seu escravo, livrando-o de toda a servidão, e, depois que for forro, cometer contra quem o forrou alguma ingratidão pessoal em sua presença, ou em absência, quer seja verbal, quer de feito e real, poderá esse patrono revogar a liberdade que deu a esse liberto e reduzi-lo à servidão em que antes estava. E bem assim

por cada uma das outras causas de ingratidão, por que o doador pode revogar a doação feita ao donatário, como dissemos acima. (*Ordenações...*, Livro Quarto, Título LXIII, §7)

68. O costume de certas senhoras conservarem em torno de si as "crias" dos escravos domésticos foi registrado e criticado por Vilhena:

> Há também precisão de saberes que é aqui tão dominante a paixão de ter mulatos e negros em casa que, logo que seja cria que nasceu nela, só por morte é que dela sai, havendo muitas famílias que das portas para dentro têm 60, 70 e mais pessoas desnecessárias; falo dentro na cidade, porque no campo não admira. Todas as crias, sejam mulatas ou negras, são criadas com mimo extremoso, motivo por que são todos vadios, insolentes, atrevidos e ingratos, por culpa dos senhores e falta de governo político. (*Notícias...*, Carta Terceira, v. I, p. 139)

69. Sobre Inocêncio José da Costa, que a autora chama de Inocêncio "Sebola", cf. capítulo III e notas 62 e 63.

70. Segundo Vilhena, os escravos jejes, oriundos do Daomé, na Costa da Mina, eram especialmente valorizados entre os negros de várias regiões e nações que vieram da África para o Brasil:

> Quanto aos negros cativos, só posso informar-te que os vindos da Costa da Mina são mais bem reputados que os vindos de Angola e Benguela e dizem ser gente melhor; eu, porém, acho que a preferência é por serem mais asseados e caprichosos. Eles porém são mais ásperos e traidores, quando os de Benguela são mais amoráveis e dóceis e percebem e falam nossa língua melhor e com mais facilidade, e o que saiu bom é verdadeiramente bom. (*Notícias...*, Carta Primeira, v. I, p. 46)

71. Duas visitas reais marcaram a Bahia no século XIX. A família real portuguesa, acompanhada de um séquito de dez mil pessoas, esteve em Salvador entre 22 de janeiro e 24 de fevereiro de 1808, de passagem para o Rio de Janeiro, onde iriam instalar-se. Depois da Independência, Dom Pedro I, a Imperatriz Leopoldina, a Princesa Dona Maria da Glória e uma pequena comitiva foram agradecer

pessoalmente a participação dos baianos na campanha que culminou com a expulsão das tropas portuguesas (cf. Alcindo Sodré, "Visita dos imperadores à Bahia", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, nº 18, p. 81, 1972).

72. O uso de seda, telas e ouro era proibido às escravas desde 1709, por ordem de Dom João V:

> Luís César de Menezes, Amigo. Eu, El Rei, vos envio muito saudar. Havendo visto a representação que me fizeram os oficiais da Câmara dessa cidade sobre a soltura com que as escravas e escravos costumam viver e trajar nas minhas Conquistas Ultramarinas, andando de noite e incitando com seus trajes lascivos aos homens, me pareceu ordenar-vos façais com que se guarde a ordenação pelo que toca aos que andam de noite. E, como a experiência tinha mostrado que dos trajes que usam as escravas se seguem muitas ofensas contra Nosso Senhor, vos ordeno não consintais que as escravas usem de nenhuma maneira de sedas nem de telas nem de ouro para que assim se lhes tire a ocasião de poderem incitar para os pecados com os adornos custosos de que se vestem; e esta minha lei façais executar em todas as capitanias da vossa jurisdição, mandando-a para este efeito publicar e registrar nos Livros da Relação desse Estado, Secretaria e mais partes necessárias. Escrita em Lisboa, a 23 de setembro de 1709. (Arquivo Público da Bahia, Ordens Régias, 3 1/1, f. 260; *in* Carlos B. Ott, *Formação e evolução étnica da cidade de Salvador*, t. II, p. 97–98)

73. A Rita "Sebola" foi enterrada na capela da Ordem Terceira do Carmo, em sepultura no chão do carneiro. A igreja, uma das mais prestigiosas de Salvador, e o local da sepultura indicam o empenho de Inocêncio José da Costa em dar à mulher um funeral compatível com seu nível social. A informação consta do testamento redigido por Inocêncio em 1804, no qual solicita ser enterrado na mesma capela, "donde se acham sepultadas as minhas mulheres com quem fui casado (...) junto à [sepultura] em que foi enterrada a última minha consorte, Dona Rita Gomes da Silva, para demonstração do muito que de mim foi estimada" (cf. João José Reis, *A morte é uma festa*, p. 188).

74. Inocêncio José da Costa morreu entre os meses de abril e setembro de 1805. Em março, já estava gravemente doente, como se conclui do seguinte resumo de documento: "Petição de Francisco Vicente Viana e outros, para que seja nomeada uma administração para os bens de sua propriedade, devido ao estado de doença em que se acha Inocêncio José da Costa. Bahia, 31 de maio de 1805." (*Catálogo de documentos sobre a Bahia...*, p. 147, doc. II, 33, 19, 32). Em setembro já havia morrido, vez que, no dia 4 daquele mês, era indicado novo comandante para o Primeiro Regimento de Milícias, "que vagara por falecimento de Inocêncio José da Costa" (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. V, p. 295, docs. 27.417–27.418).

75. Vilhena, em 1798, já criticava as senhoras que, na Bahia, ostentavam luxo excessivo:

> São [as senhoras baianas] pouco afeiçoadas às senhoras que vêm da Europa; a causa porém desta desafeição procede da emulação no vestir, pregar e pisar, em que estão hoje muito adiantadas. Quando saem às suas visitas de cerimônia, é em sumo grau asseadas, sem que duvidem gastar com um vestido quatrocentos mil réis e mais, para aparecerem em uma só função; e tanto caso fazem, em ocasiões tais, de cetins, quanto nós poderemos aí fazer de serguilha. As peças com que se ornam são de excessivo valor e, quando a função o permite, aparecem com suas mulatas e pretas vestidas com ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo e camisas de cambraia ou cassa, bordadas de forma tal que vale o lavor três ou quatro vezes mais que a peça, e tanto é o ouro que cada uma leva em fivelas, cordões, pulseiras, colares ou braceletes e bentinhos, que, sem hipérbole, basta para comprar duas ou três negras ou mulatas, como a que o leva. E tal conheço eu que nenhuma dúvida se lhe oferece em sair com quinze ou vinte assim ornadas. Para verem as procissões é que de ordinário saem acompanhadas de uma tal comitiva. (*Notícias...*, Carta Primeira, v. I, p. 47–48)

76. A família Rocha Pita, do engenho Caboto, está incluída no catálogo genealógico organizado em 1768 por Frei Antônio de S.

Maria Jaboatão. A genealogia dos Rocha Pita inicia-se com a história romanesca do avô de Cristóvão:

> Antônio da Rocha Pita, de quem se disse já na folha 66 que foi casado pela segunda vez com Dona Aldonça de La Penha Deosdará, era natural, conforme se dizia, de Coura, donde viera para a Bahia e foi recolhido na casa dos Brandões do Iguape, freguesia de Santiago, onde assistiu alguns anos; enamorando-se aí de uma Dona Maria da Rocha Pita, que era filha de Dona Maria Falcão, filha esta de Brás Rabelo Falcão, que também era pai, este Brás Rabelo, de Tomé Pereira Falcão, o velho, em cuja casa, ou no seu engenho, assistia o tal Antônio da Rocha Pita, que, tirando a furto a sobredita sobrinha de Tomé Pereira Falcão e neta de Brás Rabelo, se ofenderam muito disto e lhe mandaram dar um tiro, de que ficou ferido em um braço e se retirou do lugar e casou com a dita Dona Maria da Rocha Pita [em 1º de julho de 1678, na Capela de Bom Jesus de Iguape], assim intitulada porque a sua mãe já dita, Dona Maria Falcão, foi e era casada com o capitão Valentim da Rocha Pita, de quem não achamos ainda a sua ascendência. (*Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerques e Cavalcantis em Pernambuco e Caramurus na Bahia*, p. 68)

Cristóvão, cuja data de nascimento não é mencionada na referida genealogia, era filho de Francisco da Rocha Pita e de sua mulher, Dona Rosa Maria Falcão. Vereador na Câmara de Salvador em diversas legislaturas entre 1757 e 1786 e membro da Mesa de Inspeção do Açúcar e do Fumo entre 1775 e 1778, foi, entre 1784 e 1792, capitão-mor das Ordenanças do Terço Norte da Cidade de Salvador, que se compunha de dezessete companhias. Além disso, era proprietário, no Recôncavo, dos engenhos Freguesia e Caboto, que lhe chegaram por herança, o primeiro do pai e o segundo do tio — meio-irmão do pai — Simão da Fonseca Pita (cf. Wanderley Pinho, *História de um engenho...*, p. 155–163).

77. O Conde de Passé, Antônio Bernardino da Rocha Pita e Argolo (1793–1877), era sobrinho-neto de Cristóvão da Rocha Pita e, depois de questionar judicialmente, sem sucesso, a partilha dos bens do tio-avô entre filhos legitimados e ilegítimos, comprou dos

vários herdeiros as terras dispersas, reintegrando a área das antigas propriedades (cf. Bulcão Sobrinho, "Titulares baianos", p. 129–130). Sua filha, Dona Antônia Teresa Sá Pita e Argolo, casou-se em 1857 com João Maurício Wanderley (1815–1889), que se tornaria, por concessão de Dom Pedro II, Barão de Cotejipe, com grandeza, em 1860. Cotejipe destacou-se na atividade política, tanto em sua província quanto na Corte: foi deputado provincial (1841–1842), deputado-geral (1843–1845 e 1845–1847), presidente da Província da Bahia (1852–1855) e senador (1856). Participou, como ministro, de vários governos conservadores e foi presidente do Conselho de Ministros entre 1885 e 1888. Ocupava esta posição quando foi aprovada a Lei Saraiva-Cotejipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, pela qual eram considerados livres todos os escravos que atingissem 60 anos de idade (cf. Bulcão Sobrinho, "Titulares baianos", p. 63–65, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). Seu neto e biógrafo, o historiador baiano Wanderley Pinho, autor de *Cotejipe e seu tempo* e de vasta bibliografia sobre temas regionais, deixou, entre outros livros, *História de um engenho do Recôncavo*. Valendo-se da documentação relativa ao engenho Freguesia, a obra cobre 350 anos da história do açúcar, num período em que esta não se podia dissociar da história do Brasil. Hoje restaurado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o engenho Freguesia, situado a 50km de Salvador, é sede do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho.

78. A farinha de mandioca era, na Bahia, a base da alimentação popular. No Recôncavo, a mandioca era plantada nos terrenos impróprios para a cana ou o tabaco, culturas mais rentáveis; no Sul, na comarca de Porto Seguro, seu plantio era a principal atividade dos colonos que exportavam farinha para Salvador ou a vendiam às frotas portuguesas, para alimento da tripulação ou escambo. Assim, períodos de escassez podiam ser provocados tanto por secas e inundações quanto pela especulação a que o produto estava sujeito. Datam do reinado de Dom Pedro II, o Pacífico, monarca portu-

guês entre 1683 e 1706, as tentativas de solucionar os problemas acarretados pela falta de farinha de mandioca através de alvarás régios (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 90–91, doc. 1.352). Dom João V, o Magnânimo, que reinou entre 1706 e 1750, ordenou ao governador André de Melo e Castro que obrigasse todos os senhores de engenho a plantar mandioca "nas terras que lhes sobrassem" (*apud* Accioli, *Memórias...*, v. II, p. 169, nota 67, sem indicação de fonte).

79. Cristóvão da Rocha Pita e sua mulher, Dona Josefa Maria do Sacramento Costa Lima, filha de um rico negociante baiano, tiveram uma única filha, Dona Josefa Maria Pita do Sacramento. A mulher de Cristóvão morreu em 1754, e a filha, que se casou em 1776, foi a segunda mulher de Garcia d'Ávila Pereira de Aragão, último Senhor da Torre da linhagem dos Garcia d'Ávila, viúvo desde 1754 de sua concunhada, Dona Ana Teresa Cavalcanti de Albuquerque (cf. nota 59). O casamento de Garcia d'Ávila com Dona Josefa Maria Pita do Sacramento foi realizado em meio a grandes festas, às quais estiveram presentes o governador Manuel da Cunha e Menezes e o arcebispo Dom Joaquim Borges de Figueiroa, mas o casal viveu praticamente separado. Dona Josefa continuou a morar com o pai, visitando ou sendo visitada pelo marido uma vez por ano: pairava no ar a suspeita de que Garcia d'Ávila houvesse assassinado a primeira mulher (cf. Pedro Calmon, *História da Casa...*, p. 153–155).

80. Antônio da Rocha Pita, avô de Cristóvão da Rocha Pita, casou-se em segundas núpcias com Aldonça de La Penha Deusdará (cf. nota 76). Aldonça, por sua vez, era neta do português Manuel Álvares, que, em 1646, fora autorizado por Dom João IV a usar, com seu filho Simão Álvares, bem como seus descendentes, brasão de armas e o apelido *Deusdará*, em reconhecimento aos serviços que pai e filho haviam prestado à Coroa por ocasião da invasão holandesa em Pernambuco. Seria por força dessa aliança, e não de sua decantada bondade, que o apelido *Deusdará* teria sido assi-

milado ao nome de Cristóvão da Rocha Pita (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. V, p. 164, doc. 26.140).

81. A chegada de um governador-geral, autoridade maior da capitania, responsável pela defesa militar, a administração pública e a supervisão da Justiça e da Fazenda, ocorria a intervalos irregulares. O governador-geral prestava contas diretamente à administração metropolitana, através do Conselho Ultramarino, subordinado ao Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos. Mas, na prática, a grande distância que separava Lisboa e o Brasil e as dificuldades inerentes à navegação transatlântica inviabilizavam qualquer tipo de controle sobre sua autoridade:

> Um mal, porém, afligia o Brasil em geral: o poder ao mesmo tempo demasiado e deficiente dos governadores. Tinham poder demasiado se se considera que qualquer recurso dependia deles, mas, em compensação, dispunham de autoridade deficiente desde que eram absolutos até o fim do governo. Estavam, também, virtualmente isentos de qualquer responsabilidade. Os ensejos, vale dizer, as tentações de extorquir eram quase irresistíveis. (Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil...*, p. 34)

82. A *botada* marcava o início do período de trabalho mais intenso no engenho, envolvendo rituais religiosos e considerável planejamento:

> No dia em que se bota a cana a moer, se o senhor do engenho não convidar o vigário, o capelão benzerá o engenho e pedirá a Deus que dê bom rendimento, e livre aos que nele trabalham de todo desastre. (...) Começando o engenho a moer (o que no Recôncavo da Bahia costuma ter seu princípio em agosto), começa também o tempo de meter a fouce na cana que disto é capaz (...). Tanto, pois, que estiver [a cana] de vez, se mandará pôr nela a fouce, tendo já certo o dia em que se há de moer, para que não fique depois de cortada a murchar-se no engenho, ou se não seque, exposta ao sol no porto, se este for distante da moenda. (Antonil, *Cultura e opulência...*, p. 150 e 179)

83. Os engenhos podiam ser movidos por cavalos ou bois (trapiches, engenhocas ou molinotes) ou a água (engenhos reais), de instalação mais onerosa e mais produtivos:

Se o engenho mói com cavalos, costuma ter quatro almanjarras em que se empregam oito cavalos que são mudados de três em três horas; e aqui vemos que necessita de 64 cavalos, porque o que fez aquele trabalho o não pode repetir dentro de 24 horas, pena de ficar estropiado dentro em pouco tempo. (...) Muitos engenhos têm somente três almanjarras, e estes precisam 48 cavalos para as 24 horas, e estes ficam tão moídos de trabalho como os primeiros, e, pelo que deixo exposto, se vê bem que, se cada senhor de engenho não tiver dois ternos de cavalaria, se expõe muito a pejar o engenho com prejuízo grave. (...) Móem os engenhos que são movidos com água quase o duplo dos de cavalo, quando são igualmente dispendiosos com tanques e levadas extensas e a sua estrutura tem muita semelhança com as azenhas. (Vilhena, *Notícias...*, Carta Quinta, v. I, p. 183–184 e 198)

84. O fausto em que viveu Cristóvão da Rocha Pita é descrito por Wanderley Pinho:

Sertanista e latifundiário, homem da governança e da militança, ouvido por prudência e conselho, grande pela riqueza e fidalgo pelo tratamento, já lhe seriam avultados os cabedais herdados ou adquiridos quando se casou com Josefa Maria do Sacramento, irmã do bispo de Pernambuco Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima, filha do mercador rico da Bahia João da Costa Lima, que lhe traria outros em dote. (...) Imaginemos a pompa que poria o capitão-mor quando hospedava prelados, que lá iam a crismas ou visitas pastorais. Em janeiro de 1776 honrava-se ele em ter sob seu teto a Dom Joaquim Borges de Figueroa. Um dos regalos da sua mesa eram as curimãs, pescadas e robalos, fisgados à hora de os comer, em dois grandes viveiros. Seria talvez uma galanteria do capitão-mor levar o Arcebispo ao pavilhão em *belvedere* do viveiro maior, para que assistisse a ser apanhado o peixe que deveria saborear logo depois. (*História de um engenho...*, p. 155 e p. 173)

85. O direito de *couto* e *homízio* garantido aos primeiros donatários das capitanias hereditárias — ninguém poderia nelas ser perseguido por crime ou delitos cometidos em outros lugares — assegurava aos condenados ou perseguidos pelos poderosos do momento a possibilidade de colocar-se sob a proteção de um patrono tão ou

mais poderoso, favorecendo o povoamento de locais pouco atraentes (cf. Varnhagen, *História geral...*, v. 1, t. I, p. 153; cf. igualmente *Ordenações...*, Livro Quinto, Título CXXIII).

86. Lucas da Feira (1807–1849) foi um escravo foragido que se tornou chefe de um grupo de salteadores. Durante 20 anos Lucas amedrontou os habitantes da região onde praticava suas incursões, nas proximidades da vila de Feira de Santana. Preso em janeiro de 1849, foi enviado ao Rio de Janeiro, para que o Imperador Dom Pedro II, leitor de Lombroso — médico italiano que associava características físicas a tendências comportamentais —, pudesse vê-lo. Lucas foi executado, em setembro do mesmo ano em que foi preso, no Campo do Gado, em Feira de Santana, diante de milhares de pessoas vindas de vilas vizinhas. Tornou-se personagem dos cantadores e da literatura popular regional e objeto de estudos médico-sociológicos de orientação lombrosiana, representativos da ciência da época. Seu exemplo foi usado tanto para demonstrar o caráter inelutável da herança genética quanto para denunciar injustiças sociais. Sabino de Campos levantou uma bibliografia de 37 títulos sobre Lucas da Feira, o que permite avaliar o que ele representou para a imaginação da época (cf. *Lucas, o demônio negro*, p. 187–190).

87. José Pereira Brandão, coronel reformado do Regimento da Vila de Cachoeira, atestou em 1814 que Pedro Ribeiro foi encarregado pelo governador Dom Fernando José de Portugal "de uma prisão do facinoroso Vicente Ferreira de Sousa" (doc. II.6, Anexos). Pedro Ribeiro serviu sob as ordens de José Pereira Brandão entre 1793 e 1808. Dom Fernando José de Portugal governou a Bahia entre 1788 e 1801.

88. Conquistado pelos sertanistas baianos no final do século XVI, Sergipe del Rei foi, até 1820, uma das cinco comarcas da Capitania da Bahia. Nesse ano tornou-se capitania subalterna, com governo militar próprio. Só em 1824, a primeira Constituição brasileira declarou Sergipe inteiramente independente da Bahia, co-

mo uma das dezoito províncias do Império (cf. A. F. Varnhagen, "História da Independência do Brasil", *in História geral...*, v. 3, p. 287). Porto da Folha, antiga missão dos padres franciscanos junto aos índios Urumarus, pertencia ao termo da Vila Nova Real (cf. José Antônio Caldas, *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, mapa entre p. 60 e 61).

89. A legislação portuguesa dava ao marido traído o direito de matar a mulher adúltera (cf. nota 2), mas exigia dele o ônus da prova. Incapaz de atender a essa exigência, podia ser condenado à morte:

> *Do que matou sua mulher pô-la achar em adultério*
> (...) §3. E se o marido, que matar sua mulher, quando se pôs em livramento, confessou que a matara por ser sua mulher e lhe ter feito adultério, e, por não provar sua defesa for condenado, que morra morte natural por a matar sem causa, os herdeiros da mulher vencerão os bens do marido, não tendo ele filhos ou descendentes outros de outra mulher, que por nossas Ordenações ou Direito Civil lhe possam suceder. E sendo caso que o marido seja condenado em outra pena, que não seja morte natural, os herdeiros não vencerão os bens do matador. (*Ordenações...*, Livro Quinto, Título XXXVIII, §3)

90. A Santa Casa da Misericórdia, a primeira e a mais rica das irmandades filantrópicas existentes no Brasil, era responsável por diversas "obras pias", entre as quais cuidar de doentes, acolher órfãos e expostos, educá-los e providenciar meios para que pudessem se estabelecer na maioridade. Também devia prestar assistência material e espiritual aos condenados à prisão ou à morte que não dispusessem de recursos pessoais ou familiares. Jean-Baptiste Debret (1768–1848), pintor e desenhista francês que veio para o Brasil em 1816 integrando a Missão Francesa, manifestou sua estranheza diante dessa última atribuição da irmandade:

> Se a legislação portuguesa, em vigor no Brasil, dispensa o governo da alimentação dos presos, bárbaro sistema que obriga o indigente privado de parentes ou amigos a recorrer à caridade dos transeuntes

para sua sobrevivência, sua sorte deplorável é entretanto suavizada pela filantropia da irmandade da *Santa Casa da Misericórdia*, que fornece diariamente dois enormes caldeirões de sopa feita com cabeças de boi reservadas especialmente para esse fim e mais um suplemento de farinha de mandioca. Essa providência caridosa recebe diariamente seu tributo de louvores ao encontrarem os distribuidores a fila de prisioneiros acorrentados carregando os gêneros alimentícios sob a escolta da guarda da polícia. (Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, t. II, p. 199)

91. A curiosidade em torno das raras execuções públicas que se faziam no Brasil justificava-se não só pelo caráter de espetáculo exemplar que lhes era atribuído, como talvez pela expectativa de que, no último momento, o condenado à morte fosse salvo. Mesmo contestado, permanecia na memória popular o antigo privilégio dos Irmãos da Misericórdia, extinto em 1716, de comutar a pena cobrindo o condenado com a sua bandeira, no caso do enforcamento não se realizar na primeira tentativa (cf. Accioli, *Memórias...*, v. II, p. 154 e 319–320; cf. igualmente Debret, *Viagem pitoresca...*, t. II, p. 48).

92. Em Portugal e colônias, a posse e o uso de armas brancas ou de fogo eram objeto de severa regulamentação que estabeleciam para os que as infringissem, penas que iam de multas pecuniárias ao degredo para a África ou o Brasil (cf. *Ordenações...*, Título LXXX, Livro Quinto).

93. Os capuchinhos, divisão da ordem franciscana criada no século XVI, chegaram ao Brasil nos primeiros anos do século XVII. De início franceses, foram substituídos por frades italianos a partir de 1659, em decorrência de questões políticas entre Portugal e a França. A prefeitura dos capuchinhos da Bahia foi fundada em 1712 e controlava nove aldeias de índios. Entre aquela data e 1797 chegaram ao Brasil 102 missionários que não só atendiam as aldeias mas também percorriam as freguesias do interior, difundindo a religião católica em missões itinerantes (cf. Padre Heliodoro Pires, *Temas da história eclesiástica do Brasil*, p. 185–190).

94. Em 1793, por decisão do governador Dom Fernando José de Portugal, Pedro Ribeiro substituiu seu tio Pedro Caetano, recém-falecido, como registador de gado (cf. nota 4). Ao cargo, concessão do governo, não correspondia qualquer tipo de remuneração (cf. docs. II.6 e II.9, Anexos).

95. Dom Fernando José de Portugal, que governou a Bahia entre 1788 e 1801, foi substituído por Dom Francisco da Cunha e Menezes, cujo mandato cumpriu-se entre 1802 e 1805. Dom Francisco construiu a Praça de São Bento em Salvador e promoveu pesquisas mineralógicas no interior da capitania. Segundo Accioli, "de nada se esquecia que interessasse por qualquer maneira ao bem público", sendo responsável pela introdução no Brasil da vacina contra as "bexigas" (varíola) desenvolvida em 1798 pelo médico inglês Edward Jenner (cf. *Memórias...*, v. III, p. 36).

96. A palavra *fulmina*, como substantivo, não consta dos dicionários do século XIX consultados. Pelo que se depreende de diversas passagens das cartas de Vilhena, tem o sentido de contrabandista (cf. *Notícias...*, v. I, Catálogo, p. 13; Carta Terceira, p. 128 e 130; Carta Quarta, p. 162; v. II, Carta Undécima, p. 436 e 443).

97. Pedro Ribeiro deixou o emprego de registador, que ocupou durante onze anos, em 1804, alegando que se mudava do lugar (cf. doc. II.10, Anexos).

98. Vilhena critica as transformações sofridas pelos colonos portugueses que se estabeleciam no Brasil:

> Quem não vê que a inação dos brancos é a causa da preguiça dos pretos? Porque não há de cavar no Brasil aquele que em Portugal só vivia da sua enxada? Porque não há de lavrar o que nada mais soube do que pegar com uma mão na rabiça do arado e com a outra na aguilhada? Porque há de andar de corpo direito quem o trouxe sempre vergado ao trabalho? Porque só há de querer mandar quem nada mais soube que obedecer? Porque há de ostentar de nobre quem sempre foi plebeu? (*Notícias...*, Carta Terceira, v. I, p. 141–142)

99. No Agreste baiano, onde estava localizada a fazenda Cajueiro, a cana só veio a ser plantada no final do século XVIII, depois que as terras do Recôncavo mostraram-se cansadas ou faltas de lenha. Antes da introdução da lavoura açucareira no Agreste, os proprietários de terras da região cultivavam fumo e mandioca e criavam gado. Nas áreas onde se plantava o tabaco, cultura introduzida na Bahia no início do século XVII, não se formaram grandes propriedades, como no Recôncavo dos canaviais ou no Sertão do gado criado em liberdade. No Agreste, em pequenos sítios, estabeleceram-se famílias com um número reduzido de escravos, todos diretamente envolvidos no trabalho. O tabaco era, depois da cana-de-açúcar, o mais lucrativo dos produtos agrícolas explorados no Brasil, rendendo somas significativas aos reis portugueses, pois destinava-se principalmente à exportação (cf. Antonil, *Cultura e opulência...*, p. 237–251). A mandioca atendia ao consumo interno: com ela se fabricava a farinha, principal alimento dos escravos e da população mais pobre (cf. nota 78). Quanto ao gado, a freguesia do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambupe de Cima era uma das regiões do Agreste onde se concentravam os currais (cf. Antonil, *Cultura e opulência...*, p. 307).

100. Em 1804, ano em que Pedro Ribeiro deixou o cargo de registador, o preço do açúcar voltara a subir depois de períodos de queda, e novos engenhos estavam surgindo nas regiões afastadas do Recôncavo, graças a estímulos do governo (cf. Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*, p. 342–345). A fazenda Cajueiro e o engenho Periperi estavam situados na freguesia de Inhambupe, cuja descrição se encontra na "Relação da freguesia do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambupe de Cima, pelo vigário encomendado Joaquim de Santana", de 1757:

> Tem essa freguesia de distância, de sul ao norte, dezesseis léguas e, do nascente ao poente, vinte léguas pouco mais ou menos (...). Da nascença do Inhambupe à igreja matriz são dez léguas; da do Querícó, oito; da do Catu, seis; da do Subaúma, seis. Dista o Catu, que é a extrema desta freguesia da parte do sul, do rio Querícó, duas léguas;

o Querícó do rio Subaúma, seis; o Subaúma do rio Inhambupe, quatro léguas. Do rio Catu ao Inhambupe, seguindo rumo direito do sul a norte, é dia e meio de viagem, e as mais jornadas de rio a rio nomeados não passam de meio dia. (*Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 225–226, doc. 2.714)

101. No inventário de Joana de Sousa Leite, de 1832, arrolam-se no engenho Periperi treze tarefas de "canas novas", dez tarefas "de canas mais crescidas" e três tarefas de "canas nascidas", bem como 320 tarefas de pastos. Sabendo-se que na Bahia uma tarefa corresponde a 4.356m^2, a parte explorada das terras do engenho Periperi atingia aproximadamente 150 hectares. No documento não há referência à área total da propriedade.

102. A nova casa do engenho Periperi tinha "dezesseis portas e vinte janelas" e foi avaliada em um conto de réis. Externos à casa de morar, existiam "uma casa de despejo com três vãos e quatro portas" e "um forno de fazer doce", "um quintal com arvoredos cercado de pau a pique", "23 senzalas cobertas de telhas", "vinte senzalas cobertas de palha", "um tanque grande" e "um tanque pequeno" (cf. Inventário de Joana de Sousa Leite, APEB).

103. Embora de instalação mais onerosa, os engenhos hidráulicos — *engenhos reais* — eram mais vantajosos, do ponto de vista da produtividade, do que os movidos a tração animal (cf. nota 83). O engenho, em Periperi, compunha-se de "uma casa de duas tesouras, quatro varandas, duas sobrevarandas e dois balcões ligados ao picadeiro velho", "uma casa de purgar com três tanques", "uma casa de caldeira com um tendal com ladrilhos de tijolos", "um forno de olaria" e "uma roda grande de água com moenda", esta última avaliada em 200 mil réis (cf. Inventário de Joana de Sousa Leite, APEB).

104. Na capela da casa do engenho Periperi, existiam, além dos objetos necessários à celebração da missa, imagens do Cristo, Nossa Senhora, Santana, São José, São João, Santo Antônio e São Francisco, "todas com resplendores e coroas de prata, tudo visto e avalia-

do pelos avaliadores em um conto e duzentos mil réis" (cf. Inventário de Joana de Sousa Leite, APEB).

105. A missa dominical era a oportunidade em que o capelão do engenho explicava a doutrina da Igreja e transmitia as regras da convivência social entre senhores, agregados e escravos:

> Tem, pois, o capelão obrigação de dizer missa na capela do engenho nos domingos e dias santos (...). E, nos mesmos domingos e dias santos, ou pelo menos nos domingos, se se admitir com esta obrigação explicará a doutrina cristã, a saber, os principais mistérios da fé e o que Deus e a santa Igreja mandam que se guarde. (...) Como cada qual se há de encomendar a Deus para não cair em pecado e oferecer-lhe pela manhã todo o trabalho do dia. Quanto são dignos de abominação os feiticeiros e curadores de palavras, e os que a eles recorrem, deixando a Deus, de quem vem todo o remédio; os que dão peçonha ou bebidas (como dizem), para abrandar e inclinar as vontades; os borrachos, os amancebados, os ladrões, os vingativos, os murmuradores e os que juram falso, ou por malignidade, ou por interessse, ou por respeitos humanos. E finalmente, que prêmio e que pena há de dar Deus eternamente a cada qual, conforme obrou nesta vida. (Antonil, *Cultura e opulência...*, p. 148–149)

106. A aproximação das tropas francesas, comandadas pelo general Junot, provocou a decisão de transferir-se o governo português para o Brasil, onde seria poupado da inevitável rendição diante do exército napoleônico. Acompanhada de um séquito de cerca de dez mil pessoas, a família real portuguesa deixou Lisboa numa esquadra escoltada por navios ingleses em 29 de novembro de 1807, chegando a Salvador em 22 de janeiro do ano seguinte. Sabendo-se que, na época, Salvador e arredores reuniam cerca de 80 mil habitantes, é fácil imaginar o impacto desse desembarque:

> Dos recôncavos acudiu a esta cidade da Bahia tudo quanto foi oficial de patente, assim como todos os senhores de engenho; e Sua Alteza deu beija-mão geral em diversos dias; como também vieram todas as pessoas distintas. Muitas pessoas de ambos os sexos e de todas as cores foram à presença de Sua Alteza a ofertar-lhe mimos de frutas da terra com muita grandeza, o que tudo Sua Alteza aceitou,

dando a todos demonstrações de grande contentamento e se mostrando para com todos meigo e afável. (Anônimo, *apud* Sílio Bocanera Jr., *Bahia histórica*, p. 292)

107. Nascido em 1767, o Príncipe Regente Dom João era o segundo filho da Rainha Dona Maria I e do Infante Dom Pedro (Dom Pedro III), tio paterno da esposa, vinte anos mais velho do que esta. Criado pelos frades franciscanos do convento de Mafra, mergulhado em um ambiente em que dominavam a religiosidade e a música, Dom João foi mantido afastado das intrigas da Corte até 1785, quando de seu casamento com a Infanta Carlota Joaquina (1775–1830), que contava com apenas dez anos de idade e era neta do Rei Carlos III de Espanha. Com a morte de seu irmão mais velho, o Príncipe Dom José, em 1791, Dom João tornou-se herdeiro do trono português e assumiu a regência no ano seguinte, quando a mãe foi considerada demente. Não tinha, porém, a energia necessária para comandar a intrincada política portuguesa, ao contrário da mulher, que sempre demonstrou nítidas ambições políticas, conspirando para assumir o poder e subordinar os interesses portugueses aos do seu país, principalmente no perído em que Portugal e Espanha estiveram em campos opostos, durante as guerras napoleônicas. São dessa época diversas versões dos versos citados, que circularam depois de Dona Carlota Joaquina tentar interditar o marido, em 1805, por "demência hereditária" (cf. Pedro Calmon, *O rei do Brasil*, p. 90–92).

108. Dom Fernando José de Portugal, nascido em Lisboa e educado em Coimbra, foi governador da Bahia entre 1788 e 1801 e vice-rei do Brasil de 1804 a 1806. Nesse ano, voltou para Portugal, onde se tornou conselheiro de Estado e presidente do Conselho Ultramarino. Acompanhou a família real portuguesa na viagem para o Brasil, onde foi ministro-assistente do Despacho, com funções equivalentes às de primeiro-ministro, encarregado dos ministérios do Brasil — nome que então tomou a pasta do Reino —, de Estrangeiros e da Guerra e da Fazenda. Era também presidente do

Erário Real e provedor das Obras da Casa Real. Na sua administração, criaram-se, no Rio de Janeiro, as academias da Marinha e de Artilharia e Fortificação, o Arquivo Militar, a Tipografia Régia, a Fábrica de Pólvora, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, o Teatro São João, a Academia de Belas Artes e o Banco do Brasil. Também em seu governo foi instalada, em Minas Gerais, a primeira fundição de ferro do Brasil. Em 1808, Dom Fernando José de Portugal foi agraciado pelo Príncipe Regente Dom João com o título de Conde de Aguiar, passando a Marquês da mesma denominação em 1813 (cf. Afonso Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. II, p. 211).

109. O baiano José da Silva Lisboa (1756–1835), futuro Visconde de Cairu, teria sugerido ao Príncipe Regente Dom João, quando da passagem deste por Salvador, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

110. Os passos do Príncipe Regente foram cuidadosamente acompanhados pela curiosidade dos baianos:

> O príncipe todos os dias saía a passear: por duas vezes foi jantar ao Senhor do Bonfim, na casa de Hermenegildo Neto da Silva; e em uma tarde foi ao Engenho de São João que fica defronte da Penha, da outra parte do rio; em outra tarde foi ao Engenho da Conceição, de Antônio Vaz de Carvalho. Ambos viu moer e em ambos merendou. Também por duas vezes foi jantar em Itapoã, à armação de Dona Inácia, já defunta e hoje de seu afilhado Manuel Inácio [da Cunha Menezes, depois Visconde do Rio Vermelho]. Foi à ilha de Itaparica e lá dormiu uma noite, e assistiu nas casas do contrato das baleias, onde o hospedou Antônio José de Araújo Mendes. Foi a Brotas, e lá jantou nas casas e roça de Marcos Antônio Fernandes. Em outra tarde foi a Nazaré e merendou nas casas de Vilela. Em outra tarde foi ao quintal de Francisco Beléns, junto a São José, seminário dos órfãos. Em outra tarde foi ao jardim de Manuel Joaquim dos Santos Ribeiro, junto a Soledade. Visitou os conventos de todos os religiosos, porém não foi ao das religiosas. Três vezes foi ao convento de São Francisco, correndo todo por dentro, e Ordem Terceira. Em uma palavra, na cidade da Bahia e seus arrebaldes, não

ficou coisa mais notável que deixasse de ver. (Anônimo, *apud* Sílio Bocanera Jr., *Bahia histórica*, p. 290–291)

111. Em alguns dos seus romances, Victor Hugo dá vida aos moleques das ruas de Paris, cujo mais típico representante é Gavroche, personagem de *Les misérables* (1862). Alegre, desembaraçado e cheio de expedientes, Gavroche morre nas barricadas durante o motim urbano de 1832.

112. Dona Maria I foi declarada "irremediavelmente insana" por uma junta médica reunida em Salvaterra de Magos a 10 de fevereiro de 1792. Atribuía-se a sua loucura às notícias da Revolução Francesa e à dor provocada pela sucessão de mortes de pessoas que lhe eram próximas: o marido em 1786, o filho mais velho em 1791 e, ainda no mesmo ano, o seu confessor, assassinado.

113. O comportamento da Rainha Dona Maria I, durante sua passagem por Salvador, provocou a estranheza dos baianos:

> A Senhora Rainha nunca foi a função de alguma igreja; só sim em todas as tardes saía em uma berlinda junto com a Marquesa de São Miguel e o Marquês de Angeja, em razão do ser seu gentil homem em outra seje, a passearem. (Anônimo, *apud* Sílio Bocanera Jr., *Bahia histórica*, p. 290)

114. Dom João e Dona Carlota Joaquina tiveram nove filhos, todos nascidos em Portugal: Dona Maria Teresa (1793–1874), Dom Antônio Pio (1795–1801), Dona Maria Isabel (1797–1818), Dom Pedro de Alcântara (1798–1834), Dona Maria Francisca (1800–1834), Dona Isabel Maria (1801–1876), Dom Miguel (1802–1866), Dona Maria da Assunção (1805–1834) e Dona Ana Maria de Jesus (1806–1857). Dom Pedro tinha o título de Príncipe da Beira, atribuído ao filho mais velho do herdeiro do Rei de Portugal, que por sua vez tinha o título de Príncipe do Brasil; Dom Miguel tinha o título de Infante, como todos os filhos dos reis de Portugal e da Espanha, à exceção dos herdeiros dos tronos. Os dois irmãos iriam disputar, em lutas sucessivas, o trono português durante oito anos. A história de Dom Pedro é bem conhecida dos

brasileiros. Príncipe Regente do Brasil em 1821 com a volta do pai a Portugal, proclamou a Independência no ano seguinte, tornando-se o primeiro Imperador do Brasil, Dom Pedro I. Com a morte de Dom João VI em 1826, sucedeu-o Dom Pedro no trono português como Dom Pedro IV de Portugal. Abdicou porém, logo em seguida, na impossibilidade de conservar as duas coroas, em favor de sua filha mais velha, a Princesa Dona Maria da Glória, então com sete anos, que reinaria em Portugal como Dona Maria II. Para prevenir conflitos com o irmão, postulante ao trono e apoiado pela mãe, Dona Carlota Joaquina, contratou Dom Pedro o casamento de sua filha, Dona Maria da Glória, com o tio, Dom Miguel. Na regência, ficou a tia paterna da Rainha Dona Maria II, a Infanta Dona Isabel Maria. Afastada Dona Isabel Maria da regência em 1828, foi substituída por Dom Miguel que, rompendo o contrato nupcial, apossou-se do trono e declarou-se soberano absoluto. No Brasil, Dom Pedro I, em permanente conflito com os que o haviam apoiado na Independência, abdicou, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Príncipe Dom Pedro, então com sete anos, tornando-se Duque de Bragança. Nos Açores iniciou uma guerra contra o irmão, que só terminaria em 1834 com a Convenção de Évora-Monte e a expulsão de Dom Miguel de Portugal, assegurando o trono português à filha. Dom Pedro morreu no mesmo ano. O Infante Dom Miguel sobreviveu no exílio até 1866, vindo a falecer na Alemanha, onde se casara com uma princesa da Baviera. Quanto às seis filhas mulheres de Dom João VI e Dona Carlota Joaquina, suas vidas tomaram diferentes rumos: Dona Maria Teresa, que se casara, em 1810, já no Brasil, com seu primo, o Infante de Espanha Dom Pedro Carlos, enviuvou dois anos depois e voltou com os pais para Portugal em 1821; Dona Maria Isabel foi Rainha da Espanha por dois anos — de 1817, quando casou-se com seu primo, o Rei da Espanha Fernando VII, a 1819, quando morreu; Dona Maria Francisca, Dona Isabel Maria, Dona Maria da Assunção e Dona Ana Maria de Jesus voltaram para Portugal com os pais em 1821. Dona Isabel Maria

foi Regente, já se disse acima, durante os quatro primeiros anos do reinado da sobrinha Dona Maria II. Dona Maria Francisca, depois de casar-se em Portugal, residiu na França e voltou ao Brasil em 1829, acompanhando a sobrinha, a Rainha Dona Maria II, por ocasião do segundo casamento de Dom Pedro I, pai desta, com a Princesa Dona Amélia de Leuchtenberg Eichstaedt (1812–1873); em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I, voltou para Portugal (cf. Afonso Zuquete, *Nobreza...*, v. I, p. 667).

115. Elizabeth Amelie Eugenie (1837–1898), princesa bávara, imperatriz da Áustria e rainha da Hungria, era prima do marido, Francisco José I de Habsburgo. Foi assassinada por um militante anarquista, Luigi Luchenni, em Genebra, depois de uma vida marcada por tragédias — entre as quais o suicídio do único filho, o arquiduque Rodolfo, em 1885.

116. Empenhados em estreitar os laços dinásticos entre as monarquias portuguesa e espanhola, a Rainha Dona Maria I e o Rei Carlos III de Espanha acordaram, em 1785, o casamento dos Infantes Dom João e Dona Mariana Vitória, filhos da primeira, com os Infantes Dona Carlota Joaquina e Dom Gabriel, netos do segundo. Sobre a descendência de Dom João e Dona Carlota, cf. nota 114. Quanto a Dona Mariana Vitória e Dom Gabriel, tiveram um único filho, o Infante de Espanha Dom Pedro Carlos, cedo órfão de pai e mãe, criado em Lisboa pela família materna. No Brasil, Dom Pedro Carlos casou-se, em 1810, com sua prima, a Princesa Dona Maria Teresa. Dom Pedro Carlos foi almirante da esquadra de Sua Alteza Real e morreu em 1812, deixando um filho, Dom Sebastião (cf. Afonso Zuquete, *Nobreza...*, v. I, p. 653 e 657).

117. Nos conventos femininos de Salvador, principalmente no de Santa Clara do Desterro e no das Mercês, onde eram recolhidas voluntária ou compulsoriamente filhas das mais ricas famílias da Bahia, as freiras dedicavam-se a vários tipos de trabalhos manuais. James Wetherell, cônsul inglês na Bahia durante quinze anos, registrou essa prática:

Nos conventos confecciona-se um tipo [de renda] mais fino, usado nos lenços, vestidos de batizado, etc; essas peças são bordadas cuidadosamente e formam desenhos complicados; os fios da fazenda são retirados e os desenhos assim formados são então preenchidos e costurados em pequenos quadrados que ficam vazios. Esse trabalho de labirinto é utilizado para adornar a frente das camisas, o revés dos lençóis, golas de blusas, etc., de fato todas as peças do vestuário feminino nas quais elas podem ser usadas. (*Brasil, apontamentos sobre a Bahia*, p. 87–88)

118. A expectativa criada na Bahia — de que ali se instalassem a família real e a Corte portuguesa — transformou-se em frustração com a decisão do Príncipe Regente de seguir para o Rio de Janeiro:

> Após uma travessia feliz, chegou ela [a frota real portuguesa] a 19 de janeiro de 1808, à Bahia. O desembarque da Família Real foi para os habitantes da cidade uma oportunidade memorável de manifestar sua alegria e sua fidelidade ao soberano. As festas magníficas que prepararam ostentavam um luxo e um esplendor reveladores de sua elevação de alma e de sua fortuna. Desejosos ainda de dar uma prova mais palpável e durável de seu devotamento ao monarca, votaram unanimemente uma soma de doze milhões de francos para a construção de um palácio para a Família Real, caso o príncipe concordasse em fixar residência na Bahia; razões políticas entretanto impediram o regente de aceitar o oferecimento. (...) A cidade da Bahia tinha direito, em vista de suas tradições e de seus edifícios públicos, de tornar-se a residência da Corte; aí residira o governador-geral do Brasil, desde 1549 até 1773. Somente ela fora erigida em arcebispado. (Debret, *Viagem pitoresca...*, t. II, p. 9–10)

119. Felisberto Caldeira Brant Pontes (cf. nota 58) era proprietário, desde 1810, do engenho Santa Maria — o único de grande porte em Ilhéus. Seus planos para a região eram ambiciosos: abrir, com recursos próprios, uma estrada ligando Rio Pardo, em Minas Gerais, à vila de Ilhéus, para que os produtos do interior pudessem chegar até o litoral, valorizando ao mesmo tempo as terras adjacentes. No trajeto da estrada estava a aldeia Almada, dos índios gueréns, ramo dos aimorés, ou botocudos, que seriam transferidos para a vila de São Pedro de Alcântara, distante e inóspita (cf. Maximiliano de

Wied Neuwied, *Viagem ao Brasil*, p. 326–332; Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, v. II, p. 159–167). A resistência dos índios a essa mudança teria dado origem a conflitos, mediados pelo ouvidor da comarca de Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, encarregado de convencer os índios, por meios pacíficos, a deixarem Almada (cf. Bento da Silva Lisboa, "Biografia do Conselheiro Baltazar da Silva Lisboa, lida na seção de 31 de agosto de 1840", *in Revista Trimensal do Instituto Histórico*, nº 7, t. II, p. 389–390). Por ordem de Felisberto Caldeira Brant Pontes, Pedro Ribeiro acompanhou Baltasar da Silva Lisboa a Ilhéus (cf. doc. II.10, Anexos).

120. No final do século XVIII, já se discutia a eficácia do uso da força no relacionamento com os índios:

> A experiência de trezentos anos que tem corrido depois do descobrimento do Brasil tem feito ver que a aspereza é meio errado para domesticar os índios, seus naturais; parece pois que a brandura e afago é o meio que nos resta, bem como desvanecer a persuasão em que estão de que o mal que de nós recebem é todo mandado fazer e que ninguém que lho faz é por isso castigado. (Vilhena, *Notícias...*, Carta Terceira, v. I, p. 143)

121. O capitão Manuel seria um dos poucos sobreviventes da aldeia de Almada, mencionada na nota 119:

> Almada, agora, apenas indica o local onde, há uns sessenta anos, se tentou fundar uma "aldeia" de índios. Uma tribo de descendentes dos "Aimorés" ou "Botocudos", conhecida nos rios Itaípe e Ilhéus pelo nome de "Gueréns", consentiu que se fundasse um estabelecimento com a condição de que lhes dessem terrenos e habitações. A proposta foi aceita; construíram-se cabanas e uma pequena igreja; um padre e vários índios do litoral vieram habitar a aldeia. Esse estabelecimento fracassou. Os "Gueréns" morreram todos, com exceção dum velho chamado "capitão" Manuel, e de duas ou três velhas; ultimamente levaram os índios do litoral para povoar a Vila de São Pedro d'Alcântara que, também, está próxima do seu fim. (Wied Neuwied, *Viagem ao...*, p. 330)

122. Exaradas sob a influência dos jesuítas entre 1570 e 1597, sucessivas leis portuguesas proibiam a escravidão indígena, mas previam

exceções que permitiam a manutenção daquela prática, do interesse dos colonos. O conceito de "guerra justa" abria a possibilidade de aprisionamento de índios rebeldes; também podiam ser "resgatados" índios já escravizados por outros e comprados maiores de 21 anos, desde que se oferecessem à venda de forma voluntária (cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus...*, t. II, p. 194–235). Já no século XVIII, a legislação pombalina surgiu no quadro das reformas realizadas com o propósito de superar a crise em que Portugal mergulhara com o fim do antigo sistema colonial. Antes de abolir em 1773 as leis que discriminavam judeus e cristãos-novos, o futuro Marquês de Pombal quis equiparar os índios aos súditos portugueses de pleno direito. A nova legislação começou a ser publicada em 4 de abril de 1755 — quando alvará real estimulou casamentos entre brancos e índios, habilitou descendentes a quaisquer empregos, honras e dignidades, e proibiu que fossem tratados pejorativamente de "caboclos", sob pena de desterro da comarca — e completou-se em 6 de junho do mesmo ano, quando foi determinado, através do *Diretório que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, que fosse suspensa a tutela temporal dos religiosos sobre os índios, que deveriam ser governados pelos próprios *principais*, receber instrução na língua portuguesa e ter toda a honra e estima devida aos postos que ocupassem (cf. Varnhagen, *História geral...*, v. 2, t. IV, p. 244–245). Publicado em Lisboa em 1758, o *Diretório* teve no mesmo ano, por alvará de 17 de agosto, sua aplicação estendida ao Estado do Brasil. Em 17 de maio de 1759 foi alvo de parecer do Conselho Ultramarino da Bahia, que o considerava de difícil aplicação "nas aldeias do Brasil, porque os índios que as povoam estão e estiveram sempre em muito inferior estado aos do Pará e Maranhão" (cf. "Ofício do Conde dos Arcos para Tomé Joaquim de C. Corte Real, em que se refere a parecer que o Conselho Ultramarino, que funcionava na Bahia, dera sobre a aplicação que podia ter na Capitania o Diretório formulado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-

General do Pará e Maranhão para o regímen dos índios das povoações destas capitanias. Bahia, 1º de junho de 1759", *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 334–335, doc. 4.255).

123. Os índios tupinambás da Missão da Saúde — fundada em 1639 pelos franciscanos — estavam distantes de suas tradições e modo de vida, em decorrência de quase dois séculos de aldeamento sob a tutela daqueles frades e da convivência forçada e desigual com os colonos portugueses. Já os remanescentes da tribo dos aimorés ou botocudos — grupo ao qual pertencia o Capitão Manuel —, reconhecida pela resistência que opusera aos portugueses, refugiaram-se nas florestas do Sul da Bahia, onde conservavam os hábitos da vida nômade e a aparência que os destacava dos outros índios:

> A natureza dotou esses índios de boa compleição, sendo eles melhor conformados e mais belos do que os das demais tribos. Apresentam, em geral, estatura mediana, não obstante apresentarem alguns porte mais avantajado. São fortes, em regra largos de peito e esoadaúdos, mas sempre bem proporcionados; mãos e pés delicados. Como nas outras tribos, têm traços fisionômicos muito salientes, as maçãs do rosto grandes, o rosto às vezes achatado, mas, ainda assim, não de raro bastante regular; olhos, na sua maioria, pequenos, às vezes grandes, mas em geral pretos e vivos; lábios e nariz de ordinário grossos. (Wied Neuwied..., *Viagem ao...*, p. 274–275)

124. Com a abertura dos portos em 1808, foram atraídos para o Brasil diversos naturalistas europeus, interessados em descrever a fauna, a flora e as populações autóctones do país. Um dos primeiros foi o príncipe Maximiliano Wied Neuwied. Depois de percorrer o litoral fluminense e o do Espírito Santo, chegou pelo Norte de Minas ao Sul da Bahia e, nas proximidades do Natal de 1816, à vila de Ilhéus. Nessa ocasião, teve seu interesse despertado pelo Capitão Manuel, identificável como um guerém, nome dado aos aimorés da região (cf. nota 119):

> O aspecto exterior do "capitão" Manuel deixa ver que ele descende dos "Botocudos"; já não usa, todavia, a ornamentação característica dessa tribo; suas orelhas e o lábio não são desfigurados por placas de

madeira e ele deixa o cabelo crescer até a nuca. Manisfestou, porém, grande predileção pela sua gente e sentiu uma enorme satisfação quando me ouviu pronunciar algumas palavras de sua língua. (...) Esse velho conserva sempre o seu arco e as suas flechas, como recordação dos seus velhos tempos. Está afeito à fadiga, é ainda vigoroso e capaz de caçar nas florestas, apesar de sua avançada idade. Aprecia a aguardente acima de tudo. (*Viagem ao...*, p. 331)

125. Em Almada, viviam gueréns e remanescentes da tribo dos tupiniquins, controlada pelos jesuítas desde o século XVI (cf. Spix e Martius, *Viagem pelo...*, v. II, p. 162).

126. O termo "botocudo" generalizou-se entre os portugueses como uma das designações dos aimorés:

> O nome de "botocudos" lhes vem de usarem, no lábio e nas orelhas, uma grande cavilha de madeira, à semelhança de um batoque, que é como chamam os portugueses as rolhas de barril. Eles mesmos a si se chamam "engeräckmung" e têm grande aversão a que os chamem de "botocudos". (Wied Neuwied..., *Viagem ao...*, p. 274)

127. Um núcleo de colonização européia estava sendo instalado nas terras que antes pertenciam aos gueréns:

> O Sr. Weyl, que escolheu recentemente esse local para as plantações que pretende fazer, é proprietário de terras que medem uma légua quadrada e que foram destinadas à instalação dos "Gueréns". Não tendo tido ainda tempo de construir uma casa para si e sua família, aproveitou-se de uma das que foram construídas para os índios. Destas só restam umas três, que são os últimos vestígios da vila de Almada. O Sr. Weyl pretende fundar aqui uma grande fazenda; todas as circunstâncias parecem favorecê-lo. Plantará principalmente café e algodão, que dão perfeitamente nessa zona, onde a maioria das plantas, pelo seu crescimento vigoroso, denunciam a excelente qualidade do solo e do clima, e onde as matas estão cheias das mais belas espécies de madeiras. (Wied Neuwied..., *Viagem ao...*, p. 331)

128. Depois da palavra chororó, Dona Anna acrescentou, entre parênteses, a expressão "pequeno pássaro". Trata-se de ave da família dos tinamídeos, também conhecida como inambuxororó ou inambuzinho, bastante comum no Brasil.

129. De acordo com o relato do Príncipe Maximiliano, o Capitão Manuel e alguns poucos índios continuaram a morar em Almada, com a concordância do Sr. Weyl (cf. Wied Neuwied..., *Viagem ao...*, p. 331). No Natal de 1818, passaram por aquele local Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius, naturalistas bávaros que haviam chegado ao Brasil no ano anterior integrando o séquito da princesa austríaca Dona Leopoldina, futura imperatriz brasileira. Depois de conhecerem o Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraguai, Minas Gerais e Goiás, eles chegaram à Bahia pelo interior, acompanhando o curso do rio São Francisco. Nessa época o Capitão Manuel já tinha morrido:

> Sua Alteza o Príncipe Maximiliano Wied Neuwied, que dois anos antes havia visitado, na Fazenda de Almada, os solitários agricultores, encantando-os com o seu caráter amável e o seu entranhado amor pela história natural, foi ainda testemunha ocular da existência desses restantes gueréns ali; depois disso, morreu o velho índio Manuel, e apenas alguns índios mansos, provavelmente da tribo dos tupiniquins, que já não sabiam mais falar a língua de seus pais, ficaram para servir de caçadores aos novos colonos. (*Viagem pelo...*, v. II, p. 162)

Capítulo V

130. Nas folhas corridas anexas ao documento I.6, de 1805, Pedro Ribeiro declara-se homem casado.

131. As celebrações religiosas cumpriam importante papel na organização do cotidiano e da vida social da Colônia. Meticulosamente previstas nas *Constituições Eclesiásticas do Arcebispado da Bahia*, em Salvador, as cerimônias da Semana Santa, que se iniciavam na quarta-feira com a procissão dos Fogaréus, caracterizavam-se pela imponência e solenidade, que o interior procurava copiar.

132. De acordo com as datas indicadas mais adiante no texto, a Semana Santa que levou Pedro Ribeiro e sua família à vila de Inhambupe foi a do ano de 1813. Da mesma época é a descrição desta vila feita pelo padre Aires de Casal:

Inhambupe, situada obra de doze léguas acima da embocadura, e pouco arredada da margem direita do rio deste nome, tem uma igreja paroquial da invocação do *Espírito Santo* num tezo com espaçosa vista; e no seu termo uma capela de Santo *Antônio* e duas de Nossa Senhora com os títulos da *Conceição*, e dos *Prazeres*. Seus habitantes são de diversificadas compleições e cultivam muito, e bom tabaco e mantimentos. (*Corografia brasílica*, t. II, p. 123–124)

133. Luís de Almeida Maciel era, desde 1804, capitão-mor do Terço das Ordenanças da Vila do Itapicuru de Cima. Eram os capitães-mores as autoridades máximas nas vilas e nos termos destas, encarregados de inspecionar as tropas e os armamentos, de assegurar o bom funcionamento das instâncias civis, fazendárias e judiciárias, e também de elaborar as listas dos cidadãos aptos a serem recrutados para a tropa regular ou das Milícias. Os capitães-mores, escolhidos pelas câmaras municipais, eram necessariamente confirmados pelo rei, através de cartas-patentes, o que aumentava o prestígio do posto. O provimento de Luís de Almeida no posto de capitão-mor não se deu sem problemas: houve uma tentativa de embargo por parte de José Vicente Barbosa Leal de Vasconcelos (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. V, p. 209, doc. 26.814).

134. As freguesias do Divino Espírito Santo do Sertão Inhambupe de Cima e Nossa Senhora do Nazaré do Itapicuru de Cima eram terras vizinhas (cf. "Informação sobre a extensão, lugares, capelas, rios e pessoas de comunhão da freguesia de Nossa Senhora do Nazaré do Itapicuru de Cima, pelo vigário José de Góis Araújo e Vasconcelos", 1757, *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. I, p. 222–223, doc. 2.711). No início do século XVIII fora grande o fluxo migratório para região do Itapicuru, onde se descobrira ouro. Mas as reservas não se mostraram generosas e, em pouco tempo, a criação extensiva de gado passou a ser a principal atividade econômica dos moradores, conforme registro de Aires de Casal:

Itapicuru é vila pequena em distância de vinte e duas léguas longe do mar, e pouco mais d'uma milha afastada da margem esquerda do rio

que lhe empresta o nome. A sua matriz é da invocação de Nossa Senhora de *Nazaré*, gado [é] a riqueza de seus habitantes: nada lhe promete aumento considerável, sendo o rio inavegável, e o terreno agreste. (*Corografia brasílica*, t. II, p. 122)

135. O relacionamento entre Pedro Ribeiro e Luís de Almeida devia-se provavelmente a tratos comerciais entre este último e Pedro Caetano, o tio que criara Pedro Ribeiro (cf. doc. III.3, Anexos).

136. Muitas vezes o tratamento "Sinharinha", derivado de "Senhorazinha", comumente dado às filhas e netas dos proprietários rurais no Agreste e no Sertão baianos, tornava-se apelido.

137. "Samba", como empregado por Dona Anna, tem o sentido de "baile popular urbano e rural, sinônimo de pagode, função, fobó, arrasta-pé, balança flandre (Alagoas), forrobodó, fungangá" (cf. Câmara Cascudo, *Dicionário do folclore brasileiro*, p. 689).

138. A comunicação entre o Recôncavo e Salvador, obrigatória pela interdependência de senhores de engenho e comerciantes exportadores de açúcar, era assegurada pela navegabilidade da rede fluvial e da baía de Todos os Santos. Mas no Agreste e no Sertão só se contava com as trilhas abertas pelas boiadas, mantendo-se assim o isolamento que garantiu a permanência e até acentuou as características regionais. As primeiras providências para construir "caminhos de ferro" na Bahia datam de 1853 (cf. Brás do Amaral, *História da Bahia, do Império à República*, p. 190). O Ramal do Timbó, que ia de Alagoinhas a Sergipe, atravessando o Agreste e passando pelo Itapicuru, só foi inaugurado na década de 1880.

139. Em geral, as famílias tinham um orago ou santo doméstico, com o qual se estabelecia uma relação contratual, implícita ou explícita. A relação era direta e pessoal entre o devoto e o santo, representado através de imagens. Em 60% dos inventários estudados por Katia de Queirós Mattoso figuravam oratórios e imagens de santos protetores (cf. *Bahia, século XIX. Uma província...*, p. 383–387).

140. Manuel Álvares Maciel morreu em Itapicuru no dia 10 de julho de 1810, deixando um espólio avaliado em quase onze contos de

réis (10.812$520). A inventariante foi sua mulher e meeira, Josefa Ferreira de Brito, e os herdeiros, a filha, Joana de Sousa Ferreira — Sinharinha —, "maior de 14 anos", e o filho, Luís de Almeida Maciel, "menor de 10 anos", que ficaram sob a tutela da mãe (cf. Inventário de Luís de Almeida Maciel, arquivo pessoal).

141. Luís de Almeida Maciel era filho do tenente-coronel Miguel de Andrade e de Tomásia de Araújo (cf. quadro genealógico II).

142. Luís de Almeida casou-se em primeiras núpcias com Joana Vitória de Sousa Leite, de quem teve dois filhos: Ana de Almeida e Manuel Álvares Maciel. De Maria Vitória de Sousa, sua cunhada que depois se tornaria sua segunda mulher, teve Luís de Almeida uma filha natural, Cecília Rosa de Almeida (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 505, doc. 23.962; cf. também quadro genealógico II). Registra ainda Dona Anna, no capítulo VI, a existência de um filho natural de Luís de Almeida e uma escrava, o liberto Clemente José Leite.

143. A mãe de Sinharinha — Josefa Ferreira de Brito — era filha de Manuel Ferreira da Silva e de Joana Dantas de Brito. Esta era filha de Manuel Alves Martins e de Teodósia Maria de Sousa Dantas (cf. quadro genealógico II).

Capítulo VI

144. As demandas entre Luís de Almeida e João Dantas podem ser reconstituídas através da narrativa de Dona Anna e dos documentos reproduzidos nos anexos III, IV e V. Em 1810, Luís de Almeida foi intimado por João Dantas, que então era juiz de órfãos em Itapicuru, a abrir o inventário de sua mulher Joana Vitória de Sousa Leite, cuja data de falecimento não foi possível precisar. Luís de Ameida discordou da avaliação dos bens do casal, feita pelo juiz ordinário da vila, e recorreu ao Tribunal da Relação da Bahia. Em 20 de dezembro de 1811, alegando ter sido, em sua atuação como magistrado, ofendido pelo capitão-mor, João Dantas apresentou ao juiz ordinário da vila de Itapicuru um "libelo de

injúria atroz" contra Luís de Almeida Maciel. Na madrugada de 9 de agosto de 1813, o juiz de órfãos foi ferido por tiros de espingarda, prendendo e denunciando o escrivão do julgado de Jeremoabo, Manuel Fernandes, pela autoria do atentado. Três meses depois, em 17 de novembro, João Dantas apresentou nova queixa relativa ao atentado, dessa vez na Ouvidoria Geral do Crime da Relação da Bahia, através de "petição de querela e libelo acusatório". Acusou Luís de Almeida e sua mulher Maria Vitória de Sousa de mandantes, e José de Araújo Lima, Clemente José Leite e José Custódio, de executores. Em 5 de setembro de 1814, enquanto corria, no Tribunal da Relação da Bahia, o processo relativo à tentativa de homicídio, Luís de Almeida foi condenado, em primeira instância, no processo que João Dantas lhe movera por injúria atroz, a quatro anos de degredo para um dos lugares da África, embora essa pena não pudesse ser aplicada a menores de 16 e maiores de 55 anos (*Ordenações...*, Livro Quinto, Título CXL, § 4). Além disso, devia pagar duzentos mil réis para o autor e cem mil réis para despesas e custas. Condenado e sem defensor, foi provavelmente nesse momento que Luís de Almeida procurou Pedro Ribeiro para renovar o compromisso e marcar o casamento deste com sua neta Sinharinha.

145. João Dantas dos Reis Portátil, que adotou, por ocasião da campanha da Independência na Bahia, o nome de João Dantas dos Imperiais Itapicuru, nasceu em 1773 na vila cujo nome passou a usar. Era filho de Inácio dos Reis Leite e de Dona Maria Francisca de Sousa Dantas, fazendeiros abastados, estabelecidos na região havia duas gerações. Dona Francisca Xavier de Sousa Dantas, com quem João Dantas se casou, era sua prima em segundo grau e sobrinha das irmãs Joana Vitória de Sousa Leite e Maria Vitória de Sousa, respectivamente primeira e segunda esposas de Luís de Almeida. Outro casamento reforçou os laços entre as duas famílias: o filho mais velho de Luís de Almeida, Manuel Álvares Maciel, casou-se com Josefa Ferreira de Brito, prima de João Dantas, filha de uma irmã de sua mãe (cf. quadro genealógico II). João Dantas

foi capitão das Ordenanças de Itapicuru em 1800, sargento-mor em 1807 e capitão-mor em 1816. Foi ainda arrematante direto e cessionário de arrematações de cobrança dos dízimos reais de gados vacum e cavalar e de miunças, em diferentes exercícios, nas freguesias de Itapicuru, Inhambupe, Jeremoabo, Tucano e outras. Participou da campanha da Independência na Bahia e foi também juiz ordinário e juiz de órfãos diversas vezes, sempre em Itapicuru, até morrer em 1832 (cf. Dantas Júnior, *O Cap. mor João Dantas e sua descendência*, p. 1–7).

146. Eram recorrentes as denúncias de abusos cometidos por magistrados, feitas tanto pelos que se sentiam prejudicados, quanto por autoridades do governo (cf. "Notas e comentários feitos pelo Professor Brás do Amaral às Cartas Nona e Décima de Luís Vilhena", *in* Vilhena, *Notícias...*, v. II, p. 361–381; cf. também nota 62). O descrédito de que era alvo a Justiça colonial foi registrado por L. F. de Tollenare:

> Os meirinhos citam por processo verbal na rua ou em domicílio, processo verbal de que não deixam cópia ao citado. São miseráveis que mal sabem escrever. Os procuradores não fazem senão rodar os cartórios para saber se a parte contrária depositou algumas peças, para introduzir outras ocultamente e fazer perder as dilações. É gente pouco estimada. Os advogados dão consultas e dirigem os processos dos seus gabinetes e nunca saem por causa dos processos que lhes são confiados. É classe considerada. Só se litiga sobre contas escritas, cuja comunicação às partes é ordenada pelo juiz relator. Os prazos são muito longos, os autos intermináveis, e as custas esmagadoras. (...) É lamentável dizê-lo, mas a justiça é muito venal. Consigno isto aqui porque é a opinião geral; quero crer que há exceções; citam-nas. É preciso que os litigantes lisonjeiem os juízes; o sucesso das causas depende das recomendações. O governador ordena ou impede os julgamentos; espreita-se freqüentemente a sua opinião para agir de acordo com ela. Com vencimentos de 300 a 400.000 réis (2.000 a 2.400 francos), vários juízes vivem com esplendor. Não são inamovíveis. Em todos os países lamentam-se os processos, mas sobretudo neste. (*Notas dominicais*, p. 351–353)

147. João Dantas teve cinco filhos homens: Inácio Dantas dos Reis Leite (1793–1836), José Dantas dos Imperiais Itapicuru, depois Barão do Rio Real (1798–1862), João Dantas dos Reis Portátil Júnior (1802–1872), Pedro Dantas dos Reis (1809–1874) e Evaristo, que nasceu em 1800 e morreu ainda na infância (cf. Dantas Júnior, *O Cap. mor João Dantas...*, p. 14–19). Os desentendimentos entre João Dantas e Luís de Almeida iniciaram-se em 1811, o que sugere que o pretendente rejeitado teria sido o filho mais velho, Inácio, então com dezoito anos.

148. Os dois filhos de Manoel Alvares Maciel e de Josefa Ferreira de Brito ficaram, segundo o inventário do pai, sob a guarda legal da mãe.

149. Não há notícia de que fazendas incluídas no inventário de Joana Vitória de Sousa Leite tenham sido levadas a leilão por João Dantas. A alegação de Luís de Almeida era de que algumas fazendas haviam sido subavaliadas. Quanto a bens vendidos em hasta pública, apenas a fazenda Quixabá e seus gados estariam nesse caso, tendo sido executados para pagamento de fiança da dívida contraída por Inácio Mendes de Vasconcelos com Francisco Ribeiro Pessoa, da qual Luís de Almeida era fiador (cf. docs. III.3 e V.2, Anexos). Nesse episódio, porém, João Dantas atuou, não como juiz de órfãos, mas como representante do credor, sendo acusado por Pedro Ribeiro em abril de 1816 de usar abusivamente sua influência para inibir a atuação de outros possíveis arrematantes e aviltar assim o seu valor (cf. doc. V.2, Anexos).

150. Pedro Ribeiro acusou João Dantas de levar à praça bens de raiz dos órfãos pelos quais devia zelar, arrematando-os através de prepostos (cf. doc. V.2, Anexos), grave crime previsto na legislação portuguesa (cf. *Ordenações...*, Livro Quarto, Título XV).

151. "Cristão-novo" era a expressão usada para designar o judeu convertido voluntária ou compulsoriamente ao cristianismo, em conseqüência da decisão de Dom Manuel I, tomada em dezembro de 1496, segundo a qual todos os judeus residentes em Portugal

deveriam abandonar o país no prazo de dez meses, sob pena de morte e confisco dos bens. A ordem tinha origem no acordo nupcial entre Dom Manuel e a Infanta Isabel de Castela, que obrigava Portugal a seguir o exemplo espanhol e expulsar os judeus de seu território. O monarca português, no entanto, consciente dos prejuízos provocados na Espanha por aquela medida, usou vários expedientes para conservar os súditos sem romper a aliança matrimonial. Em outubro de 1497, os judeus que ainda não haviam emigrado foram compulsoriamente batizados, passando a ser considerados "cristãos-novos". Muitos destes emigraram depois para onde pudessem professar livremente a sua religião — e o Brasil foi, até 1570, uma das possibilidades —, alguns poucos foram martirizados por fazerem questão de afirmar a própria fé, outros tantos tornaram-se cristãos ortodoxos e até sacerdotes, e outros ainda criaram o que ficou conhecido como o "marranismo", um tipo de judaísmo que assimilou crenças e práticas cristãs como forma de defesa. Maltratar imagens sagradas para os católicos, imprecar contra Jesus Cristo, Nossa Senhora ou os santos, bem como obedecer a preceitos judaicos relativos à alimentação ou à higiene, eram as acusações mais freqüentemente feitas aos "marranos" no Tribunal do Santo Ofício. Em 1591, a Bahia recebeu a primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício, que durou dois anos. A segunda ocorreu em 1618 e 1619, deixando marcas profundas na sociedade local, diante do grande número de denúncias a respeito de práticas ilícitas por parte de pessoas que, até então, gozavam da maior respeitabilidade. Apesar de diversas mudanças na legislação a respeito dos cristãos-novos, a exclusão social e econômica de que estes eram vítimas estendeu-se até 1773, quando o Marquês de Pombal proibiu a distinção entre cristãos velhos e novos, com o propósito de trazer de volta a Portugal os judeus emigrados, muitos deles detentores de importantes capitais, ou pelo menos de sustar os prejuízos que as perseguições da Santa Inquisição haviam imposto à prosperidade do país (cf. Anita Novinski, *Cristãos-novos na Bahia, passim*). Mas padrões de com-

portamento adquiridos em quase três séculos de estigmatização dos judeus, e mesmo de punição legal aos que com eles se relacionassem, não se desvaneceram com a proibição de Pombal. Conservava-se, na memória dos colonos, o temor das ameaças contidas na convivência "ilícita", definida na legislação portuguesa:

> *Do infiel, que dorme com alguma cristã, e do cristão, que dorme com infiel*
>
> Qualquer cristão, que tiver ajuntamento carnal com alguma moura, ou com qualquer outra infiel; ou cristã com mouro, ou judeu, ou com qualquer outro infiel, morra por isso, e esta mesma pena haverá o infiel: e isto, quando tal ajuntamento for feito por vontade e a sabendas; porque, se alguma mulher de semelhante condição fosse forçada, não deve por isso haver pena alguma, somente haverá a dita pena aquele que cometer a tal força. E isso mesmo o que tal pecado fizer por ignorância, não sabendo, nem tendo justa razão de saber como a outra pessoa era de outra lei, não deve haver por isso pena de justiça. E somente a pessoa que da dita infidelidade for sabedora, ou tiver justa razão de o saber, será punida segundo a culpa, em que for achada. (*Ordenações...*, Livro Quinto, Título XIV)

152. O Tribunal do Santo Ofício, instrumento jurídico da Inquisição promovida pela Santa Sé no final do século XII para investigar e combater heresias contra a doutrina católica, instalou-se em Portugal em 1536, quando no restante da Europa, exceção feita à Espanha, já estava em plena desativação. Durante toda a Idade Média os judeus gozaram em Portugal de uma liberdade que desconheciam em outros países europeus. Participavam de todas as atividades produtivas e tinham contatos freqüentes com os cristãos, sendo considerável o número de casamentos mistos. A partir de 1391, quando começaram na Espanha os massacres contra judeus, Portugal tornou-se o lugar de preferência dos refugiados, o que provocou significativo crescimento da população judaica neste país. Com a instalação da Inquisição na Espanha em 1492, nova leva de imigrantes chegou a Portugal, destacando-se muitos deles nas atividades mercantis, florescentes a partir do início do ciclo dos descobrimentos. Em 1497, a conversão forçada, que

transformou judeus em cristãos-novos (cf. nota 151), criou um significativo contingente de heréticos potenciais, passíveis de serem investigados pelo Tribunal do Santo Ofício. Durante trinta anos, negociações mantidas com a Cúria Romana e a Coroa Portuguesa, que envolviam o pagamento de grandes somas, preservaram o grupo de perseguições, mas as crescentes necessidades financeiras do Estado português em crise terminaram quebrando o acordo, que adiou até 1540 a realização do primeiro auto-da-fé, cerimônia em que os condenados eram publicamente penalizados em Lisboa. A inquisição portuguesa, com períodos de maior ou menor violência, estimulou delações, confiscou bens e condenou à prisão ou à morte acusados de desvios doutrinários — através de processos que seguiam normas próprias e não as do direito da época —, permanecendo ativa por mais de dois séculos. Só em 1774, no reinado de Dom José I, foram proibidos os autos-da-fé públicos e restrita a pena de morte a casos excepcionais (cf. Anita Novinski, *Cristãos-novos..., passim*). A obra de Alexandre Herculano (1820–1878), *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal,* em três volumes, foi publicada em 1852, precedida de um prólogo no qual o autor declara que sua intenção — ao reconstituir um período da história portuguesa em que "a tirania, o fanatismo, a hipocrisia e a corrupção nos aparecem na sua natural hediondez" — era fazer "um alerta contra o absolutismo que novamente ameaçava a Europa".

153. Ana de Almeida, filha única de Luís de Almeida e de Joana Vitória de Sousa Leite, casou-se com Inácio Mendes de Vasconcelos. Algum tipo de relacionamento, pelo menos formal, existia entre Luís de Almeida e o genro, já que este foi seu avalista na compra de dízimos de gado (cf. doc. III.3, Anexos).

154. Registro da tensão entre as famílias de Luís de Almeida e de Inácio Mendes de Vasconcelos foi a tentativa de embargo aposta em 1804 por José Vicente Barbosa Leal de Vasconcelos à nomeação de Luís de Almeida para o cargo de capitão-mor da vila de Itapicuru

(cf. nota 133). No processo movido por João Dantas contra Luís de Almeida depuseram, como testemunhas de acusação, Inácio Mendes de Vasconcelos, seu filho Manuel Joaquim de Andrade e Sebastião Mendes de Vasconcelos, parente do primeiro (cf. doc. III.3, Anexos). Os dois primeiros testemunhos, em princípio, contrariavam a legislação portuguesa, que proibia fossem testemunhas os parentes por linha direta até quarto grau e os "inimigos capitais" (cf. *Ordenações...*, Livro Terceiro, Título LVI, § 1 e 7).

155. As descrições da condição física de Luís de Almeida, incluídas no embargo ao acórdão do Tribunal da Relação da Bahia, o apresentam como decrépito (cf. doc. III.3, Anexos).

156. "Dobra" ou "dobrão" era o nome genérico para diversas moedas que circulavam em Portugal, na Espanha e em suas colônias. No reinado de Dom João V, começaram a ser cunhadas em Portugal moedas de ouro com valores de 12.800 e 6.400 réis, que ficaram conhecidas como "dobra de 8 escudos" e "dobra de 4 escudos" (cf. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil 1500–1820*, p. 64–75).

157. A certa altura do processo, sob ameaças de João Dantas, o advogado de Luís de Almeida teria abandonado sua defesa (cf. doc. III.3, Anexos).

158. Segundo o Título LXIV, parágrafo 267, das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, as mulheres podiam casar-se aos 12 anos e os homens aos 14. Mas os juízes de órfãos eram obrigados a acompanhar os inventários dos menores de 25 anos (cf. *Ordenações...*, Livro Quarto, Título XCVI, § 6).

159. João Dantas acusou Luís de Almeida e sua mulher Maria Vitória de Sousa de mandantes do atentado de que foi vítima em 9 de agosto de 1813. O mulato Clemente, José de Araújo Lima e José Custódio foram acusados de executores (cf. doc. IV.1, Anexos).

160. Em 24 de julho de 1815, acórdão do Tribunal de Relação da Bahia confirmou a sentença promulgada pelo juiz ordinário da

vila de Itapicuru em 5 de setembro de 1814 (cf. nota 144), dobrando a pena de degredo e as multas a que fora condenado Luís de Almeida (cf. doc. III.2, Anexos).

161. Não foi possível precisar a data da morte de Luís de Almeida; sabe-se, porém, que ocorreu entre agosto de 1815 e 26 de março de 1816 (cf. doc. III.4, Anexos), provavelmente ainda em 1815.

162. Juntamente com os outros herdeiros de Luís de Almeida, Manuel Joaquim de Andrade foi intimado a pagar a indenização arbitrada no acórdão de 24 de julho de 1815, do Tribunal da Relação da Bahia (cf. docs. III.4 e III.5, Anexos).

163. A irmã de Manuel Joaquim chamava-se Rita "de Tal", e morreu antes do marido, Nicolau de Carvalho Pinheiro, que ficou como tutor dos seus dois filhos menores (cf. doc. III.4, Anexos).

164. O documento V.1 permite reconstituir as providências de Pedro Ribeiro relacionadas às demandas entre João Dantas e Luís de Almeida.

165. Para o arquipélago de Fernando Noronha eram degredados, desde 1738, os réus condenados por sentenças de conselhos de guerra, de juntas das justiças ou de juízes de fora e ouvidores. Existiam ali sete fortalezas construídas para assegurar a soberania portuguesa na ilha, freqüentemente ameaçada por corsários franceses (cf. *Inventário de documentos sobre o Brasil...*, v. IV, p. 133–134, doc. 19.341).

166. O Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha e Brito, oitavo deste título, governou a Bahia entre 1810 e 1818. Anteriormente, fora governador do Pará (1803–1806) e vice-rei do Brasil (1806–1808). Nos três postos, sua administração caracterizou-se pela realização de grandes obras, que modificaram o aspecto das capitais. Na cidade de Salvador, devem ser creditadas a ele a instalação da primeira Biblioteca Pública, a construção da Praça do Comércio e do Passeio Público e a conclusão do Teatro São João, obra iniciada no governo de seu antecessor, o Conde da Ponte. Foram também de sua iniciativa a primeira fundição militar, a primeira

tipografia e o primeiro jornal da Bahia, bem como a instalação, em Salvador, da primeira Aula de Comércio, onde eram ensinadas as disciplinas ligadas à atividade comercial (cf. Afonso Zuquete, *Nobreza...*, v. II, p. 291).

167. Felisberto Caldeira Brant Pontes (cf. nota 58) estava envolvido em — ou mesmo liderava — uma manobra política contra o Conde dos Arcos e não contra a Metrópole. O governador recusava-se a adotar medidas de extremo rigor contra os escravos que se haviam rebelado nos engenhos do Recôncavo, medidas essas preconizadas por Caldeira Brant e outros proprietários:

> Em 1814, o corpo do comércio e alguns outros indivíduos se queixaram ao príncipe dos batuques, ou festas e danças dos negros, visto como eles eram em número muito superior aos brancos, havendo nos arredores e no Recôncavo 400 engenhos e em cada um cerca de 100 escravos, de modo que se contavam ordinariamente nos engenhos seis brancos e pardos para 100 negros. (...) Em 24 de agosto de 1816, foi publicado na Praça de Palácio, por pregão, o decreto contra os negros. O que fosse encontrado nas ruas após às 9 horas da noite sofreria a pena de 150 açoites nas grades da cadeia, pena que o major Antônio José Soares, encarregado das rondas, fazia cumprir inexoravelmente. Foi o general Felisberto Caldeira Brant Pontes, inspetor das tropas, quem trouxe do Rio de Janeiro este edito atroz, o qual foi mal recebido pelo Conde dos Arcos, chegando até a se dar troca de palavras muito ásperas entre os dois. Compreende-se que o Conde dos Arcos, espírito superior, sentia tudo o que havia de degradante na escravidão e percebia que o remédio para o mal estava em outra parte que não no excessivo rigor dos castigos. (Brás do Amaral, "Anotações feitas à terceira seção das *Memórias...*", *in* Accioli, *Memórias...*, v. III, p. 235)

168. O governador-geral da Capitania da Bahia acumulava o cargo de governador do Tribunal da Relação, instância superior da Justiça na Colônia. Era sua, portanto, a palavra final nas questões que chegavam àquele tribunal. Acima do Tribunal da Relação existia apenas, até 1808, a Casa da Suplicação em Lisboa, naquele ano transferida para o Rio de Janeiro.

169. Na ausência dos autos da "querela e libelo acusatório" em que João Dantas denunciava, por tentativa de assassinato, Luís de Almeida e Maria Vitória de Sousa — mandantes —, Clemente José Leite, José de Araújo e José Custódio — executores (cf. doc. IV.1, Anexos) —, não é possível afirmar com segurança quais foram essas "concessões razoáveis" a que se refere Dona Anna. O historiador Dantas Júnior registra que os "autores materiais" foram condenados, deixando supor que os "mandantes" foram excluídos do processo (cf. *O Cap. mor João Dantas...*, p. 2). Com relação ao outro processo, de "injúria atroz", no qual Luís de Almeida foi condenado em duas instâncias (cf. docs. III.1 e III.2, Anexos), João Dantas habilitou-se, em 1816, já falecido Luís de Almeida, a receber dos herdeiros deste a indenização arbitrada pelo acórdão de 1815 do Tribunal da Relação da Bahia (cf. docs. III.4 e III.5, Anexos). Portanto, com relação ao aspecto financeiro da questão, não houve acordo. Em 1827, foi assinado o Termo de Conchavo e Amigável Composição entre Pedro Ribeiro e João Dantas, indicando que continuavam tensas as relações entre os dois homens (cf. doc. V.5, Anexos). Assinale-se que, apesar de Pedro Ribeiro e João Dantas declararem-se naquele documento em "boa harmonia" e da imposição de penalidades no caso de serem reiniciadas as mútuas hostilidades, o inventário de Joana de Sousa Leite, mulher de Pedro Ribeiro, falecida em 17 de março de 1832, deixando filhos menores, abre-se cinco dias depois com a solicitação do viúvo ao ouvidor-geral e corregedor da comarca da Bahia para que assumisse a responsabilidade do inventário em lugar do juiz de órfãos de Itapicuru, João Dantas, pleito que foi atendido. Versões menos contundentes do confronto entre Pedro Ribeiro e João Dantas foram apresentadas por João da Costa Pinto Dantas Júnior e Clemente Mariani Bittencourt, descendentes dos contendores (cf. *Rotary Bahiano*, ano VII, nº 74, agosto de 1945).

170. Entre as causas em que se envolveu Pedro Ribeiro estaria a defesa das terras dos índios da Missão de Santo Antônio da Saúde, em

Itapicuru. O documento intitulado *Representação dos índios da Missão de Santo Antônio da Saúde ao governo imperial* (doc. V.4, Anexos), apesar de não ser por ele assinado, pode ser atribuído a Pedro Ribeiro, pois a carga contra João Dantas segue o mesmo estilo das acusações que constam dos docs. V.1 e V.2 (Anexos), de sua autoria. No texto do Termo de Conchavo e Amigável Composição, de 1827 (doc. V.5, Anexos), está registrado que "pelo primeiro conchavante, o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo, me foi dito que cedia de entrar mais em patrocínio em favor dos índios da Missão da Saúde".

171. Segundo seu inventário, Luís de Almeida Maciel, o neto, casou-se com Dona Maria Ferreira de Sousa e morreu em 12 de julho de 1845, deixando seis filhos: Josefa Ferreira de Sousa (casada com Luís de Almeida Araújo Cavalcanti), Joana de Sousa Leite (casada com Bernardo José de Sousa), Manuel Álvares Maciel, Luís de Almeida Maciel, Maria Ferreira de Sousa e Joana de Sousa Dantas (cf. quadro genealógico II).

172. José Maria da Silva Paranhos (1819–1880), nascido na Bahia, foi sucessivamente ministro da Marinha, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Fazenda em diversos Gabinetes do Império. Já com o título de Visconde do Rio Branco, presidiu durante quatro anos (1871–1875) o mais longo Gabinete de todo o Império, durante o qual foi promulgada, em 1871, a Lei do Ventre Livre, que deu aos filhos de escravas a possibilidade de se tornarem homens e mulheres livres.

173. O Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845–1912), teve uma longa história de participações em episódios da política externa brasileira no Segundo Império e na República, especialmente na definição dos limites territoriais do país. Foi encarregado de defender o interesse nacional na chamada "questão do Amapá", quando os interesses conflitantes entre o Brasil e a França — através de uma possessão vizinha, a Guiana Francesa — foram levados à mediação do governo suíço.

174. No inventário de Joana de Sousa Leite estão relacionados os seguintes filhos vivos: Josefa Ferreira de Brito, nascida em 17 de fevereiro de 1816; Ana Maria da Anunciação, nascida em 25 de março de 1817; Josefina Maria de São José, nascida em 4 de julho de 1824; Maria Maximiana de Jesus, nascida em 21 de fevereiro de 1828; Pedro Ribeiro, nascido em 13 de fevereiro de 1831. Manuel e Maria das Neves morreram, portanto, enquanto a mãe ainda vivia.

175. Os mais exigentes códigos de solidariedade familiar conviviam, curiosamente, com o costume sertanejo de homenagear determinadas pessoas, às vezes estranhas à família, com a atribuição de seus nomes completos a crianças. Esse hábito, não corrente no Recôncavo, decorreria provavelmente da permanência de padrões arcaicos no Sertão mais isolado. De fato, só no século XVI os sobrenomes, ou "apelidos de família", começaram a fixar-se na Península Ibérica, e não eram obrigatoriamente os dos ascendentes (cf. Varnhagen, *História geral...*, v. 1, t. I, p. 159).

Capítulo VII

176. A crise portuguesa, provocada pelas guerras napoleônicas e a acefalia decorrente da transferência da Corte para o Brasil em 1808, culminou na Revolução Constitucionalista que eclodiu em agosto de 1820 na cidade do Porto. O movimento espraiou-se por todo o país e chegou ao Brasil, com rebeliões em Belém, no Rio de Janeiro e em Salvador. Nesta última cidade, na madrugada de 10 de fevereiro de 1821 a guarnição do forte de São Pedro prendeu o comandante português e libertou os prisioneiros ali encarcerados, em sua maioria participantes da Revolução Pernambucana de 1817. No comando da artilharia das forças rebeladas, que se deslocaram em direção ao palácio do governo, estava o tenente-coronel brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Avisado do levante, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, governador da Bahia desde 1818, ordenou ao inspetor das Armas,

Felisberto Caldeira Brant Pontes, que assumisse o comando de forças leais ao governo, para dar início à repressão. Houve enfrentamento, com perdas de ambos os lados, menores entre os sublevados. Os vereadores da cidade de Salvador declararam-se solidários com o movimento rebelde, levando o Conde da Palma a admitir a formação de uma junta provisória para governar a província até que Dom João VI houvesse jurado a Constituição que estava sendo elaborada em Lisboa. Tendo aceito em um primeiro momento a presidência dessa junta, logo o Conde se afastou do cargo. Os seus demais integrantes, entre os quais Manuel Pedro Freitas Guimarães, já promovido a brigadeiro, no posto de governador das Armas, assumiram o poder, declarando-se leais às Cortes de Lisboa. Felisberto Caldeira Brant Pontes foi substituído no cargo de inspetor das tropas pelo coronel português Inácio Luís Madeira de Melo, mantendo-se assim o equilíbrio entre brasileiros e portugueses nos cargos de governador das Armas e inspetor das tropas. A primeira Constituição portuguesa, assinada em 24 de fevereiro por Dom João VI, ainda no Rio de Janeiro, tinha para Portugal caráter liberal, pondo fim ao absolutismo como forma de governo, substituído por uma monarquia constitucional. Mas, em relação ao Brasil, suprimia prerrogativas já asseguradas desde a sua elevação, em 1815, a Reino Unido de Portugal e Algarve. Antes de partir para Lisboa, em 26 de abril de 1821, Dom João VI designou seu filho, o Príncipe Dom Pedro, Regente do Brasil, ato que não foi reconhecido pelas Cortes portuguesas. Na Bahia, a junta de governo, na qual o partido português era dominante, seguiu a mesma linha de conduta, aumentando a tensão entre brasileiros e portugueses. A proximidade das eleições que designariam, no dia 3 de setembro, os deputados que representariam a Bahia e as outras províncias brasileiras nas Cortes de Lisboa acirrou ainda mais os ânimos. No dia 3 de novembro de 1821, um grupo de militares do partido brasileiro invadiu o palácio do governo para exigir a renúncia da junta que exercia o poder. Os rebeldes foram presos e mandados para Lisboa, mas a pregação nacionalista

continuou ativa. Além de aceitar a representação brasileira nas Cortes, a nova Constituição portuguesa reconheceu as diversas juntas governativas instaladas nas províncias brasileiras e fixou um prazo para sua renovação pelo voto. Em 2 de fevereiro de 1822, tomou posse na Bahia uma nova junta, presidida pelo dr. Francisco Vicente Viana, mantendo-se no posto de governador das Armas o brigadeiro Manuel Pedro. Uma semana depois, em 11 de fevereiro, chegou a Salvador uma carta régia, datada de 9 de dezembro de 1821, destituindo o militar brasileiro e designando o português Madeira de Melo, já inspetor das tropas, para o seu lugar. Oficiais brasileiros declararam sublevado o forte de São Pedro e tentaram, sem sucesso, impedir a posse de Madeira de Melo. Nos dias 18 a 21 de fevereiro de 1822, novamente enfrentaram-se em Salvador brasileiros e portugueses, culminando os conflitos com a invasão, pelos soldados portugueses, do convento da Lapa, quando foi morta a superiora, Madre Joana Angélica. Caracterizada a vantagem das forças de Madeira, oficiais e soldados sublevados buscaram refúgio nos engenhos do Recôncavo, principalmente nos termos das vilas de Cachoeira e Santo Amaro. Quando, finalmente, rendeu-se o forte de São Pedro, ali só estavam o brigadeiro Manuel Pedro e alguns poucos oficiais e cadetes. Apesar da anistia concedida por Madeira de Melo, iniciou-se no Recôncavo a organização da resistência à presença militar portuguesa na Bahia (cf. Brás do Amaral, *História da Independência na Bahia*, p. 1–176).

177. A iniciativa da organização da resistência à presença militar portuguesa na Bahia coube principalmente a senhores de engenho do Recôncavo. Entre eles estava Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o *Santinho*, tenente-coronel agregado ao Batalhão de Segunda Linha da Torre, que reuniu na feira de Capuame as forças sob seu comando (cf. nota 59), e Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco (cf. nota 54), ao qual estava subordinada a Companhia de Inhambupe, da qual Pedro Ribeiro era capitão em 1822.

178. A adesão das forças comandadas por Pedro Ribeiro ao movimento iniciado por Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque está registrada por Ladislau dos Santos Titara, seu secretário durante a campanha da Independência, no poema épico *Paraguassu*, em que narra, no estilo das epopéias gregas e latinas, os acontecimentos que testemunhou (cf. doc. VII.1, Anexos). Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, que não participou diretamente da campanha, também registrou este fato:

> Foi este cidadão [Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque], ilustre por muitos predicados, o que imediatamente aos desastrosos acontecimentos dos dias 18, 19 e 20 de fevereiro [de 1822] reuniu os batalhões da Torre do seu comando no sítio de Capuame, querendo marchar com eles para a capital, o que lhe foi obstado pelo governo; todavia, depois de diferentes proclamações, convidando os habitantes da cidade a emigrarem para o interior, (...) passou logo a hostilizar os soldados do general Madeira com guerrilhas, que bastantes destroços fizeram até as proximidades da Lapinha; foi posteriormente a isto que chegaram as forças de Santo Amaro, Cachoeira e vila de São Francisco, e as que acompanhavam ao bravo major Pedro Ribeiro de Araújo. (*Memórias...*, v. IV, p. 100, nota 50)

179. Titara confirma a presença de moradores de Pojuca e de suas vizinhanças entre os que acompanharam Pedro Ribeiro (cf. doc. VII.1, Anexos).

180. Dom Antônio de Uzeda e Luna é citado duas vezes por Titara no Canto Quarto de *Paraguassu*, aparecendo seu nome em ambas associado ao de Pedro Ribeiro (cf. docs. VII.3 e VII.4, Anexos). Também associado ao de Pedro Ribeiro, seu nome consta da lista de signatários da Ata de Vereação Extraordinária, de 29 de junho de 1822, da Câmara de Santo Amaro, que registra a Aclamação do Príncipe Dom Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil naquela vila baiana (cf. Brás do Amaral, *História da Independência...*, p. 211). Em 15 de julho de 1823, Dom Antônio de Uzeda e Luna assinou, juntamente com doze outros companheiros, atestação sobre o desempenho de Pedro Ribeiro como

comandante do Destacamento de Pirajá (cf. doc. VIII.4, Anexos). A participação de Dom Antônio de Uzeda e Luna na campanha da Independência lhe valeu o grau de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, concedido por Dom Pedro I em 15 de março de 1826 (cf. Alcindo Sodré, "Visita dos imperadores à Bahia", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, nº 18, p. 93, 1972).

181. O morgado, ou morgadio, era uma instituição portuguesa, de origem feudal, criada com o objetivo de permitir, nas sucessões, a vinculação de bens de raiz de uma família ao varão primogênito, preservando-os assim da fragmentação e mantendo-os associados ao nome familiar (cf. *Ordenações...*, Livro Quarto, Título C, § 5). Considerada lesiva aos outros herdeiros e resquício dos tempos feudais, a instituição do morgado foi combatida no Brasil independente e extinta pela Lei nº 57, de 6 de outubro de 1835, que "proíbe o estabelecimento de Morgados, Capelas ou quaisquer outros vínculos, extingue os existentes, e providencia sobre os bens que deixam de ser vinculados". Essa lei foi complementada pelo decreto legislativo nº 2, de 29 de maio de 1837, declarando-se "como não escritas todas as disposições testamentárias ou doações para instituições de Vínculos e Morgados que se não verificaram". Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1785–1852) tornou-se Senhor da Torre e coronel do Regimento de Milícias das Marinhas da Torre em 1808, por morte de seu pai, José Pires de Carvalho e Albuquerque. Por sua participação na campanha da Independência, recebeu os títulos de Barão e Visconde da Torre de Garcia d'Ávila, o primeiro em 1º de dezembro de 1822, dia da coroação de Dom Pedro I, e o segundo em 1826. Em 1841, recebeu as honras da grandeza. Primeiro titular da nobreza imperial brasileira, foi também o último Senhor da Torre, já que os morgados foram extintos quando era ele o administrador do vínculo familiar (cf. Pedro Calmon, *História da Casa...*, p. 183–185).

182. Antes de encontrar-se com o *Santinho*, Pedro Ribeiro esteve na vila de Santo Amaro comandando um esquadrão de 120 praças

que garantiu, em 29 de junho de 1821, a aclamação do Príncipe Regente como Defensor Perpétuo do Brasil. De Santo Amaro, Pedro Ribeiro marchou com a sua companhia para a vila de São Francisco, onde, no mesmo dia, o Príncipe foi igualmente aclamado. Ali, onde manifestara-se resistência do partido português ao movimento pela Independência, ficou estacionado por quinze dias. Da vila de São Francisco seguiu para a Feira de Capuame — onde o *Santinho* iniciara as guerrilhas contra os portugueses —, posição estratégica para impedir o abastecimento de Salvador, ali interceptando as boiadas que desciam do Sertão (cf. doc VIII.1). Finalmente, por ordem de Bento Lopes, foi reunir-se em Pirajá a Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (cf. doc. VIII.7, Anexos), sendo por este encarregado da criação de pontos entre o Itapicuru e Salvador (cf. doc. VIII.2, Anexos) e do comando do ponto de Pirajá (cf. docs. VIII.4, VIII.7, IX.2 e IX.3, Anexos).

183. A primeira manifestação do "gênio assomado" de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque registrada na crônica baiana é o episódio da sedução da filha do sargento-mor Domingos Alves Branco Muniz Barreto, governador da fortaleza do morro de São Paulo, onde, em 1806, aos dezoito anos, o *Santinho* servia como cadete. Diante da recusa da família Pires de Albuquerque de promover o casamento entre sedutor e seduzida, conforme a legislação portuguesa obrigava (cf. nota 51), autoridades eclesiásticas e civis foram chamadas a intervir, sem sucesso. O *Santinho* casou-se no mesmo ano com Dona Josefa Maria Pita de Argolo, irmã do Conde de Passé, de quem logo enviuvaria, casando-se em seguida com Dona Maria Luiza de Queirós Teive e Argolo (cf. Afonso Costa, "Visconde de Pirajá no centenário de sua morte", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 75, 1948–49, p. 95–99). O forte temperamento do *Santinho* colocou-o no centro dos acontecimentos políticos da Bahia em vários momentos; exacerbado, levou-o à loucura: "doente dos nervos" desde 1837, o *Santinho* foi declarado demente pelo juíz de órfãos de Salvador em 1841, sendo nomeada curadora do marido a Viscondessa de Pirajá. Recolhido

ao engenho Nazaré, passou os últimos sete anos de vida mergulhado em delírios guerreiros. Por expressa determinação testamentária, de que sua morte deveria ser motivo de júbilo e não de luto, o enterro do *Santinho* misturou honras militares e alegres marchas populares (cf. Pedro Calmon, *História da Casa...*, p. 189–206).

184. A tropa de linha vinda da capital era formada por oficiais e soldados que se tinham refugiado nos engenhos do Recôncavo depois da tentativa frustrada de impedir que o brigadeiro Luís Madeira de Melo assumisse o posto de governador das Armas da Bahia, em fevereiro de 1822 (cf. nota 176). Sobre a diferença entre as Milícias e a Guarda Nacional, cf. nota 55.

185. As tropas do general Madeira eram compostas de oficiais de carreira, na maioria portugueses, e de soldados, brasileiros e portugueses, oriundos das camadas mais pobres da população, incapazes de escapar do recrutamento compulsório, fosse em Portugal, fosse no Brasil (cf. nota 47). Em 1818, quando passaram por Salvador, Spix e Martius registraram um contingente militar de primeira linha composto de 3.138 homens, dos quais 2.169 pertenciam à infantaria, 747 à artilharia e 222 à cavalaria (cf. *Viagem pelo...*, v. II, p. 137). Em 1822, diante da crise existente entre brasileiros e portugueses, a tais forças somaram-se outras: em 27 de março, chegou do Rio de Janeiro parte da tropa portuguesa, dali expulsa por ordem do Príncipe Dom Pedro; em 7 de agosto, por solicitação de Madeira, desembarcaram em Salvador, vindos de Portugal, seiscentos homens de infantaria, cem de cavalaria e cinqüenta de artilharia; e finalmente, em 31 de outubro, aportaram na Bahia dez navios de guerra, trazendo de Portugal dois batalhões, um corpo de artilharia e soldados avulsos, que completariam as forças estacionadas em Salvador, desfalcadas pela ação das guerrilhas (cf. Accioli, *Memórias...*, v. III, p. 364–365 e 392).

186. Organizadas pelo coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, as guerrilhas contra os portugueses contaram com a efetiva participação de Pedro Ribeiro, documentada em cartas, ofícios e

partes — relatórios escritos no calor da luta — que permitem avaliar a precariedade das condições de luta dos baianos (cf. Anexo VI). Além da condução de guerrilhas, cabia a Pedro Ribeiro, na ausência de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, centralizar "participações e requisições", conforme atestação de Antônio Dias de Oliveira e Andrade, comandante da costa de Passé, freguesia de Matoim e ilha de Maré (cf. doc. IX.3, Anexos). A mesma informação encontra-se no "Apêndice das notas ao Canto Quinto", p. 71 do poema *Paraguassu*, de Titara.

187. Ao estacionar com suas forças na feira de Capuame no final de fevereiro de 1822 (cf. nota 177), o objetivo de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque era interceptar as boiadas que desciam do Sertão para Salvador. Comprometido o abastecimento por terra, ficava a capital reduzida ao que pudesse receber por mar, principalmente de Lisboa.

188. O comércio do sal foi, até o final do século XVIII, privilégio da Coroa portuguesa, que o arrendava a negociantes, obtendo assim os recursos que sustentavam a infantaria de seu exército. A exploração de salinas era proibida no Brasil, tolerando-se apenas a extração do "sal da terra" e a sua comercialização nas cercanias das minas. Salvador e seu Recôncavo, na ausência de produção local, continuavam a depender do produto português, mesmo depois da suspensão daquele monopólio (cf. Licurgo..., *Uma comunidade rural...*, p. 382).

189. Pedro Ribeiro serviu, entre 1808 e 1811, como capitão da Companhia do Cajueiro, do Corpo de Caçadores das Marinhas da Torre, comandado pelo tenente-coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (cf. docs. II.6, II.9 e II.11, Anexos).

190. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque casou-se em 1834, quando já Barão da Torre de Garcia d'Ávila, com Ana Maria de São José e Aragão (1814–1884), filha do *Santinho* e de sua segunda mulher Dona Maria Luísa de Teive e Argolo.

191. O dr. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1865–1941) era o terceiro filho homem de Garcia Pires de Carvalho e Albuquerque e de sua mulher, Dona Maria Capitolina de Teive e Argolo. Garcia Pires, por sua vez, era o segundo filho homem do Visconde da Torre. Formado em Direito pela Escola de Recife em 1886, o dr. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque foi procurador público na Bahia e juiz federal no Rio de Janeiro. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1917 e procurador-geral da República em 1919, aposentou-se em 1931, depois de ter participado, como árbitro, das definições dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo e entre Goiás e Mato Grosso (cf. Laurênio Lago, *Supremo Tribunal da Justiça e Supremo Tribunal Federal – Dados Biográficos – 1828–1939*, p. 196–197).

192. Não existe, nas atestações relativas à participação de Pedro Ribeiro nas lutas da Independência, qualquer referência a uma ida a Subaúma, praia situada dezessete léguas ao norte da Torre de Garcia d'Ávila, que por sua vez fica catorze léguas ao norte de Salvador. Pedro Ribeiro esteve em Subaúma em abril de 1811, por ordem do governador Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, comandando um esquadrão de cavalaria para ali enviado com o objetivo de prevenir a possibilidade de um desembarque inimigo (cf. docs. II.3, II.4, II.5 e II.7, Anexos).

193. Dom Francisco de Bittencourt Sá e Aragão (1778–1827) era capitão intendente da cavalaria miliciana e assinou a ata da reunião extraordinária da Câmara de Santo Amaro que, em 29 de junho de 1822, aclamou o Príncipe Dom Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil (cf. Brás do Amaral, *História da Independência...*, p. 212). Nascido na freguesia de São Pedro do Itararipe e Rio Fundo, termo da vila de Santo Amaro, casou-se com Dona Ana Joaquina de Bittencourt Berenguer César. Uma das filhas desse casal, Dona Maria Francisca de Bittencourt e Sá, casou-se com o major Rodrigo Soares Ferreira de Araújo. Foram esses os pais de Sócrates de Araújo Bittencourt, com quem Dona Anna viria a

casar-se (cf. Bulcão Sobrinho, "A família Araújo Goes", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, nº 6, p. 63–81, 1951, e nº 7, p. 53–87, 1952).

194. A partir da posse do brigadeiro Madeira de Melo como governador das Armas, em fevereiro de 1822, a cidade de Salvador se foi progressivamente despovoando, temerosa de novos confrontos entre brasileiros e portugueses (cf. nota 176). Dom Pedro, desafiando as Cortes de Lisboa que não o reconheciam como Príncipe Regente, fez-se aclamar no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1822, Defensor Perpétuo do Brasil e ordenou, sem sucesso, em 15 de junho, que Madeira de Melo retornasse a Portugal com as tropas estacionadas em Salvador. No Recôncavo, a resistência ao domínio português se organizava, realizando-se, em 25 de junho, na vila de Cachoeira, a aclamação do Príncipe Dom Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil. Quatro dias depois, a cerimônia repetiu-se nas vilas de Santo Amaro da Purificação e de São Francisco do Conde, caracterizando-se a adesão das principais vilas da província ao movimento nacionalista. Em 14 de julho, enviado pelo Príncipe Regente Dom Pedro com o objetivo de apoiar a luta dos baianos, partiu do Rio de Janeiro o general francês Pedro Labatut, comandando uma pequena divisão, composta de 38 oficiais e 260 soldados. Equipada com seis canhões, cinco mil espingardas, quinhentos clavinotes, quinhentas pistolas, duas mil lanças e quinhentos sabres, a divisão era transportada por uma fragata, duas corvetas e um brigue. Na impossibilidade de aportar nas proximidades de Salvador, como pretendia, seguiu a esquadra até Maceió, onde chegou em 21 de agosto. Dali, Labatut continuou por terra até Pernambuco, onde solicitou ao governo local reforços para a sua tropa, obtendo 550 praças comandadas pelo major José de Barros Falcão de Lacerda. Atravessando Alagoas e Sergipe, a expedição chegou à feira de Capuame em 28 de outubro, estabelecendo Labatut seu quartel-general no engenho Novo, a quatro léguas de Pirajá, onde estavam concentradas as forças comandadas pelo *Santinho*. Na Bahia, enfrentou Labatut

todo tipo de dificuldades, provocadas, segundo alguns, por sua própria inabilidade e, segundo outros, pela falta de organização militar das forças que até então sustentavam a luta, fosse do ponto de vista da disciplina, fosse no que dizia respeito a recursos materiais. Labatut impôs severas medidas disciplinares que lhe foram posteriormente imputadas como provas de crueldade e arbítrio. O *Exército Pacificador* que chefiava — formado por baianos e por fluminenses, sergipanos e pernambucanos — foi dividido em duas brigadas, a do Norte, ou esquerda, comandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, um dos rebelados de fevereiro de 1821 em Salvador, e a do Sul, ou direita, comandada pelo pernambucano Falcão de Lacerda. No dia 31 de outubro de 1822 chegaram a Salvador, pela terceira vez, reforços portugueses. Esses reforços e o temor do fortalecimento da posição brasileira com a chegada da expedição comandada por Labatut provavelmente precipitaram a decisão do brigadeiro Madeira de Melo de desencadear o ataque contra o ponto de Pirajá, provocando a batalha que ficou conhecida como a *Guerra Grande* (cf. Brás do Amaral, *História da Independência...*, p. 177–296).

195. A importância das cavalarias nas antigas guerras decorria de ser esta a única força capaz de deslocar-se com velocidade no campo de batalha, onde a artilharia tinha sua mobilidade prejudicada pela dificuldade de deslocamento dos canhões ou mesmo de outras peças de menor porte, dependentes de tração animal. Titara registra a atuação de Pedro Ribeiro como comandante dos cavalarianos (cf. docs. VII.2 e VII.6, Anexos).

196. De acordo com os comandados de Pedro Ribeiro em Pirajá, os inimigos não foram perseguidos na retirada por falta de munição (doc. VIII.4, Anexos).

197. A versão de que o rumo da batalha de Pirajá teria mudado a partir do erro (ou estratagema) do "corneta" português foi difundida em prosa e verso por Accioli e por Titara (cf. *Memórias...*, v. III, p. 399 e *Paraguassu*, Canto Segundo, p. 77–78).

198. As *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, do coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808–1865), foram publicadas em seis volumes entre 1835 e 1852 pela Tipografia do Correio Mercantil. História cronológica da Bahia, desde os primórdios da colonização portuguesa até 1832, utiliza farta documentação arquivística oficial, que funciona como fio condutor da narrativa. Pedro Ribeiro é mencionado por Accioli na nota 50 do volume IV das *Memórias*, em que analisa os desdobramentos das lutas da Independência na Bahia (cf. nota 178).

199. A questão do número de mortos da *Guerra Grande* não foi esclarecida, embora tenha merecido a atenção de cronistas e historiadores. Titara lamenta a falta de informações oficiais e calcula as perdas portuguesas em mais de 130 mortos e "duzentos e tantos" feridos. Entre os brasileiros, nas tropas de linha, teriam morrido dez soldados e dois oficiais, ficando feridos treze soldados; nas Milícias e entre os "paisanos", quinze feridos, "contusos poucos e alguns mortos" (*Paraguassu*, "Apêndice às notas do Canto Segundo", p. 95–96). Accioli, que escreveu em 1836, considera impossível avaliar o número exato das perdas de qualquer dos lados, dada a inconsistência das informações, oficiais ou não (*Memórias...*, v. III, p. 399–400). Cem anos depois das lutas da Independência, Brás do Amaral retomou o tema, confrontando diversas fontes, e também concluiu pela impossibilidade de conhecer o número exato das perdas brasileiras ou portuguesas (cf. *História da Independência...*, p. 275–276).

200. O *Jornal de Notícias* foi publicado em Salvador entre 1885 e 1917. A histórica rivalidade entre baianos e pernambucanos acirrou-se com a perda, por Pernambuco, em 1826, da comarca do São Francisco, incorporada à Bahia pelo Imperador Dom Pedro I (cf. Barbosa Lima Sobrinho, *Pernambuco e o São Francisco*, *passim*).

201. Pela atestação de Antônio Dias de Oliveira pode-se inferir a existência de um documento em que Labatut elogia Pedro Ribeiro (cf. doc. IX.3, Anexos).

202. As mortes do alferes Pedro Jácome de Menezes Dória e do capitão Cipriano Justino de Siqueira são descritas por Titara e por Accioli (*Paraguassu*, Canto Segundo, p. 59–60 e 68; e *Memórias...*, v. III, p. 400).

203. O bombardeio de Salvador pelos canhões do forte do Mar ocorreu em 10 de janeiro de 1912, danificando o palácio do governo, onde estava instalada a Biblioteca Pública desde 1900, o Teatro São João e a torre do Paço Municipal. Ordenado pelo general Sotero de Menezes, inspetor da 7ª Região Militar, o bombardeio teve como objetivo impedir a posse do substituto legal do presidente do estado, que havia renunciado. A responsabilidade da iniciativa foi atribuída a José Joaquim Seabra, líder do Partido Republicano Dissidente, majoritário na Câmara Estadual, ocupada pela polícia, leal ao presidente do estado. Respaldado por Hermes da Fonseca, então presidente da República, Seabra seria eleito presidente da Bahia dezesseis dias depois. A Biblioteca Pública, criada pelo Conde dos Arcos em maio de 1811, teve inicialmente o nome de Livraria Pública da Bahia e funcionou, a partir de agosto do mesmo ano, no antigo Colégio dos Jesuítas, no mesmo local onde funcionara a biblioteca daqueles padres. Com um acervo inicial de cerca de três mil volumes, na sua maioria doados pelo próprio Conde dos Arcos e por comerciantes locais, já tinha sessenta mil quando da transferência para o palácio do governo. O incêndio provocado pelo bombardeio destruiu todos os livros ali depositados, salvando-se apenas trezentos volumes que estavam emprestados e que a direção conseguiu reaver através de editais publicados nos jornais de Salvador (cf. Sílio Boccanera, *Bahia histórica*, p. 86–92).

204. Cf. doc. VI.9, Anexos. Não foi encontrado o original dessa *parte*, transcrita nas páginas 46–48 da introdução de Clemente Mariani Bittencourt ao poema *Paraguassu*, de Titara.

205. A covardia de alguns soldados na *Guerra Grande* foi registrada por Accioli:

> Distinguiram-se nesta ação os soldados da tropa expedicionária de Pernambuco (...), sendo elevados ao posto imediato todos os que se achavam incluídos na proposta do major José de Barros Falcão de Lacerda. Por ordem do dia 15, alguns inferiores também tiveram acesso a oficiais; mas cumprindo o general Labatut com os deveres de chefe, passou a demitir os que, durante a mesma ação, se haviam mostrado covardes. (*Memórias...*, v. III, p. 399)

206. Accioli menciona que Labatut teria oficiado ao governo imperial em 26 de fevereiro de 1823, queixando-se de que nem um só filho dos proprietários de engenho se achava alistado nas fileiras do exército, dele fazendo parte apenas o coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão e Antônio de Bittencourt Berenguer César. Acrescenta o cronista que o Exército Libertador era "em geral composto da gente vulgarmente chamada de cor, a qual sempre se portou em todas as ocasiões com um valor remarcável" (cf. *Memórias...*, v. IV, p. 1–2, nota 2).

207. Titara assinalou a presença dos *Ceroulas* em combate no Bate Folha, localidade próxima a Pirajá. Eles seriam "soldados da Torre e Pirajá, outros milicianos e alguns paisanos" (cf. *Paraguassu*, Canto Segundo, p. 131, nota 1).

208. A grande incidência das sezões — malária — na região de Pirajá provocou ofício de Labatut, datado de 8 de fevereiro de 1823 e dirigido ao coronel João Vieira de Carvalho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Ali, justifica a suspensão dos ataques que vinha fazendo aos portugueses pelo grande número de doentes de sezões e febres gástricas no seu exército e a quase total falta de medicamentos nos hospitais de campanha (cf. Brás do Amaral, *História da Independência...*, p. 324–326, nota 1).

209. Em 2 de julho de 1823, o deão José Fernandes da Silva, vigário capitular e governador do Arcebispado da Bahia, oficiou ao cabido da Igreja Metropolitana da Bahia, comunicando que, diante da falta de segurança de que se ressentia em Salvador, acompanharia o Exército na retirada para Lisboa, levando os despojos de ouro e

a prata dos jesuítas, que estavam sob sua guarda (cf. Accioli, *Memórias...*, v. IV, p. 157–158, nota 4; e Brás do Amaral, *História da Independência...*, p. 473–474, nota 7).

210. Titara registrou a promoção de Pedro Ribeiro a sargento-mor da sexta companhia de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco (*Paraguassu*, "Apêndice às notas do Canto Segundo", p. 161).

211. Pedro Ribeiro foi o executor da ordem de Labatut para que se destruísse o quilombo de Mata Escura, conforme atesta José de Barros Falcão de Lacerda (cf. doc. VIII.3, Anexos). Titara, não tão afirmativo, também indica que coube a Pedro Ribeiro a responsabilidade pela destruição do quilombo (cf. doc. VII.5, Anexos).

212. O texto que Dona Anna leu no *Jornal de Notícias* de 28 de julho de 1913 é de Manuel Querino (cf. "Episódio da Independência I", *in A Bahia de outrora*, p. 298).

213. Accioli justifica a atitude de Labatut argumentando com a necessidade de um "castigo exemplar que evitasse o desenvolvimento da total insurreição da escravatura em tão críticos momentos" (cf. *Memórias...*, v. III, p. 402).

214. Labatut, em ofício que dirigiu ao governo central em 11 de dezembro de 1822, faz alusão apenas à prisão e ao fuzilamento dos 51 homens (*apud* Accioli, *Memórias...*, v. IV, p. 13–14, nota 7). Titara e Accioli afirmam que as escravas foram poupadas (cf. *Paraguassu*, Canto Quinto, p. 279, nota 3 e p. 280, nota 1; *Memórias...*, v. IV, p. 163).

215. Era comum que um "padrinho" mediasse a reaproximação de um escravo fugido com o seu senhor, procurando atenuar o previsível castigo e mesmo modificar as condições que tinham provocado a fuga (cf. Stuart B. Schwartz, *Segredos internos*, p. 332).

216. A afirmação consta do texto em que Manuel Querino se propõe a resgatar a memória de Felisberto Gomes Caldeira, na sua opinião injustamente esquecido pela historiografia nos relatos sobre as lutas da Independência, que atribuem a Labatut uma importância

no seu entender exagerada (cf. "Episódio da Independência II", *in A Bahia de outrora*, p. 303–308).

217. Através de proclamação pública, Labatut procurou atrair a adesão de soldados portugueses para o lado brasileiro, com a promessa de recompensas em dinheiro ou em terras aos que desertassem para o interior (cf. Accioli, *Memórias...*, v. IV, p. 14, nota 7).

218. O trecho citado encerra o artigo "Episódio da Independência I":

> Quando se rezavam as orações em sufrágio do coronel Felisberto, na Matriz de São Pedro Velho, Labatut, aí entrando, depois de ajoelhar-se e orar, voltou-se para o féretro e batendo sobre ele, disse: "Quiseste-me matar Felisberto; entretanto estás aí, e eu ainda me conservo aqui. A terra te seja leve." (Manuel Querino, *A Bahia de outrora*, p. 302)

219. *Helena* foi publicado em 1902, em capítulos diários no *Jornal de Notícias da Bahia*.

220. Titara cita Francisco José d'Alcovia Borges entre os que, como Pedro Ribeiro, responderam à convocação do *Santinho*, reunindo-se a ele na feira de Capuame. Ajudante da quarta companhia do Segundo Batalhão da Torre, Alcovia foi depois promovido a major (cf. doc. VII.3, Anexos).

221. Ditar sentenças de morte em excesso foi uma das acusações feitas a Labatut no processo que foi movido contra ele pelo governo que se instalou na Bahia depois da partida dos portugueses. Teriam sido executados dois soldados acusados de assassínio e "dois espiões de Madeira". O general francês defendeu-se, considerando que era seu dever executar "de pronto" os espiões, repreender os que "não cumprem os deveres da honra e da conduta militar" e premiar os "que merecem, para adquirirem êmulos e aumentar-se assim o número de bravos, e fazê-los mais bravos, se possível for" (cf. Accioli, *Memórias...*, v. IV, p. 135–136).

222. Como capitão-mor em Itapicuru, João Dantas assegurou a adesão de Sergipe ao movimento libertador que aclamou o Príncipe Dom

Pedro como Imperador do Brasil (Titara, *Paraguassu*, Canto Primeiro, p. 89, nota 1). No Recôncavo, foi organizador e comandante da Guarda Cívica de Cachoeira, responsável pela manutenção da ordem naquela vila (cf. Accioli, *Memórias...*, v. III, p. 400).

223. O trecho citado encontra-se nas páginas 401 e 402 do volume III das *Memórias* de Accioli. Excluídos os comentários entre colchetes, a transcrição é fiel ao original.

224. Segundo versão do próprio Labatut, esse princípio de conspiração ocorrera por influência dos que, na Corte, eram contrários à sua escolha para o comando. A intriga fora facilitada pela diversidade de formação do oficialato que o seguia (cf. Accioli, *Memórias...*, v. IV, p. 125–126).

225. São poucas as informações disponíveis a respeito da carreira militar de Labatut, principalmente no que diz respeito ao período anterior à sua vinda para a América do Sul. Pesquisas nos arquivos militares franceses identificaram um único oficial de nome Labatut, cujos dados biográficos não coincidem com os fornecidos pelo Labatut que lutou na Bahia, seja no seu testamento seja no documento intitulado "Introdução à defesa do brigadeiro Labatut". Neste último, afirma o militar francês que, em 1807, ao voltar para Paris depois da assinatura do Tratado de Tilsit — entre Napoleão e Alexandre I da Rússia — foi aprisionado pelos ingleses e tratado com a deferência devida a um oficial superior. Afirma também que, ao deixar o exército napoleônico, tinha a patente de coronel e fora condecorado com o oficialato da Legião de Honra. A partir de 1812, já na América do Sul, é possível reconstituir parcialmente a trajetória de Labatut. Participou das lutas pela independência da Colômbia e, depois da expulsão dos espanhóis, foi nomeado governador de Santa Maria, cargo de que foi praticamente deposto pela população insatisfeita. Exilado nas Antilhas entre 1813 e 1815, reapareceu na Espanha em 1816, seguindo-se cinco anos a respeito dos quais não há informações. Desembarcou em 1821 no Rio de Janeiro e, em 3 de julho do ano seguinte,

incorporou-se ao exército brasileiro no posto de brigadeiro, sendo após seis dias nomeado comandante das forças que iriam apoiar a luta dos baianos contra as forças portuguesas. À frente de uma pequena divisão, partiu para a Bahia no dia 14 do mesmo mês, iniciando-se já durante a viagem os problemas que o acompanhariam a partir de então (cf. Herman Neeser, "Ensaio de um resumo cronológico-biográfico sobre Pedro Labatut, Marechal-de-Campo do Exército Brasileiro". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 68, p. 172–179, 1942).

226. Foram responsáveis pela prisão de Labatut os comandantes da brigada da direita, José de Barros Falcão de Lacerda, e da brigada do centro, José Joaquim de Lima e Silva. Como medida preventiva diante de denúncias de que o comandante da brigada da esquerda, Felisberto Gomes Caldeira, articulava sua destituição, o general Labatut mandou prender esse oficial e ordenou a Lima e Silva que marchasse com o Batalhão do Imperador, vindo do Rio de Janeiro, contra essa brigada, a qual se mantinha leal ao seu comandante. Esta determinação pareceu a Lima e Silva e a Falcão de Lacerda precipitada, "visto que dela resultaria a guerra civil entre o exército, derramando-se o sangue brasileiro, por intrigas e caprichos particulares, como era constante a todo exército e à província", conforme fizeram constar em ata de uma reunião de oficiais, no acampamento de Pirajá, por ambos convocada no dia 21 de maio de 1823 (cf. Accioli, *Memórias...*, v. IV, p. 5).

227. Pedro Ribeiro deixou o quartel do Engenho Novo em 5 de dezembro de 1822 (cf. doc. VIII.4, Anexos).

228. A entrada do Exército Pacificador na capital se deu no dia 2 de julho de 1823, data em que, na Bahia, se comemora a Independência do Brasil. Na madrugada daquele dia, o brigadeiro Madeira de Melo embarcara com as tropas portuguesas para Lisboa, deixando a cidade desguarnecida. À frente das forças brasileiras que ocuparam Salvador estava o coronel José Joaquim de Lima e Silva, fluminense, comandante do Batalhão do Imperador, chega-

do à Bahia em fevereiro de 1823, que substituíra Labatut no comando do Exército Pacificador depois da prisão deste (cf. nota 221). O episódio da prisão de Labatut foi o ponto culminante dos conflitos que, desde sua chegada, opuseram o general francês a alguns chefes militares baianos e à junta governativa provisória instalada em Cachoeira, formada por representantes da classe política local (cf. Brás do Amaral, *História da Independência...*, p. 476–498).

Capítulo VIII

229. O médico que Pedro Ribeiro consultou foi, provavelmente, o dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, português, degredado para a Bahia em 1809, sob a acusação de ter colaborado com as tropas francesas de ocupação. Reintegrado nas suas honras e prerrogativas em 1818, tornou-se professor da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, criada pelo Príncipe Regente Dom João, e, por ocasião da Independência, adotou a nacionalidade brasileira (cf. Rodolfo Garcia, nota I das "Notas à seção XLIX", *in* Varnhagen, *História geral...*, v. 3, t. V, p. 80). O dr. Paiva foi também responsável pela divulgação de noções de medicina entre os leigos, como tradutor e adaptador às condições locais do livro *Medicina doméstica*, do inglês Buchanan, primeiro manual desse tipo que circulou no Brasil (cf. Licurgo..., *História da medicina...*, p. 156). Os naturalistas alemães Spix e Martius encontraram o dr. Paiva em Salvador em 1818:

> Como em todas as cidades mercantes, também aqui os esforços científicos são de importância secundária, e raros são os homens que, por gosto e vocação, se dedicam às ciências. Entretanto, os baianos apreciam os seus concidadãos eruditos, entre os quais goza da mais alta consideração o Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, distinto médico clínico, conhecido pela sua variada atividade científica em assuntos de medicina prática, matéria médica, botânica e química. (*Viagem pelo...*, v. II, p. 135)

230. O diagnóstico de *gutta serena,* ou *amaurosis,* foi confirmado pelo dr. George E. Fairbanks (doc. IX.5, Anexos), médico inglês, naturalizado brasileiro, que clinicou na Bahia, onde morreu em idade avançada. O dr. Fairbanks destacou-se entre os seus pares por ter publicado, em 1833, uma tradução de original inglês sobre o cólera-morbo (cf. Licurgo..., *História da medicina...*, p. 148). A grande incidência, no Brasil, da *guttta serena,* forma de glaucoma — doença que provoca a destruição do nervo óptico e pode levar à cegueira — que se instala lentamente (daí o adjetivo *serena*) já tinha sido assinalada por Guilhermo Piso, médico e naturalista holandês que veio para Pernambuco com Maurício de Nassau e foi autor do primeiro tratado a respeito das patologias existentes no Brasil, *De medicina brasiliense*:

> Entre as calamidades, pois, do Brasil, as doenças dos olhos reclamam para si um lugar não último, atacam aos soldados mais do que aos outros e em separado mais do que em conjunto, aos oprimidos pela penúria, depois de viciada e corrompida a faculdade de resistência. Alguns dentre eles deixam de enxergar no crepúsculo vespertino, porque apresenta menos luz do que é preciso, sobretudo por ocasião da lua cheia; alguns, no crepúsculo matutino. (...) Se lhes sobrevier cefalgia persistente e, oportunamente, não se lhes prestando pronto socorro com remédios, há perigo de que finalmente tenham perda total da vista e isto se chama *gota serena.* (G. Piso, *De medicina brasiliense,* 1648, p. 18, *apud* Fernando São Paulo, *Linguagem médica popular no Brasil,* v. I, p. 191–192)

231. Publicado no Rio de Janeiro em 1893, *Minha filha,* de Afonso Celso de Assis Figueiredo (1860–1938), é dedicado a Maria Eugênia, "nascida a 19 de abril de 1886, ferida de paralisia a 5 de fevereiro de 1889". No texto misturam-se reflexões sobre a crise pessoal do autor, desencadeada pela doença da criança, e a crise institucional enfrentada pelo Brasil, que culminou com a Abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República no ano seguinte. Há ainda detalhado relato dos tratamentos médicos, mais ou menos violentos, a que foi submetida Maria Eugênia, no Brasil, na França e na Alemanha, em busca da cura.

232. A utilização de orações e simpatias para recuperar a saúde é chamada por Licurgo Santos Filho de "medicina sobrenatural" (cf. *História da medicina...*, p. 161–164).

233. Na certidão passada pelo dr. George E. Fairbanks, a operação de catarata — doença em que o cristalino perde a transparência — é justificada como uma última tentativa de Pedro Ribeiro para a recuperar a visão (doc. IX.5, Anexos). Na ausência de cirurgiões especializados, as operações de cataratas eram realizadas por leigos, quase sempre barbeiros sangradores (cf. Licurgo..., *História da medicina...*, p. 184).

234. O texto da certidão do dr. George E. Fairbanks (doc. IX.5, Anexos) sugere que a luta de Pedro Ribeiro contra a cegueira durou de 1823 a 1828.

235. Em 29 de janeiro de 1829, Pedro Ribeiro e sua mulher Joana de Sousa Leite arrendaram o engenho Periperi ao sargento-mor João Simões de Paiva, "com todos os seus pertences e utensílios, casa de morar, oratório, noventa bois de brocha e quarenta e sete escravos (...) benfeitorias e móveis constantes das cláusulas particulares que entre si passaram (...) pelo tempo de nove anos, que principia a correr desta data em diante" (Livro de notas de Inhambupe nº 4, fls. 97 e 98 v). O sargento-mor João Simões de Paiva foi comandante de uma companhia que esteve sob as ordens de Pedro Ribeiro por ocasião da ida deste a Subaúma em 1811 (cf. docs. II.5 e II.10, Anexos). O arrendamento de Periperi não se estendeu pelos nove anos previstos. Em 1832, segundo o inventário de Joana de Sousa Leite, o engenho estava arrendado a Dom Antônio de Uzeda e Luna, o sobrinho que acompanhara Pedro Ribeiro a Capuame e Pirajá.

236. No sítio do Retiro de Nossa Senhora dos Prazeres existia "uma casa nova de taipa coberta de telha, avaliada em duzentos mil réis", cujos móveis resumiam-se a três mesas, um banco, três arcas de madeira branca e cinco cadeiras com encosto e assento de tela e uma caixa grande, feitas de vinhático. Nas fazendas Mucambo,

Angico, Nazaré, Rodeadouro, Salgado, Licurituba e Canavieira estavam arrolados 60 escravos, 560 vacas, 173 bois, 44 ovelhas, 35 cabras, 12 cavalos, aves e pequenos animais (cf. Inventário de Joana de Sousa Leite, APEB).

237. Josefa Ferreira de Brito declara-se analfabeta, condição que ocorria com freqüência, mesmo entre mulheres de famílias abastadas (cf. Testamento de Josefa Ferreira de Brito, APEB, 2/3055, Itapicuru, 1845).

238. Pedro Ribeiro foi comendador da Ordem de Cristo em 1824 e oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro em 1826 (cf. docs. X.1 e X.3, Anexos). Enquanto a Ordem de Cristo — com os graus de cavaleiro, comendador e grão cruz — tinha origem medieval, a Ordem Imperial do Cruzeiro — com os graus de cavaleiro, oficial, dignitário e grão cruz — era recente, instituída a 1º de dezembro de 1822, dia da coroação de Dom Pedro I. Segundo a tradição familiar, Pedro Ribeiro recebeu também a Medalha de Distinção da Campanha da Restauração da Bahia. Essa medalha, criada em 1823, foi concedida em 1825 aos oficiais, de alferes a coronel, que tivessem participado das lutas contra os portugueses (cf. Alfredo Solano de Barros, "Estudo crítico e doutrinário sobre medalhas militares brasileiras", *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. II, 1941, p. 111–112).

239. O Imperador Dom Pedro I visitou a Bahia entre 28 de fevereiro e 19 de março de 1826, para demonstrar seu reconhecimento à luta dos baianos pela Independência. Eram freqüentes, até o final do Primeiro Reinado, as solicitações de transferência de ordens honoríficas a terceiros, parentes ou não. No século XIX, comendas e hábitos tinham perdido o sentido original de reconhecimento a serviços prestados ao soberano, transformando-se em instrumentos de honrarias e promoção social para os seus detentores.

240. No ano que precedeu a Independência, intensificou-se a adoção de nomes "nacionalistas" por brasileiros e até portugueses que queriam marcar sua opção pelo país que os acolhera. Na Bahia,

em agosto de 1821, surgiu um jornal nacionalista, o *Diário Constitucional*, que teve vida curta; seus redatores foram dos primeiros a modificar os nomes por razões políticas, passando a assinar-se Francisco José de Almeida *Corte Real*, depois *Imperial*, e Francisco Gomes *Montezuma*. Em 1823, em outro jornal nacionalista, *O Intendente Constitucional*, foram publicados mais de duzentos avisos a respeito da substituição dos tradicionais sobrenomes portugueses por nomes brasileiros, inspirados nos reinos animal (Acauã, Cabuçu, Canguçu, Guacinim, Paca, Patativa, Sinimbu) e vegetal (Cajaíba, Jambeiro, Jatobá, Sapucaia, Sucupira, Titara) e na geografia (Borborema, Cairu, Campos, Cincurá, Itapajipe). Outras fontes de inspiração foram nomes próprios de heróis nacionalistas (Bolívar, Montezuma, Tibiriçá) e gentílicos (Brasileiro, Gê, Tupinambá e Tupiniquim). Desses nomes, muitos desapareceram por falta de herdeiros; outros foram simplesmente abandonados pelas famílias, passado o calor da luta (cf. Frederico Edelweiss, "A antroponímia patriótica da Independência", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 86, p. 137–158, 1976/77).

241. O nome de Manuel Álvares Maciel não consta da lista de pessoas agraciadas pelo Imperador Dom Pedro I durante sua permanência na Bahia, seja no dia 11 de março, aniversário da Princesa Dona Januária, seja no dia 19 de março, em que deixou a província. Da lista consta o nome do sargento Pedro Ribeiro, como oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro (cf. Alcindo Sodré, "Visita dos imperadores à Bahia", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, nº 18, p. 91–94, 1972). Pesquisa na Coleção das Graças Honoríficas (1808–1891), constante no Registro de Decretos Gerais do Ministério do Império do Arquivo Nacional, tampouco identificou qualquer condecoração concedida a Manuel Álvares Maciel.

242. A Princesa Dona Maria da Glória, que reinaria em Portugal com o nome de Dona Maria II, integrou a comitiva de seu pai, o Imperador Pedro I, na visita que este fez à Bahia em 1826 (cf. no-

ta 71). Nascida em 1819, tinha, portanto, sete anos em 1826. Manuel Álvares Maciel, cuja data de nascimento não foi possível precisar, talvez fosse um ano mais velho que a princesa, já que era o terceiro filho de Pedro Ribeiro, havendo as duas primeiras filhas, Josefa e Ana Maria da Anunciação, nascido em 1816 e 1817, respectivamente.

243. "Escrófulas", pelos profissionais, e "alporcas", pelos leigos, eram os nomes dados à inflamação dos gânglios cervicais, freqüente entre crianças e jovens, provocada por bacilos (Licurgo..., *História da medicina...*, t. II, p. 140). A "amamentação por uma ama escrofulosa" era considerada uma das causas da doença. Como tratamento, "os meios higiênicos são mais importantes e mais eficazes do que os agentes farmacêuticos" e "os banhos aromáticos quentes e os banhos frios de água corrente e, principalmente, os de mar, são de utilidade incontestável para os escrofulosos" (cf. P.L.N. Chernoviz, *Dicionário de medicina popular e das ciências assessórias para uso das famílias*, v. I, p. 1.017–1.021).

244. Na medicina dos séculos XVIII e XIX, banhos em águas minerais, sangrias e cataplasmas eram, ao lado dos "agentes farmacêuticos", os recursos mais utilizados no tratamento de doenças. Às margens do rio Itapicuru estava localizada a vertente da Mãe d'Água do Cipó, depois conhecida como Caldas do Cipó, a mais abundante entre uma série de outras pequenas vertentes, que só começou a atrair a atenção do governo em 1829 (cf. Accioli, *Memórias...*, v. VI, p. 161–162). No final do século XVIII, Vilhena já assinalava a existência de águas termais em Itapicuru:

> Igualmente o é para sentir o não passar a Itapicuru quem possa indagar e descobrir os minerais que esconde a terra por onde passam aquelas águas, tendo talvez os brasilianos no seu país aquele remédio que, com grandes despesas e incômodos, vão procurar a Portugal. (*Notícias...*, Carta Décima Sexta, v. II, p. 608–609)

245. A vila do Soure, situada a duas léguas da margem direita do rio Itapicuru, era uma antiga missão jesuíta — Natuba —, que, com

a expulsão da Ordem em 1760, fora rebatizada e passara a ser administrada pelos próprios índios, segundo as normas estabelecidas pelo Marquês de Pombal (cf. nota 122). Ali viviam alguns brancos, além de remanescentes dos índios cariris, transformados em cultivadores de víveres e algodão (cf. Aires de Casal, *Corografia brasílica*, t. II, p. 123).

246. O verbete sobre higiene — "a parte da ciência médica que ensina a conservar a saúde" — do *Dicionário de medicina popular...*, de Chernoviz, inclui uma "Súmula de preceitos higiênicos", publicada em Portugal para ser difundida entre as escolas. Um dos seus preceitos é que "durante as primeiras horas da digestão deve evitar-se todo trabalho intelectual e devem suspender-se os trabalhos corporais enérgicos" (cf. v. II, p. 173–177).

247. Ellik Morn, psicólogo norte-americano cuja obra foi traduzida para diversas línguas no início do século XX. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há um exemplar do livro *Se queres viver, desperta e luta! Arte de revigorar a alma e o corpo*, impresso em Paris por Aillaud e Alves. Os capítulos VII, VIII, IX e X examinam a relação entre bondade e beleza.

248. O irmão de Josefa Ferreira de Brito chamava-se Francisco Ferreira de Brito e era casado com Maria Josefa da Conceição. Um de seus filhos, João Dantas de Brito, casou-se com Maria Barreto de Vasconcelos Brito. Foram estes os pais do coronel Francisco Barreto Dantas (cf. Dantas Júnior, *O Cap. mor João Dantas...*, e quadro genealógico II).

249. John Milton (1608–1674), poeta inglês, cego a partir 1651, depois de uma vida em que poesia, religião e política alternaram-se como foco de interesse, passou os últimos catorze anos de sua vida numa tranqüila rotina doméstica em que a música tinha um lugar privilegiado. São desse período suas principais obras: *Paraíso perdido* (1667), *História da Inglaterra* (1670) e *Paraíso reencontrado* (1671) (cf. *Dictionnaire des auteurs*, v. 3, p. 396–399).

250. Órgão máximo da Justiça na Bahia entre 1916 e 1944, o Tribunal Superior de Justiça substituiu o Tribunal de Apelação e Revista, que funcionou entre 1892 e 1915. Este, por sua vez, tomara o lugar do Tribunal da Relação da Bahia, de origem colonial.

251. O rio Itapicuru, de proporções modestas em épocas normais, torna-se, com as chuvas, torrencial:

> A comarca do Itapicuru, que dista desta cidade 44 léguas, tira seu nome do rio Itapicuru, que nascendo em Jacobina e atravessando muitas léguas, vem despejar no Atlântico. Este rio que em seu estado ordinário é vadeável a cavalo, e mesmo a pé, torna-se, com as enchentes, caudaloso, arrancando e arrastando árvores extraordinárias, derrubando casas, talando os campos, e deixando, após suas grandes inundações, a fome e a miséria. (Accioli, *Memórias...*, v. VI, p. 163)

252. A legislação a respeito das alforrias (cf. nota 67) era dúbia, dando margem a todo tipo de manobra por parte dos interessados em questioná-la. Por isso, o testemunho de pessoas influentes tinha grande peso no encaminhamento das causas dos libertos (cf. Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 95–151).

253. Sacerdote e jornalista, o cônego Antônio Fernandes da Silveira (1795–1862) nasceu em Estância, Sergipe, e morreu em Itapicuru, Bahia. Educado no seminário baiano de São Dâmaso, foi ordenado como presbítero do hábito de São Pedro em 1820, sendo logo em seguida nomeado cônego honorário da Sé Metropolitana. De volta a Sergipe numa época de grande agitação política, foi preso e remetido às autoridades militares da Bahia, como propagador de doutrinas subversivas e suspeito de ser emissário secreto de Dom Pedro (cf. Titara, *Paraguassu*, Canto Primeiro, p. 21, nota 4). Monsenhor Silveira foi deputado por sua província à Assembléia Geral Legislativa de 1830 a 1841, suplente em exercício em 1843 e novamente deputado de 1850 a 1852. Fundou em 1832 o primeiro jornal de Sergipe, o *Recopilador Sergipano*, e foi diretor da Biblioteca Nacional entre 1837 e 1839. Foi também monsenhor

da Capela Imperial e comendador da Ordem de Cristo (cf. Jackson da Silva Lima, *História da literatura sergipana*, v. 1, p. 237–241; e Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro*, p. 150).

254. A crisma é, normalmente, prerrogativa dos bispos. No Brasil colonial, a grande extensão dos bispados dificultava, quando não impedia, que o sacramento fosse ministrado por bispos, substituídos por padres especialmente designados para tal.

255. O *mal-de-sete-dias*, ou tétano umbilical, doença endêmica no interior do Brasil, foi observada por Spix e Martius quando de sua passagem pelo Distrito Diamantino, Minas Gerais:

> Ainda outra enfermidade, que devemos citar como freqüente no Distrito Diamantino, é o chamado *mal-de-sete-dias*, que ataca as crianças após o nascimento, e que, não as matando até o sétimo dia, deixa de ser perigosa. Esse mal consiste em violentas cãimbras nos órgãos inferiores, acompanhadas de dores fortes, e, segundo a opinião dos entendidos, é ocasionado por descuido ou irritação excessiva do cordão umbilical, por ocasião do parto e ao fazer a ligadura. Quando as crianças não morrem com as cãimbras, são freqüentemente levadas pela inflamação da pele e provavelmente também do peritônio, que se transforma em gangrena. Esta moléstia parece mais perigosa sob certas influências epidêmicas, ainda desconhecidas; pelo menos, tem-se notado que há épocas em que os recém-nascidos são muito mais atacados e mais sucumbem a esse mal, que em outras. (*Viagem pelo...*, v. II, p. 39)

256. Cônego é um título da diocese, atribuído aos padres que exercem o papel de conselheiros do bispo titular. Monsenhor Silveira foi cônego honorário da Sé Metropolitana. Monsenhor, por sua vez, não é um título, mas o tratamento dado aos padres que detêm um título papal, seja ele camareiro secreto, prelado doméstico ou protonotário apostólico. Não foi possível averiguar qual dos títulos possuía o cônego Silveira, já que nas suas biografias aparece sempre como "monsenhor da Capela Imperial".

257. Caldas da Missão era a segunda fonte termal em volume de água do Itapicuru, e a ela atribuíam-se curas milagrosas de doenças de

pele (cf. Relatório do dr. José Lino Coutinho, *in* Accioli, *Memórias...*, v. VI, p. 161–163, nota 87).

258. José Dantas do Itapicuru (1798–1862), que também se assinava José Dantas dos Imperiais Itapicuru, Barão do Rio Real em 1859, era o segundo filho homem de João Dantas (cf. nota 147). Foi o primeiro administrador do estabelecimento termal freqüentado pelo monsenhor Silveira (cf. tese do dr. Adriano Pondé, "Contribuição para o estudo das águas minero-medicinais do Itapicuru, Bahia, 1923", *in* Brás do Amaral, *Anotações ao volume V das Memórias históricas e políticas de Accioli, correspondente ao período que vai desde a Conquista até os últimos tempos*, p. 346).

259. Joana de Sousa Leite, a Sinharinha, morreu em 17 de março de 1832, no sítio do Retiro de Nossa Senhora dos Prazeres.

260. Por ocasião da morte de Sinharinha, o rendeiro do engenho Periperi era Dom Antônio de Uzeda e Luna (cf. nota 235).

Capítulo IX

261. Cf. quadros genealógicos I e III.

262. O filho mais velho de Manuel José de Araújo Góis também se chamava Manuel José e se casou sucessivamente com duas irmãs, Jerônima Joaquina dos Reis e Guiomar Joaquina dos Reis (cf. Bulcão Sobrinho, "Famílias baianas: Araújo Goes", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, nº 6, p. 63–81, 1951, e nº 7, p. 53–87, 1952).

263. Antônio Florêncio da Trindade, porta-bandeira da sexta companhia de cavalaria miliciana, da qual Pedro Ribeiro era sargento-mor, foi promovido a alferes no dia seguinte à *Guerra Grande* (cf. Titara, *Paraguassu*, "Notas ao Canto Segundo", p. 161). Foi um dos agraciados com o grau de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro por ocasião da visita do Imperador Dom Pedro I à Bahia em 1826 (cf. Alcindo Sodré, "Visitas dos imperadores à Bahia", *Revista do Ins-*

tituto Genealógico da Bahia, nº 18, p. 93, 1972). Como alferes de cavalaria, assina o doc. VIII.4, Anexos.

264. O marido de Josefa chamava-se Manuel Paulino da Trindade.

265. O casamento de Ana Maria da Anunciação e Matias de Araújo Góis realizou-se em 16 de março de 1835.

266. Josefina nasceu em 4 de julho de 1824; teria morrido, portanto, em 1840. O conto "Os sonhos de Josefina" foi publicado por Anita Manso Cabral, neta de Dona Anna, em coletânea mimeografada. Nesse conto a jovem Josefina prevê as circunstâncias da própria morte e a próxima gravidez de sua irmã Ana Maria da Anunciação, casada há sete anos sem descendência.

267. Josefa nasceu em 17 de fevereiro de 1816 e morreu em 1841. Pedro da Trindade Ribeiro nasceu em 1834, e Manuel Paulino da Trindade, em 1836.

268. Embora não tenha sido encontrado registro da venda do engenho Periperi, esta deve ter ocorrido em 1842, quando Maria Maximiana tinha catorze anos e Pedro Ribeiro de Araújo, o filho, onze. Em 1844, quando Pedro Ribeiro prestou contas do patrimônio desses filhos menores ao juiz de órfãos, declarou-se a eles devedor de pouco mais que cinco contos de réis (de 2.601$476 e 2.413$876, respectivamente), correspondentes a seus quinhões na venda do engenho (cf. Inventário de Joana de Sousa Leite). Considerando que os co-herdeiros eram Pedro Ribeiro — meeiro — e três outras filhas maiores, o engenho deve ter sido vendido por cerca de quinze contos de réis.

269. Dona Ana Maria da Anunciação morreu em 13 de junho de 1897.

270. Pedro Ribeiro solicitou ao governo imperial, em 1833, ser confirmado no posto de sargento-mor, com o soldo respectivo, ou a pensão anual de 600 mil réis, pelos serviços prestados à Independência do Brasil. Extraviada essa documentação, dirigiu-se novamente ao governo, em 10 de fevereiro de 1836, desta vez solicitan-

do pensão de igual valor, com sobrevivência aos seus filhos (cf. docs. IX.1 e 7, Anexos). Concedida sem sobrevivência aos filhos em 12 setembro do mesmo ano (cf. doc. IX.9, Anexos), requereu novamente em junho de 1837 (cf. doc. IX.11, Anexos), recebendo a pensão, conforme solicitada, em 15 de setembro de 1837 (cf. doc. IX.12, Anexos). A intervenção do Monsenhor Silveira deu-se quando o decreto chegou à Câmara, onde obrigatoriamente deveria ser aprovado. Em 15 de julho de 1837, Monsenhor Silveira apresentou como emenda ao decreto do governo, que "esta pensão se verificará na pessoa de seus filhos repartidamente...", justificando sua proposta em nome da "justiça que assiste ao cidadão de que se trata, o qual prestou relevante serviço na ocasião em que a Bahia estava ocupada pelos portugueses, e tem 75 anos de idade" (cf. *Anais da Câmara*, 1837, seção de 15 de julho, p. 114).

271. Segundo Licurgo Santos Filho, os autores antigos responsabilizavam as febres intermitentes, a sífilis e o reumatismo pelo aparecimento das lesões oculares (cf. *História da medicina...*, t. II, p. 185). O *Dicionário de medicina popular...* de Chernoviz arrola entre as causas da amaurose, ou gota serena, "as vigílias e pesares prolongados, o susto, o uso de maus alimentos, a comoção causada por um raio e a explosão de uma arma de fogo" (v. I, p. 130–131).

Capítulo X

272. Dona Anna nasceu em 31 de janeiro de 1843.

273. A Missão da Saúde, ou de Santo Antônio, fundada pelos religiosos franciscanos, tinha como objetivo cristianizar os índios tupinambás, habitantes da região do Itapicuru. A edificação da igreja da missão — Nossa Senhora da Saúde — foi iniciada em 1639 e à sua volta formou-se um povoado que prosperou e até superou em importância a primeira sede do termo da vila de Nossa Senhora de Nazaré de Itapicuru de Cima, situada a duas léguas de distância. Em 1827, representação da Câmara e do povo solicitou que a sede

do termo fosse transferida para a antiga missão, pois as condições de vida eram ali mais favoráveis (cf. *Catálogo de documentos sobre a Bahia...*, p. 275, doc. II, 33, 25, 71). Na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima havia, além da missão franciscana, duas missões jesuítas, Natuba e Canabraba, "todas [as três] com muito boas e bem ornadas igrejas, onde conferem todos os sacramentos" (*Inventário de documentos sobre o Brasil...*, vol. I, p. 223, doc. 2.711). Quando da expulsão dos jesuítas, em 1760, as missões religiosas foram entregues à administração dos próprios índios e os nomes das duas últimas mudados para Soure e Pombal (cf. "Mapa geral de todas as missões ou aldeias de gentio manso..." *in* José Antônio Caldas, *Notícia geral...*, p. 60–61).

274. Matias de Araújo Góis esteve envolvido em uma disputa familiar entre Pedro Ribeiro e seu cunhado Luís de Almeida Maciel em torno da guarda dos bens de Josefa Ferreira de Brito, sogra e mãe dos disputantes, considerada incapaz de geri-los. Em 1843, a pedido do filho, foi feito o inventário dos bens de Dona Josefa, considerada "desmemoriada, destituída de senso", por sentença judicial. Em 1844, iniciou-se processo entre os dois cunhados, com acusações recíprocas. Disputavam a administração da terra e do gado de Dona Josefa, que morreu em 1845, deixando como inventariantes em primeiro lugar seu genro, Pedro Ribeiro, e em segundo o genro deste, o capitão Matias de Araújo Góis, e só em terceiro seu filho, Luís de Almeida Maciel (cf. Autos de Justificação de Luís de Almeida Maciel como curador *ad bona* da demente sua mãe Dona Josefa Ferreira de Brito contra o major Pedro Ribeiro de Araújo). Logo depois, Matias de Araújo Góis voltou com a família para o Recôncavo, quando Dona Anna tinha dois anos de idade.

275. Pedro Ribeiro de Araújo, o filho, nascido em 1831, colou grau de doutor em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1857, sustentando a tese "Herança: como se pode explicar hoje a produção da diabetes?". Em 1858 foi aprovado em concurso para lente

opositor da Seção de Ciências Acessórias, com a tese "A física poderá ocupar o lugar que lhe compete sem conhecer o elemento de força?", impressa na Tipografia e Livraria de Epifânio Pedrosa. Só seria nomeado em 1859, depois de prestar novo concurso, vencendo quatro concorrentes com a tese "O estudo químico da urina interessa ao médico?", impressa na mesma Tipografia. Em 1875 tornou-se lente catedrático de Botânica e Zoologia, com a tese "Considerações acerca das moléstias e danificações a que estão sujeitos os vegetais cultivados e os meios de remediá-los", dedicada ao Duque de Caxias, sob cujas ordens servira na Guerra do Paraguai (cf. Francisco Pinheiro Júnior, *Idéias filosóficas nas teses de concurso da Faculdade de Medicina da Bahia, século XIX*, p. 159–172). As teses fazem parte da coleção do Museu da Faculdade de Medicina da Bahia. Pedro Ribeiro foi agraciado em 1881 com o título de conselheiro do Imperador. Faleceu em 1912.

276. Os bailes pastoris, tradicionalmente representados no Natal, derivam da tradição européia dos autos religiosos que, em uma mesma representação dramática, combinam música, dança e poesia. Do interior das igrejas ou de seus adros, os autos passaram para os conventos e as casas particulares como bailes pastoris. Neles, o tema do nascimento do Cristo aparece mesclado com episódios profanos (cf. Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do folclore...*, p. 358–359; cf. igualmente Melo Morais Filho, "Natal, Ano Bom e Reis na Bahia" *in* Pinto de Aguiar [org.], *Bailes pastoris na Bahia*, p. 13–29).

277. Sendo poucos os médicos e cirurgiões no Brasil colonial, surgiram os "práticos", os "entendidos" e os "curiosos de medicina", cujo conhecimento derivava da leitura de tratados especializados ou da prática. Só na primeira metade do século XIX chegaram ao Brasil os livros de divulgação da medicina, comuns na Europa. O primeiro a circular foi *Medicina doméstica*, do inglês Buchanan, traduzido e adaptado para as condições do país por Manoel Joaquim Henriques de Paiva (cf. nota 229). Em 1842 foi lançado o *Dicio-*

nário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias, de Pedro Luís Napoleão Chernoviz (1812–1881), médico francês radicado no Brasil. O *Dicionário* descrevia as doenças mais comuns, sua etiologia e sintomatologia, e indicava a terapêutica adequada a cada uma delas, ao lado da dieta apropriada e dos cuidados higiênicos necessários. Foi rápida e ampla a difusão do *Chernoviz*, como ficou conhecida a obra, presente em grande número de casas brasileiras, onde substituía os médicos, quase sempre inacessíveis (Licurgo..., *História da medicina...*, t. I, p. 156–158).

278. Em algumas povoações do interior brasileiro existia a figura do "médico de partido", ou contratado, pago mensalmente pela Câmara, que para isso cobrava taxas especiais dos moradores do município. No século XIX surgiram os "partidos" particulares: fazendeiros alugavam serviços médicos por mês, às vezes incluindo no contrato o compromisso de tratar não só a família mas também os escravos (cf. Licurgo..., *História da medicina...*, t. I, p. 78).

279. As *Pílulas da Família* eram preparadas no Porto, em Portugal, por José Ribeiro de Carvalho Reis e exportadas para o Brasil. Em Salvador eram vendidas em farmácias, estabelecidas na rua Direita do Comércio, freguesia da Conceição da Praia (cf. Anna Amélia Vieira Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador*, p. 75).

280. O dr. José Zephyrino Menezes Brum era "médico de partido", responsável pelos serviços médicos na região. São assinados por ele os atestados sobre as condições de saúde dos escravos incluídos no inventário de Pedro Ribeiro.

281. Nas *Obras completas* de Gonçalves Dias não foi possível identificar as estrofes citadas por Dona Anna.

282. Por razões sanitárias, os enterros nas igrejas foram definitivamente proibidos na Bahia em 1855, quando uma epidemia de cólera devastou o Recôncavo e a cidade de Salvador. Até então realizavam-se nas igrejas e nos seus cemitérios, considerados espaços sagrados. A prática era determinada pelo Título LIII, parágrafo 843,

das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, sob a argumentação de que as igrejas "são lugares a que todos os fiéis concorrem para ouvir e assistir às Missas e Ofícios Divinos e Orações; tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de recomendar a Deus Nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do purgatório".

283. No *Livro de Óbitos do Catu* nº 3 (1847–1864), está registrado: "Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil oitocentos e quarenta e nove, sepultou-se na capela-mor desta Matriz de Santana do Catu Pedro Ribeiro de Araújo, branco, viúvo, maior de oitenta e cinco anos de idade, envolto em pano branco e encomendado por mim e pelo reverendo frei Francisco da Conceição e reverendos padre Custódio Francisco dos Santos, padre Laurindo Teixeira Álvares Barroso, padre José dos Santos, padre Joaquim José Ferreira, com todos os sacerdotes de que, para constar, fiz o termo que assinei. O vigário padre Antônio Torres."

Anexo I

Documentos referentes à carreira militar de Pedro Ribeiro de Araújo, como oficial de segunda linha, de 1793 a 1807, enviados a Lisboa ou de lá remetidos ao Brasil; os documentos foram identificados através do *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa* e transcritos de microfilmes existentes na Fundação Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Tiradentes, MG (Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo de Marinha e Ultramar)

I.1 *Carta patente pela qual o governador D. Fernando José de Portugal nomeia Pedro Ribeiro de Araújo para o posto de capitão da Companhia de Cavalaria Auxiliar de Inhambupe, anexa ao Regimento da Vila de Cachoeira; 2 de outubro de 1793 (C 68, doc. 23972)*

D. Fernando José de Portugal do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, governador e capitão-general da Capitania da Bahia. Faço saber, aos que esta minha carta patente virem, que tendo respeito achar-se vago por falecimento de Pedro Caetano da Silva o posto de capitão da Companhia da Cavalaria Auxiliar do Inhambupe anexa ao Regimento da Vila da Cachoeira, de que é coronel José Pereira Brandão, e ser necessário prover em pessoa de valor e merecimentos, atendendo aos que concorrem na de Pedro Ribeiro de Araújo, esperando, que nas obrigações deste posto desempenhará o bom conceito que faço do seu préstimo. Hei por bem de nomear, como por esta nomeio, ao dito Pedro Ribeiro de Araújo, no posto de capitão da Companhia da Cavalaria Auxiliar do Inhambupe anexa ao Regimento da Vila da Cachoeira, vago por falecimento de Pedro Caetano da Silva, com o qual não ven-

cerá soldo da Real Fazenda, mas gozará de todas as honras, graças, franquezas, preeminências, privilégios, isenções e liberdades, que lhe tocam, podem, e devem tocar aos mais capitães das tropas regulares, como determina a carta régia de 22 de março de 1766. Pelo que ordeno ao dito coronel lhe dê posse, e juramento, de que se fará assento nas costas desta. E aos oficiais maiores e menores de guerra e milícia desta capitania, o conheçam, honrem, estimem, e reputem por tal, e o mesmo façam os seus subordinados, cumpram, guardem e executem suas ordens, no que for pertencente ao Real Serviço, como devem, e são obrigados; e ele vier a mandar confirmar esta em seis meses seguintes a sua data, como determina o capítulo 16 do regimento deste governo. Em firmeza do que mandei passar esta com sinal e selo de minhas armas, que se registará nos livros da Secretaria do Estado, e nos da Vedoria Geral a que tocar. João Vaz e Silva a fez na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, aos 2 de outubro, ano de 1793. José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e Guerra do Brasil a fez escrever. D. Fernando José de Portugal.

Carta patente pela qual Sua Excelência houve por bem nomear a Pedro Ribeiro de Araújo no posto de capitão da Companhia de Cavalaria Auxiliar de Inhambupe, anexa ao Regimento da Vila da Cachoeira, de que é coronel José Pereira Brandão, vago por falecimento de Pedro Caetano da Silva, na forma acima expressada.

I.2 *Requerimento do capitão Pedro Ribeiro de Araújo à Rainha Dona Maria I em que solicita a confirmação régia da carta patente pela qual fora nomeado para o posto de capitão da Companhia de Cavalaria Auxiliar de Inhambupe (doc. I.1); seguido de despacho datado de 10 de maio de 1799 (C 68, doc. 23.971)*

Requerimento

Senhora. Diz Pedro Ribeiro de Araújo que o governador e capitão-general da Capitania da Bahia o proveu em o posto de capitão da Companhia de Cavalaria Auxiliar do Inhambupe, anexa ao Regimento da Vila da Cachoeira, vago por falecimento de Pedro

Caetano da Silva como melhor consta da carta patente junta, e, porque precisa de sua confirmação, pede a Vossa Majestade seja servida mandar-lhe passar sua carta patente de confirmação na forma do estilo. Espera receber mercê.

Despacho

Informe o governador e capitão-general com o seu parecer. Lisboa, 10 de maio de 1799.

I.3 *Provisão da Rainha Dona Maria I determinando que D. Fernando José de Portugal, governador e capitão-general da Capitania da Bahia, dê parecer sobre o requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo (doc. I.2), por exigência do Conselho Ultramarino; 16 de maio de 1799 (C 68, doc. 23.973)*

Dona Maria por graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves daquém e d'além mar, em África Senhora de Guiné. Faço saber a vós, governador e capitão-general da Capitania da Bahia, que, no Meu Conselho Ultramarino, requereu Pedro Ribeiro de Araújo confirmação do posto de capitão da Companhia de Cavalaria Auxiliar do Inhambupe, anexa ao Regimento da Vila da Cachoeira, de que é coronel José Pereira Brandão, vago por falecimento de Pedro Caetano da Silva, que [o] exercia, e em que vós o prouvestes por patente de 2 de outubro de 1793, a qual, sendo vista, sou servida ordenar-vos informeis com o vosso parecer. A Rainha e Nossa Senhora o mandou pelos ministros abaixo assinados do seu Conselho e do de Ultramar. José Antônio Gyrães. Lisboa, aos 16 de maio de 1799. Conselheiro Francisco da Silva Costa Leal, pelo conselheiro José Gomes de Carvalho. Francisco da Silva Costa Leal. Por decisão do Conselho Ultramarino de 10 de maio de 1799.

I.4 *Parecer de D. Fernando José de Portugal, governador e capitão-general da Capitania da Bahia, sobre o requerimento do capitão Pedro Ribeiro de Araújo (doc. I.2); 26 de novembro de 1800 (C 68, doc. 23.974)*

Senhor. Falecendo Pedro Caetano da Silva, capitão de uma das companhias do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila da Cachoeira, a qual existe em Inhambupe, provi, em seu lugar, a Pedro Ribeiro de Araújo por patente de 2 de outubro de 1793, e, como consta cumpre com as suas obrigações, me persuado de que se faz digno de obter a confirmação régia que pede, e sobre que Vossa Alteza me manda informar pela provisão *in fronte*. À Muito Alta e Poderosa Pessoa de Vossa Alteza Real Deus guarde, como havemos mister. Bahia, 26 de novembro de 1800. D. Fernando José de Portugal.

I.5 *Carta patente pela qual Francisco da Cunha Menezes, governador e capitão-general da Capitania da Bahia, nomeia Pedro Ribeiro de Araújo ajudante do Terço das Ordenanças da Vila de Inhambupe; 12 de novembro de 1805 (C 84, doc. 30.326)*

Francisco da Cunha Menezes, do Conselho de Sua Alteza Real, comendador da Comenda de São Nicolau dos Vales, da Ordem de Cristo, marechal de campo efetivo dos Reais Exércitos, governador e capitão-general da Capitania da Bahia. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que, tendo respeito achar-se por prover o posto de ajudante do Terço das Ordenanças criado na nova vila de Inhambupe, de que era capitão-mor Antônio Pereira Veloso, falecido, e confirmado por Sua Alteza Real, e ser necessário nomear pessoa que tenha os requisitos necessários para bem o servir, concorrendo estes na de Pedro Ribeiro de Araújo, esperando se haverá com bom procedimento, hei por bem de nomear, como por esta nomeio, ao dito Pedro Ribeiro de Araújo no posto de ajudante do Terço das Ordenanças da nova Vila de Inhambupe, que presentemente comanda o sargento-mor Domingos Ferreira Veloso, com o qual [Pedro Ribeiro de Araújo] não vencerá soldo da Real Fazenda, mas gozará de todas as honras, graças, franquezas, preeminências, privilégios, isenções e liberdades que lhe tocam, podem e devem tocar aos mais ajudantes respectivos. Pelo que ordeno ao dito sargento-mor comandante que lhe dê posse e juramento de que se fará averbo nas costas desta. E aos oficiais

maiores e menores de guerra e milícia desta capitania, o reconheçam, honrem, estimem e reputem por tal, e o mesmo façam os seus subordinados, cumpram, guardem e executem suas ordens, de palavra e por escrito, no que for pertencente ao Real Serviço, como devem e são obrigados, e este virá a apresentar esta confirmada, em dois anos seguintes à sua data, ou certidão de a haver entregue na Secretaria do Conselho Ultramarino para esse efeito, [sob] pena de este dar baixa deste posto, como Sua Alteza Real determina em sua Provisão de 28 de maio de 1795. Em firmeza de que mandei passar esta sob meu sinal e selo de minhas armas, que se registará nos livros da Secretaria do Estado, e nos da Vedoria Geral a que tocar. João Vaz e Silva a fez na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, aos 12 de novembro, ano de 1805. Desta doze mil réis. José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e Guerra do Brasil a fez escrever. Francisco da Cunha Menezes.

Carta patente pela qual Sua Excelência houve por bem nomear a Pedro Ribeiro de Araújo no posto de ajudante do Terço das Ordenanças da nova Vila de Inhambupe, de que é comandante o sargento-mor atual Domingos Ferreira Veloso, vago por se não ter inda providenciada a criação do mesmo terço, na forma acima expressada, e com todas as mais cláusulas da Provisão de 28 de maio de 1795.

I.6 *Requerimento do ajudante Pedro Ribeiro de Araújo ao Príncipe Regente Dom João em que solicita a confirmação régia da carta patente pela qual fora nomeado para o posto de ajudante do Terço das Ordenanças da nova Vila de Inhambupe (doc. I.5); seguido de despacho datado de 11 de maio de 1807 (C 84, doc. 30.323)*

Requerimento

Senhor. Diz Pedro Ribeiro de Araújo que o governador e capitão-general da Bahia proveu ao suplicante no posto de ajudante do Terço das Ordenanças da nova Vila de Inhambupe como consta da patente junta e, porque a mesma precisa de confirmação de Sua

Alteza Real, pede a Sua Alteza Real seja servida mandar passar ao suplicante patente de confirmação.

Despacho

Informe com o seu parecer o governador e capitão-general da Bahia, juntando cópia da ordem pela qual foi criada a nova vila do Inhambupe e um mapa da povoação compreendida na mesma vila e seu termo, declarando o motivo por que se achava por prover o posto de que o suplicante pede confirmação. Lisboa, 11 de maio de 1807.

Anexo II

Documentos referentes à carreira militar de Pedro Ribeiro de Araújo, como oficial de segunda linha, entre 1793 e 1820. Os documentos II.1 a II.4 dizem respeito a missões de que foi encarregado pelo governo da Bahia; os documentos II.5 a II.10, ao seu pedido de graduação no posto de tenente-coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, apresentado em 1817; o documento II.11, ao que tudo indica, terá sido juntado ao processo em 1820 (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império/Documentos biográficos, Pedro Ribeiro de Araújo)

II.1 *Ofício do governador João de Saldanha da Gama Melo e Torres, sexto Conde da Ponte, a Pedro Ribeiro de Araújo; 27 de agosto de 1808 (C 89, 17, doc. 29)*

Sendo informado, por representações que têm chegado à minha presença, de que se acha a Estrada da Feira até o rio Jacuípe infeccionada de vadios e malfeitores que por ela andam continuadamente fazendo roubos e ferimentos, inquietando assim a tranqüilidade, sossego e imunidade de que devem gozar os viandantes que transitam pela mesma estrada, ao quê, sendo muito necessário acorrer com uma pronta providência que ponha termo a semelhantes insultos, ordeno a Vossa Mercê que mande sucessivamente patrulhar aquela estrada por oficiais inferiores e soldados capazes da sua companhia, expedindo as patrulhas de cavalaria que julgar necessárias para rondarem a mesma estrada e prenderem aqueles malfeitores que forem achados em flagrante delito, os quais me deverão ser remetidos com uma parte exata, circunstanciada, a fim

de mandar proceder contra eles em conformidade das leis da polícia, o que hei a Vossa Mercê por muito recomendado. Deus guarde Vossa Mercê. Bahia, 27 de agosto de 1808. Conde da Ponte.

Senhor Capitão-mor Pedro Ribeiro de Araújo

II.2 *Resposta do governador João de Saldanha da Gama Melo e Torres, sexto Conde da Ponte, a uma representação de Pedro Ribeiro de Araújo, provavelmente sobre a ordem contida no doc. II.1; 5 de setembro de 1808 (C 89, 17, doc. 13)*

Respondendo à sua representação de 31 do mês passado, fique na inteligência de que as estradas devem ser patrulhadas por patrulhas compostas de dois soldados e um [oficial] inferior a cavalo, podendo estes trazer as suas pistolas nos coldres e espada à cinta, andando neste exercício; e, quanto ao embaraço que Vossa Mercê expõe, o advirto de não fazer semelhantes representações frívolas e extravagantes, pois que mais se necessita para tais diligências de pessoas capazes e de probidade do que de mancebos solteiros, que Vossa Mercê, por mais vigorosos, reputa mais hábeis, o que assim não é ordinariamente em diligências de semelhante natureza, pois que o respeito dos indivíduos nelas empregados não provém da força deles, mas sim da autoridade da qual emanaram as ordens competentes. Bahia, 5 de setembro de 1808. Conde da Ponte.

Excelentíssimo Pedro Ribeiro de Araújo

II.3 *Ofício do governador D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos, a Pedro Ribeiro de Araújo; 3 de abril de 1811 (C 89, 17, doc. 28)*

Constando-me que desde alguns dias a esta parte têm aparecido, sobre as costas adjacentes a esse distrito, alguns vasos que parecem ser inimigos, e sendo por isso necessário tomar as mais enérgicas medidas para que eles sejam gloriosamente rechaçados se se atreverem a pôr pés em terra, ordeno a Vossa Mercê que tenha a sua companhia em estado de prontidão, fazendo marchar já quinze soldados comandados pelo alferes para a Torre de Garcia d'Ávila, onde se demorarão até segunda ordem, ficando entretanto às or-

dens do tenente comandante do destacamento de cavalaria da região que se acha naquele ponto.

Ordeno outrossim a Vossa Mercê que procure com toda a eficácia vigiar os pontos dessa costa desde a Torre para o norte, na inteligência de que, havendo notícia de desembarque de inimigos em qualquer ponto dela, sem ulterior ordem minha Vossa Mercê marchará contra eles imediatamente e os baterá. Previno a Vossa Mercê que, neste caso, deverão marchar ambas as companhias de cavalaria aí imediatas, cujo comando lhe pertence em qualidade de capitão mais antigo. Deus guarde Vossa Mercê. Bahia, 3 de abril de 1811. Conde dos Arcos.

Senhor Capitão-mor Pedro Ribeiro de Araújo

II.4 *Comunicação do governador D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos, a Pedro Ribeiro de Araújo; 15 de abril de 1811 (C 89, 17, doc. 27)*

Logo que Vossa Mercê receber esta, pode recolher-se com a companhia do seu comando aos respectivos quartéis, mandando também retirar a outra companhia que mandou para o norte, ficando na inteligência de que igualmente tenho mandado retirar o piquete que foi para a Torre. Deus guarde Vossa Mercê. Bahia, 15 de abril de 1811. Conde dos Arcos.

Senhor Capitão-mor Pedro Ribeiro de Araújo

II.5 *Requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo ao governador D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos, solicitando lhe sejam passadas atestações por oficiais militares sob cujas ordens serviu; seguido de despacho do mesmo governador, datado de 4 de novembro de 1814 (C 89, 17, doc. 11; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz Pedro Ribeiro de Araújo, atualmente nomeado e empregado no posto de capitão da sexta

companhia do Regimento de Cavalaria das Vilas de São Francisco de Sergipe do Conde e de Santo Amaro da Purificação, depois de ter sido também capitão confirmado do Regimento de Cavalaria da Vila de Cachoeira e [do Corpo de Caçadores das Marinhas] da Torre, que [se] lhe faz a bem do seu direito que os coronéis José Pereira Brandão e Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, este das ditas vilas de São Francisco e Santo Amaro, e aquele de Cachoeira, bem como o coronel da Torre, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, lhe atestem cada um deles separadamente, declarando o tempo que o suplicante serviu em cada um dos seus respectivos regimentos, e os serviços e ordens em que foi empregado e que se lhe entregaram, tanto dos que foram dirigidos pelos Ilustríssimos Excelentíssimos Senhores Generais, como dos que eles mesmos coronéis [dirigiram], e se ele lhes deu ou não pronto cumprimento e satisfação. Outrossim precisa que o brigadeiro inspetor-geral lhe ateste os serviços em que achou ocupado o suplicante nas revistas da inspeção, as ordens que lhe deu e se o suplicante deu ou não pronto cumprimento às suas execuções. Assim também deseja que o ajudante de ordens Cosme Damião declare e ateste, se, quando foi por mandado de Vossa Excelência registrar as posições da guarnição que o suplicante fazia nas barras de Subaúma e de Inhambupe por ordem de Vossa Excelência, para impedir que saltassem nas praias delas as tropas das embarcações inimigas que apareceram nas ditas costas, se achou essas praias acauteladas com as providências que foram possíveis, tanto com a sua companhia, como com a do capitão João Simões de Paiva, que ele, suplicante, comandava por ordem de Vossa Excelência. Da mesma forma deseja que o tenente-coronel Manuel Henriques de Carvalho, como fiscal que foi da Feira de Capuame, lhe ateste se, no tempo em que ele existiu na dita fiscalização, servia também o suplicante no registo do Cajueiro por ordem do Excelentíssimo Senhor D. Fernando José de Portugal, governador que então era desta capitania e atualmente Conde de Aguiar, [e] se o suplicante serviu com honra e prontidão no dito lugar e dava inteiro cumprimento às ordens de que era encarregado. Pede a Vossa Excelência

se digne mandar-lhe passar as ditas atestações na forma que se quer. Espera receber mercê.

Despacho

Não precisa despacho querendo atestarem. Bahia, 4 de novembro de 1814. Estava a rubrica do Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador e Capitão-general que foi desta província, D. Marcos de Noronha e Brito.

II.6 *Atestação passada em 20 de dezembro de 1814 por José Pereira Brandão, coronel reformado do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de Cachoeira (C 89, 17, doc. 12; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

José Pereira Brandão, professo na Ordem de São Bento de Aviz, coronel reformado da Cavalaria Miliciana da Vila de Cachoeira, por Sua Alteza Real que Deus guarde. Atesto em como Pedro Ribeiro de Araújo sentou praça de capitão da companhia de Inhambupe, que então era pertencente ao meu comando em 1793, e, em 1808, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde da Ponte, passou para o Corpo de Caçadores da Torre, e em todo tempo que serviu de capitão no dito regimento que então eu comandava sempre foi um dos mais prontos e zelosos no Real Serviço, pois sempre cumpriu com os deveres da sua obrigação, que chegou a exercitar os soldados da sua companhia como se fosse tropa paga. E, sem embargo da ocupação em que se achava, registava os gados no lugar do Cajueiro por uma portaria do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Fernando, tudo gratuitamente, e nunca me constou derrota alguma no Real Serviço; e por isso foi encarregado de uma prisão do facinoroso Vicente Ferreira de Sousa, que, arrombando a cadeia da Bahia, andava perturbando os povos dos lugares por onde andava; e, distribuindo várias ordens o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Fernando para ser [Vicente Ferreira de Sousa] preso, outro nenhum o fez senão o dito capitão Pedro Ribeiro, com grande risco de sua vida, por mostrar a sua atividade e o zelo no Real Serviço; e, por me ser

pedida esta atestação, a passo em virtude do despacho do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos. Quartel da minha residência, em 20 de dezembro de 1814. José Pereira Brandão, coronel reformado.

II.7 *Atestação passada em 10 de maio de 1817 por Custódio Osório da Fonseca Pina Ferreira, major do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco (C 89, 17, doc. 16; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Custódio Osório da Fonseca Pina Ferreira, major do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, por Sua Majestade que Deus guarde. Atesto que o capitão da sexta companhia do dito regimento, Pedro Ribeiro de Araújo, tem cumprido exatamente com os deveres da sua obrigação, tanto na execução das ordens que lhe eram enviadas, como em diligências do Real Serviço incumbidas pelo excelentíssimo governo desta capitania; e tem mostrado tanto zelo no Real Serviço e aplicação a instruir-se nos elementos de tática, que ele mesmo recruta e instrui a sua companhia e a tem posto no estado de perfeição que excede a todas as mais do regimento; e não só a sua companhia, mas a quinta, oitava, nona e décima [companhias], que recrutou no tempo em que fazia as vezes de major como capitão mais antigo; e no destacamento que fez nas praias de Subaúma no ano de 1811, onde eu me achava destacado na Torre de Garcia d'Ávila, guarnecendo toda a costa por mandado do Excelentíssimo Governador, e vindo o dito capitão, que comandava um esquadrão, cumpriu exatamente todas as ordens que lhe eram enviadas, e, sendo chamado à Torre de Garcia d'Ávila pelo ajudante de ordens Cosme Damião da Cunha Fidié, saiu do seu quartel, que distava quatorze léguas, as quais andou em quatro horas, para receber as ordens que o dito ajudante lhe entregou do Excelentíssimo Governador, dando sempre provas de muito zelo e inteligência no Real Serviço; e por esta me ser pedida, passo a referida na verdade debaixo do grau do meu posto. Quartel do Papagaio, 10 de maio de 1817. Custódio Osório da Fonseca Pina Ferreira, major.

II.8 *Atestação passada em 12 de junho de 1817 por Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco (C 89, 17, doc. 10; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, professo na Ordem de Cristo, fidalgo da Casa de Sua Majestade e coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, por Sua Majestade que Deus guarde. Atesto que, sendo encarregado por ofício de 7 de outubro de 1810 pelo Senhor Inspetor-geral das Tropas Felisberto Caldeira, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, governador e capitão-general desta capitania, de alistar gente para a criação do regimento de cavalaria que tenho a honra [de] comandar, e que serviriam naquele regimento as duas companhias do Cajueiro e [de] Sant'Ana do Catu, então agregadas ao regimento da Torre, era capitão de uma delas Pedro Ribeiro de Araújo, a quem encarreguei de grande parte do alistamento, no qual se empregou com todo o zelo e atividade, e, sendo o regimento organizado em 13 de maio de 1811, foi [Pedro Ribeiro de Araújo] por mim nomeado capitão mandante, servindo neste emprego até 22 de agosto de 1814, quando foi nomeado sargento-mor Custódio [Osório da Fonseca Pina Ferreira], fazendo [Pedro Ribeiro de Araújo] todas as funções daquele posto com inteligência, zelo e atividade, recrutando todas as domingas as companhias, e, ainda depois de nomeado major e ajudante, continuou até a presente a recrutar a sexta, sétima e oitava [companhias]; além disto tem sido encarregado de outros muitos serviços na execução dos quais tem sido, digo, tem sempre dado provas de um perfeito oficial e bom vassalo. Passo esta por me ser pedida em virtude do despacho que me foi apresentado do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde Governador. [Quartel do] Pimentel, 12 de junho de 1817. Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, coronel.

II.9 *Atestação passada em 18 de junho de 1817 por Manuel Henriques de Carvalho, tenente-coronel reformado (C 89, 17, doc. 5; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Manuel Henriques de Carvalho, tenente-coronel de infantaria reformado, inspetor do Hospital dos Lázaros e superintendente da Nova Plantação de Pimenta Redonda da Índia nesta Capitania da Bahia, por Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde. Atesto que, passando eu aos sertões desta Capitania da Bahia, por ordem do Ilustríssimo Senhor D. Rodrigo José de Menezes, governador que então era da dita capitania, para estabelecer registos nas paragens mais próprias e dar todas as mais providências que precisas fossem, tanto para evitar o descaminho dos gados e os fazer vir para esta Capitania da Bahia, onde experimentavam uma considerável falta deles, como também para pôr em boa arrecadação os direitos reais, fiz estabelecer em boa ordem no lugar denominado Cajueiro, distante desta cidade vinte léguas, o registo que ali havia e de que era registador o capitão Pedro Caetano da Silva, o qual continuou no mesmo emprego por nova nomeação minha e portaria do dito Ilustríssimo Senhor; falecendo porém o dito capitão Pedro Caetano em setembro de 1793, foi provida aquele, digo, provido naquele emprego de registador seu sobrinho, o capitão Pedro Ribeiro de Araújo, por portaria do Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador que então era o Senhor D. Fernando José de Portugal, e no dito emprego se portou sempre, até novo provido, com toda a honra, zelo e fidelidade, gratuitamente, sem perceber ordenado ou outro algum interesse, cumprindo sempre em tudo as ordens que lhe eram dirigidas pelo Excelentíssimo Governador, e com grandes fadigas e despesas da sua fazenda fez não só currais para recolhimento e guarda dos gados, mas também casas-de-ranchos para os criadores e condutores dos ditos gados, e quando havia notícia que alguns se desencaminhavam para fora da estrada desta cidade, de que resultavam conseqüentemente as perdas dos direitos reais, ele marchava a buscá-los, fazendo para isso viagens aceleradas de dia e de noite, com a maior atividade e zelo em benefício do Real Serviço e do Bem Público, com cujas diligências fazia entrar para esta mesma cidade e fábricas de engenhos do seu Recôncavo de vinte a vinte e cinco mil cabeças de gado anualmente, o que melhor constava dos livros do Senado da Câmara. Atesto

mais que, passando eu da inspeção e arrecadações reais para sargento-mor de milícias do Regimento e Corpo dos Caçadores das Marinhas da Torre, da costa do norte, que compreendia vinte e seis léguas, passou também o dito capitão, no ano de 1808, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde da Ponte, com a sua companhia para o dito, e em todo tempo que eu fui sargento-mor, sempre cumpriu exatamente todas as suas obrigações com valor, honra, atividade e desinteresse, pelo que se faz digno de toda a graça que Sua Majestade lhe queira fazer; e por meio deste pedido lhe passei [esta atestação] em virtude do despacho que me apresentou do Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde Governador; e nela me assino tão somente, por não poder escrever. Hospital dos Lázaros, 18 de junho de 1817. Manuel Henriques de Carvalho.

II.10 *Requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo ao governador D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos, solicitando sua graduação no posto de tenente-coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco; seguido de despacho do mesmo governador, datado de 30 de junho de 1817, encaminhando o processo a Dom João VI (C 89, 17, doc. 3)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz Pedro Ribeiro de Araújo, proprietário do Engenho Periperi, sito no termo da vila do Inhambupe, e das fazendas de criar gado denominadas Mucambo, Dendê, Angico, Nazaré, Rodeadouro, Salgado e Poço Grande, sitas no termo da vila de Itapicuru, que, havendo duas companhias agregadas ao Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de Cachoeira, sentou o suplicante praça em uma delas no ano de 1793 e nela serviu de capitão até o ano de 1808, sendo coronel José Pereira Brandão, e, não obstante por isso, ocupou ao mesmo tempo pelo decurso de onze anos o lugar de registador, no sítio do Cajueiro, de todos os gados que vinham do Sertão para o sustento desta cidade e para o uso das fábricas dos engenhos do Recôncavo, por

portaria do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Fernando José de Portugal, então governador desta capitania, no que tudo se comportou conforme consta das atestações do dito coronel e da do tenente-coronel Manuel Henriques de Carvalho, naquele tempo inspetor da Feira de Capuame, as quais adiante oferece em primeiro lugar, sendo nesta mesma ocupação de registador que o suplicante serviu gratuitamente e com despesas da sua fazenda, a qual [ocupação] largou pelo despacho que obteve do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Francisco da Cunha Menezes, governador que então era, por se mudar o suplicante daquele lugar, entrando depois dele os seus sucessores a perceberem deste emprego o salário de cento e cinqüenta mil réis anuais. No dito ano de 1808, passou o suplicante com a sua companhia, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde da Ponte, para o Corpo de Caçadores das Marinhas da Torre, onde serviu até o ano de 1811, com exatidão constante, segundo atestação daquele tenente-coronel Manuel Henriques de Carvalho, então sargento-mor do dito regimento; e, no mesmo ano de 1811, passou com a sua companhia a incorporar-se, por ordem de Vossa Excelência, para o Regimento de Cavalaria Miliciana que de novo se criou na vila de São Francisco, em cuja praça atualmente existe, cumprindo da mesma forma com os seus deveres; e, logo na criação deste novo regimento, foi guarnecer a costa do Subaúma por ordem de Vossa Excelência, comandando não só a sua companhia como também a do capitão João Simões de Paiva, o que tudo consta das duas atestações que mais apresenta o suplicante, uma do coronel Bento de Araújo Lopes Vilas Boas e outra do sargento-mor Custódio Osório da Fonseca Pina Ferreira; e no ano de 1815 acompanhou, por ordem do inspetor-geral das tropas, ao Doutor Desembargador Baltasar da Silva Lisboa, ouvidor da comarca dos Ilhéus, para a diligência constante da sua atestação, que ultimamente oferece; e como assim mostra o suplicante o haver-se ocupado, com o procedimento individuado nas ditas atestações, do mesmo posto de capitão, a bem do Real Serviço, e do Público, desde o ano de 1793 até o presente, em que têm decorrido vinte e quatro anos

sem que tenha tido aumento de posto, e deseja ser graduado em tenente-coronel do mesmo regimento ou em qualquer outro lugar que for do agrado de Vossa Excelência, recorre e pede a Vossa Excelência se digne, em atenção ao ponderado, haver por bem de fazer ao suplicante a graça que tem suplicado. Espera receber mercê.

Despacho

Requeira imediatamente a Sua Majestade. Bahia, 30 de junho de 1817.

II.11 *Certidão de fé de ofício, datada de 25 de maio de 1820, mandada passar por Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco; precedida de requerimento e despacho datado de 21 de maio de 1820 (C 89, 17, doc. 17; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Requerimento

Ilustríssimo Senhor Coronel Comandante. Diz Pedro Ribeiro de Araújo, capitão da sexta companhia do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco e comandado de Vossa Senhoria, que se lhe faz a bem uma certidão de fé de ofício extraída de todos os seus assentos que tem nos livros mestres que servem de registo ao dito regimento, para cujo fim pede a Vossa Senhoria seja servido mandar passar a dita certidão pelo secretário do regimento na forma de estilo, pelo que espera receber mercê.

Despacho

Passe. [Quartel do] Pimentel, 21 de maio de 1820. Vilas Boas.

Certidão

Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, cavaleiro fidalgo, professo na Ordem de Cristo e coronel comandante do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, por Sua Majestade que Deus guarde. Certifico que, do livro mestre que serve de registro do regimento, consta que o suplicante Pedro Ribeiro de Araújo, filho de José Ribeiro de Araújo, com vinte e quatro anos de idade,

natural da freguesia do Espírito Santo, sentou voluntariamente praça de capitão na Cavalaria de Cachoeira em 2 de outubro de 1793, passou para o Corpo de Caçadores da Torre em 13 de fevereiro de 1808 e para este regimento em 13 de maio de 1811, tendo servido, desde o dito ano de 1793 até o dia da data desta, vinte e sete anos sem ter nota alguma em seus assentos, a que me reporto; em fé do que, para o referido constar, mandei passar a presente certidão de fé de ofício, por mim assinada e selada. Quartel do Pimentel, 25 de maio de 1820. José Patrício da Silva Lopes, secretário do regimento a escrevi. Bento de Araújo Lopes Vilas Boas.

Anexo III

Documentos referentes ao Libelo Crime e Cível de Injúria Atroz contra Luís de Almeida Maciel, apresentado por João Dantas dos Reis Portátil no juízo ordinário da vila de Itapicuru de Cima, que o recebeu em 20 de dezembro de 1811. Os textos a seguir foram recuperados a partir de certidões e cópias de documentos juntos ao processo movido por João Dantas para receber a indenização que Luís de Almeida devia pagar-lhe por determinação judicial (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Vara Cível, M 8171, doc. 1, *Autos do processo João Dantas dos Reis Portátil contra herdeiros do sargento-mor Luís de Almeida Maciel, 1811–1817*)

III.1 *Sentença do juiz ordinário das remissões da vila do Itapicuru de Cima, capitão Martinho Afonso de Mendonça; 5 de setembro de 1814*

[...] Vistos estes autos, o libelo do autor e provas dele por testemunhas e documentos, e a contrariedade do réu, de nenhuma sorte provada, mostrara-se que, falecendo Joana de Sousa Leite, mulher do réu, de quem ficaram filhos menores, dera ele princípio ao inventário dos bens do seu casal, o qual nunca finalizava, nem dera partilha aos herdeiros, no dilatado espaço de vinte e oito anos, sem ser compelido pelo respeito ao capitão-mor das Ordenanças desta vila [Luís de Almeida Maciel], até que, sucedendo o autor [João Dantas dos Reis Portátil] no cargo de juiz de órfãos dela, instado pelos herdeiros, compeliu o réu a findar o inventário e a proceder à partilha contra toda ação, quitação e repugnância do réu, que ainda pretendia postergar. E por assim proceder o

autor, o réu se inflamava, [ilegível] a injuriá-lo, tratando-o pública e particularmente por ladrão e outros nomes em vozes altas e que lhe queria roubar os seus bens, o que concludentemente juraram as testemunhas presenciais, folhas 82 verso, folhas 90 verso, folhas 102 verso, folhas 108 verso, folhas 115 a folhas 127, e folhas 133 verso. Ao terceiro artigo do libelo, mostra-se provado que as ditas injúrias foram proferidas pelo réu contra o autor por razão do ofício de juiz de órfãos e procedimento daquele inventário e partilha, em que se confirmou com a lei e rebateu a má versação do réu na retenção das legítimas dos menores por tanta extensão de anos, sem que se possa assignar outra causa à difamação que fez o réu contra o autor por não haver, até esse tempo, entre eles, outra causa de ódio ou estímulo que sempre é origem da injúria, pelo que depõem as testemunhas do autor, ao terceiro [artigo] da contrariedade e, na réplica, ao trigésimo-segundo artigo, circunstância que aumenta a gravidade da injúria por si mesma [ilegível] suposta. A natureza dos conceitos proferidos contra o autor, que exuberantemente prova a sua notória probidade e honrada conduta e público conceito e estimação, mais ofendida pelo parentesco de afinidade com o réu, por ele confessado no décimo-terceiro artigo da contrariedade, na qual, em lugar de produzir uma defesa regular, pelo contrário, quase chega a sustentar a mesma injúria com acusações outras, que mais agravam e condenam por serem escritas e repetidas em juízo, quando só devia deduzir em seus artigos fatos exclusivos e pertencentes ao objeto da ação, quais não são pela maior parte os de sua mal concebida e não provada matéria. Portanto, e o mais dos autos, condeno ao réu em quatro anos de degredo para um dos lugares da África, em duzentos mil réis para o autor e em cem mil réis para as despesas da Relação e mais custas dos autos, e apelo. Vila do Itapicuru, 5 de setembro de 1814. Martinho Afonso de Mendonça. E mais se não continha e nem se declarava outra mais alguma coisa em a dita sentença, a qual, sendo assim lida e lavrada nos autos, fora outrossim também publicada no juízo e audiência pública aos 16 dias do mês de setembro do ano de 1814 [...]

III.2 *Acórdão do Tribunal da Relação da Bahia, 24 de julho de 1815*

[...] os autos feitos conclusos à minha Relação, onde, sendo vistos e lidos pelos adjuntos da mesma, neles [os adjuntos] leram e lavraram o acórdão, do qual o seu teor e forma [são] de modo e maneira seguinte. Acórdão em Relação, etc., etc. Bem julgada foi, pelo juiz ordinário das remissões da vila de Itapicuru de Cima, a sentença folhas 145 de que se apela, a qual confirmam [os adjuntos] por alguns dos seus fundamentos, vistos os autos, com declaração porém que condenavam o réu apelante em oito anos para degredo de um dos lugares de África, em quatrocentos mil réis para o autor apelado e em duzentos mil réis para os juros da Relação e custas. Bahia, 24 de julho de 1815. Carvalho, Pedro. Doutor Araújo Tavares. E mais se não continha, nem se declarava outra mais alguma coisa em o dito acórdão, que, sendo, a mandado, lavrado nos autos, fora outrossim também publicado em audiência pública dos agravos dos 27 dias do mês de julho do ano de 1815, que, nos paços da Relação, aos feitos partes e seus procuradores fazia o desembargador juiz semanário, o Doutor João Homem de Carvalho, professo na Ordem de Cristo [...]

III.3 *Embargo apresentado em 12 de agosto de 1815 por Luís de Almeida Maciel ao acórdão de 24 de julho de 1815 do Tribunal da Relação da Bahia*

[...] Com o mais profundo respeito e veneração, o capitão-mor da vila de Itapicuru de Cima Luís de Almeida Maciel tem atendíveis e relevantes embargos ao venerando acórdão folhas 173, que confirma a sentença folhas 145 proferida contra o embargante e a favor do embargado, o sargento-mor João Dantas dos Reis Portátil, formalizando-os por esta e pela melhor forma do Direito. Consta do dito venerando acórdão que fora bem julgado pelo juiz ordinário das remissões da sobredita vila na dita sentença, folhas 145, de que se apela, por parte da Justiça e do embargante, confirmando-se-a por alguns dos seus fundamentos, vistos os autos, com declaração porém de ficar condenado o réu embargante em

oito anos para degredo de um dos lugares de África, em quatrocentos mil réis para o embargado e em duzentos mil réis para as despesas da Relação e custas, aumentando-se-lhe, por esta forma, no dito venerando acórdão, no mesmo degredo, mais quatro anos, duzentos mil réis sobre os outros duzentos mil réis para o embargado, e mais cem mil réis também sobre os outros para as despesas da Relação, além daqueles em que foi condenado na sobredita sentença. Porém o mesmo acórdão, posto que muito respeitável, admite reforma, pelo que se passa a ponderar, falando sempre debaixo da maior submissão e respeito já implorado. E, sendo necessário, *provará*, e é um princípio de Direito certo e até fundado na Lei Natural, que ninguém deve ser condenado sem ser primeiro citado, ouvido, convencido, principalmente sobre matérias criminosas, e ainda assim, procedendo-se à citação, é preciso que se facilitem ao réu todos os meios da sua defesa, porque de outra forma tanto importa não proceder à citação como fazer-se, uma vez que se impossibilitem ao mesmo réu todos os meios da dita sua defesa. *Provará*, e é outro princípio de Direito, que, para imposição final de quaisquer penas a alguém, é de indispensável necessidade que as provas do delito sejam claras e afirmadas por testemunhas fidedignas, em que não se possa pôr defeito de inimizade ou suborno contra aquele sobre quem recaem os juramentos, não sendo bastante para resultar prova dele o grande número de testemunhas, mas tão somente as suas boas qualidades e que os seus ditos assentem sobre fatos verdadeiros, certos e verossímeis, e que não se possa atribuir defeito algum contra as mesmas testemunhas. Assim *provará* que, na ação de injúria atroz proposta contra o embargante, faltou à verdade o fato injurioso atribuído pelo autor embargado ao embargante, e a este também faltaram os meios necessários para sua defesa, por se lhe impossibilitarem, como mais abaixo se irá fazendo individual declaração; e finalmente faltaram nela testemunhas fidedignas sobre a figura da injúria, porque toda a caterva das que produziu o embargado, das folhas 72 até as folhas 139, são defeituosas, subornadas e induzidas pelo embargado e até muitas delas interessadas na total ruína e

perdição do embargante. *Provará* que, fundando-se, como se funda, aquela sentença folhas 145, confirmada pelo dito venerando acórdão folhas 173, nos falsos juramentos daquelas defeituosas testemunhas para impor ao embargante penas que ali se acham e são aumentadas pelo mesmo venerando acórdão, é sem a menor questão que nem o dito julgado deve subsistir, nem recaírem no embargante penas algumas sobre a atribuída injúria, uma vez que se mostre a falsidade dos fatos dela, assim como os defeitos e subornos das mesmas testemunhas. *Provará* que, da exposição dos artigos do libelo, folhas 4, e dos da réplica, folhas 21, do autor embargado, se mostra tanto a sua má intenção e ânimo positivo de inquietar ao embargante que, para melhor poder sustentar a impostura e estabelecê-la em algum motivo, principiou a dizer que, por falecimento de Joana de Sousa Leite, legítima mulher do embargante, deixando filhos menores, começara este o inventário dos bens do seu casal; no que logo principiou o mesmo embargado a faltar a verdade, porquanto *provará* que os únicos filhos que ficaram ao embargante por falecimento da dita sua mulher Joana de Sousa Leite, foram Ana de Almeida, que depois se casou com Inácio Mendes de Vasconcelos, e Manuel Álvares de Almeida Maciel, mas estes, nesse tempo, já eram maiores, e não deu então o embargante princípio algum ao inventário dos bens do seu casal porque nisto mesmo convieram os ditos herdeiros seus filhos. Outrossim *provará* que, posto o embargante não procedesse ao dito inventário e o demorasse sem dar partilha aos ditos herdeiros, o que sem pejo confessa, foi também por consentimento e aprovação deles, não só por se achar, como então se achava, o seu casal onerado de muitos e avultados débitos, principalmente dos que procediam de dízimos de gado vacum e cavalar que comprara a Domingos Álvares Moitinho e a Pedro Caetano da Silva, os quais excediam a trinta e tantos ou quarenta mil cruzados, como também porque *provará* que a esse tempo se dificultava a liquidação das mesmas dívidas e de algumas que também se deviam ao próprio casal, o que tudo impossibilitou a factura do dito inventário e partilhas, de sorte que não só por esta urgente razão prestaram de

boa vontade os mesmos herdeiros o dito seu consentimento e aprovação para a dita demora, mas também porque lhes resultava um recrescido benefício que o embargante lhes causava conservando-se na posse dos bens do mesmo casal; porque *provará* que o embargante, tendo comprado vários dízimos e continuado a girar neles, foi pagando como se cobrasse do casal aquelas dívidas e, com os lucros dos mesmos dízimos e com o que ia cobrando do que se devia ao casal, por forma que não só o desempenhou mas até o aumentou, em grande utilidade dos ditos herdeiros, e por isso de boa vontade se conservaram quietos e contentes, sem que em tempo algum lhe requeressem, particular ou judicialmente, a factura do mencionado inventário e partilhas, e ainda mais porque *provará* que, além desta grande utilidade que resultava aos mesmos herdeiros e a seus filhos menores, principalmente por não ter o embargante outro algum mais, em razão de lhe ficarem unicamente aqueles dois filhos acima declarados, deu o embargante, por esta demora, àquele seu genro Inácio Mendes de Vasconcelos, casado com sua filha Ana de Almeida, só enquanto não pagava as sobreditas dívidas, a Fazenda do Rodeadouro com muito gado para ele e seus filhos menores desfrutarem e se haver depois respeito na partilha quando se fizesse. *Provará* que o mesmo Inácio Mendes de Vasconcelos e seus filhos desfrutaram com efeito a dita fazenda por forma que a deixaram quase destruída ao tempo que se efetuou a sobredita partilha. E não só praticou o embargante para com eles os ditos benefícios, senão que também, nos ramos de dízimos de gados daqueles sertões que comprou o mesmo seu genro a Francisco Ribeiro Pessoa, da cidade da Bahia, ficou o embargante por seu fiador e principal pagador, tanto assim que, pelo débito de seus dízimos, é executado pelo autor embargado, em qualidade de procurador do dito Pessoa, como ele vem a confirmar, a folhas 24, no décimo-quarto artigo de sua réplica. *Provará* que, por estes princípios, bem se conhece que o despeito e a prepotência arguídas pelo autor embargado ao embargante no posto de sargento-mor que exercitou e no de capitão-mor que atualmente ocupa não foram a causa da demora das ditas partilhas,

mas sim a utilidade, ponderado o bem comum do casal, por consentimento daqueles herdeiros, sempre beneficiados por todos os modos pelo embargante, e, se assim não fosse, eles o teriam muito dantes compelido para esse mesmo inventário e partilhas, assim como o vieram a fazer depois de tão comprido tempo, quando o autor embargado se achava empregado no cargo de juiz de órfãos. *Provará* e tanto mais com razão essa exagerada impostura do embargado de ser o embargante orgulhoso, despótico e prepotente e de condescenderem com ele as justiças por causa dos referidos cargos que tem ocupado; que, antes pelo contrário, foi sempre o mesmo embargante, tanto antes de exercitar esses cargos, no tempo da sua mocidade, como depois que os entrou a ocupar, de um ânimo benefiador, tranqüilo, pacífico e humilde para todos geralmente, sem que nem o posto de sargento-mor e de comandante, nem o de capitão-mor influíssem nele a mais leve sombra de soberba ou de despotismo contra pessoa alguma. Outrossim *provará* que o embargante também nunca se intrometeu nos atos de jurisdição dos juízes e mais justiças daquele território do Itapicuru, nem neles teve ascendência ou império algum em razão de ter sido sempre um cidadão honesto e muito obediente às leis do Estado, sem que jamais houvesse uma só pessoa que dele se atrevesse a fazer a menor queixa; antes, quando nele se fala, todos de uma voz publicam e afirmam a sua [ilegível] bondade e beneficência. *Provará* que o embargante, logo que foi notificado por ordem do autor para fazer o dito inventário, nenhuma repugnância mostrava nisso; antes prontamente se prestou a fazê-lo, como logo o fez, ficando também de fazer ao depois as declarações que se faziam necessárias para o bom arranjo e custo das partilhas, em razão de lhe ser preciso fazer primeiramente algumas indagações e exames de papéis e contas, o que se lhe dificultou efetuar em breve tempo e do que procedeu [ter sido] notificado primeira e segunda vez para fazer as ditas declarações e cerrar o mesmo inventário; mas *provará* que essas notificações não foram acusadas em audiência, nem se assignou termo ao embargante para cumprir os ditos atos de declarações e encerramento; e, sem estas solenidades e sem serem

lançadas estas mesmas contas, fez proceder o embargado, no dito encerramento, avaliação de alguns bens e partilhas, resultando disso que não entrou o sobredito Inácio Mendes à colação com os referidos desfrutos que ele e seus filhos tinham percebido da mencionada Fazenda do Rodeadouro, além de outros mais prejuízos que sentiu o embargante. *Provará* que, nesta evidência, ficam convencidas de falsas e afetadas as causas de que se vale o embargado, no princípio do seu libelo, sobre a demora do mencionado inventário e partilhas; e que delas se valeu sem dúvida o mesmo embargado para fazer odioso o nomeado embargante e melhor poder atribuir-lhe o fato da injúria sobre que forma sua queixa, mas *provará* que o embargante, depois de assim se efetuar o mesmo inventário e partilhas, o que unicamente fez foi queixar-se de que nelas não houvesse respeito aos desfrutos que aquele Inácio Mendes e seus filhos haviam tirado e consumido da sobredita Fazenda do Rodeadouro, por deverem entrar com todos eles à colação, pois dessa falta resultou formar-se ali, aos ditos, novo quinhão, como de fato se lhes formou com as fazendas da Licurituba e Salgadinho, a que deram valores muito baixos, e por esta causa apelou o embargante da sentença da dita partilha para o Egrégio Tribunal desta Relação, onde está pendente, porém *provará* que é inteiramente falsa a alegação que faz o embargado nos terceiros artigos do libelo e réplica, que vem a ser de que o embargante, por ser orgulhoso, colérico e enfurecido, o entrara a injuriar no público e no particular, tratando-o por ladrão e outros convícios em altas vozes; por que tal não aconteceu, nem é verossímel que acontecesse, nem o embargado o poderia mostrar senão com testemunhas de molde da sua parcialidade, subornadas e induzidas por ele, pois *provará*, além de que o embargante se acha constituído em idade de mais de oitenta e tantos anos ou noventa, é tão decrépito que já não pode andar e com muita dificuldade articula baixa e obscuramente as suas palavras, de forma que mal se perceba, e neste estado se achava ao tempo da dita partilha, por forma que apenas parece um esqueleto, ou moribundo, sem alento, expirando, impossível era que pudesse, em altas vozes e com orgulho colérico,

tratar o embargado de ladrão, maiormente quando o mesmo embargante, no tempo de sua mocidade e robustez, não foi revestido deste arguído espírito de orgulho. *Provará* que aquele motivo de se queixar o embargante necessariamente de ter ficado lesado na partilha de que o embargado foi juiz jamais pode transcender ao grau de afronta ou injúria, e se assim não fosse não se permitiriam os recursos de agravos e apelações dos juízes inferiores para as autoridades superiores daquelas sentenças de que alguém se considera lesado, como praticou o embargante sobre aquela sentença de partilha por meio da referida apelação pendente neste tribunal; antes *provará*, e é constantemente público e sabido, que o embargado fora o que, por vingança, traçara a dolosa impostura de o ter tratado por ladrão o embargante, por forma que, já antes daquela partilha, tanto se tinha declarado capital inimigo do embargante que, indo à casa deste cego de cólera, rompeu no excesso de o ameaçar em altas vozes, protestando-lhe vingança, visto porque, tendo sido preso um pardo chamado Martinho [ilegível] em cuja prisão influíra o embargado debaixo de [ilegível], o embargante, pelo contrário, favorecia ao mesmo pardo, o qual afinal triunfou, caso este que obrigou o embargado ao rompimento das referidas ameaças. *Provará* que tão certo estava o embargado de que o embargante nunca contra ele proferira o convício de ladrão que, depois de proposta em juízo esta ação, de ser contrariado o seu libelo folhas 4, e replicado pelo mesmo embargado, este procurou ao embargante na presença de outras pessoas, pediu-lhe perdão, protestando-lhe que não mais queria continuar nesta mesma ação de injúria, e passou mais a abraçá-lo ali naquele ato e a protestar-lhe que ficavam amigos, fato este que foi bem publico e notório na sobredita vila de Itapicuru. *Provará* que, a injúria uma vez remida e perdoada, ou com a reconciliação, e com a declaração expressa de que fica [a injúria] perdoada e de que nela se não quer continuar, não pode prosseguir-se mais pela mesma injúria, o que era bastante para não poder obter o embargado a sentença folhas 145 do juiz das remissões do Itapicuru, nem merecer isto a confirmação do venerando acórdão folhas 173, ainda

no negado caso de que os atribuídos fatos de injúria mencionados no terceiro artigo do libelo fossem verdadeiros. *Provará* que o embargado, além de ser revestido de um ânimo soberbo e vingativo, é rico, poderoso e tem a seu cargo várias dependências e cobranças de quantias avultadas naquele distrito da vila de Itapicuru e das mais vilas e julgados vizinhos, tem grande ascendência sobre todas as justiças, que geralmente fazem quanto ele quer, e, com mais especialidade e franqueza, o sobredito juiz das remissões Martinho Afonso de Mendonça que professou a sobredita sentença folhas 145. *Provará* que, por esta causa, é tal o temor que incutem a prepotência e a soberba do embargado naqueles povos, que com tanta facilidade acha testemunhas para jurarem tudo o que ele quer, quanto é dificultoso haver quem contra ele jure sobre fatos verdadeiros, nem ainda patrocine causa alguma em benefício de qualquer pessoa sendo contra o mesmo embargado. *Provará* que, posto o embargante a princípio conseguisse com muita dificuldade, na dita vila de Itapicuru, que Joaquim José Barbosa fosse seu advogado e, este lhe chegasse a assinar a contrariedade folhas 14, contudo, depois sendo [Joaquim José Barbosa] ameaçado pelo embargado, foi tal o temor que dele concebeu, que não quis mais continuar na defesa do embargante, antes se excusou pela carta folhas 57 verso, do que resultou não poder treplicar o embargante à mesma causa. *Provará* que nem só ficou o embargante sem aquele advogado, mas, além de não achar outra alguma pessoa que se quisesse encarregar de dar nem um só passo em seu benefício e na mesma causa, se lhe impossibilitou também produzir as testemunhas em sua defesa naquele juízo, porque todas as que tinha de produzir foram intimidadas pelo embargado, pelos seus agregados e amigos, para não jurarem, como de fato se excusaram por temerem a prepotência e vingança do embargado. *Provará* que, além desta causa, concorreu outra de não menos peso para não poder o embargante produzir testemunhas, como fosse a de se ver o embargante nas críticas circunstâncias de sair daquele distrito de Itapicuru, fazendo-se conduzir com muito trabalho e incômodo seu, em razão de seu estado decrépito, para o termo desta cidade

[Salvador], por se livrar de outras ciladas e traições que o embargado lhe preparava; primeiramente, com uma querela a pretexto do furto de um escravo, sendo verdade, [segundo] certidão folhas 66 verso, que o embargado diligenciou contra ele para o fim de juntar procurações e falhar a esta causa, [como] mostra ser-lhe feita esta mesma citação no Engenho de Jacaraconga, deste mesmo termo. *Provará* que o embargado teve rixas e disputas de grande peso, por ciúmes, com Manuel Fernandes na povoação do julgado de Jeremoabo, do que resultou ali mesmo darem-lhe um tiro na madrugada de certo dia e do que procedeu querelar o mesmo embargado do dito Fernandes, jurando na dita querela que o [re]conhecera, e de fato foi o mesmo Fernandes pronunciado e, depois de preso, conduzido à cadeia da sobredita vila do Itapicuru de Cima por Antônio de Sousa e Bartolomeu Correia, ambos da proteção do próprio embargado e que [os] tem prontos para todas as mais façanhas suas. *Provará* que, convencendo-se o mesmo embargado de que lhe sucederia maior mal continuando as perseguições contra o dito Fernandes, porque os seus parentes [disso] o avisaram, assentou ao mesmo tempo argüir quantos e mais a sua perfídia lhe podia ditar contra o embargante, e procurou o embargado meios de pôr a salvo o dito Fernandes e de imputar o dito tiro ao embargante, aliás que este lho mandara dar, de sorte que *provará* que, depois de assim estar na cadeia o dito Fernandes, o puseram de noite fora de horas aqueles mesmos condutores e agentes do embargado e o acompanharam até o levarem a salvo fora da dita vila, deixando a porta da cadeia aberta para dizerem e jurarem na devassa as testemunhas que o mesmo embargado tem de molde que o mesmo preso tinha aberto a porta da prisão com chave falsa. *Provará* que, depois de praticada essa tramóia, teve o embargado o temerário arrojo de querelar, como de fato querelou, neste juízo da Ouvidoria Geral do Crime, do embargante e de outros, argüindo estes de lhe terem dado o tiro e aquele de lho ter mandado dar, não tendo pejo de jurar falsamente na mesma querela, depois de ter jurado, na que antecedentemente dera ao sobredito Manuel Fernandes, que este fora o que lhe dera o mencionado tiro, e por

esta mesma argüída culpa está atualmente acusando ao embargante e sua mulher, conforme consta da certidão adiante junta à folhas 189, número 1. *Provará* que, na apelação da sobredita partilha com o referido Inácio Mendes de Vasconcelos e outros, é o embargado o que nela influi e a patroniza debaixo de mão oculta contra o embargante, sendo o seu mesmo advogado e [o seu] procurador os que fazem todos os atos de defesa em benefício do mesmo Inácio Mendes e mais interessados, contra o embargante, donde se conclui sem a menor dúvida que o embargado é capital inimigo do embargante e que esta mesma inimizade [ilegível] foi o que o precipitou ao criminoso absurdo de imputar ao embargante a injúria alegada naquele seu libelo. *Provará* que as testemunhas com que o embargado provou a sua impostura jamais podem merecer o menor crédito, porque a primeira, folhas 72, Pedro Nolasco de Sousa, é sobrinho do sobredito juiz das remissões [Martinho Afonso de Mendonça], dependentes um e outro do embargado, a segunda, folhas 81 verso, Antônio José de Brito, é um pardo pobríssimo e libertino, de péssimos costumes, e foi preso na vila de Água Fria pela culpa de ladrão, e o embargado o protege de tal forma que, ao fim de o ter de sua mão e conseguir dele o que quiser, lhe alcançou uma provisão de meirinho da mesma vila do Itapicuru, em que está servindo e pronto, por isso, para jurar quanto o embargado lhe ditasse. *Provará* que a terceira testemunha, folhas 90, Bartolomeu Correia Vaz, é um cabra pobríssimo, protegido do embargado e por isto metido na Fazenda do Junco; e Manuel da Silva Pinho mora na mesma casa do embargado, onde se sustenta, é de fácil conversão e costuma de tal forma perturbar-se do juízo pelo vício que tem de beber aguardente cachaça que por muitas vezes se tem achado caído e embriagado pelos caminhos. *Provará* que a quinta testemunha, Inácio Mendes de Vasconcelos, folhas 102, além de ser primo daquele juiz das remissões [Martinho Afonso de Mendonça] e muito particular amigo do embargado e protegido deste, é genro do embargante, seu capital inimigo, com quem tem trazido demandas além daquela apelação pendente de partilha, e é testemunha

certa em todas as causas do embargado; e a testemunha décima, a folhas 133, Manuel Joaquim de Andrade, é filho do dito Inácio Mendes e, posto que neto do embargante, capital inimigo deste e também testemunha certa em todas as causas do embargado, e consta ao embargante que da mesma forma prova contra este naquela querela do tiro de que o mesmo embargante se está defendendo, e é, além disto, a mesma testemunha também parte com o sobredito seu pai na referida apelação de partilhas. *Provará* que todas as mais testemunhas, a saber a sexta Francisco Julião de Brito, folhas 108, é um pardo pobre de muito fácil conversão, o qual vive de meirinhar por faculdade dos juízes, primo por bastardia do sobredito juiz Martinho Afonso de Mendonça; a sétima testemunha, Antônio dos Santos Jardim, folhas 114 verso, patrocinado do embargado, muito obrigado a este; e a oitava testemunha, folhas 121, Sebastião Mendes de Vasconcelos, é primo do sobredito juiz Martinho, compadre do embargado, cuja circunstância negou ao costume, e tem sincera amizade com o mesmo embargado. *Provará* que a testemunha João Rodrigues de Meireles vive na fazenda chamada de Sítio, em terras do embargado, [é] agregado e vizinho deste, o qual o defende e patrocina para o vencimento de uma causa de filiação que [João Rodrigues de Meireles] traz contra o casal da nora do embargante, D. Josefa Ferreira de Brito, e por isso pronto a jurar quanto o embargado quiser, de sorte que tanto esta testemunha como as mais nenhuma prova atendível podiam fazer contra o embargante, pelos notáveis defeitos acima mencionados. *Provará* que tanta inimizade [ilegível] tem o embargado Dantas ao embargante que tem protestado de o perder e destruir-lhe inteiramente a sua casa, e por isso [não] só maquinou e propôs, contra o embargante, a presente ação de injúria, mas também, depois de ter querelado de Manuel Fernandes, pelo tiro que este lhe dera na povoação do julgado de Jeremoabo, querelou com testemunhas falsas do embargante e de sua mulher, argüindo que estes lhe mandaram dar o mesmo tiro, do que resultou serem pronunciados e formar contra eles acusação o embargado, como já ficou alegado. *Provará* não só isso tem praticado o embargado, mas também,

por aversão que tem ao embargante, foi induzir a Joaquim de Sousa Maciel e a João Rodrigues Meireles para proporem uma ação de filiação e de petição de herança contra a nora do embargante, D. Josefa Ferreira de Brito, por si e como tutora de seus filhos, ao fim de se habilitarem por filhos naturais do falecido marido da dita, Manuel Álvares Maciel, filho do embargante, de que o mesmo embargado foi o próprio que [ilegível] a dita causa naquela vila de Itapicuru, [ilegível] e nela também jurou o embargado como testemunha a favor dos ditos intitulados filhos. *Provará* que tanto é isso verdade que, nesta cidade [Salvador], têm promovido todos os despachos e adiantamentos da dita causa de filiação o próprio advogado e o procurador que são do embargado naquelas causas de acusações promovidas contra o embargante, assim como o são na causa de apelação de partilhas já mencionada e pendente no Tribunal desta Relação contra o embargante e a favor do sobredito Inácio Mendes e outros, sendo o embargado o que supre a todas as ditas causas com o seu dinheiro, o que é notoriamente constante e público, e até disto mesmo se jacta o embargado. *Provará*, e para nem levemente se duvidar, que o embargado Dantas induziu os sobreditos Joaquim de Sousa Maciel e João Rodrigues Meireles ao sobredito libelo de filiação, de que o mesmo Maciel, arrependido de ter cometido na dita indução, doendo-lhe a sua consciência, fez requerimento para desistir, como desistiu pela sua parte, e pôr termo na dita causa de filiação, confirmando que por ser induzido do embargado é que entrara nela, como consta da petição e termo que adiante se juntam por certidão a folhas 192, debaixo do número 2. *Provará* que o embargante sempre foi, como fica alegado, de uma conduta regular, pacífico, humilde e beneficiador, e muito moderado nas suas palavras, e ao presente se acha em estado decrépito e quase como morto, com mais de oitenta anos de idade, o que já se mostra com as três atestações que também se oferecem adiante, a folhas 196, folhas 197 e folhas 197 verso, debaixo dos números 3, 4 e 5, e mais autenticamente se mostrará quando se tome conhecimento dos presentes embargos. *Provará* que, pelo contrário, o embargado é revestido de ânimo vingativo, soberbo,

inclinado a fazer o mal e tem tanta prepotência em todo o termo daquela vila do Itapicuru de Cima e ainda nas outras vizinhas, que obra e faz tudo quanto quer com juízes, escrivães e mais oficiais de justiça [ilegível]. *Provará* que, verificando-se assim com tanta clareza a falsidade da injúria atribuída ao embargante, a inimizade capital que lhe tem o embargado, a impossibilidade que teve o mesmo embargante de se defender e os defeitos das testemunhas que o embargado produziu contra o embargante, como já tinha ponderado este na sua alegação de folhas 171, é manifesto que não pode prevalecer a falsa prova resultante das testemunhas defeituosas do embargado e ficar o embargante privado dos termos da sua defesa, em cujos termos *provará* que, nos de Direito, o dito venerando acórdão, folhas 173, é digno de que se reforme, assim como a sentença folhas 145 do juiz ordinário das remissões, sendo o embargante absolvido de todas as penas impostas no mesmo venerando acórdão, declarando-se o embargado sem direito à proposta injúria, com condenações e custas e direito reservado ao embargante para dele haver injúria, perdas e danos. Forma pública. Com todos os protestos e cláusulas úteis, com o conhecimento de ter satisfeito o embargante as despesas da Relação, com os documentos de que se faz menção e com cinco certidões sem vício, borrão ou emenda. E custas. Francisco Pires da França. E mais se não continha e não se declarava outra mais alguma coisa em os ditos embargos.

III.4 *Artigos de habilitação de João Dantas dos Reis Portátil contra os herdeiros de Luís de Almeida Maciel; 23 de março de 1816*

[...] Por artigos de habilitação, diz o sargento-mor João Dantas dos Reis Portátil, habilitante, contra os habilitados, Maria Vitória de Sousa, viúva do capitão-mor Luís de Almeida Maciel, o capitão Pedro Ribeiro de Araújo, por cabeça de sua mulher Joana de Sousa, o irmão desta Luís de Almeida, maior de quatorze anos, a tutora sua mãe Josefa Ferreira de Brito, Manuel Joaquim de Andrade, Nicolau de Carvalho Pinheiro, tutor dos menores seus filhos, [serem] netos, bisnetos e herdeiros do dito capitão-mor

falecido, na melhor forma do Direito. E, sendo necessário, *provará* que, pendendo esta causa contra o capitão-mor Luís de Almeida Maciel, faleceu este da vida presente, e ficou na posse e cabeça dos bens do seu casal a habilitada Maria Vitória de Sousa, que com ele foi casada na forma do uso comum do Reino, e viveram sempre em união conjugal. *Provará* que o capitão Pedro Ribeiro de Araújo é casado com Joana de Sousa, neta paterna do dito capitão-mor por ser filha de seu filho Manuel Álvares Maciel, também finado, do qual é também filho, e neto daquele, o menor Luís de Almeida, de mais de quatorze anos, do qual é tutora a habilitada sua mãe, Josefa Ferreira de Brito. *Provará* que o habilitando Manuel Joaquim de Andrade é neto legítimo do dito capitão-mor falecido, por ser filho de sua filha, também falecida, Ana de Almeida, e do seu marido; e o habilitando Nicolau de Carvalho é tutor e administrador de dois pupilos seus filhos que são bisnetos do sobredito capitão-mor finado por serem filhos legítimos de sua neta Rita de tal, já morta, filha da sobredita Ana de Almeida. *Provará* que todos os habilitados netos e bisnetos do sobredito finado capitão-mor são seus necessários herdeiros; e, em nome feito por si e [por] seus tutores, têm aceitado a herança do avô e bisavô, e por isso a eles passou a instância desta causa, que contra eles deve prosseguir. *Provará* que, nos termos presentes e nos de Direito, os habilitandos se devem julgar habilitados nessa causa, para contra eles prosseguir, com os protestos e cláusulas necessários.

III.5 *Intimação feita aos herdeiros de Luís de Almeida Maciel; novembro de 1817*

Francisco Julião de Brito, escrivão do meirinho do crime desta vila de Nossa Senhora do Nazaré do Itapicuru de Cima, por [ilegível] de Sua Majestade Fidelíssima, que Deus guarde, certifico certo que, em cumprimento do [ilegível] retro e do *cumpra-se* do juiz ordinário desta dita vila, requeri em [ilegível] do falecido capitão-mor Luís de Almeida Maciel, Maria Vitória de Sousa, a viúva Josefa Ferreira de Brito, por si e como tutora de seu filho Luís, e

igualmente o mesmo Luís por ser maior de quatorze anos, e [ilegível] Manuel Joaquim de Andrade, todos herdeiros do dito falecido, para pagar [ilegível] principal do julgado e custas da sentença que a seu favor alcançou o sargento-mor João Dantas dos Reis Portátil no Tribunal da Relação contra o dito falecido [ilegível]. Vila do Itapicuru de Cima, novembro de 1817. Francisco Julião de Brito.

Anexo IV

Petição de Querela e Libelo Acusatório de João Dantas dos Reis Portátil contra Luís de Almeida Maciel e outros, 17 de novembro de 1813, peça inicial do processo por tentativa de homicídio aberto por João Dantas contra Luís de Almeida no Tribunal da Relação da Bahia. O texto a seguir é o de uma certidão dessa petição incluída nos *Autos do processo João Dantas dos Reis Portátil contra herdeiros do sargento-mor Luís de Almeida Maciel, 1811–1817* (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Vara Cível, M 8171, doc. 1)

IV.1 *Requerimento*

Diz o capitão-mor da vila de Itapicuru Luís de Almeida Maciel que, para bem de seus requerimentos, precisa que o escrivão Germano Ferreira Barreto, revendo os autos de acusação crime com culpa formada, que lhe faz o sargento-mor João Dantas dos Reis Portátil, lhe fiasse, por certidão, o teor do auto, aliás da petição de querela, com a declaração do dia, mês e ano em que foi dada contra o suplicante, sua mulher e outros, e se, outrossim, ofereceu [João Dantas dos Reis Portátil] libelo acusatório contra o mesmo suplicante e sua mulher, e se por parte destes se acha contrariado o dito libelo, e os termos em que se acha a dita causa. Pede a Vossa Senhoria se digne mandar-lhe passar a dita certidão na forma requerida. E receberá mercê.

Despacho

Passe em termos. Melo.

Certidão

Germano Ferreira Barreto, escrivão serventuário de um dos dois ofícios da Ouvidoria Geral do Crime da Relação desta cidade Bahia de Todos os Santos, por Sua Alteza Real que Deus guarde, etc., etc., certifico que em meu poder e cartório do dito ofício se acha o livro já findo, que comigo serviu para autos de querelas e denúncias e, revendo sobre o pedido na petição retro, nele, a folhas 193 verso, se acha lançado o auto de querela que o sargento-mor João Dantas dos Reis Portátil deu do suplicante, capitão-mor Luís de Almeida Maciel, de sua mulher Maria Vitória de Sousa e de outros no dia 17 de novembro de 1813, e no dito auto a petição do teor seguinte. *Petição.* Diz João Dantas dos Reis Portátil, sargento-mor das Ordenanças da Vila de Itapicuru de Cima, que, declarando-se ser público e capital inimigo do capitão-mor Luís de Almeida Maciel e de sua mulher Maria Vitória de Sousa, por contendas judiciais e outras intrigas, abortou o seu [destes] ódio mandar tirar a vida ao suplicante, e, para esse fim, ambos, em conspiração e tratado com seu vaqueiro José de Araújo Lima e o mulato Clemente José Leite, liberto do primeiro suplicado, tentaram matar ao suplicante, de cujo tratado foi avisado [o suplicante] por João Manuel Barbosa de França, que em casa dos suplicados se achava enfermo. Para a execução do assassinato, no dia 17 de junho do presente ano de 1813 se dirigiu o dito José de Araújo ao lugar da mata de Simão Dias, lugar onde vivem facinorosos que são procurados para matar. Ele, por mandado dos suplicados, ajustou-se com o mulato José Custódio, matador por ofício, para matar ao suplicante quando estivesse na pista dos seus gados pelo sertão; e [ilegível] o dito José Custódio, na sanguinária e infame convenção, convidou para o acompanhar a Vitorino de tal, com promessa de certo prêmio; e, pondo-se ambos a caminho para a execução, voltaram ou revoltaram arrependidos; porém, tornando o suplicado José de Araújo a repetir o chamado, foi sempre só o dito José Custódio a executar o mandato, para o que esteve escondido no sítio da Gameleira, de Ana Josefa, até o dia 8 de agosto,

onde com ele veio assentar-se o sobredito mulato Clemente [ilegível]. Ao amanhecer, no dia 9 do mesmo agosto, achando-se o suplicante no julgado de São João do Jeremoabo, e saindo a más horas fora da casa em que estava aposentado, a certa necessidade, os suplicados José Custódio e Clemente José, que o esperavam ocultos, lhe dispararam um tiro de bacamarte ou pistola, com a qual lhe cravaram ambos uma bala, com o que lhe fizeram os perigosos ferimentos que refere o corpo de delito junto, de que dificilmente escapou da morte e ainda está em perigo dela [ilegível]. Foi o suplicante avisado por João de tal, no dia 4 de agosto, que ele [José Custódio], o assassino mandatário, vinha àquele aleivoso fim, e o próprio José Custódio publicou, em uma capela daquele lugar de Simão Dias, que ele fora que disparara o tiro no suplicante e, na volta, apareceu com dois cavalos e com dinheiro, que em prêmio do assassinato recebera dos mandantes, que mais se confirmou serem o dito capitão-mor e sua mulher dita Maria Vitória de Sousa, porque esta, no dia em que recebeu o aviso de ter chegado o dito José Custódio, mostrou extrema, desusada, alegria, notada por muitas pessoas que na sua casa estavam. Até mandou pedir alvíssaras a sua particular amiga e confidente Rosa de Macedo, a quem teria participado o seu danado intento, de forma que é hoje notório e constante serem ela e seu marido os mandantes do delito [ilegível]. O suplicante, persuadido por muitas pessoas do dito lugar de Jeremoabo que o seu ofensor fora Manuel Fernandes e um pardo carpina seu amigo, chegou a proceder criminalmente contra eles, iludido pelas ditas pessoas cujo fim veio depois a saber [ilegível]. O dito emissário José de Araújo, além de ser havido no dito lugar por ostentar de valente, tem nele parentes e amigos que quiseram encobrir o seu delito, fazendo-o imputar a outro. Porém, porque se tem descobrido os verdadeiros culpados e o caso é de querela, o quer o suplicante propor contra o sobredito capitão-mor, a sua mulher e o seu vaqueiro José de Araújo, José Custódio e Clemente José Leite, seu liberto, sócios e concorrentes, para aqui nomear testemunhas e requerer que Vossa Senhoria, na sua presença, pelo médico e cirurgião da Relação,

mande proceder a novo exame nas cicatrizes, que ainda existem, para melhor certeza do crime. Pede a Vossa Senhoria lhe faça mercê mandar que, distribuída esta, se proceda ao exame, e, quanto ao suplicante, se lhe admita sua querela, e, proferida a pronúncia, se passem as ordens necessárias para serem presos os suplicados. E receberá mercê.

Anexo V

Documentos e textos referentes às demandas que opuseram Pedro Ribeiro de Araújo e João Dantas dos Reis Portátil entre 1816 e 1827

V.1 *Petição de Pedro Ribeiro de Araújo ao governador da Bahia D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde dos Arcos; seguida de despacho do mesmo governador, datado de 30 de abril de 1816 (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Documentos sobre a Bahia, II, 33, 24, 37, 1º doc.)*

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. A Vossa Excelência humildemente prostrado, o capitão Pedro Ribeiro de Araújo representa que, em razão das continuadas violências e despotismos praticados por João Dantas dos Reis no distrito da vila do Itapicuru de Cima e em outros vizinhos contra os seus moradores, dos subornos feitos às justiças e nos atos de eleições de oficiais das câmaras, do que tudo tem resultado e resultam funestíssimas conseqüências, recorreu a Vossa Excelência em agosto do ano próximo passado de 1815, por uma sua petição, para que fosse servido dar as providências que lhe parecessem justas, ao fim de se remediarem tão grandes males. Foi Vossa Excelência servido, por seu respeitável despacho, posto no alto da dita petição, mandar que fosse remetida ao Doutor Ouvidor da comarca para, em correição, dar as providências.

A esse tempo, achando-se nesta cidade [Salvador] o dito Doutor Ouvidor, onde se demorou sem ir em correição, lhe não entregou por isso o suplicante o dito requerimento. E como nesse ínterim continuasse o suplicado a praticar aquelas suas costumadas

violências, com gravíssimo vexame dos povos, tornou segunda vez o suplicante, com outro novo requerimento de petição, à presença de Vossa Excelência, em novembro do dito ano, representando nele outros mais fatos criminosos do suplicado, além dos que tinha individuado naquele primeiro, pedindo se servisse mandar proceder a devassa pelo mesmo Doutor Ouvidor da comarca, ou por outro qualquer ministro desta Relação, obrigando-se o suplicante a pagar toda a despesa da mesma devassa no caso de não ficar nela criminoso o suplicado, e neste mesmo requerimento foi Vossa Excelência servido proferir o venerando despacho remetido ao Doutor Corregedor.

Ainda depois disto se demorou o mesmo Doutor Corregedor nesta dita cidade sem partir para aquela vila, e contudo lhe fez logo entregar o suplicante o dito requerimento e despacho no princípio de janeiro do corrente ano, por se dizer então que ele estava a partir de correição brevemente para o mesmo sertão do Itapicuru, o que só fez em meio do mês de março, vindo então o próprio suplicado João Dantas pessoalmente buscá-lo com todas as cavalgaduras e matuletagens precisas para a condução e caminho.

Nesta viagem, passando o dito Doutor Corregedor pela vila de Inhambupe, não fez ali correição nem se demorou nela, mas sim prosseguiu para diante acompanhado sempre do suplicado Dantas, até chegar àquela vila de Itapicuru, onde se aposentou na casa da Câmara, e ali se meteu com ele o mesmo Dantas, onde ambos ficaram residindo, almoçavam, jantavam e ceiavam juntamente, sendo tudo dado e subministrado pelo suplicado.

Logo depois de ali se achar o dito Doutor Ouvidor, lhe fez o suplicante requerimento para tirar a dita devassa, nomeando-lhe vinte e duas testemunhas, além das que já tinha individuado nos requerimentos feitos a Vossa Excelência, ao que lhe pôs por despacho que, em devassa, se não costumavam nomear testemunhas, cujo requerimento e despacho veio à presença de Vossa Excelência junto com outro do povo pedindo nele para não ser o mesmo suplicado provido no posto de capitão-mor, que pretende com

todo o empenho, o que também foi Vossa Excelência servido mandar remeter ao mesmo corregedor.

Então primeiramente procedeu ele a um sumário de testemunhas sobre o que, contra o suplicado, tinha requerido o suplicante, no qual só este sabe de duas testemunhas que juraram, a saber, Florêncio da Rocha Pinto e Lourenço Moreira da Rocha, que, induzidos pelo suplicado, juraram em abono deste no dito sumário, a tempo que o mesmo Lourenço Moreira tinha, antecedentemente, dado dois juramentos contra ele, um na denúncia que do mesmo dera Manuel Piedade Costa no Juízo da Chancelaria e outro nos autos de acusação que fazia Antônio Cipriano, induzido pelo próprio suplicado, contra Manuel da Cunha Neves, escrivão que era da vila de Itapicuru, do que, sendo verdadeiro, apresentará o suplicante certidões.

Em segundo lugar, procedeu na devassa de correição e, posto que mandasse fixar editais para nela irem jurar os que soubessem dos fatos criminosos dos juízes, escrivães e mais oficiais de justiça, contudo os meirinhos só notificaram para jurar na má devassa aqueles homens que positivamente eram mandados pelo suplicado João Dantas, e, posto que aparecessem outros muitos que os ditos oficiais podiam notificar e que até tinham vontade de ser notificados, por se não atreverem, sem isso, [a] jurar pelo temor que tinham do suplicado, os meirinhos os não notificavam, por não serem dos que mandava o suplicado positivamente para o abonarem e escurecerem os seus gravíssimos crimes.

Fixada que fosse a dita devassa de correição, saindo daquela vila o dito ministro para o Sítio Mucambo, a fazer o inventário dos bens do falecido capitão-mor Luís de Almeida Maciel, logo na sua retirada para a mesma vila o veio esperar em caminho, acompanhado de outras pessoas, o suplicado, e este o levou para a sua casa e fazenda denominada do Camuciatá, onde pernoitou na noite do dia sábado 20 do corrente abril e ali se demorou até a manhã do dia segunda-feira 22 do mesmo abril e, saindo dali com todos os camaristas, juízes e outras muitas pessoas que o suplicado tinha

congregado, partiram para a mesma vila a fazer as nominatas do capitão-mor, ao fim de tudo se dispor para que fosse nomeado o suplicado, cujas nominatas se fizeram com efeito naquele mesmo dia 22 deste abril.

Tal foi a indulgência com que se procedeu naquela devassa de correição que, achando-se muitos dos que têm ocupado e ocupam os lugares da Justiça culpados em erros dos seus ofícios, nenhum deles saiu criminoso por serem todos da criação e partido do suplicado Dantas, tanto mais culpado do que eles. Servindo ainda atualmente o ofício de tabelião Cosme José de Castro, este, respondendo ao alvará de folha corrida que alcançou José Valentim para se lhe falarem as suas culpas ao fim de poder tirar carta de usança de juiz ordinário da mesma vila do Itapicuru, passou certidão de que não achava culpas do mesmo José Valentim no seu cartório, nem no de seu companheiro, por quem servia, como consta da certidão adiante junta em primeiro lugar, passada pela circunscrição da Conceição, quando era certo que o próprio José Valentim de Sousa se achava culpado pelo mesmo cartório do dito tabelião, e os autos da culpa existentes no Tribunal desta Relação, para onde subiram aprovados por parte da Justiça, sem que ainda se tenha confirmado a sentença proferida naquele juízo ordinário a favor do referido José Valentim, o que depois certificou este misterioso tabelião na certidão por ele mesmo passada em 9 do presente abril, que adiante oferece o suplicante em segundo lugar. E contudo, à vista de uma falsidade tão manifesta, não ficou culpado o tal escrivão, porque deste, e de outros sem qualidade, precisa o suplicado para vexar os povos.

Por esta forma, vai triunfando o suplicado por não ser punido, nem os seus parciais e sócios nos crimes, e, confiado nisto e na sua riqueza e prepotência, já ameaça e protesta vingar-se contra todos os que se assinaram na representação feita a Vossa Excelência, cujas assinaturas lhe não são ocultas, nem tudo mais que se faz na correição, por isso que está sempre ao lado do dito corregedor com grande união e amizade. Mas, como não interessa à República que

os delitos não fiquem impunidos, nem os criminosos e perturbadores da paz e sossego sem o devido castigo, e interessa a conservação e sossego dos povos que vivem à sombra das leis e do Sumo Imperante, cujo lugar Vossa Excelência representa nesta capitania, recorre o suplicante outra vez a Vossa Excelência para que se digne mandar proceder à devassa contra o suplicado por um magistrado reto e imparcial desta Relação entre os quais é bem conhecida a inteireza dos desembargadores Agostinho Petra de Bittencourt e Cipriano Dionísio da Silva e Azevedo, oferecendo-se desde já o suplicante a pagar as despesas da mesma devassa, no caso de nela não ficar pronunciado o suplicado. Pede a Vossa Excelência se digne, em atenção ao ponderado, mandar proceder à dita devassa, como o suplicante requer. Espera receber mercê. Pedro Ribeiro de Araújo.

Despacho

Não tem lugar. Bahia, 30 de abril de 1816. Conde dos Arcos.

V.2 *Representação de Pedro Ribeiro de Araújo ao Rei Dom João VI; provavelmente de 1816 (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Documentos sobre a Bahia, II, 33, 24, 37, 2º doc.)*

Senhor. À Real Presença e Soberania de Vossa Majestade, vem Pedro Ribeiro de Araújo, por si e em nome dos miseráveis povos da vila e sertão do Itapicuru de Cima, comarca da cidade da Bahia, oprimidos das continuadas violências, vexames e despotismos praticados por João Dantas dos Reis Portátil, atual sargento-mor das Ordenanças da dita vila, buscar um pronto remédio para ficarem cessando tantos males e poderem os mesmos povos gozar da tranqüilidade e sossego de que gozam todos os mais fiéis vassalos que têm a felicidade de viver à sombra das leis de Vossa Majestade, visto que se lhe tem fechado todas as portas dos recursos ordinários pelas autoridades constituídas para a inteira observância das mesmas leis.

Tendo conseguido o suplicado vários procuratórios de comerciantes da dita cidade da Bahia para cobranças e arrecadações de cabedais

avultados no termo da dita vila e nos das outras vizinhas, com o que se acha na possessão de muitos bens, e adquirido forças para abusar dos deveres de homem e de vassalo fiel, como de fato tem abusado, pratica por isso os mais execrandos e violentos absurdos. Ele [se] tem arrogado, naquela vila de Itapicuru, na de Inhambupe' e no julgado de Jeremoabo, todo o poder e autoridade, governando a seu arbítrio as justiças, e quase sempre ocupa os lugares de juiz ordinário e de juiz de órfãos da dita vila de Itapicuru e, nos triênios que se metem em meio, sempre faz [com] que, nessas serventias e nas dos oficiais da Câmara, sejam metidos os seus parentes, amigos e pessoas que dele tenham dependência, para assim fazer tudo quanto quer.

Na serventia do cargo de juiz de órfãos, tem posto em praça bens até de raiz dos mesmos órfãos, fazendo-os arrematar para si interpostas pessoas e por preços diminutos e enormemente lesivos, ficando possuindo uns à vista e face de todos e fazendo dádiva e traspasso de outros a diversas pessoas.

Por meio dos ditos procuratórios de ricos comerciantes daquela cidade [Salvador], no que faz o maior ramo dos seus negócios, tem praticado injustiças escandalosas; porque, nas execuções dos devedores, fazendo [com] que os bens penhorados sejam avaliados por diminutos preços, ele tem tanta autoridade e poder que chega a intimidar a todos e quaisquer pretendentes para não lançarem nesses bens em praça, o que de fato consegue facilmente por se temerem [os pretendentes] de que lhes maquine as suas perdições, do que resulta serem adjudicados [os bens penhorados] aos credores seus constituintes por menos a quarta e quinta parte dos seus valores, resultando toda esta vantagem em benefício do próprio suplicado, que os vem a comprar fiado aos mesmos seus constituintes por aqueles lesivos preços das adjudicações, de sorte que se tem feito senhor de várias propriedades de fazendas de gados e escravos que está possuindo.

Em uma ocasião [em] que ele servia de juiz ordinário, pondo-se em praça, pelo Juízo dos Ausentes, um escravo que o mesmo

suplicado queria para si e tinha feito avaliar pelo diminuto preço de quarenta mil réis, valendo mais de cem [mil réis], lançou nele João Antônio outros quarenta mil réis àqueles da avaliação e se assignou o mesmo lance nos autos, porém o suplicado, logo depois disto, tomando da mão do porteiro os ditos autos, rasgou aquele lance e atirou com ele no chão, o pisou aos pés, mandando prender e meter de tronco de pescoço na cadeia o dito João Antônio, onde esteve todo o dia até que, por muitos rogos, o soltou, ficando sempre o suplicado com o referido escravo que ainda hoje possui, e é seu lambiqueiro.

É o suplicado falso de temor de Deus, desonestador e desacreditador de casas honradas, de donzelas, casadas, viúvas e, intentando corromper e deflorar a filha do capitão José Maria de Sousa, este vindo neste conhecimento evitou os meios dessa depravação e tratou de casar, como logo casou, a dita filha, de cuja ação virtuosa e louvável imediatamente protestou o suplicado vingar-se e, de fato, sabendo que o dito capitão José Maria de Sousa era devedor a Francisco Ribeiro Pessoa, morador na dita cidade da Bahia, por compra de dízimos, conseguiu deste procuração para executar, como executou, o dito capitão.

E nesta execução se comportou o suplicado com tanta desenvoltura que, fazendo-lhe penhorar duas fazendas de gados e escravos, sendo avaliados cada boi e vaca a seis mil réis e coberto o valor de cada cabeça destes com um vintém sobre a sua mesma avaliação por licitação de Luís Antônio dos Reis em praça, se não aceitou este lance pelas maquinações e prepotência do suplicado, ao fim de serem adjudicados, como foram, ao dito seu credor, por quatro mil réis cada cabeça e os escravos por muito mais lesivo valor.

Depois de praticada pelo suplicado esta malignidade, ficando viúva a filha daquele capitão, da qual a esse tempo era o mesmo suplicado compadre, a foi buscar na sua casa e, conduzindo-a para perto da sua Fazenda do Camuciatá, em que mora com sua mulher, ali se concubinou com a dita comadre, onde a conserva por sua manceba teúda e manteúda com geral escândalo dos povos.

Aquele mesmo injusto procedimento praticado nas ditas execuções praticou também o suplicado com o capitão Antônio José de Sousa, com a viúva Maria José, com Januário Cardoso e outros e, ultimamente, com Luís de Almeida Maciel, capitão-mor da dita vila de Itapicuru de Cima.

Pois, tendo ele ajustado a sua Fazenda Quixabá e os gados dela com o capitão Francisco Xavier de Souza a preço de seis mil réis cada uma cabeça para pagamento de uma fiança de dízimos a que se tinha obrigado ao sobredito Francisco Ribeiro Pessoa pelo tenente Inácio Mendes de Vasconcelos, a esse tempo forjou o mesmo suplicado dois falsos crimes ao dito capitão-mor, de sorte que, vendo-se este na necessidade de cuidar em conseguir carta de seguro, desamparando a sua casa no dito distrito de Itapicuru, se sujeitou com suma dificuldade, por exceder então à idade de mais de oitenta anos, a fazer uma laboriosa viagem para aquela cidade da Bahia no fim de tratar da dita segurança para se defender solto.

Desta ausência do dito capitão se valeu o suplicado para lhe fazer avaliar os gados da dita fazenda pelo diminuto preço de cinco mil e quinhentos [réis] e, usando dos seus costumados despotismos e prepotência para que ninguém se atrevesse a lançar neles em praça, o que assim conseguiu, fez com que se adjudicassem os mesmos gados ao dito seu credor Pessoa por quatro mil cento e vinte e cinco réis a benefício da lei, prejudicando por esta forma enormemente ao referido capitão-mor.

Falecendo, na povoação do julgado de Jeremoabo, Antônio Feliciano, tentou o suplicado abusar desonestamente da viúva sua mulher, D. Maria de tal, a qual repugnando admiti-lo, tratou de conseguir procuração, ou compra, para dela cobrar uma dívida que o dito seu falecido marido devia na dita cidade da Bahia e, de fato, depois de conseguir esta procuradoria, ou comprá-la, lhe foi fácil também conseguir o seu desonesto intento com a promessa de a não executar, e se introduziu dentro da casa da própria viúva. Esta já então se achava tratada para casar com Manuel Fernandes, escrivão do dito julgado de Jeremoabo, de sorte que, indo [Ma-

nuel Fernandes] à casa da mesma viúva, ali foi atacado e desfeiteado fortemente pelo suplicado e seus cunhados Francisco Gonçalves e João Bernardo, do que resultou ser [o suplicado] esperado pelo dito escrivão e um pardo forro que o acompanhou, e ali, ao sair, lhe dispararem um tiro de arma de fogo. Imediatamente querelou o suplicado dos ditos dois e os fez prender pelas justiças do mesmo julgado, de onde os fez remeter acorrentados e manietados para a cadeia da sobredita vila de Itapicuru, onde tem todo o poder e ascendência.

Ali os fez reter o suplicado vários dias, mas, a rogar daquela viúva, para que a não infamasse por aquele modo, lhes facilitou os meios de fugirem da dita cadeia em uma noite, fazendo-lhes subministrar cavalgaduras e selas para se retirarem. Depois de praticada esta indulgência, partiu o suplicado para aquela cidade da Bahia, onde, depois de ter jurado em Jeremoabo a referida querela contra os verdadeiros agressores, querelou na Ouvidoria Geral do Crime, pelo mesmo fato, do sobredito capitão-mor Luís de Almeida Maciel, velho de mais de oitenta anos, de sua mulher D. Maria Vitória de Sousa, velha de setenta anos, de José de Araújo, de Clemente José e de José Bernardo, argüindo que estes três últimos lhe deram o dito tiro por mandato dos dois primeiros.

Por essa falsa impostura, sustenta o suplicado uma rigorosa acusação contra os ditos inocentes (entre os quais já é falecido aquele capitão-mor), unicamente confiado em testemunhas falsas e em provar tudo quanto intenta, e desgraçado daquele que não jurar aquilo mesmo que ele mandar, porque imediatamente é derrotado e perdido pelo suplicado, ao qual se proporcionam todos os meios que ele intenta para a perdição de qualquer.

Denunciando Manuel da Piedade Costa no Juízo da Chancelaria da dita cidade da Bahia contra o suplicado por erros de ofício que este cometera naqueles empregos de juiz, mandou o mesmo suplicado forjar nas justiças da dita vila de Itapicuru uma devassa pela morte da mulher do dito Manuel da Piedade Costa, imputando a este que a tinha morto com veneno, quando aliás tinha morrido

de doença natural, o que era constante a todos os vizinhos sem que houvesse a mais leve sombra ou presunção remota de que o mesmo Costa tivesse concorrido para a morte da mesma sua mulher, a quem muito amava.

Derrotou também o suplicado ao advogado Francisco José Pereira Rego, ao qual criminou argüindo-lhe que havia morto a uma sua escrava, tendo [a escrava] aliás morrido de doença, o que era constantemente sabido, e mostrando-se por isso livre e sem culpa o mesmo advogado por acórdão do Tribunal da Relação daquela cidade [Salvador]; foi tal a malevolência do suplicado que, logo que assim o viu livre, induziu a um seu parcial para dele denunciar por inconfidente.

Igualmente derrotou e perdeu o suplicado a Lourenço José com crimes falsos, o qual, por se ver impossibilitado de bens para se defender e por teima, orgulho e prepotência do suplicado, escolheu o meio de perder a terra e de fugir, como fugiu, para o Piauí. E da mesma forma criminou com imposturas falsas e com testemunhas de viveiro a Manuel da Cunha Neves, tabelião que foi daquela vila do Itapicuru, e isto porque, sendo honrado, imparcial e exato no seu ofício, não quis condescender com as finalidades que o mesmo suplicado queria que ele fizesse, de cujas imposturas se mostrou o mesmo tabelião livre; porém ficou derrotado de bens.

Soltou o suplicado da dita cadeia de Itapicuru uma mulher com crime de morte a pretexto de ir parir por se achar prenhe, a qual por essa forma escapou de ser punida sem que mais fosse procurada. É tal a prepotência do suplicado que ele, e sua mulher e filho Inácio dos Reis, soltam de poder despótico todos os presos que entram naquela cadeia que são do seu coloio e proteção, tendo arrogado a si [o suplicado] tanto poder, que não só rege absolutamente e como é da sua vontade as justiças da mesma vila, mas também as das outras vizinhas, sendo até despótico com os vigários, e, àquele que lhe não quadra por querer fazer as suas devidas obrigações, lhe forma logo falsos crimes, e o deita dali fora,

porque nada lhe custa em razão de ter testemunhas de viveiro que jurarão tudo quanto quer.

Chegam a tanto o excesso do despotismo do suplicado e o abuso que faz dos miseráveis povos que, quando quer fazer qualquer tentativa ou falsidade, vai pelas casas dos moradores com um papel em branco, obrigando-os a que se assinem nele, o que de fato consegue porque, atemorizadas estas pessoas dos insultos e violências do suplicado e para não ficarem perdidas, se sujeitam a fazer estas assinaturas sem saberem o fim para que se dirigem, e por cima delas fabrica [o suplicado] os escritos que bem lhe parecem para fazer mal a outros, ou para passar atestações falsas ao fim de se purificar e acreditar com os governos e autoridades das justiças.

Por este modo tem atemorizado de tal modo os povos, que todos vivem desgostosos, tendo desertado muitas pessoas e, outras estão vendo próxima a sua ruína, muito mais porque o suplicado é tão soberbo e vaidoso que até se jacta de que tem a seu favor todas as autoridades das justiças. Mandando Pedro Cardoso matar o seu vaqueiro Feliciano Primo, homem casado, pobre e carregado de filhos, se valeu o dito agressor, depois de cometido o dito assassinato, da mulher do suplicado para mandar, como mandou, ao juiz ordinário do sobredito julgado de Jeremoabo, que era o capitão Joaquim Manuel, para que tirasse a devassa de forma que nela não ficasse culpado o dito agressor.

Mas, como este caso fosse público, e sabido por todos, o dito juiz, temendo-se dos insultos do suplicado, e não querendo sacrificar o seu crédito e faltar à justiça, tomou o partido de largar o julgado e subir para o Sertão a pretexto de negócio seu, de sorte que, tomando a si o outro juiz companheiro, que era Pedro da Gama, a diligência da dita devassa, este, por ser também rogado para praticar aquela indulgência, fez tudo quanto o suplicado e sua mulher lhe ordenaram.

Este procedimento e falta de administração de justiça obrigaram a viúva do dito morto a queixar-se por um requerimento de peti-

ção ao governador daquela cidade da Bahia, o qual pondo por despacho que fosse remetido ao corregedor da comarca, este com efeito pronunciou na mesma devassa o dito matador, que foi posto no rol dos culpados; porém o suplicado, em tudo despótico e mal intencionado, auxiliou ao mesmo matador para querelar, como querelou, perante o próprio corregedor da comarca, de todos os parentes da dita viúva, argüindo-lhe o incêndio de uma pequena senzala coberta de palha, sendo aliás o mesmo matador o que incendiou para atribuir o mesmo incêndio aos ditos inocentes, sendo testemunhas desta falsa querela um cunhado e dois primos do mesmo matador.

Eis aqui, Senhor, quais são os procedimentos do suplicado: oprimir os povos, fomentar discórdias, argüir imposturas e falsos crimes, perseguir a inocência, extorquir por tramas e meios indecentes os bens alheios, valer-se de terceiras pessoas para perseguir outras com causas injustas, crimes e cíveis, induzir e subornar testemunhas para jurarem falso, subornar os oficiais de justiça com festas e dádivas para truncarem e falsificarem autos e passarem instrumentos e falsas certidões e ainda para darem as sentenças a seu favor, ou daquelas pessoas da sua proteção ou que embandeira para perseguirem outras; faz timbre em ser respeitado e temido e é, por fim, um monstro e perseguidor da humanidade, sem exceção de pessoa, qualidade, ou sexo.

E por continuar [o suplicado] cada vez com maior excesso nestes execrandos crimes e fazer esforço de conseguir o posto de capitão-mor das Ordenanças da mesma vila de Itapicuru por falecimento do sobredito Luís de Almeida Maciel, requereu não só o suplicante, como também o povo da própria vila ao conde governador daquela cidade da Bahia para mandar proceder a uma devassa contra o suplicado; e se bem se servisse [o conde governador], com a retidão e inteireza que costuma, mandar remeter esses requerimentos ao corregedor da comarca para administrar justiça, nenhuma providência deu o dito ministro para fazer cessar os clamores do povo.

Esta mesma falta de providência e os motivos que transtornaram toda a ordem da verdade deram ocasião a que o suplicante recorresse ultimamente ao sobredito conde governador da mesma cidade, por meio do requerimento que adiante oferece, pedindo se servisse mandar proceder à devassa contra o suplicado por um magistrado reto e imparcial, designando-lhe nele dois em que o suplicante reconhecia estas boas qualidades. Porém, talvez porque o dito governador se persuadisse [de] que só [a] Vossa Majestade pertencia dar reta providência, não deferiu ao suplicante, e lhe deu o despacho que se vê no alto da dita petição, que é "não tem lugar".

Por estes justos motivos chega o suplicante ante o Real Trono a procurar de Vossa Majestade a providência, o que é próprio de todo o vassalo que se vê oprimido sobre a terra quando as autoridades constituídas para administrar justiça faltam aos seus deveres, em cuja atenção espera da Alta Grandeza e Soberania de Vossa Majestade, como Senhor, Pai e Protetor dos seus fiéis vassalos, se digne mandar proceder a uma devassa contra o suplicado por um ministro imparcial, ou determinar que o mesmo conde a mande tirar por qualquer ministro da dita Relação da Bahia que ele eleger, e que, durante a mesma devassa, seja o suplicado mandado despejar para fora do termo e comarca, para evitar o suborno de testemunhas e para, outrossim, poderem jurar com liberdade e sem receio as que souberem dos fatos criminosos do mesmo suplicado. Espera receber mercê. Pedro Ribeiro de Araújo.

V.3 *Auto de justificação de João Dantas (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, M 8154, doc. 7,* Pedro Ribeiro de Araújo contra João Dantas dos Reis Portátil, Itapicuru, 1816–1817*)*

Diz João Dantas dos Reis Portátil, sargento-mor das Ordenanças da Vila de Nossa Senhora de Nazaré de Itapicuru de Cima, que ele quer justificar, perante Vossa Mercê, os itens seguintes. *Item* que é branco, casado, natural desta mesma freguesia e termo, das principais famílias dele, onde tem residido com louvável comportamento, manso, pacífico, de bons costumes, amante do sossego

público, afável para os povos, com os quais sempre tem vivido em boa harmonia, sem que vexe pessoa alguma com prisões nem outros alguns despotismos. *Item* que serviu o cargo de capitão das mesmas Ordenanças, e agora o de sargento-mor, que exerce há mais de dez anos, sem nota no seu procedimento, pronto e exato no serviço de Sua Majestade. *Item* que é temente a Deus, de muito boa religião e costumes, isento do alheio, não é revoltoso e nem comprou dívidas alheias para vexar os povos e assenhorear-se dos seus bens, mas antes tem favorecido e favorece a muitos e por isso é amado dos povos deste termo e de outros. *Item* que não costuma subornar as justiças do termo desta vila do Itapicuru, nem de outra alguma vila, e nem com elas se intromete, senão nas ocasiões em que tem servido de juiz ordinário e de órfãos, no que é vitalícia a sua jurisdição, com a qual nunca vexou pessoa alguma, nem lhe tirou seus bens. *Item* que tem toda a capacidade para exercer o emprego de capitão-mor das Ordenanças deste termo, ou qualquer outro emprego da governança que lhe seja conferido, tanto pelas suas qualidades e bens, como pelo zelo e atividade com que se costuma empregar no serviço de Sua Majestade. *Item* que não é perturbador da paz pública nem da República, nem induzidor de testemunhas para juramentos falsos, e que nunca desonestou moças donzelas nem mulheres casadas, que vive em boa harmonia com sua mulher. *Item* que o inimigo que tem neste termo é a família da casa do falecido capitão-mor Luís de Almeida, com a qual traz pleitos judiciais, entre os quais um é acusar os agressores do assassínio feito em sua pessoa com um tiro de arma de fogo. *Item* que a causa da inimizade com a dita família foi ele, justificante, em razão do cargo de juiz de órfãos, obrigar ao falecido capitão-mor inventariar e partir os bens do seu casal ficados por falecimento de sua primeira mulher Joana de Sousa, que [o capitão-mor] os retinha há vinte e oito anos, sem dar partilha aos menores. *Item* que sabia [que] o capitão Pedro Ribeiro de Araújo, morador no termo da vila de Inhambupe, em distância do termo desta vila mais de vinte léguas, se propôs a casar com uma neta do dito falecido capitão-mor, com promessa de perder e inquietar a ele, justificante. *Item* que, desde

que casou, o dito Pedro Ribeiro se declarou perseguidor dele, justificante, procurando lhe arruinar o seu crédito, em desforço da acusação feita aos agressores do assassínio, imputando-lhe fatos nem constituídos, nem por ele, justificante, praticados. *Item* que, logo que faleceu o dito capitão-mor Luís de Almeida, se propôs o dito capitão Pedro Ribeiro com imposturas a fim de preterir ao justificante do cargo de capitão-mor deste termo. *Item* que as representações feitas pelo dito Pedro Ribeiro em nome dos moradores deste termo contra o justificante são falsas, porque os moradores deste termo são contentes com que seja ele, justificante, capitão-mor, à exceção de uma corja de pardos, fâmulos daquela família, e de outros por ela libertos, que o dito Pedro Ribeiro os tem de sua mão, os quais se propuseram assinar contra o justificante, por mando do dito Pedro Ribeiro; a favor deste, assinaram os próprios acusados pelo justificante e outros de diferentes termos, que [Pedro Ribeiro] os induziu e obrigou a assinarem. *Item* que o dito capitão Pedro Ribeiro se gabava, em todos os lugares públicos em que se achava, de perder o justificante, por ser [Pedro Ribeiro] de mau gênio, revoltoso, perturbador da República, presumido de valente, tanto que tem intimidado a muitas pessoas que se não querem moldar à sua conduta. *Item* que o assinado feito contra o justificante, para com ele requererem a Sua Majestade, nele não assinaram as pessoas de mais probidade deste termo, e só aquela corja dita a fim de perderem ao justificante com o nome dos moradores sem que eles fossem [disso] sabedores, nem para tal dessem consentimento. E porque, para mostrar a verdade, se necessita ser por meio de testemunhas, recorre e pede a Vossa Mercê sirva-se de [ilegível] ao suplicante a justificar o deduzido, citado o procurador do Conselho e igualmente o capitão Pedro Ribeiro de Araújo, que, de presente, se acha neste termo para verem jurar testemunhas provando o que baste [ilegível]. E receberá mercê.

Despacho

Distribuir e citar o procurador do Conselho e, juntamente, o capitão Pedro Ribeiro, se têm suas testemunhas, passando-se man-

dado para serem citados. Vila [do Itapicuru], 6 de dezembro de 1816. Magalhães.

Mandado

Francisco José de Magalhães, cidadão juiz ordinário no presente ano nesta vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima e do termo, mando a qualquer oficial de justiça [ilegível] que, visto e testemunhado, por mim assinado com ele e em seu cumprimento, o requerimento do justificante sargento-mor João Dantas dos Reis Portátil, [citem-se] os suplicados João Rodrigues Pedrosa, como procurador do Conselho, e o capitão Pedro Ribeiro de Araújo para todo o conteúdo da petição retro, seguindo em tudo a forma dela, o que [se] cumpra. Dado e passado nesta sobredita vila aos 6 dias do mês de dezembro de 1816. Eu, Cosme José de Castro, tabelião e escrivão da Câmara, que o escrevi. Magalhães.

Certidão

Francisco Julião de Brito, escrivão do meirinho do campo desta vila do Itapicuru de Cima, certifico e faço certo que fui à Fazenda do Dendê, deste termo, onde se achava o capitão Pedro Ribeiro de Araújo, e o citei em sua pessoa para o conteúdo da petição e mandado retro e supra, que bem entendeu e ficou ciente, assim como também citei, por carta, o procurador da Câmara João Rodrigues Pedrosa, que me respondeu ficava ciente de tudo. Para constar, passo a presente de minha letra e sinal aos 7 de dezembro de 1816. Francisco Julião de Brito.

Assentada

Aos 25 dias do mês de janeiro de 1817 anos, nesta vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, comarca da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em casas de assistência do juiz ordinário das remissões Francisco José de Magalhães, onde eu, escrivão adiante nomeado, fui vindo, aí por ele [juiz ordinário] foram inquiridas e perguntadas as testemunhas adiante nomeadas e assinadas que,

por parte do justificante, foram apresentadas para prova dos itens de sua petição, das quais seus ditos nomes, cognomes, moradas, ofícios e costumes são os que se seguem. E, para constar, fiz este termo, eu, Cosme José de Castro, tabelião e escrivão da Câmara, que o escrevi.

[Seguem-se testemunhos de Manuel Rabelo de Macedo, homem branco, casado, morador de sua Fazenda do Mosquete, deste termo, que vive de criar seus gados e lavouras; Gabriel Álvares de Matos, homem branco, solteiro, morador da Fazenda do Curral Novo, deste termo, que vive de criar seus gados e lavouras, da idade de oitenta e sete anos mais ou menos; João Pereira dos Fiães, homem branco, casado, morador na sua Fazenda do Mucambo, que vive de criar gados e lavouras, da idade de cinqüenta anos completos; Manuel Joaquim do Carmo, homem branco, casado, morador da Fazenda do Tabuleiro, que vive de criar seus gados e lavouras, da idade de trinta anos, pouco mais ou menos; alferes Inácio da Cunha Neves, homem branco, casado, morador da povoação de Santo Antônio, que vive de seus negócios, de idade que disse ser de cinqüenta e oito anos; capitão-mor Martinho Afonso de Mendonça, homem branco, casado, morador de sua Fazenda do Pau Ferro, deste termo, que vive de criar seus gados e lavouras, da idade de quarenta e quatro anos; capitão José Maria de Sousa, homem branco, casado, morador na Fazenda da Capoeira, que vive de sua lavoura, de idade que disse ser de cinqüenta e seis, mais ou menos. Todas essas testemunhas repetem praticamente com as mesmas palavras os itens do auto de justificação de João Dantas.]

Termo de conclusão

Aos 25 dias do mês de janeiro de 1817 anos, nesta vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, comarca da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e no cartório do ofício que sirvo, faço esses autos conclusos ao juiz das remissões Francisco José de Magalhães, do que, para constar, fiz este termo, eu, Cosme José de Castro, tabelião e escrivão da Câmara, que o escrevi.

Sentença

Hei por justificado o deduzido na petição do justificante, visto que depuseram as testemunhas e nenhuma oposição [houve] do procurador da Câmara, digo, do procurador do Conselho, e do capitão Pedro Ribeiro de Araújo, que, ambos sendo citados, nada disseram e nem opuseram; portanto, julgo por sentença e mando se cumpra e guarde como se contém e declara e se dêem os próprios autos ao justificante, ficando-se o traslado, e pague o mesmo as custas. Vila do Itapicuru, 25 de janeiro de 1817. Francisco José de Magalhães.

V.4 *Representação dos índios da Missão de Santo Antônio da Saúde, termo da vila de Itapicuru de Cima (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial, Cartas ao Governo, 1802–1815, Pacote 227 – s/d). Conclui-se, pelo texto, que o documento é de 1827 e está incorretamente classificado*

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Dizem João Cardoso e Bernardo Pereira, com os demais índios da Missão de Santo Antônio da Saúde, termo da vila de Itapicuru de Cima, que eles, suplicantes, se acham em consternação e total desamparo da proteção imperial, porque os dois homens que lha deviam dar por suas autoridades são os mesmos que lha tiram e reduzem aquela Vossa missão a flagelo: são eles o Doutor Corregedor da comarca Francisco Aires de Almeida Freitas e o capitão-mor João Dantas dos Imperiais de Itapicuru, este déspota terrível, que angaria a si os ministros e de tal modo se unia com o atual corregedor, que há sete meses ele se acha ali de correição com pouso e sustento prestado por Dantas, não só a ele como a seu escrivão João de Deus Teles de Menezes, e suas famílias, isto pelos grandes interesses que tira à custa de encapelados, dos órfãos e viúvas, de sorte que, sendo Dantas o juiz destes órfãos, lugar que parece hereditário, que, quando acaba, passa para seu filho, e depois deste ao pai, é desta forma que se apoderam de tudo e tudo se arremata por menos de seu valor, como os escravos da capela

instituída por João de Matos de Aguiar, que tocaram três ao corregedor, Felisberta, Joaquina e Pedro, ao escrivão dois, Joaquina e um moleque cujo nome os suplicantes ignoram, além de animais [de gado] vacum e cavalar, cabras e carneiros e grosso dinheiro, de que estão de posse, sem haver quem tome contas ou não contas, de sorte que seria o maior bem o que se presume o maior mal, se aqueles povos não tivessem justiças, que só servem, nos sertões do Brasil, de atropelar e extorquir e dar amparo a extorquidores, como o caso de que os suplicantes passam a tratar.

Entre os infinitos males que sofrem os índios daquela missão, exacerba o fato público, e odioso, com que aquele ministro, unido ao capitão-mor Dantas, fizeram convocar ao índio Florêncio Barbosa e o investiram do posto de capitão-mor dos suplicantes por um meio e forma inaudita, isto a fim de expulsarem do mesmo posto a Eleutério do Espírito Santo, que o exercia, por este obstar ao furto de terras pertencentes a essa missão e do possessório dos suplicantes, terras que eles possuem há quase cem anos e lhes foram cedidas pela Casa da Torre e demarcadas em 28 de junho de 1729 a requerimento do coronel Garcia d'Ávila Pereira, como mostra o primeiro documento junto, porquanto, tendo antes o capitão-mor Dantas mandado por seu filho, coronel Inácio Dantas, com seus escravos, arrancar um dos marcos daquelas terras, que dividem com outras do mesmo Dantas denominadas Flexas, em um dos primeiros dias de dezembro do ano passado de 1826, procedimento que fora objetado pelo Eleutério, capitão-mor dos índios, que disso se queixara ao dito corregedor para dar a providência, foi ela unicamente o tirar o posto de capitão-mor ao dito Eleutério e investi-lo naquele Florêncio, que o não pedira nem havia razão de o pedir, estando bem ocupado.

Então o malfeitor Dantas passou a fazer uma medição *ex abrupta* nas ditas terras da missão, das que tirou, e uniu às suas, o melhor de seiscentas braças de largura, e três mil e tantas de comprimento, incluindo nestas todos os brejos e roças plantadas dos índios, ficando para estes os altos e agrestes, descravando para isso dois marcos, e

autorizando[-o] o mesmo corregedor a estes despotismos, apesar de, no dia 15 de junho do corrente ano, requererem os suplicantes já por escrito lhes mandasse proceder a corpo de delito nos lugares do arrancamento dos marcos, e tiveram por despacho que já se havia tirado devassa a requerimento dos suplicantes.

Excelentíssimo Senhor, esta manobra é uma daquelas que admira: os suplicantes não requereram tal devassa; e como haviam de requerê-la, antes do corpo de delito? Do que se infere que Dantas ajeitou isso em nome dos suplicantes, tendo a certeza de não sair criminoso, isto é, se tal devassa existe, pois não consta que os moradores da missão fossem chamados [como] testemunhas quando, não sabendo eles ler nem escrever, todo e qualquer punho fará uma cruz com nomes supostos. Foi por toda esta manobra odiosa que eles, de autoridade própria, e contra o espírito do alvará, cuja cópia se mostra do segundo documento, apearam o capitão-mor Eleutério e introduziram o inepto e frouxo que investiram nesse emprego.

Os suplicantes tornaram a requerer ao dito ministro que o escrivão da devassa lhes desse por certidão o teor dos requerimentos e o despacho em que se pedira a devassa, e, mandando-se passar, foi o requerimento entregue ao dito escrivão desde o dia 18 de junho, tal certidão não se tem passado e nem dá conta do requerimento, e é deste modo que se sufoca tudo, é deste modo que os suplicantes nem meios têm de mostrarem a boa razão e justiça de seu queixume, senão pelos altos brados que dão a Vossa Excelência para os fazer ouvir a Sua Majestade Imperial a dar pronta providência e socorro a todo povo da vila de Itapicuru e da missão a que os suplicantes pertencem. Portanto, pedem a Vossa Excelência seja servido atender [a] esta súplica e, porque Vossa Excelência certamente não pode com tais déspotas, e os suplicantes não têm meios nem correspondência para a Corte, Vossa Excelência haja por bem levar ao Trono de Sua Majestade Imperial esta representação a dar socorro e amparo aos míseros súditos da dita vila e missão. Espera receber mercê.

V.5 *Termo de Conchavo e Amigável Composição feita entre o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru e o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo; 24 de julho de 1827 (transcrito em Dantas Júnior, "O Capitão-mor João Dantas e sua descendência",* Revista do Instituto Genealógico da Bahia, *separata do vol. XV, s/d, p. 191–195)*

Requerimento

Diz o capitão-mor João Dantas dos Imperiais que, para bem de seu direito, lhe é necessário que o tabelião Carmo lhe passe por certidão o teor do Termo de Conchavo de Composição Amigável feita entre ele e o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo, com a cópia da sentença que julgou o mesmo, para o que pede a Vossa Mercê se sirva mandar passar em modos que faça fé. Espera receber mercê.

Despacho

Passe, em termos. Missão da Saúde, 27 de julho de 1827. [José Antônio de] Sousa.

Certidão

Desidério Magalhães Carmo, tabelião e escrivão da Câmara, do Público, Judicial e Notas nesta Missão da Saúde, termo da vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, por provisão anual de Sua Majestade Imperial, que Deus guarde. Certifico e faço certo a todos os senhores que a presente certidão virem e lhes for apresentada em como, em meu poder e cartório em que presentemente sirvo, nele se acham os autos de Termo de Conchavo e Amigável Composição, de que o suplicante faz menção em seu requerimento, e, revendo o mesmo sob o pedido do suplicante, se acha o próprio que dele o seu teor *verbo ad verbum* é o seguinte: Termo de Conchavo e Amigável Composição que fazem o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo com o capitão-mor João Dantas dos Imperiais como abaixo se declara. Aos 24 dias do mês de julho de 1827 anos, neste Engenho Santo Antônio, termo da vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, comarca da leal

e valorosa Província da Bahia, onde eu, tabelião e escrivão da Câmara, fui vindo, ao diante nomeado, sendo ali presentes o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo e o capitão-mor João Dantas dos Imperiais, o primeiro morador no termo da vila do Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima, e o segundo morador no termo desta vila de Itapicuru de Cima, pessoas de mim, tabelião, reconhecidas, e por eles me foi dito, em presença das três testemunhas abaixo assinadas, que se achavam havidos e contratados darem por findas todas as intrigas que entre eles versavam, movidas por pessoas mal intencionadas que querem seus [ilegível] por ter chegado a seus conhecimentos que tudo era movido por pessoas e intrigas daqueles que querem [ilegível], ficando de hoje, e para sempre, findas e acabadas todas as dissensões que entre eles versavam, ficando eles em boa harmonia, como sempre eles nunca tiveram dissensões algumas, e para que de hoje em diante não aparecessem mais representação ou queixas de um contra o outro, tanto nos tribunais da província desta cidade da Bahia, como nos tribunais da Corte do Rio de Janeiro e, aparecendo alguma, ser julgada formulada por outras pessoas e não por eles, suplicantes, e, havendo suspeita que qualquer deles entrou em semelhantes partidos, serão obrigados a averiguar rigorosamente até que se venham no conhecimento de onde saiu, assim como, aparecendo qualquer requerimento em nome de qualquer deles, suplicantes, e um contra o outro, sem ser firmado por eles ou por procurador que para isso tenha plenos poderes, se julgará de nenhum efeito, falso e calunioso, e que protestavam nenhum deles, suplicantes, entrar em patrocínios contra qualquer pessoa que qualquer deles defenda, nem entre si moverem pleitos alguns judiciais sem que entre eles próprios tratem de se conchavarem amigavelmente e, não podendo entre eles decidirem, louvarem-se em dois homens probos e prudentes que julguem qual deles tem razão para, à vista dela, decidirem tudo amigavelmente, sem pleitos judiciais; e pelo primeiro conchavante, o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo, me foi dito que cedia de entrar mais em patrocínio em favor dos índios da Missão da Saúde, assim como ambos os suplicantes

ficaram obrigados a prestarem socorros aos fâmulos pertencentes às suas famílias, ficando por esta forma conchavados e amigos, sem que entre eles entrem mais dissensões algumas, sem que as possam mover por si e nem por interpostas pessoas; e, aparecendo, se julgarão nulas e de nenhum efeito, sendo eles, conchavantes, obrigados não só a terem e manterem este termo que de suas livres vontades assinam, como aquele que faltar às condições dele [a] pagar por seus bens a quantia de quatrocentos mil réis para a Santa Casa de Misericórdia da cidade da Bahia, ou para o Seminário dos Meninos Órfãos, que será destinada pela autoridade competente, ou para onde for mais conveniente, ficando eles, conchavantes, obrigados a não reclamarem em tempo algum deste termo de amigável composição, que em todo tempo terá o seu devido efeito, do que, para constar, mandou o dito juiz fazer este termo, em que assinou com os conchavantes; e, por se achar o primeiro falto de vista, por ele assinou seu bastante procurador Antônio de Araújo e Oliveira Borges, sendo presentes as testemunhas abaixo assinadas em presença do mesmo sargento-mor. E eu, Desidério de Magalhães Carmo, tabelião e escrivão da Câmara, o escrevi e assino. Desidério Magalhães Carmo. Sousa. João Dantas dos Imperiais. Como procurador bastante do sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo, assino a presente, Antônio de Araújo e Oliveira Borges. Martinho Afonso de Mendonça. Domingos Alves Moreira. Manuel Rabelo de Macedo. João Rodrigues Pedrosa. Inácio José Jambeiro. Manuel Joaquim de Andrade. Francisco de Macedo Silva. Manuel Gonçalves Leite. Luís Gonzaga da Silva. Luís da Silva Ribeiro. José Bernardo Leite. José Joaquim de Santana. Inácio dos Reis Peixoto. Agostinho Pereira. Manuel Ferreira da Silva. Francisco Julião de Brito. *Termo de conclusão.* Aos 24 dias do mês de julho de 1827 anos, neste Engenho Santo Antônio, termo da vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, comarca da leal e valorosa Província da Bahia, onde foi vindo o juiz ordinário capitão José Antônio de Sousa, comigo tabelião e escrivão de seu cargo, adiante nomeado, e sendo ali estes, faço estes autos de Termo de Conchavo e Amigável Composição conclusos ao dito

juiz, do que para constar fiz este termo, e eu, Desidério de Magalhães Carmo, tabelião e escrivão da Câmara, o escrevi. *Sentença.* Julgo o Termo de Conchavo e Amigável Composição por sentença e mando que se cumpra e guarde como nele se contém e declara; que paguem os conchavantes as custas. Engenho Santo Antônio, aos 24 dias do mês de julho de 1827. José Antônio de Sousa. Nada mais se continha e nem se declarava mais outra alguma coisa em o dito Termo de Conchavo e Amigável Composição, que assim se achava escrito e declarado em o mesmo e nele a sua sentença dada e proferida pelo dito juiz ordinário o capitão José Antônio de Sousa, que de tudo próprio aqui o fez trasladar para a presente certidão sem coisa que dúvida faça, e ao próprio me reporto em tudo e por tudo dou o mesmo [ilegível]. Conferi, consertei, escrevi e assinei e com outro oficial de justiça, comigo abaixo ao conserto, sendo nesta Missão da Saúde aos 27 dias do mês de julho de 1827 anos. E eu, Desidério de Magalhães Carmo, tabelião e escrivão da Câmara a escrevi e assino. Desidério de Magalhães Carmo. Consertada por mim, tabelião Desidério de Magalhães Carmo. E comigo, meirinho de órfãos, Francisco Julião de Brito.

Anexo VI

Cartas, ofícios e partes que informam sobre a participação de Pedro Ribeiro de Araújo nas lutas pela Independência na Bahia (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Documentos sobre a Bahia)

VI.1 *Carta de Pedro Ribeiro de Araújo em resposta a ofício do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, datada de 8 de outubro de 1822, na qual relata guerrilhas e solicita sua presença; seguida de relação de mortos e feridos da guerrilha do dia 29 de setembro (I 31, 7, 2, doc. 27)*

Ilustríssimo Senhor Tenente-coronel
Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque

Acabo de receber o ofício que Vossa Senhoria se dignou dirigir-me, dando pronta execução ao que nele me determinava. As mesmas notícias que Vossa Senhoria me comunica giram neste lugar, e, chegando ontem o major Pessoa, que vai para a Cachoeira, nos diz demais que houve um conselho em que doze votos foram de embarcar já, trinta e seis de se demorarem até que as nossas tropas entrassem e rompessem as linhas em qualquer ponto, para então o fazerem depois de capitularem [os portugueses]. As tropas estão concentradas de São Bento ao Forte de São Pedro, o resto da cidade guardado por marujos e milícia: veja Vossa Senhoria em que estado a porão. Por aqui se confirmam as notícias de Sergipe, e mais adjacentes, e que o grande Vieira está preso. Com a maior impaciência e precisão, espero Vossa Senhoria neste lugar, onde pode fazer a sua residência, tanto pela segurança dele e fraqueza

dos inimigos, como por eu ter casa para onde me passe, e Vossa Senhoria pode ocupar a em que resido.

Várias coisas há a decidir, somente pendentes de Vossa Senhoria: a tomada de dois barcos a Pedro Antônio Coelho, arrendatário do Alambique Fiães, um com vinte pipas de aguardente, outro com trastes; vários escravos de Pedro Rodrigues Bandeira, e um dos barcos, tomados em segurança para não sofrerem dos nossos contrários, assim como vinte e tantas reses e quatro mulas de Antônio Vaz de Carvalho, pois os lusitanos já lá tinham ido buscar dez e breve levariam as mais; um caixeiro do mesmo Pedro Antônio, que vinha nos barcos e se acha com a mensagem confiado ao Vanério; vários objetos tendentes à economia e ordem destas tropas e a saída do mesmo Vanério, que diz o deve fazer para se ir apresentar ao governo como empregado público; o conferenciarmos se devo ou não avançar terreno, pois ao meu ver julgo o devo fazer, todos os oficiais o ambicionam; e muitas outras coisas indispensáveis da sua assistência. Se Vossa Senhoria tivesse por aí alguns obuses, podíamos armar estes barcos e, junto com a artilharia de terra, darmos caça a estas barcas que temos umas poucas ao longo da costa, e é de suma importância ao menos mostrar algum ataque marítimo, onde eles hoje põem toda sua confiança.

A franqueza com que Vossa Senhoria me permite falar-lhe obriga-me a dizer-lhe que, nas atuais circunstâncias, é absolutamente preciso que, quando Vossa Senhoria não queira positivamente aquartelar-se aqui, ponto a meu ver o mais importante, por ser a chave terrestre do Recôncavo, o deverá fazer em qualquer lugar entremédio dos pontos de Itapoã e Pirajá para, por meios de oficiais de ordens a cavalo, poder acudir às precisões de ambos eles. Eu não me eximo, antes me ofereço de todo o coração a tudo e por tudo que for a bem da Pátria, mas não posso ser propício neste comando, quando Vossa Senhoria me não acuda de perto com as suas luzes, ordens, providências e respeito; à sua vista, tudo obedece e treme, o que não sucede na ausência: se eu não marchar quando a tropa marcha, se não aparecer em todas as coisas, se não

fizer tudo, no rigor da palavra, nada se faz. Vossa Senhoria me honrou com o comando de um ponto anárquico e em tal pé que, tendo vários oficiais do meu comando, sempre acho só dois: o tenente Agostinho e o alferes Manuel Álvares, com quem conto para tudo, e os mais, apesar de beijos, abraços e toda a condescendência possível, fazem o que lhes parece. Vivo em um labirinto, as minhas luzes mui fracas, a minha prudência menor; sou miliciano, e isto para tropa viva é o mesmo que zero. Com o Vanério saindo, não tenho a quem confie escrita, senão o meu sobrinho, que é preciso ditar-lhe e estar ao pé dele, para o quê me não chega o tempo. À vista de todas estas razões, rogo a Vossa Senhoria por tudo quanto estima de mais sagrado se digne chegar aqui, ver estas coisas de perto e remediá-las como achar justo.

Remeto a Vossa Senhoria a cópia da parte dada a Madeira da nossa guerrilha do dia 19, e verá ela ser de não pequena monta. Em outra que demos ontem de madrugada em o campo que estão roçando, morreram três soldados lusitanos e o voluntário Mota; e causou tal horror na cidade [Salvador] que se fecharam todas as portas, pediram socorro a Madeira, que o mandou prestar com um batalhão comandado pelo Rinzo, o qual vinha com passos tão vagarosos e tão tímido, que, passando pela porta do grande capitão-mor Paranhos e querendo este falar com ele, apenas lhe respondeu com aceno de mãos. Esta madrugada expediu outra guerrilha, e até agora não sei do resultado. O major Pessoa nos instruiu do estado da Fortaleza da Jequitaia, do bom fruto que se podia tirar de assaltá-la. Eu tenho muita vontade de lá dar uma chegada, porém me não atrevo a fazê-lo sem que Vossa Senhoria venha para, com as suas sábias determinações, ajudar-me a dirigi-la, pois que a empresa sempre é mais arriscada que as outras. Nada mais me resta a dizer-lhe que o rogar-lhe disponha da minha fiel vontade por ser com veras. Pirajá, 8 de outubro de 1822.

Remeto inclusas essas três cartas para Vossa Senhoria se dignar ver. Súdito amigo e fiel criado. Pedro Ribeiro

Setembro 29
Soldados feridos – 18
Sargento nº 15 – 1
Cavalaria sargento – 1
Tenente Luís – 1

Mortos
Lusitanos – 7
Cavalaria – 2
Presos lusitanos – 3 os quais devemos contar mortos por não fazermos presos.

VI.2 *Ofício de Bento de Araújo Lopes Vilas Boas ao presidente e demais deputados do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, datada de 12 de outubro de 1822, encaminhando ao governo provisório carta de Pedro Ribeiro de Araújo (doc. VI.1) a Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (I 31, 7, 2, doc. 32)*

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores

Ontem veio ter a esta vila o sargento-mor José Elói Pessoa que, tendo saído da cidade no domingo último e discorrido por todos os nossos pontos de defesa desde Pirajá, que disse achar todos na maior fraqueza e sem nenhuma segurança, aqui chegou, indo logo a embarcar-se para Santo Amaro e, de lá, para essa vila a apresentar-se a Vossas Excelências, querendo persuadir-nos, como por todos os outros pontos fizera, e Vossas Excelências poderão julgar da carta inclusa que depois da sua missão escreveu o capitão Pedro Ribeiro ao tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que, atento o estado de terror em que se achavam na cidade os nossos inimigos, tendo-se já circunscrito a um círculo muito concêntrico, de São Bento até ao Forte de São Pedro, era este o momento em que, sendo atacados pelas tropas do Recôncavo, eles abandonariam a cidade e à pressa se embarcariam fugitivos, para o que já parecia terem feito todas as disposições e arranjos. Agora consta que ele [José Elói Pessoa] se encaminhará logo diretamente a esta vila, o que, unido ao boato que se tem espalhado de

que esta sua vinda é em serviço dos nossos inimigos, para trair a Santa Causa por que pugnamos, parece que justifica a suspeita que tem merecido, fundada nas seguintes ponderações: primeiro, ter sido pelo Madeira empregado em serviço, o que não admitiu aos outros oficiais da deportação do dia 3 de novembro último; segundo, ter tido a sua família fora da cidade, fazê-la reverter ali com passaporte do Madeira e agora sair, abandonando-a; terceiro, dizer que, se não [se] marchar para a cidade, regressa imediatamente, pois não está em circunstâncias de perder por muito tempo seus soldos.

Julguei pois do meu dever participar a Vossas Excelências, para que, com as luzes que lhes são próprias, estando ao fato de tudo, formem o justo juízo e uso conveniente às nossas circunstâncias, em utilidade da nossa Santa Causa.

Deus guarde Vossas Excelências. Vila de São Francisco, 12 de outubro de 1822. Bento de Araújo Lopes Vilas Boas.

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Presidente e mais Deputados do Conselho Interino de Governo desta província

VI.3 *Parte da guerrilha da madrugada do dia 17 de outubro de 1822, assinada pelo alferes graduado Manuel Álvares do Nascimento, que a comandou (I 31, 7, 2, doc. 45)*

Por ordem de Vossa Senhoria marchei com uma companhia do meu comando na direção do tanque do Engenho da Conceição. Vendo ali avançadas a guardar a Estrada Real, avancei pelo atalho que parte do dito tanque ao Sítio Mangueira, na embocadura dos mares. Estando neste lugar, avistei um frade carmelita que, acompanhado de uma preta, seguia para a cidade. Imediatamente fiz avançar seis camaradas com ordem de os trazerem à minha presença, e, querendo estes fazê-los retroceder somente com vozes, o não conseguiram, por adiantarem seus passos, e lhes foi preciso atirar seis tiros com pontarias altas para os intimidar — aos quais se entregou [o carmelita], e, sabendo ser europeu, o fiz conduzir de-

baixo de prisão. Mediante a prisão do dito religioso, mandei procurar à casa de um europeu que se dizia ser espião contra nós e, achando ali somente dois escravos, os fiz conduzir a este destacamento. Ao som dos tiros dados sobre o padre, acudiram os nossos inimigos, ao meu ver mais de cinqüenta homens, e, principiando a romper o fogo sobre os camaradas que tinham avançado à casa do dito europeu, me vi na precisão de combater o inimigo, cujo fogo durou mais de duas horas por intervalo, auxiliado pela companhia do capitão Florêncio de Blá, que com seu bacamarte derrubou dois inimigos, aproveitando as posições em que nos achávamos para abater [os inimigos] com segurança da nossa tropa, que bem me custou supitar o ardor militar com que queriam avançar à proporção que o inimigo recuava, sendo tal o entusiasmo de todos os nossos camaradas que não posso sem injustiça diferençar o merecimento de algum além do dito capitão de Blá. Posso asseverar a Vossa Senhoria que, debaixo dos meus olhos, visivelmente caíram seis por terra dos nossos inimigos, entrando os ditos dois, ao passo que uns carregavam outros; confio a destruição fosse muito maior, porém o ardor do fogo e o recuamento dos nossos contrários me tiraram o prazer de conhecer o total da sua perda. O fogo do combate despertou os demais camaradas dos pontos circunvizinhos, que, intrépidos, correram em nosso socorro, porém em tempo que nós, felizmente e sem a mais leve pressa, marchávamos a quartéis, como Vossa Senhoria ainda chegou a presenciar no socorro que nos prestou.

Ponho na presença de Vossa Senhoria os quatro presos acima nomeados, assim como o que acima levo primeiro para o fazer subir ao quartel-general. É quanto se me oferece dizer a Vossa Senhoria. Quartel da Campina em Pirajá, 17 de outubro de 1822. Manuel Álvares do Nascimento, alferes graduado e comandante.

VI.4 *Ofício de Pedro Ribeiro de Araújo ao tenente-coronel comandante-em-chefe Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, datado de 17 de outubro de 1822, dando diversas notícias e apresentando parte do*

alferes Manuel Álvares do Nascimento (doc. VI.3), em que se relata a guerrilha do dia 17 de outubro (I 31, 7, 2, doc. 44)

Ilustríssimo Senhor Tenente-coronel Comandante-em-chefe

Levo à presença de Vossa Senhoria a parte inclusa do nosso alferes Manuel Álvares relativa à guerrilha desta madrugada, da qual verá Vossa Senhoria que vamos marchando com vantagens. Este ataque foi com o esquadrão nº 12, e, chegando eu com a cavalaria a auxiliar as guerrilhas, ainda do portão do Alambique Fiães, emparelhado com a casa do padre Custódio, apareceram postados seis soldados de armas ao ombro, à vista das nossas tropas, em distância pouco mais ou menos de quinhentos a seiscentos passos. Quiseram as nossas tropas de novo investir, mas eu, que os vi lá muito perfilados, e no flanco esquerdo havia muitas casas, receei haver emboscada de outros e não consenti que avançassem, e bem [ilegível] a sua arma a ver se derrubávamos algum desses. Sabemos de certo a morte dos seis, porém pensamos que a mortandade iria muito adiante, tanto pelo tempo que durou o fogo, como porque eles fugiram precipitadamente no fim do combate. Os nossos ficaram sem o mínimo ferimento. Remeto a Vossa Senhoria os três presos à sua ordem, o cabo José Fernando da companhia do alferes Faria, o soldado da mesma Antônio Joaquim, e o soldado de artilharia que desobedeceu a Vossa Senhoria, Filipe Néri, assim como doze escravos que estavam no quartel do capitão Bartolomeu, ficando dois que o capitão Florêncio de Blá pede para o serviço do quartel. Quanto aos presos da guerrilha de hoje, fica a negra no quartel de Manuel Álvares por ele a pedir para cozinhar e lavar. Os dois pretos irão quando for o Vanério para ajudar a carregar sua mãe. E o padre, por ser um religioso velho e não ter cavalo, o não remeto. Se Vossa Senhoria o quiser aí para seu capelão, ou outro algum fim, o mandará buscar, no que me faz favor para aliviar a despesa do destacamento e não haver parte onde o tenha. O tenente Argolo diz que Vossa Senhoria lhe mandava dar cinco rações para ele e sua família, e, como suponho que um oficial não será capaz de mentir, acreditei na ordem bocal que ele me deu em

nome de Vossa Senhoria e vou assinando os [ilegível] dele até que Vossa Senhoria resolva sobre isso. Remeto a Vossa Senhoria os ofícios inclusos, dos quais abri um a grande instância do [ilegível] me dizer que era sobre os socorros que se deviam dar à aflita ilha de Maré e, atendendo à necessidade, assim abri e providenciei remetendo 818 cartuchos. Vossa Senhoria perdoará quando julgue me desviei da minha linha de conduta, que só tem em mira o bem da Pátria. Os soldados Manuel José e Antônio Francisco, do destacamento do rio de Joanes, vão encarregados dos presos escravos e [da] bagagem do Vanério, junto com o cabo Borges e José Floriano, oficial da secretaria. É o que por ora se me oferece dizer a Vossa Senhoria, a quem o Céu vigore e prospere por muitos anos, como lhe deseja quem é de Vossa Senhoria súdito amigo e fiel, Coronel Pedro Ribeiro. Pirajá, 17 de outubro de 1822.

VI.5 *Ofício do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque a Pedro Ribeiro de Araújo, datada de 18 de outubro de 1822, acusando o recebimento de seu ofício (doc. VI.4) e da parte (doc. VI.3) assinada pelo alferes Manuel Álvares do Nascimento (I 31, 7, 3, doc. 78)*

Acuso a recepção do seu ofício de hoje, ao qual acompanhava a parte dos felizes sucessos da guerrilha que fez marchar comandada pelo valoroso alferes Manuel Álvares, ao qual, pelos seus honrados feitos, o tenho elevado ao grau de tenente, e a seu irmão [ao de] alferes, o que Vossa Senhoria lhes participará e fará publicar na frente do batalhão para inteligência de todos. Veja o que me diz sobre o preso frade, o qual quanto antes fará vir à minha presença do modo que lhe for possível. Deus guarde Vossa Senhoria. Quartel-general de Abrantes, 18 de outubro de 1822.

Ilustríssimo Senhor Capitão-mor Mandante
Pedro Ribeiro de Araújo

VI.6 *Ofício do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque ao presidente e demais membros do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, datado de 19 de outubro de 1822, apresentando*

a parte do alferes graduado Manuel Álvares do Nascimento (doc. VI.4) e solicitando recursos financeiros para a campanha (I 31, 7, 2, doc. 46)

Levo à presença de Vossas Excelências a parte inclusa e o valor denodado com que se tem portado o alferes graduado [Manuel Álvares do Nascimento], que agora no Campo da Glória o elevo a tenente por ser digno de maiores postos, bem como ao irmão, êmulo da mesma glória, a alferes graduado. Estes dois Cipiões têm amedrontado os inimigos e os têm feito cativos das nossas bandeiras.

Já representei a Vossas Excelências a falta de dinheiro. Os capitalistas fogem de se prestarem, e eu, longe de querer envolver a minha glória com alguma mácula de que a circunstância me fizer lançar mão, lembro a Vossas Excelências socorrer os tesouros da nossa segurança enviando capitais que supram a tropa, pois que hoje virei o bucho à minha pobre bolsa, e ela, esfalfada, por mais de três meses vomitando, deu só quatro moedas. Deixo à discrição de Vossas Excelências as angústias que terá sofrido meu coração desejando que os apinhados cofres em mãos ferrenhas em mim existissem para que, completando a glória da liberdade da Pátria, sobre mim recaísse esse epíteto; porém a desgraça aferrada em meu alcance me não consente o desejo que tenho. A ilha de Maré se acha bloqueada, eu desprevenido de pólvora e mais munições, e, se a entrega dos melhores pontos ao inimigo é o intento de Vossas Excelências, facilmente os entrego. À vila de São Francisco depreguei socorros, protestando a falta deles a Sua Alteza Real e a Vossas Excelências. Eu tenho dado ao mundo um testemunho dos meus desejos; porém devo exigir de Vossas Excelências que os conhecendo coadjuvem para complemento da nossa glória, no que maiores serviços fazem ao nosso amabilíssimo Regente. Deus guarde a Vossas Excelências muitos anos. [Quartel-general de] Abrantes, 19 de outubro de 1822. De Vossas Excelências, atento servidor. Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, comandante-em-chefe da Força Armada de Pirajá e Torre.

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Presidente e mais Membros do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia

VI.7 *Ofício de Pedro Ribeiro de Araújo ao tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, datado de 22 de outubro de 1822, relatando a guerrilha que se travava no Engenho Conceição (I 31, 7, 1, doc. 21)*

Ilustríssimo Senhor Tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Ontem quando à pressa respostei a Vossa Senhoria sobre o ofício que me fez a honra dirigir, dizendo-lhe que [ilegível], como me foi necessário marchar a galope com a cavalaria para socorrer a guerrilha que tinha mandado ao Engenho da Conceição inquietar aos nossos inimigos, que depois do combate que tivemos com o Esquadrão nº 12, no dia quinta-feira no mesmo lugar, eles entraram a derrubar uns matos onde nos emboscamos para lhes fazer cruel mortandade; em razão de eles estarem derrubando uns matos, botei-lhes a guerrilha de ontem, que felizmente batemos à madrugada, que vinha guarnecer os cortadores do mato, enquanto poucos soldados de farda branca deram as costas às primeiras nossas descargas, carregando cinco ou seis mortos, que caíram. Cheguei eu a este tempo e mandei emboscar a nossa gente de infantaria, e até de cavalaria, e eu mesmo me embosquei com eles, quando nos apareceram três canhoneiras que vinham a remos, com proa ao mesmo Engenho da Conceição, que já estavam chegando a ponto da nossa tropa fazer-lhes fogo, digo ao alcance das nossas armas, quando uma emboscada do Faria, que já lhes ficava atrás, de dentro dos mangues, lhes atirava sem necessidade, fazendo com que eles voltassem a proa para terra da ponte de lá da Penha. Lá se demoraram dentro do saco e desembarcaram toda a gente à nossa vista; deixei eu a gente toda emboscada, corri a toda pressa ao Cabrito e fiz cavalgar três peças em um estreito onde eles não podiam passar sem que não os metesse a pique, e a outra mandei-a passar em uma canoa para a outra banda da parte da Plataforma em um outeiro, na ponta do outeiro, onde tem uma trincheira feita pela natureza,

entregando o comando das três peças àquele sargento que Vossa Senhoria o proveu agora em oficial, e até informado seu requerimento por mim; e quando foi a noite, estando muito fatigado em fazer trincheiras para as peças... Não posso acabar o ofício participando-lhe tudo pelo miúdo porque neste instante me chega aviso de São Brás pedindo-me socorro por estarem com nove canhoneiras à frente, fazendo fogo, e vou já com a cavalaria a socorrer, e o Engenho da Conceição está laborando em fogo que os marotos botaram. Já mandei o tenente Manuel Álvares, o tenente Agostinho e o alferes irmão de Manuel Álvares se emboscarem a ver se botamos os nossos inimigos para fora, o que participarei a Vossa Senhoria do resultado com mais vagar. Vai o número um para Vossa Senhoria o ter lá porque nós cá não temos armas para ele. O tenente de cavalaria fica nos ajudando nos combates que estamos tendo. Pirajá, 22 de outubro 1822. Pedro Ribeiro, capitão mandante.

VI.8 *Ofício do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque ao capitão-mor João Pires de Albuquerque, datado de 23 de outubro de 1822, designando Pedro Ribeiro de Araújo responsável por Cangurungu e Pirajá (I 31, 7, 3, doc. 91)*

Acabo de remeter ao capitão-mor Pedro Ribeiro de Araújo o plano da criação das portas, para facilitar a inteligência com o quartel-general, e, conhecendo ser fácil a Vossa Mercê a criação das que constam da lista junta, portanto lhe ordeno as faça criar imediatamente, e que tome a seu cargo a vigilância dos pedestres no cumprimento dos seus deveres, visto que, debaixo da sua inspeção, ficam as de Santo Antônio, Barro Duro, Cachoeira e Abrantes, e, a cargo do dito capitão-mor Pedro Ribeiro, Cangurungu e Pirajá. É o que tenho a dizer a Vossa Mercê, a quem Deus guarde. Quartel-general de Abrantes, 23 de outubro de 1822.

Senhor Capitão-mor João Pires de Carvalho

VI.9 *Parte de Pedro Ribeiro de Araújo ao tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, datada de 24 de outubro de 1822, em que*

dá continuidade ao relato da guerrilha que chegou a Cabrito, Plataforma, Penha e ilha Joanes (o documento está transcrito por Clemente Mariani Bittencourt em "O novo Iphito, *intrépido Ribeiro", introdução à edição fac-similar do poema* Paraguassu, *de Ladislau dos Santos Titara)*

Na segunda-feira, estiveram as três canhoneiras dentro do saco, como já lhe participei, saíram com a noite e se apresentaram com mais três e duas lanchas carregadas de gente e se postaram defronte a Plataforma, onde já se tinha cavalgado a peça de calibre 3. Principiaram as ditas canhoneiras a fazer fogo para a nossa peça e para as nossas emboscadas, com balas de calibre 8 e 12 e, entre estas, muitas metralhas, que me foi necessário mandar retirar toda a nossa gente para detrás das grandes e fortes casas de Plataforma, e deixei-os gastar a pólvora ao seu gosto e com muita dificuldade entrei com outra peça de calibre 3, em cima de um carro, por entre os chuveiros de balas, que felizmente eu, o carro e os camaradas não fomos tocados delas por levarmos toda a atenção quando as peças davam fogo; entrei enfim com ela a resguardar a casa, postei-a debaixo dos arcos e deixei que eles fizessem um vivo fogo na casa onde estávamos abarracados com a gente toda em resguardo. Atiraram eles até uma hora da tarde, jantamos ao som das balas, umas nos cantando por cima, outras que nos batiam na frente. Assim estivemos até que cessou o fogo dessa canalha, e, quando a maré se pôs baixa-mar, uma canhoneira quase em seco, mandei-lhe fazer fogo por duas peças de calibre 3 e, apesar de lhe dar muitos tiros, só tive o gosto de ver empregadas duas balas, uma que furou o costado de uma [das canhoneiras] e uma [canhoneira] que vi quase a pique. Porém os ladrões entraram a tocar a bomba e a botar água com os baldes para fora e foram-na encalhar para a parte de lá da Penha. Outra bala passou roçando por riba das trincheiras de algodão que eles trazem; caiu um que estava postado neste lugar, não sei se morto, ferido, ou se ele mesmo se abaixou, porém esta mesma bala foi à praia da Penha entre uma chusma deles que estavam conduzindo apetrechos para

as mesmas canhoneiras e matou dois deles, que a outra canalha deles os apanhou com muita brevidade e os conduziu para dentro das casas. E imediatamente os outros, não podendo sofrer o nosso fogo, onde nele se distinguiu muito o tenente artilheiro Machado, se retiraram para o meio do mar; porém, com a noite, tornaram a se aproximar da mesma posição. Mandei pôr todas as cautelas a privarem alguns golpes de gente em terra e vim ao Cabrito; mandei conduzir a outra peça de calibre 6, postei-a na mesma Plataforma, para de manhã dar os bons dias às outras canhoneiras, entregando o comando ao primeiro-tenente Machado, que cumpriu tudo com as minhas ordens e fez um vivo fogo ao clarear do dia, e eles também responderam com outro. Porém, haveria uma hora de fogo, abandonaram as posições e se foram postar ao largo do mar. Botei-me a ir ver este combate. Quando lá cheguei, já retiradas as canhoneiras, pus-me a conversar com o tenente quando vimos três meterem remos e marcharem para nós. Mandei os artilheiros aos seus lugares, principiamos um vivo fogo de parte a parte, e, debaixo dele mesmo, uma das três meteu-se para o saco do mar morto da Penha, onde entrou sem termos a felicidade de empregarmos bem uma das nossas balas. Porém, encostando-se esta à ilha de Joanes, onde estavam emboscados uns soldados do alferes Farias, fizeram-lhe fogo de mosquetaria, mataram-lhe quatro, que uns emigrados da Penha os viram desembarcar.

A este tempo ouvi as descargas cerradas que davam o tenente Manuel Álvares e o capitão de Blá, que muito se têm distinguido, e, como era o sucesso estranho para mim, montei a cavalo, passei pelo Cabrito, tomei a cavalaria e fui socorrer os nossos camaradas que lá se estavam batendo sem eu saber, como verá da parte 23; acudiu também a este fogo o capitão Antônio Roiz, com a sua companhia, que chegou depois poucos minutos da minha chegada. Porém já cessara o fogo e os soldados constantes da parte [como] feridos, o da perna sempre arrebentou o osso da coxa, e então dei ordem de retirarem-se as nossas tropas e eu cobri-lhes a retaguarda e as trouxe a quartéis.

Estamos muito mal de cirurgiões. Botica nada. Penso quantos enfermos se entregarem ao cirurgião, podemos contar com eles na sepultura. A presença de Vossa Senhoria, que sempre desejo para me dirigir e por isso vivo sempre saudoso dela, se puder chegar até cá, tomarei por ventura. Estou sem pólvora, que muito se queimou com as peças e nos fogos de mosquetaria; até estou sem papel. Não tenha Vossa Senhoria cuidado com nossos inimigos que eu não cessarei de os perseguir e nem me descuidarei de ter cautelas nos nossos pontos.

Anexo VII

Referências a Pedro Ribeiro de Araújo existentes no poema épico *Paraguassu* de Ladislau dos Santos Titara. Foram mantidas apenas as notas do autor cujo conteúdo esclarece a participação de Pedro Ribeiro nas lutas pela Independência na Bahia. (Ladislau dos Santos Titara, *Paraguassu — Epopéia da Independência da Bahia*, edição fac-similar comemorativa do sesquicentenário do 2 de julho de 1823)

VII.1 *Canto Primeiro*

No começo da primavera, as tropas baianas, sob o comando do Visconde de Pirajá, se apresentam em a povoação de Pirajá, e formam a linha sitiante.

[...]
Dia por dia medeia a Pátria, e o fogo,
Que o peito dos *jacuipenses* incendeia:
Qual, na vitória o fito, alcautis cruza;
Qual, a morte antepondo a vida em peas,
Naquela honrados a ventura assentam.
Aos *torreanos*, que sós, e aqui primeiros, (2)
Com troço, que dirige audaz *Ribeiro*, (3)
O hostil castelo abarcam, vem a unir-se
Baianas praças, que ao contrário fogem (4)
E os que de *Marques* ao destrito cabem:

(2) Os dois batalhões da *Torre* que muito prestaram, e com distinção, sendo os primeiros sitiantes da cidade, em 1822, e uma companhia de cavalaria, que de novo se formou.

(3) Uma companhia do Regimento de Cavalaria de São Francisco, sob o comando do seu capitão, o longevo e valoroso baiano *Pedro Ribeiro de Araújo*, composta dos moradores de Pojuca e suas vizinhanças.

(4) 30 praças do primeiro regimento de linha, completamente armadas, e prontas, que obtendo evadir-se sob a voz do primeiro sargento *Manuel Alves do Nascimento*, promovido depois até capitão, se apresentaram na *Feira de Capuame*, ao comandante das forças da *Torre e Pirajá*, o hoje Visconde de *Pirajá*, que ali fixou o seu primeiro quartel.

(p. 72)

VII.2 *Canto Segundo*

O corneta ilude-se e dá inesperado toque de avançar cavalaria à degola

[...]
O novo Iphito, intrépido *Ribeiro*, (5)
Que, a lustros doze, bem que vendo as rugas,
É verde para as armas, é nervoso;
E é quem do ensejo da briguenta lide
Acaudela incessante equites bravos, (7)
Quer dos seus acoimar a morte injusta.
Do gargano inflamando nisto os brios,
A premer-lhe os ilhaes, via do imigo,
Rédeas desprega; e mais, que alados Euros,
De leve, nem se quer no chão, que trana,
Vestígios deixa às ríspidas colunas,
Que crêem seguro da vitória o cetro.
Assim veloz se abala, e honra bahiense
Lavor nos inimigos fazendo amplo,
Ninguém, se ele o vibrou, desvia talhos
Escacha crâneos. E que imensas rolam
Vítimas outras, que agastado arroja!
Ou semi-mortas, c'o as calcantes unhas,

Cruamente o ginete fero esmaga!
Assim o Pero audaz, estranho aos medos,
Com dextra feridora, e ardidos golpes,
Posteja, extingue, e arrasa imigos bandos.

(5) O sargento-mor de cavalaria da vila de São Francisco *Pedro Ribeiro de Araújo*, digno e respeitável patriota, que fez toda a campanha, e foi dos primeiros sitiantes da capital.

(7) A sexta companhia do Regimento de Cavalaria da Vila de São Francisco.

(p. 137)

VII.3 *Canto Quarto*

O tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, hoje Visconde de Pirajá, põe em movimento as forças da Torre e Pirajá e na sua frente, fazendo aclamação na Feira de Capuame e vila de Abrantes, leva assédio à capital.

[...]
Já prossegue o bahiense como aos prados
Aprazíveis correra de *Capuame*, (5)
Alígero *Albuquerque*, (6) e circundado
De *Sepulvida*, *Pedro*, e *d'Alcovia*, (9)
Costa, e *Ribeiro* (11) audaz, *Golçalves*, *Luna*, (13)
Virgens, *Alves*, e quantos *patriotas*
A si coligar pode.

(5) A povoação da Feira de Capuame, de que já se tratou no Canto Primeiro, nota 1, p. 26.

(6) O Excelentíssimo Coronel *Visconde de Pirajá.*

(9) O ajudante do dito [segundo] batalhão [da Torre] *Francisco José d'Alcovia Borges*, promovido depois a major.

(11) O benemérito sargento-mor *Pedro Ribeiro*, de quem também falamos no dito Canto [Segundo], p. 69 [p. 137 da edição fac-similar].

(13) *Antônio de Uzeda e Luna.*

(p. 218–219)

VII.4 *Canto Quarto*

Os portugueses se entrincheiram fortemente na capital. O dito tenente-coronel Joaquim Pires os fustiga com amuidadas sortidas

[...] e, aberto pleito,
Em teu contorno, *Conceição*, (e) que buscam,
O inimigo repulsam té os combros
A *Jiquitaia* proximos, denodo
Imensurável ostentando tanto,
Ribeiro, (5) *Alves*, (6) *Uzeda* (7) e *Blá* (8) famosos,
Que em debandada alfim se escapa o troço
Dos lusos, que se vão quintados, tristes,
Levando à capital susto, e assombros.

(5) O bravo major *Pedro Ribeiro*, então capitão.

(6) O capitão *Manoel Alves do Nascimento*, então alferes.

(7) *D. Antônio de Uzeda e Luna.*

(8) O alferes da *Torre Florêncio de Blá Goes.*

(p. 240)

VII.5 *Canto Quinto*

Segundo assalto dos africanos, saídos da cidade, em 19 do dito [novembro] de 1822: sua derrota completa, e fuzilamento de 51 aprisionados

[...]
Era o undécimo febo, desde o triunfo,
Desde o triunfo imortal, (1) em tantos havidos,
Entre os, que o campo batem, choques leves,
E em teus idos, novembro, um de mor vulto; (2)
Quando d'Afros iníquos outro bando,

Excedente a trezentos, dá de golpe,
Co'elevados pendões; porém, vez nova,
A grave mole estruem pátrios pulsos;
E o que não desce ao Orco, presionam,
Té que a setenta (3) sobem.

(1) O de 8 de novembro de 1822.

(2) Não recordamos que baiano comandou esta descoberta: cremos que foi o major *Pedro Ribeiro.*

(3) 51 pretos e 20 pretas.

(p. 279)

VII.6 *Canto Quinto*

Ataque contra as trincheiras na manhã e tarde de 3 de dezembro

[...]
Desde a extrema lição, que o luso houvera.
Lá nos tetos da Torre: então julga apto,
O polimarco das brasílias forças,
Que as posições janísaras da esquerda, (1)
Uma guerrilha busque, porque nelas
Susto desparza, e alarme. Coube a *Melo*
D'endereçá-la o cuido; e eqüestre grupo,
Inda que exíguo, lhe franqueia as alas,
Ribeiro, (3) à tua voz, sempre arrojada.

(1) Pontos pelo lado do Engenho da *Conceição*, e trincheira da *Mangueira*, além da *Lapinha.*

(3) O sargento-mor de cavalaria *Pedro Ribeiro.*

(p. 287)

Anexo VIII

Documentos referentes à participação de Pedro Ribeiro de Araújo nas lutas pela Independência na Bahia, reunidos entre 1823 e 1827 para fundamentar o pedido de graduação no "posto que lhe competir", segundo o decreto de 30 de janeiro de 1826 (doc. IX.2), que promoveu oficiais de primeira e segunda linha na Província da Bahia (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império/Documentos biográficos, Pedro Ribeiro de Araújo)

VIII.1 *Atestação passada em 1º de maio de 1823 por Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, coronel pago do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco e comandante da Força Armada da Vila de Cachoeira (C 89, 17, doc. 6; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, fidalgo da Casa de Sua Majestade o Imperador, coronel pago do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco e comandante da Força Armada da Vila de Cachoeira, suas imediações e pontos avançados da costa do mar interior. Atesto, debaixo da palavra de honra, que o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo, desde a criação do regimento de cavalaria de que sou coronel, passou para a sexta companhia dele a exercer o posto de capitão, que muito havia ocupava em uma das companhias, digo, havia ocupado em uma das companhias agregadas aos batalhões da Torre, desempenhando sempre as suas obrigações e distinguindo-se muito principalmente nos atuais movimentos regeneradores desta província, marchan-

do de ordem minha à testa de um esquadrão de cento e vinte praças do mesmo regimento para a vila de Santo Amaro da Purificação, onde, por impedimento de moléstia do sargento-mor, o comandou, bem como as duas companhias mais que se lhe reuniram no para sempre memorável dia 29 de junho do ano passado, em que, nas principais vilas do Recôncavo, foi aclamado Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil o Augustíssimo Príncipe Senhor Dom Pedro, ora nosso primeiro Imperador, e nela permaneceu em armas para sustentar a mesma aclamação contra a manifesta oposição do intruso governador das Armas, o brigadeiro Madeira, e as insubordinadas tropas portuguesas destacadas na capital da mesma província para a escravizar, recolonizando-a; para o quê, dispôs constantemente as convenientes rondas, tomando todas as medidas de segurança para serem desarmados como foram, no dia subseqüente, os portugueses dissidentes, que em grande número residiam naquela mesma vila; da qual marchou imediatamente com a sua companhia a reunir-se às terceiras e quartas [companhias] da vila de São Francisco, que todas comandou com pontualidade, energia e inteligência por quinze dias, em cujo espaço de tempo, havendo rebate, se apresentou com o valor e coragem que lhe são próprios, prontas [as companhias] a rechaçar os inimigos [ilegível] apresentar-se; marchando depois para a Feira de Capuame a interceptar a entrada de gado para a cidade, o que cumpriu com desteridade, fazendo descer para o Recôncavo duas boiadas do Piauí de mais de cem cabeças pertencentes à Fazenda Nacional; ultimamente, ao lado do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, ora ajudante-general do Exército Pacificador, prestou muitos e relevantes serviços tanto nas primeiras correrias e hostilidades feitas aos nossos inimigos antes da organização do mencionado Exército Pacificador, como depois, achando-se na gloriosa ação de 8 de novembro do ano próximo passado, para a qual é voz geral que muito contribuíra. Passa o referido na verdade; e, para constar onde convier, fiz passar a presente, por mim assinada e firmada com o meu sinete. Vila de Cachoeira, 1º de maio de 1823, se-

gundo da Independência e do Império. Bento de Araújo Lopes Vilas Boas.

VIII.2 *Atestação passada em 22 de maio de 1823 por Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, coronel do Estado Maior do Exército e governador das Armas da Província do Ceará (C 89, 17, doc. 7; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, fidalgo cavaleiro da Casa de Sua Majestade Imperial, oficial da Ordem do Cruzeiro, professo na Ordem de Cristo, coronel do Estado Maior do Exército e governador das Armas da Província do Ceará. Atesto que, tomando o comando das armas da Divisão de Pirajá e Torre, esteve debaixo do mesmo comando o major de cavalaria Pedro Ribeiro de Araújo e se portou com honra, zelo e probidade, [o] que lhe é característico: sendo por mim incumbido da criação de pontos, como de Itapicuru até a capital da província, passando depois disto a comandar o ponto de Pirajá, onde demonstrou aos lusitanos [ilegível]-los em todos os ataques e emboscadas que [ilegível] e vergonhosamente corridos. Passo o referido na verdade, em fé do que mandei passar a presente, por mim somente assinada e selada com selo de minhas armas. Nazaré, 22 de maio de 1823. Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

VIII.3 *Atestação passada em 20 de julho de 1823 por José de Barros Falcão de Lacerda, comandante dos Corpos Expedicionários da Província de Pernambuco e comandante da primeira divisão do Exército Nacional Imperial e Pacificador da Bahia; precedida de requerimento a José Joaquim de Lima e Silva, então comandante-em-chefe do Exército Pacificador, e de despacho do mesmo, datado de 17 de julho de 1823 (C 89, 17, doc. 9; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo que, para bem de sua justiça, se lhe faz neces-

sário que o tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda ateste os seus serviços durante o tempo que comandou o ponto de Pirajá: este como comandante das tropas da primeira linha e aquele como comandante das da segunda; e como para o fazer precisa despacho de Vossa Excelência, pede a Vossa Excelência se digne assim o mandar. Espera receber mercê.

Despacho

Ateste, querendo. Quartel-general da Bahia, 17 de julho de 1823. Lima.

Atestação

José de Barros Falcão de Lacerda, cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, tenente-coronel do Estado Maior, comandante dos Corpos Expedicionários da Província de Pernambuco e comandante da primeira divisão do Exército Nacional Imperial e Pacificador da Bahia. Em virtude do respeitável despacho de Sua Excelência o Senhor Comandante-em-chefe do Exército Pacificador e mais tropas desta província, de 17 do corrente mês e ano, atesto que Pedro Ribeiro de Araújo, major graduado do Regimento de Cavalaria da Vila de São Francisco de Sergipe do Conde, foi um dos oficiais que encontrei comandando certo número de tropas estacionadas no ponto de Pirajá quando ali cheguei, a 4 de novembro do ano próximo passado, e que [ilegível] do dia 8 do mesmo mês e ano contra as tropas lusitanas que atacaram com grande força aquele ponto; unindo-se o dito major à força armada que então passou a ser do meu comando, se portou com todo o valor, energia e patriotismo, e assim continuou a servir debaixo das mesmas ordens com a mesma honra e coragem, cumprindo exatamente com as suas obrigações e mostrando sempre o maior zelo, atividade e interesse pelo bem e a causa que defendemos; e que, por ordem do ex-general Labatut, foi a Mata Escura e ali destruiu de todo os quilombos de malfazejos pretos que, armados, matavam e roubavam os pacíficos viandantes que por ali transitavam, o que fez com a melhor ordem possível;

acrescendo mais o se ter conduzido desde o princípio da guerra com uma conduta digna de seu caráter probo e honrado; e que sei mais por ver que o predito major nenhum prêmio teve por ocasião da ação do mesmo dia 8 de novembro e que igualmente não tem recebido até o presente vencimento, vantagens ou gratificação alguma, o que o torna mui recomendável. Quartel da Primeira Divisão na Bahia, 20 de julho 1823, segundo da Independência e do Império. José de Barros Falcão de Lacerda.

VIII.4 *Atestação datada de 15 de julho de 1823, assinada por oficiais e suboficiais comandados por Pedro Ribeiro de Araújo no ponto de Pirajá (C 89, 17, doc. 14; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Nós, abaixo-assinados, atestamos debaixo de palavra de honra que o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo no dia 26 de setembro, por ordem do coronel Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque, tomou posse do comando do Destacamento de Pirajá, onde estávamos de guarda para defendermos, não só o dito lugar, mas também os pontos de desembarque Plataforma, Cabrito, Cancela de São Caetano e Coqueiro, assim como também as estradas Mangueira, Cajazeiras, Rates, a Estrada Real da Campina e a Estrada do Tanque, que todas vêm a ter no mencionado ponto de Pirajá, e em todos estes lugares conservava guardas avançadas para defesa do ponto central com muita vigilância e cuidado, dando todas as providências necessárias para defesa de pontos tão arriscados; e logo que entrou no dito comando pôs em execução o perseguir continuadamente os inimigos com guerrilhas, marchando pessoalmente para elas, animando continuadamente aos soldados e tendo toda a cautela e vigilância para que não fôssemos nunca cortados em retaguarda pelos inimigos; acudindo com a maior rapidez aos pontos de desembarque quando eram atacados pelas canhoneiras inimigas, ajudando os artilheiros a fazerem pontaria, guardando em todas estas ocasiões corpo de reserva para qualquer acontecimento que pudesse suceder e em todas estas ocasiões fazendo sempre mortandade, digo, sem-

pre mortandade nos inimigos, tomando-lhes armas, clavinas, pistolas, fardas, bandas, floretes, barretões, capotes, relógios, selins, cavalos, lanchas, canoas e até redes de pescar, não dando tempo aos inimigos a descansarem, tratando-nos sempre muito bem, rondando pessoalmente as [ilegível] para que conservassem toda a vigilância, e assim conservou estes pontos até a chegada do Senhor General Pedro Labatut, o qual viu todos os despojos acima ditos, e quando chegaram as tropas auxiliadoras ele pediu ao Senhor General para avançar com as tropas de segunda linha para a vanguarda das tropas de primeira linha, [o] que lhe foi concedido. Assistiu e comandou toda a sua brigada de segunda linha no ataque que nos fizeram os nossos inimigos no dia 8, e nós combatemos com eles desde as seis horas da manhã até a meia hora da tarde, quando eles, abandonando o campo da batalha, correram vergonhosamente, deixando o campo coberto de cadáveres além de três prisioneiros, e não perseguimos os inimigos na retirada porque infelizmente se tinham acabado os cartuchos; e assim se conservou sempre até o dia 5 de dezembro, [em] que saiu do comando, por graves moléstias de sezões, para o quartel-general do Engenho Novo, e daí partiu para a sua casa pelo deplorável estado em que o viu o Senhor General, que lhe deu licença para ir tratar-se nela, e enfim sempre nos comandou com louvável procedimento. Passa o referido na verdade e, para constar, fizemos passar a presente, por nós assinada. Bahia, 15 de julho 1823. Antônio Rodrigues de Carvalho, major graduado. Antônio Gomes dos Santos, tenente graduado. Agostinho Moreira Sampaio, capitão graduado comandante. Manuel Barreto de Menezes, alferes. José Fortunato da Cunha, porta-bandeira. Manuel Vieira Machado, primeiro-tenente de artilharia. Manuel do Carmo Correia Palmeira, segundo-tenente. Pedro Joaquim Dantas Barreto Maciel, capitão. Antônio Florêncio da Trindade, alferes de cavalaria. Bernardino José Cardoso, tenente. Antônio Lopes Tabirá Bahiense, tenente-coronel comandante interino do batalhão II de segunda linha. Antônio de Uzeda e Luna, alferes de cavalaria. Joaquim José Novais, capitão de cavalaria.

VIII.5 *Requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo a Francisco Vicente Viana, presidente da Província da Bahia, solicitando que Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, Barão de São Francisco, e Manuel José de Araújo Borges lhe passem atestações relativas a serviços prestados como oficial de cavalaria; seguido de despacho do presidente da província, datado de 3 de junho de 1825 (C 89, 17, doc. 15; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente. Diz o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo que se lhe faz necessário que o Barão de São Francisco e o coronel Manuel José de Araújo Borges atestem os serviços que tem prestado o suplicante na qualidade de capitão e depois major de cavalaria, e, como não o podem fazer sem despacho, pede a Vossa Excelência seja servido assim o mandar. Espera receber mercê.

Despacho

Podem atestar. Bahia, 3 de junho de 1825. Viana, presidente.

VIII.6 *Atestação passada em 6 de junho de 1825 por Manuel José de Araújo Borges, coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana das Vilas de São Francisco e Santo Amaro; precedida de requerimento (doc. VIII.5) e despacho (C 89, 17, doc. 15; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Manuel José de Araújo Borges, comendador da Ordem de Cristo, coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana das Vilas de São Francisco e Santo Amaro, por Sua Majestade Imperial que Deus guarde. Em virtude do despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente, atesto que o major graduado Pedro Ribeiro de Araújo, sempre que a Nação e o Trono Imperial exigem a sua cooperação, pronto se presta, dando provas indubitáveis de patriotismo, executando com assaz coragem e desenvolvimento os serviços de que é incumbido, como bem o mostrou na ocasião do assassinato do governador das Armas Felisberto Gomes Caldeira,

porque, estando doente e com licença para se tratar no distrito da vila do Itapicuru, logo que lhe oficiei se reunir ao seu corpo [de tropa], prontamente se apresentou, ainda não estando de todo restabelecido. Passo o referido na verdade e por isso o afirmo em fé do meu posto. Quartel do Engenho São Miguel, 6 de junho de 1825. Manuel José de Araújo Borges, coronel comandante interino.

VIII.7 *Atestação passada em 15 de julho de 1825 por Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, Barão de São Francisco, capitão-mor das Ordenanças da Vila de São Francisco e Sergipe do Conde; precedida de requerimento (doc. VIII.5) e despacho (C 89, 17, doc. 15; pública forma a requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo)*

Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, Barão de São Francisco, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, professo na de Cristo e capitão-mor das Ordenanças da Vila de São Francisco de Sergipe do Conde, por Sua Majestade Imperial que Deus guarde. Atesto sob palavra de honra e jurarei sendo necessário que Pedro Ribeiro de Araújo, major graduado do Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, quando se aclamou a Sua Majestade o Imperador, então Príncipe Regente, na vila de Santo Amaro, no dia 29 de junho de 1822, compareceu naquela vila comandando um esquadrão de cavalaria do seu corpo [de tropa], depois do que veio para a vila de São Francisco onde esteve destacado algum tempo fazendo todo o serviço da guarnição, e, sendo preciso interceptar a comunicação com a cidade [de Salvador] e privá-la da entrada dos gados e fazê-los retroceder para o Recôncavo a fim de que não houvesse falta e o inimigo fosse privado, foi encarregado desta importante comissão pelo coronel Bento de Araújo Vilas Boas; e, aparecendo a notícia de que o brigadeiro Madeira mandava atacar o ponto da Feira, onde já se achava o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, lhe foi ordenado pelo dito coronel Vilas Boas que se fosse unir àquela força, e daí, por ordem do coronel Pires, marchou para o ponto de Pirajá, que comandou, achando-se em todos os fogos e

avançadas, perseguindo o inimigo com continuadas guerrilhas até a chegada do general Labatut, continuando no mesmo exercício com o comando de todas as milícias nos pontos mais arriscados, onde se houve sempre com o maior valor e constância em todos os ataques, sendo pelo que fica dito mui trancendentes e relevantes os seus serviços a prol da causa do Império, e particularmente desta província, e em virtude do despacho do Excelentíssimo Presidente desta província dei a presente por mim assinada e selada com as minhas armas. Bahia, 15 de julho de 1825. Barão de São Francisco.

VIII.8 *Certidão passada em 9 de fevereiro de 1827 por Francisco Cardoso Pereira de Melo, tenente-coronel ajudante de ordens do comandante do quartel-general da Bahia; precedida de requerimento ao governador das Armas da Província da Bahia, e de despacho do mesmo, datado de 8 de fevereiro de 1827 (C 89, 17, doc. 8)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Pedro Ribeiro de Araújo, capitão da cavalaria da vila de São Francisco, precisa, por certidão, do artigo da ordem do dia 17 de setembro último, que contempla o suplicante para a graduação que lhe competir pela graça que concede o decreto de 30 de janeiro de 1826, conforme a provisão de 15 de setembro. Pede a Vossa Excelência despacho. Espera receber mercê.

Despacho

O tenente ajudante de ordens de serviço passe, não havendo inconveniente. Quartel-general da Bahia, 8 de fevereiro de 1827. M. Almeida.

Certidão

Em observância ao despacho *supra* do Excelentíssimo Senhor General Governador das Armas desta província, certifico que, em o livro que atualmente serve ao registro das ordens do dia deste quartel-general, se acha registrada a do dia 17 de setembro

de 1826, e, na relação nela referida dos oficiais de segunda linha do Recôncavo desta cidade [Salvador] que, em conseqüência do decreto de 30 de janeiro do corrente ano, estão nas circunstâncias de gozarem da graça conferida pelo dito decreto, se acha contemplado o suplicante na forma seguinte: Regimento de Cavalaria da Vila de São Francisco – capitão Pedro Ribeiro de Araújo, para ser graduado no posto que lhe competir. E a respeito do suplicante nada mais consta na sobredita ordem do dia 17 de setembro, da qual fiz passar a presente certidão, por mim somente assinada. Quartel-general da Bahia, 9 de fevereiro de 1827. Francisco Cardoso Pereira de Melo, tenente-coronel e ajudante de ordens.

Anexo IX

Documentos referentes à participação de Pedro Ribeiro de Araújo nas lutas pela Independência na Bahia, reunidos para fundamentar o pedido, apresentado ao governo imperial em 1836, de soldo da patente ou uma pensão com sobrevivência a seus filhos (Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império/ Documentos biográficos, Pedro Ribeiro de Araújo); decreto legislativo de 15 de setembro de 1837 concedendo a pensão solicitada (*Coleção das leis do Império do Brasil*, 1837)

IX.1 *Certidão da informação dada em 17 de agosto de 1833, por Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, então presidente da Província da Bahia, em favor da concessão de soldo ou pensão a Pedro Ribeiro de Araújo; a certidão é datada de 22 de janeiro de 1836 e precedida de requerimento a Joaquim Marcelino de Brito, presidente da Província da Bahia, e de despacho do mesmo, datado de 21 de janeiro de 1836 (C 89, 17, doc. 26)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz o major Pedro Ribeiro de Araújo que, tendo requerido ao governo central o soldo da patente ou uma pensão com sobrevivência a seus filhos pelos serviços prestados à Independência do Brasil, por motivo dos quais cegou, ficando inabilitado de cuidar em seus arranjos e de sua família, e, tendo o mesmo governo central mandado informar o seu requerimento documentado ao presidente da província em 1833, acontece que, apesar do Excelentíssimo Senhor Pinheiro

afiançar ao suplicante a remessa da informação, não apareça tal informação no Conselho Supremo Militar, para onde fora enviado seu requerimento a consultar, nem na Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra; e, porque semelhante extravio nos seus papéis lhe cause um grande prejuízo, pretende que Vossa Excelência lhe mande passar, por certidão extraída dos registos competentes, não só a informação dada ao governo central sobre sua pretensão, mas também cópia dos documentos quando registados; por tudo, pede a Vossa Excelência se digne deferir ao suplicante com justiça. Espera receber mercê.

Despacho

Passe do que constar. Bahia, 21 de janeiro de 1836. Brito.

Certidão

A informação que o suplicante pede por certidão é do teor seguinte: "Senhor. Cumprindo quanto por Vossa Majestade Imperial é determinado em despacho do Conselho Supremo Militar de 5 de junho último sobre a pretensão constante do requerimento incluso do sargento-mor de segunda linha Pedro Ribeiro de Araújo, que, em atenção aos muitos e relevantes serviços prestados a prol da Independência do Brasil, pede ser confirmado no referido posto com o soldo respectivo em conformidade da Resolução da Assembléia Geral sancionada em setembro do ano passado, ou a pensão anual de seiscentos mil réis, a exemplo do tenente-coronel graduado de segunda linha Francisco Xavier de Barros Galvão, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Majestade Imperial que me parece fundado em justiça o requerimento do suplicante, cuja pretensão, além de comprovada pelos verídicos documentos com que é instruído, é abonada pelo comandante das Armas na informação também junta, com a qual me conformo inteiramente. À vista do quê, Vossa Majestade Imperial o deferirá como entender em Sua Alta Sabedoria. Deus guarde a Vossa Majestade Imperial. Palácio do Governo da Bahia, 17 de agosto de 1833. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos." Nada mais consta

além da supradita informação dirigida ao Conselho Supremo Militar, que se acha registrada no livro competente. E, para constar onde convier, esta se passou na Secretaria do Governo da Província da Bahia aos 22 de janeiro de 1836. Joaquim José Fernandes Pereira Braga a extraiu. Fiz escrever. Antônio Joaquim Álvares do Amaral.

IX.2 *Atestação passada em 26 de janeiro de 1836 por Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá, coronel de primeira linha do Exército; precedida de requerimento a Joaquim Marcelino de Brito, presidente da Província da Bahia, e de despacho do mesmo, datado de 21 de janeiro de 1836 (C 89, 17, doc. 22)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz o major Pedro Ribeiro de Araújo que a bem do seu direito precisa que o Excelentíssimo Visconde de Pirajá lhe ateste ao pé deste, sob juramento do seu posto, o que sabe a respeito dos serviços do suplicante no tempo da luta da Independência do Brasil na campanha desta província com as tropas lusitanas; e, como carece despacho, pede a Vossa Excelência seja servido assim o mandar. Espera receber mercê.

Despacho

Ateste, querendo. Bahia, 21 de janeiro de 1836. Brito.

Atestação

Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá, Grande do Império, do Conselho de Sua Majestade Imperial e Constitucional, gentil-homem de Sua Imperial Câmara, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador de Cristo, condecorado com a Medalha da Campanha da Bahia e coronel de primeira linha do Exército, por Sua Majestade Imperial que Deus guarde. Em reverência ao despacho *retro*, atesto debaixo do grau de meu posto que, comandando [eu] as brigadas de Pirajá e Itapoã, foi encarregado do comando de Pirajá e pontos avançados à linha do

inimigo o suplicante, onde decisivamente foram [os inimigos] batidos, sempre com vitória nossa, recebendo sempre despojos do inimigo, cavalgaduras e armamentos; já tendo assistido à Aclamação nas vilas de Santo Amaro e São Francisco, onde prestou relevantes serviços e os continuou a prestar na chegada do general-em-chefe, assistindo e comandando a ação do sempre memorável dia 8 de novembro, em que foi infatigável durante o combate, tendo exemplar conduta civil e militar. Na campanha, adquiriu várias moléstias, das quais infelizmente cegou, no que muito perdeu a Nação pelo seu caráter e bravura. Quartel da Bahia, 26 de janeiro de 1836. Visconde de Pirajá, coronel.

IX.3 *Atestação passada em 26 de janeiro de 1836 por Antônio Dias de Oliveira e Andrade, tenente-coronel graduado de segunda linha; precedida de requerimento a Joaquim Marcelino de Brito, presidente da Província da Bahia, e de despacho do mesmo, datado de 21 de janeiro de 1836 (C 89, 17, doc. 24)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz o major Pedro Ribeiro de Araújo que a bem do seu direito necessita que o tenente-coronel Antônio Dias de Oliveira e Andrade lhe ateste ao pé deste, sob juramento do seu posto, o que sabe a respeito dos serviços do suplicante prestados na campanha da Independência do Brasil; e, como carece despacho, pede a Vossa Excelência seja servido mandar na forma requerida. Espera receber mercê.

Despacho

Ateste, querendo. Bahia, 21 de janeiro de 1836. Brito.

Atestação

Antônio Dias de Oliveira e Andrade, cavaleiro das Ordens Imperial do Cruzeiro e de Cristo, condecorado com a Medalha de Distinção da Restauração da Bahia, tenente-coronel graduado de segunda linha, por Sua Majestade Imperial e Cristã que Deus guarde.

Em observância ao despacho *retro*, atesto, debaixo do grau do meu posto, em como, achando-me emigrado da cidade para o Recôncavo por ocasião da Guerra Lusitana a reunir-me às praças do meu corpo [de tropa] a fazer com elas quanto estava da minha parte para a defesa da Pátria, vindo ao ponto de Pirajá a serviço, aí presenciei e assisti à entrega que fizera o Excelentíssimo Visconde de Pirajá, na qualidade de comandante das brigadas de Pirajá e Itapoã, do comando de todas as tropas estacionadas naquele ponto ao suplicante, o qual com a maior assiduidade, coragem e denodo bateu-se sempre com a força lusitana que nos fazia a guerra e, em todos os ataques e guerrilhas, colhia despojos dos mesmos inimigos, que corriam batidos, sendo os ataques assaz comandados pelo mesmo suplicante, e outros pelos comandantes dos pontos que lhe eram subordinados, tudo debaixo de suas ordens, sendo este mesmo suplicante o que, no memorável dia 8 de novembro de 1822, comandou a ação que muito cooperou para a vitória que conseguimos na luta da Independência. Era o suplicante de tanto valor e honra que, na ausência do comando do Excelentíssimo Visconde de Pirajá naquele tempo no campo de Pirajá, [era] o que por este ficara encarregado do comando geral e a quem todas as forças daquelas linhas se dirigiam com participações e requisições, bem como eu, que, estando no comando da costa de Passé, freguesia de Matoim e ilha de Maré, e sendo esta ilha atacada pela força lusitana, foi o suplicante quem me enviou pólvora embalada por requisição minha e o fez imediatamente, de maneira que esta prontidão facilitou o poder eu continuar na defesa em que me achava e fazer ceder a intenção daqueles inimigos, com perda de alguns dos de suas tropas, o que talvez não pudesse conseguir por já me achar a findar o meu cartuchame.

Com a chegada do general Labatut nesta província, continuou o suplicante a servir com o mesmo denodo, patriotismo e honra, por isso que, à vista de tão admiráveis serviços, o distinguiu aquele general e o reconheceu por um dos oficiais beneméritos e, elogiando-o, o encarregou de serviços da maior ponderação, os quais

foram sempre mui bem desempenhados. Nessa mesma campanha, adquiriu o suplicante uma grande moléstia, que por amante ao serviço da Pátria, resistindo quanto lhe foi possível para se não afastar do campo da honra, aumentou-se-lhe a gravidade da enfermidade ao ponto que, quando afinal quis acudir e tratar da sua saúde, não houve remédio senão perder o sentido da vista, achando-se hoje no estado de uma irremediável cegueira.

Foi o suplicante um dos mais assinalados defensores da Pátria, portando-se no tempo da campanha, como d'antes, e inda hoje, com extremada honra, dignidade e exemplar conduta, servindo até de modelo para os que amam a Pátria, a honra, a boa moral. Quartel da minha residência na Bahia, aos 26 de janeiro de 1836. Antônio Dias de Oliveira e Andrade.

IX.4 *Atestação passada em 28 de janeiro de 1836 por Lázaro José Jambeiro, contador da Marinha na Província da Bahia; precedida de requerimento a Joaquim Marcelino de Brito, presidente da Província da Bahia, e de despacho do mesmo, datado de 21 de janeiro de 1836 (C 89, 17, doc. 23)*

Requerimento

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Diz o major Pedro Ribeiro de Araújo que a bem do seu direito precisa que Lázaro José Jambeiro lhe ateste ao pé deste, debaixo de juramento, o que sabe a respeito dos serviços do suplicante no tempo da luta da Independência do Brasil na campanha desta província, mormente no campo de Pirajá, onde o suplicado esteve e presenciou; e, como carece despacho, pede a Vossa Excelência seja servido assim o mandar. Espera receber mercê.

Despacho

Ateste, querendo. Bahia, 21 de janeiro de 1836. Brito.

Atestação

Lázaro José Jambeiro, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, condecorado com a Medalha de Prata da Restauração da Bahia,

contador da Marinha na mesma província. Atesto que o Senhor Major Pedro Ribeiro de Araújo foi um dos maiores colaboradores da Independência do Brasil nesta província, já prestando relevantes serviços nas vilas de Santo Amaro e São Francisco, e já nos campos de Pirajá, onde, no sempre memorável dia 8 de novembro de 1822, sustentou o ataque dos lusitanos com a tropa do seu comando, devendo-se quase a ele o feliz êxito da ação, e depois continuou a prestar iguais serviços até que foi assaltado de umas sezões, das quais lhe proveio estado de cegueira em que hoje se acha; e como, pelo despacho do Excelentíssimo Presidente, exige que eu ateste estas verdades, não o duvidei fazer por ter presenciado todos os seus serviços, e debaixo de juramento. Bahia, 28 de janeiro de 1836. Lázaro Jambeiro.

IX.5 *Certidão passada pelo médico habilitado George E. Fairbanks em 27 de janeiro de 1836 (C 89, 17, doc. 25)*

Eu, abaixo assinado, médico habilitado, certifico que o Senhor Major Pedro Ribeiro de Araújo se acha afetado há mais de oito anos de uma cegueira perfeita, sendo a sua moléstia aquela qualidade de *amaurosis* ou *gutta serena* denominada glaucoma; durante este tempo, ele tem usado todos os recursos possíveis para melhorar e até se tem assujeitado à operação de catarata para ver se, tirando o *lens opaco*, podia adquirir algum alívio, mas sem efeito; a sua moléstia teve a sua origem em conseqüência das fadigas e trabalhos que sofreu durante a luta da Independência, como é bem conhecido a muitas pessoas que têm falado comigo a respeito da sua moléstia. Por me ser pedido, passei a presente certidão que vai assinada debaixo do juramento do meu grau. Bahia, 27 de janeiro de 1836. George E. Fairbanks.

IX.6 *Informação de Luís da França Pinto Garcez, comandante das Armas da Bahia, dirigida ao vice-presidente da Província da Bahia, Joaquim Marcelino de Brito, anexa ao ofício do mesmo a Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro do Império (doc. IX.8); datada de 3 de fevereiro de 1836 (C 89, 17, doc. 20)*

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Cumprindo-me informar o requerimento que à Presença Augusta de Sua Majestade Imperial dirige o major de segunda linha Pedro Ribeiro de Araújo, no qual pede uma pensão de seiscentos mil réis com sobrevivência a seus filhos, devo certificar a Vossa Excelência que o suplicante adquiriu a cegueira que tem no pesado serviço da campanha desta província e que seus feitos na luta da Independência o tornam benemérito, digno portanto das graças de um governo justo e paternal. Deus guarde a Vossa Excelência. Quartel do Comando das Armas da Bahia, 3 de fevereiro de 1836. Luís da França Pinto Garcez.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
Vice-presidente da Província

IX.7 *Requerimento do major Pedro Ribeiro de Araújo ao Imperador Dom Pedro II, solicitando pensão de seiscentos mil réis, com sobrevivência aos filhos, anexo ao ofício de Joaquim Marcelino de Brito a Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro do Império (doc. IX.8); sem indicação de data, mas certamente anterior a 10 de fevereiro de 1836 (C 89, 17, doc. 21)*

Senhor. O major Pedro Ribeiro de Araújo pela segunda vez se apresenta ante o Augusto Trono de Vossa Majestade Imperial e Constitucional não a enumerar serviços prestados à causa do Brasil, mas sim a recorrer ao benévolo coração de Vossa Majestade para que lhe mande dar uma pensão de seiscentos mil réis com sobrevivência a seus filhos, em atenção à cegueira que o suplicante adquiriu no pesado serviço da campanha, constante não só dos atestados juntos, como mesmo da informação do Excelentíssimo Presidente da Província da Bahia, dada sobre o primeiro requerimento do suplicante, como se vê da certidão também junta. Pelo que o suplicante, confiado na justiça que julga ter, e mais ainda na magnanimidade de Vossa Majestade, respeitosamente implora e pede a Vossa Majestade Imperial e Cristã lhe mande dar a pensão na forma requerida, para ser confirmada pela Augusta Assembléia Legislativa. Espera receber mercê. Pedro Ribeiro de Araújo, major.

IX.8 *Ofício de Joaquim Marcelino de Brito, presidente da Província da Bahia, a Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro do Império, apresentando requerimento no qual Pedro Ribeiro de Araújo solicita pensão com sobrevivência a seus filhos; datada de 10 de fevereiro de 1836 (C 89, 17, doc. 19)*

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Com a inclusa informação do comandante das Armas desta província, apresento a Vossa Excelência, em conformidade da lei, para ser presente ao Regente, o requerimento também incluso em que o sargento-mor de segunda linha Pedro Ribeiro de Araújo pede ao governo imperial uma pensão anual de seiscentos mil réis com sobrevivência a seus filhos, em atenção aos serviços relevantes que prestara na campanha desta província, quando se pugnava pela Independência do Brasil. À vista, pois, da citada informação, com a qual muito me conformo, só tenho a acrescentar que é inegável o denodo com que o suplicante se houve naquela gloriosa luta, na qual, pelos grandes esforços que fez, caiu no lastimoso estado de cegueira em que se acha, como o justificam os documentos juntos ao seu requerimento, fazendo-se por isso digno de merecer a graça que implora. Deus guarde Vossa Excelência. Palácio do Governo da Bahia, 10 de fevereiro de 1836. Joaquim Marcelino de Brito.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
Antônio Paulino Limpo de Abreu

IX.9 *Decreto de concessão da pensão de seiscentos mil réis anuais a Pedro Ribeiro de Araújo, assinado pelo Regente Padre Diogo Antônio Feijó e referendado por Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro interino do Império; datada de 12 de setembro de 1836 (C 89, 17, doc.2)*

O Regente, em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, tendo atenção aos serviços prestados pelo sargento-mor de segunda linha Pedro Ribeiro de Araújo na Guerra da Independência do Brasil e ao estado de cegueira em que se acha, proveniente dos esforços por ele nessa ocasião praticados, há por bem conceder-lhe uma pensão de seiscentos mil réis anuais, ficando porém esta

mercê dependendo da aprovação da Assembléia Geral Legislativa. Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, encarregado interinamente dos do Império, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1836, décimo-quinto da Independência e do Império. Diogo Antônio Feijó. Antônio Paulino Limpo de Abreu.

IX.10 *Atestação de Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, Barão de Maragogipe, coronel pago do Regimento de Cavalaria nº 43, reformado; datada de 8 de abril de 1837 (C 89, 17, doc. 4)*

Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, Barão de Maragogipe, fidalgo cavaleiro, dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador da de Cristo, coronel pago do Regimento de Cavalaria nº 43, reformado, e condecorado com a Medalha da Campanha da Bahia. Atesto que o tenente-coronel Pedro Ribeiro de Araújo serviu debaixo das minhas ordens todo o tempo da campanha contra os lusitanos, até a chegada do general Labatut, ocupando sempre os pontos mais perigosos e desempenhando os seus deveres com exemplar disciplina no comando das tropas que lhe foram confiadas e não vulgar coragem nos freqüentes encontros que teve com os inimigos, a quem em todas as ocasiões fez arrepender de o terem por contrário, matando-lhes muita gente e tomando-lhes vários despojos de armas e munições, de que leal e fielmente fazia entrega no quartel-general, prosseguindo assim com o mesmo valor e denodo até o fim da campanha, de cujo glorioso êxito com justiça lhe é devida não pequena parte. São-me igualmente conhecidos outros relevantes serviços que o mesmo tenente-coronel prestara ao Estado desde que assentou praça em 1793: encarregando-se-lhe logo o registo do Cajueiro, que gratuitamente exerceu por mais de doze anos, tendo-se depois pago cento e cinqüenta mil réis anuais a quem o sucedeu naquela comissão; e passando depois para o Regimento de Cavalaria Miliciana da Vila de São Francisco, que fui incumbido de criar ali, me foi de sumo préstimo o seu zelo, inteligência e atividade,

fazendo por vezes de major enquanto o regimento o não teve, organizando etapas e ensinando recrutas, tudo com um discernimento, prontidão e eficácia superiores a todo o elogio, e que bem continuou a mostrar na guarda e vigia de dezessete léguas de costa desde a Torre até a barra do Inhambupe, onde esteve estacionado por mais de quatro semanas e que foi encarregado de guarnecer pelo receio de velas que apareciam e que se suspeitava serem inimigos. E por tudo assim ter passado e me ser pedido, lhe passei a presente por mim tão somente firmada. Bahia, 8 de abril de 1837. Barão de Maragogipe.

IX.11 *Requerimento de Pedro Ribeiro de Araújo ao Imperador Dom Pedro II, reiterando o pedido de sobrevivência aos filhos da pensão que lhe fora concedida; seguido de despachos de Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda e interino do Império, datados de junho de 1837 (C 89, 17, doc. 1)*

Requerimento

Diz Pedro Ribeiro de Araújo, major de Milícias, residente na Província da Bahia, que, tendo requerido a Vossa Majestade Imperial uma pensão, para verificar-se nas pessoas de seus filhos Josefa Ferreira de Brito, Ana Maria da Anunciação, Josefina Maria de São José, Maria Maximiana de Jesus e Pedro Ribeiro de Araújo, alguns deles menores, pelos fundamentos de ter sentado praça em 1793 e servido ao Estado em diferentes comissões honrosas, sem que por isso percebesse subsídio algum da Fazenda Pública, nem soldo, até que, com sua pessoa, com seus bens, se propôs a defender a Independência do seu país, sendo [queimado] dos primeiros que reuniu tropas, pagando [queimado], fortificando o ponto de Pirajá, fez por vezes recuar as armas lusitanas quando pretendiam tomar aquele ponto, de maneira que, com a chegada do general Labatut e à vista dos despojos que lhe apresentou, não foi dispensado de comandar o ponto de Cabrito, onde por vezes teve de apresentar-se ao combate, devendo-se-lhe em grande parte o triunfo obtido naquele dia 8 de novembro de 1822 por se ter

arrojado sobre o inimigo com diminuta força, como em desespero, do que resultou a mortandade de muitos patriotas brasileiros, escapando o suplicante com a vida mas perdendo todavia a vista, inabilitado por isso de socorrer a sua família que hoje se acha indigente, quase a perdê-lo por contar setenta e quatro anos, sendo [queimado] gastos no serviço do Estado e daí a verificação [queimado] da Independência do país. Foi [queimado] à vista dos documentos que apresentou o suplicante de conferir-lhe, por decreto de 12 de setembro do ano próximo passado, a pensão de seiscentos mil réis, e porque o suplicante, como já disse, quando requereu uma pensão, foi só com o intuito dela se verificar nos seus cinco filhos repartidamente, por esse motivo, e confiando na bondade de Vossa Majestade Imperial, de novo vem suplicar a graça de fazer Vossa Majestade Imperial verificar essa pensão em graça dos seus filhos, atendendo a que o suplicante do Estado nada tem percebido, como mostram os documentos juntos, e pouco tem de viver, ficando sua família em desamparo. Pede a Vossa Majestade Imperial se digne deferir ao suplicante como for justo. Espera receber mercê. Como procurador, Antônio Muniz de Sousa.

Despachos

Haja vista o Senhor Conselheiro Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Paço, em 16 de junho de 1837. A. Branco.

É preciso que se junte o anterior requerimento e mais papéis. Paço, 19 de junho de 1837.

Senhor. O negócio do suplicante já não está afeto ao governo. Em 23 de junho de 1837.

IX.12 *Decreto legislativo nº 58, de 15 de setembro de 1837, sancionando e mandando executar a resolução da Assembléia Geral Legislativa que concedera pensão com sobrevivência aos filhos ao major Pedro Ribeiro de Araújo* (Coleção das Leis do Império do Brasil, *1837, parte I, p. 35)*

Decreto Legislativo nº 58 – de 15 de setembro de 1837

Aprovando a pensão concedida ao major Pedro Ribeiro de Araújo.

O Regente, em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a seguinte resolução da Assembléia Geral Legislativa.

Artigo Único. Fica aprovada a pensão anual de 600.000 réis, conferida pelo governo por decreto de 12 de setembro de 1836, ao sargento-mor de segunda linha Pedro Ribeiro de Araújo, para depois da sua morte ser igualmente repartida por seus filhos.

Manuel Alves Branco, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e encarregado interinamente dos do Império, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1837, décimo-sexto da Independência e do Império. Diogo Antônio Feijó. Manuel Alves Branco.

Anexo X

Resoluções e decretos

X.1 *1º de dezembro de 1824 – Agraciamento de Pedro Ribeiro, comendador da Ordem de Cristo pelo Imperador Dom Pedro I (Registro de Decretos Gerais do Ministério do Império, folha 96, códice 15, volume 10)*

Tendo o sargento-mor Pedro Ribeiro de Araújo contribuído com seus esforços para libertar a Província da Bahia do injusto jugo lusitano, mostrando sempre a mais firme adesão à causas do Império: e querendo Eu dar-lhe uma prova de consideração, em que tenho tão importantes serviços, hei por bem fazer-lhe mercê de o nomear comendador da Ordem de Cristo. Paço, em 1º de dezembro de 1824, terceiro da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. Estevão Ribeiro de Rezende.

X.2 *30 de janeiro de 1826 – Decreto do Imperador Dom Pedro I, promovendo oficiais do Exército na Província da Bahia* (Coleção das Leis do Império do Brasil, *1826, Atos do poder executivo)*

Decreto – de 30 de janeiro de 1826

Promove a oficiais do exército na Província da Bahia

Querendo dar às tropas da guarnição da Província da Bahia um público testemunho de quanto me apraz fazer-lhes graça na ocasião de minha visita à mesma província, hei por bem conceder a graduação do posto imediato até coronel a todos os oficiais superiores dos corpos de primeira e segunda linha e do estado-maior empregados na província e segunda classe, ou a efetividade das

graduações em que se acharem, e bem assim, e pela mesma forma, aos mais antigos de cada classe no estado-maior, e em cada um dos corpos, de alferes até capitão inclusive. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhes expeça em conseqüência os despachos necessários. Paço, em 30 de janeiro de 1826, quinto da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. Barão de Lajes.

X.3 *5 de abril de 1826 – Agraciamento do sargento-mor Pedro Ribeiro, entre outros, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, pelo Imperador Dom Pedro I (Registro de Decretos Gerais do Ministério do Império, folha 15, códice 15, volume 11)*

Atendendo aos bons e úteis serviços feitos pelo chefe de esquadra Francisco Maria Telles, o brigadeiro José Manuel de Almeida, o comandante das forças navais de Sua Majestade Cristianíssima estacionadas no Brasil Gauthier, o coronel José Bruno Antunes Guarabira, o tenente-coronel Francisco Joaquim Alves Branco, o sargento-mor Pedro Ribeiro, o capitão João Antunes Guimarães, o vigário Lourenço da Silva Magalhães Cardoso, o padre Manuel Alves Vilaboim, Antônio Teixeira de Freitas Barbosa, José Antônio de Araújo, e Lázaro José Jambeiro, hei por bem fazer-lhes mercê de os nomear oficiais da Ordem Imperial do Cruzeiro. Palácio do Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1826, quinto da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. Barão de Alcântara.

Bibliografia

ACCIOLI, Inácio ... de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia.* Anotador Dr. Brás do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919–1940. 6 v.

AMARAL, Brás do. *História da Bahia do Império à República.* Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

————. *História da Independência na Bahia.* Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

————. "Anotações feitas às *Memórias históricas...*, de Inácio Accioli", *op. cit.*

————. "Notas e comentários feitos às cartas de L. Vilhena", *in* Vilhena, *Notícias soteropolitanas..., op. cit.*

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil.* Intr. e vocabulário A.P. Canabrava. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Pernambuco e o São Francisco.* Recife: Imprensa Oficial, 1929.

BOCANERA Jr., Sílio. *Bahia histórica.* Sem indicação de local, editora ou data.

BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. "Famílias baianas: Araújo Góis". Salvador: *Revista do Instituto Genealógico da Bahia,* (6) : 63–81, 1951 e (7) : 53–87, 1952.

————. "Titulares baianos". Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, DL 837.5.

CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759.* Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., Edição fac-similar, 1951.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre.* 3ª ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

———. *O rei do Brasil. Vida de D. João VI.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do folclore brasileiro.* 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CAMPOS, Sabino de. *Lucas, o demônio negro.* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1957.

Catálogo de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional. Anais da Biblioteca Nacional, v. 68. Divisão de Obras Raras e Publicações. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CELSO, Afonso ... de Assis Figueiredo. *Minha filha.* Rio de Janeiro: Magalhães, 1893.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. *Dicionário de medicina popular e das ciências assessórias para uso das famílias.* 6ª ed. Paris: A.Roger & F.Chernoviz, 1890. 2 v.

Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro de Vide. Propostas e aceitas em o Sínodo diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro, de Antônio Louzada Antunes, 1853.

COSTA, Afonso. "Visconde de Pirajá, no centenário de sua morte". Salvador: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (75) : 95–99, 1948–49.

DANTAS JÚNIOR. *O Cap. Mór João d'Antas e sua descendência.* Salvador: Separata do v. XV da *Revista do Instituto Genealógico da Bahia,* 1967.

DE CASAL, Aires. *Corografia brasílica.* Coleção de Obras Raras II. Fac-símile da edição de 1817. Intr. Caio Prado Júnior. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Instituto Nacional do Livro, 1945. 2 t.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, s/d. 2 t.

Dictionnaire des auteurs de tous les temps et de tous les pays. Paris, Robert Laffont, 1980.

EDELWEISS, Frederico. "A antroponímia patriótica da Independência". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (86), 1976–77.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.* Trad. e notas de Américo Jacobina Lacombe. Brasiliana, série 5ª, v. 8. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal.* 4ª ed. Lisboa: Viúva Bertrand, 1885. 3 v.

Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Org. Eduardo de Castro e Almeida. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1914. 7 v.

JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. *Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerques e Cavalcantis em Pernambuco e Caramurus na Bahia.* Instituto Genealógico da Bahia / Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

KOSTER. Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5º. Brasiliana, v. 221. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

LAGO, Laurênio. *Supremo Tribunal da Justiça e Supremo Tribunal Federal – Dados biográficos – 1828–1939.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1940.

LEITE, Serafim (S.I.). *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa / Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Civilização Brasileira, 1938–1950. 10 t.

LESAGE, Alain René. *Histoire de Gil Blas de Santillane.* Texto estabelecido e comentado por Auguste Dupouy. Paris: Societé les Belles Letres, 1935. 2 v.

LIMA JUNIOR, Francisco Pinheiro. *Idéias filosóficas nas teses de concurso da Faculdade de Medicina da Bahia (século XIX).* Salvador: 1974 (tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBa, para concurso de professor titular do Departamento de Filosofia).

MAURÍCIO, Augusto. *Templos históricos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda., 1946.

MELO MORAES FILHO. "Natal, Ano Bom e Reis na Bahia", *in* Pinto de Aguiar (org.), *Bailes pastoris..., op. cit.*

MORN, Ellik. *Se queres viver, desperta e luta! Arte de revigorar a alma e o corpo.* Paris: Aillaud e Alves, s/d.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação.* São Paulo: Instituto Progresso Industrial SA, 1949.

———. *Uma comunidade rural do Brasil antigo. Aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX.* Brasiliana, série 5ª, v. 9. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SÃO PAULO, Fernando. *Linguagem médica popular no Brasil.* Coleção Baiana. Salvador: Editora Itapuã, 1970. 2 v.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial.* São Paulo: Companhia das Letras / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500–1820).* Brasiliana Grande Formato, v. 10. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Instituto Nacional do Livro, 1977.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres – Os contemporâneos.* Biblioteca Histórica Brasileira, v. XVIII. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948. 2 t.

SODRÉ, Alcindo. "Visitas dos imperadores à Bahia". *Revista do Instituto Genealógico da Bahia,*(18) : p. 77–124, 1972.

SOLANO DE BARROS, Alfredo. "Estudo crítico e doutrinário sobre medalhas militares brasileiras". *Anais do Museu Histórico Nacional,* v.. II, 1941, p. 111–112.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817–1820.* Memória Brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Instituto Nacional do Livro, 1976. 3 v.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassu – Epopéia da Guerra da Independência na Bahia.* Edição fac-similar comemorativa do sesquicentenário do 2 de julho de 1823. São Paulo: Banco da Bahia, 1973.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818.* Bahia: Livraria Progresso Editora, 1956.

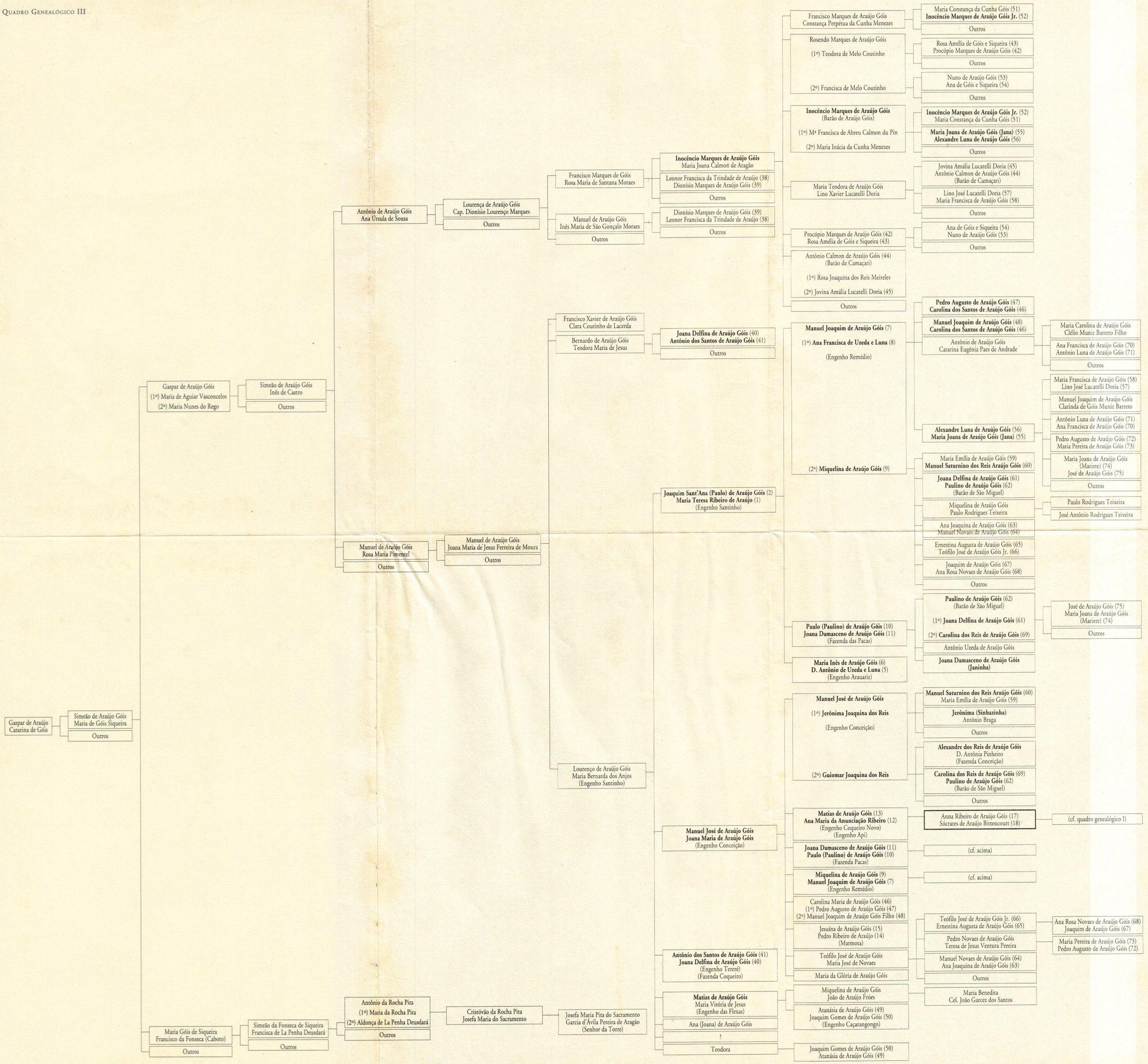
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.* 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 3 v.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia, 1850.* Salvador: Editora Currupio / Fundação de Cultura do Estado da Bahia, 1981.

VILHENA, Luís dos Santos. *Notícias soteropolitanas e brasílicas.* Anotadas pelo professor Brás do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922. 2 v.

WETHERELL, James. *Brasil, apontamentos sobre a Bahia, 1842–1857.* Apres. e trad. de Miguel P. do Rio Branco. Salvador: Edição do Banco da Bahia SA, s/d.

WIED NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil.* Brasiliana, série 5ª, v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins de. *Nobreza de Portugal e do Brasil.* Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda, 1960. 3 v.

Quadro Genealógico III